

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAROLINE GODOI DE CASTRO OLIVEIRA

CONVERSAS COM REFUGIADOS: INTERAÇÕES DE UM CAMPO SOCIAL  
HETEROTÓPICO

CURITIBA

2019

CAROLINE GODOI DE CASTRO OLIVEIRA

CONVERSAS COM REFUGIADOS: INTERAÇÕES DE UM CAMPO SOCIAL  
HETEROTÓPICO

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Melina Girardi Fachin

CURITIBA

2019

O48c

Oliveira, Caroline Godoi de Castro

Conversas com refugiados: interações de um campo social heterotópico / Caroline Godoi de Castro Oliveira; orientadora: Melina Girardi Fachin. – Curitiba, 2019. 164 p.

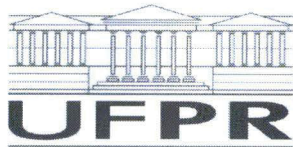
Bibliografia: p. 151-161.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2019.

1. Refugiados. 2. Direitos humanos. 3. Direito de migração. I. Fachin, Melina Girardi. II. Título.

CDU 341.43

**Catálogo na publicação - Universidade Federal do Paraná  
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas  
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB 9/1626**



## ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DIREITO

No dia treze de março de dois mil e dezenove às 14:30 horas, na sala Sala de Defesa - 317, PPGD - UFPR, foram instalados os trabalhos de arguição da mestranda **CAROLINE GODOI DE CASTRO OLIVEIRA** para a Defesa Pública de sua dissertação intitulada **CONVERSA COM REFUGIADOS: INTERAÇÕES DE UM CAMPO SOCIAL HETEROTÓPICO**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: MELINA GIRARDI FACHIN (UFPR), MELISSA MARTINS CASAGRANDE (UP), VERA KARAM DE CHUEIRI (UFPR). Dando início à sessão, a presidência passou a palavra a discente, para que a mesma expusesse seu trabalho aos presentes. Em seguida, a presidência passou a palavra a cada um dos Examinadores, para suas respectivas arguições. A aluna respondeu a cada um dos arguidores. A presidência retomou a palavra para suas considerações finais. A Banca Examinadora, então, reuniu-se e, após a discussão de suas avaliações, decidiu-se pela aprovação da aluna. A mestranda foi convidada a ingressar novamente na sala, bem como os demais assistentes, após o que a presidência fez a leitura do Parecer da Banca Examinadora. A aprovação no rito de defesa deverá ser homologada pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais do programa. A outorga do título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, MELINA GIRARDI FACHIN, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos membros da Comissão Examinadora.

Curitiba, 13 de Março de 2019.

  
MELINA GIRARDI FACHIN  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

  
MELISSA MARTINS CASAGRANDE  
Avaliador Externo (UP)

  
VERA KARAM DE CHUEIRI  
Avaliador Interno (UFPR)



## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **CAROLINE GODOI DE CASTRO OLIVEIRA** intitulada: **CONVERSA COM REFUGIADOS: INTERAÇÕES DE UM CAMPO SOCIAL HETEROTÓPICO**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.


Curitiba, 13 de Março de 2019.



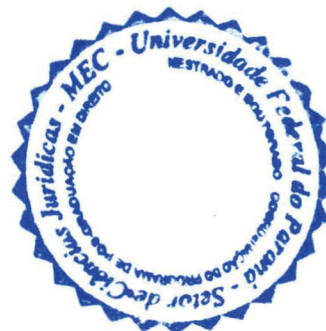
MELINA GIRARDI FACHIN  
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)



MELISSA MARTINS CASAGRANDE  
Avaliador Externo (UP)



VERA KARAM DE CHUEIRI  
Avaliador Interno (UFPR)



Aos meus avós, Milca e Lênio, os  
donos da minha saudade.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Melina Fachin, a minha mais profunda gratidão. Eu me lembro da primeira vez que a vi, quando pedi para ser aluna ouvinte em uma das disciplinas ofertadas na graduação. Seu acolhimento e sua generosidade para transmitir tanto conhecimento me chamaram a atenção então, e minha admiração só fez se aprofundar ao longo destes anos. Me espelho em sua conduta acadêmica, profissional e humana, e sou muito grata por todo o aprendizado que sua orientação me proporcionou.

Ao Paulo, meu companheiro de todas as horas, que apoia minhas iniciativas sempre com entusiasmo e amor. Juntos atravessamos “curvas, retas e até ladeiras”, mas caminhar ao seu lado transforma o trajeto em um lugar muito mais bonito. Obrigada por sempre me encorajar, por me fortalecer, por não soltar a minha mão e por me fazer café – tudo isso foi imprescindível ao longo do mestrado e, principalmente, durante a escrita da dissertação.

O trabalho voluntário e a vida profissional me presentearam com a minha sócia e amiga que é meu ponto de equilíbrio. Fa, você é quem traz meus pés de volta ao chão ao mesmo tempo em que me acompanha nos sonhos e propósitos. Sem o seu apoio e comprometimento essa jornada sequer seria possível.

Eu li certa vez que uma mulher não se define por seu corpo, trabalho, origem ou crenças, mas por sua coragem, capacidade de sorrir em meio à tempestade e habilidade de tornar o mundo ao seu redor um pouco menos áspero e um pouco mais doce do que estava antes de sua chegada. Daniela Y., Ana, Bethânia, Gabriela, Natália, Kenya, Alicja, Tayne, Tatiana e Daniela K., todas vocês melhoram o meu mundo e eu preciso olhar para cima para enxergá-las. Ninguém faz nada sozinho nessa vida, e a minha sorte é ser acompanhada por vocês.

Aos queridos amigos Andréa e André, agradeço pela leitura atenta e generosa que fizeram do meu trabalho. Minha admiração e estima por vocês são imensas.

Aos meus pais, agradeço por tudo e por tanto. À minha irmã e minha sobrinha, Flora, por me mostrarem que tudo se renova. Ao meu tio Aroldo, por me ensinar sobre acolhimento e o amor aos livros. Vocês são o meu esteio.

Por fim, o agradecimento mais essencial é para aqueles sem os quais esta pesquisa não existira. Todos e cada um dos vinte entrevistados foram parte fundamental da construção deste trabalho. Jamais me esquecerei do carinho com que fui recebida em todos os encontros. O café com cardamomo, o tempero congolês, a receita original síria, a confiança para abrirem para mim a porta de suas casas e a companhia que me fizeram neste percurso solitário que é a escrita: tudo isso me fez crescer não só como estudante e pesquisadora, mas sobretudo e ainda mais

importante, como um ser humano na tentativa de compreender que o mundo não é do tamanho daquilo que eu posso enxergar. Ainda bem.



“É assim que eu ouço e vejo o mundo –  
como um coro de vozes individuais  
e uma colagem de detalhes do dia a dia”.  
Svetlana Aleksiévitch

## RESUMO

O presente estudo pretende lançar sobre o fenômeno do refúgio um olhar holístico que compreenda a relação das vidas concretas com as normas abstratas. Para tanto, são analisados, do modo transversal, o aporte teórico, os elementos normativos e as experiências concretas de refugiados, atribuindo a estas o ponto central da pesquisa desenvolvida, que se baseia precisamente na diversidade de vivências no refúgio. Tal perspectiva não intenta trazer respostas, mas levantar reflexões que possam superar uma perspectiva virtual e homogeneizante desse fenômeno. O enfoque é direcionado a três domínios: o primeiro deles define o fenômeno como um campo social; o segundo traz os elementos normativos que circunscrevem esse campo, definindo quem o integra e quais as relações que podem ser travadas com o meio que lhe é exógeno; e, por fim, são analisadas as formas de interação desse campo com o meio social que atravessa e é atravessado pelo refúgio, relações que podem ser mediadas por pressupostos de alteridade ou de hostilidade. A partir da pesquisa empírica, matrizes teóricas e aporte normativo, é examinada a multidimensionalidade das experiências de refugiados e solicitantes de refúgio de provenientes de Guiné-Bissau, República Democrática do Congo, El Salvador, Venezuela e Síria, no que concerne ao alcance de algumas categorias de direitos fundamentais, tais como: acesso à documentação, moradia, colocação profissional e integração social, tendo como enfoque central a vivência dos sujeitos. Com a realização de entrevistas, investigou-se como fatores subjetivos de origem, condição socioeconômica e raça podem interferir na concretização de direitos e no grau de acolhimento experimentados por refugiados e solicitantes de refúgio. Não há um padrão homogêneo que rege a experiência do refúgio em virtude da complexidade imanente a esse campo social, aqui retratada pela alegoria da heterotopia, que representa as múltiplas e distintas formas de atravessar o refúgio e por ele ser atravessado. Os relatos expostos evidenciam a ampla gama de experiências vivenciadas, caracterizando o refúgio como um campo social heterotópico em virtude da justaposição de lugares opostos e de posições distintas que este fenômeno engendra.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Direitos dos Refugiados. Campo Social. Heterotopia. Hospitalidade.

## **ABSTRACT**

This essay intends to look at refugees' movements through a transversal point of view, combining theory, law and concrete experiences of those who immigrate because of persecution, conflicts and violence. The narratives of twenty refugees and refuge seekers are the central aspect of this thesis, which grounds itself on the diversity of the refuge experience, including those who already are acknowledged as refugees and those who are still waiting for the recognition of this condition. These movements are evaluated from a holistic perspective, which comprehends both real and concrete lives and abstract legislation. This outlook doesn't intend to bring any answers, but to propound reflections that may overcome a homogeneous perspective of refuge. This analysis is directed to three refuge's angles: the first of them defines these movements as a social field; the second one brings the normative elements which circumscribes this field, defining the conditions of admission; and the third one evaluates how the refuge social field interacts with the outer environment, as well as the relations that can be based on hostility or hospitality. It is examined the multidimensionality of experiences of refugees from different origins, race and economic conditions, and how these conditions affect the access to fundamental rights such as documentation, habitation, professional collocation and social integration. Through the interviews, it was analyzed how these subjective conditions weighs on the fundamental rights' concretization, and how refugees are welcomed or not. Thus, this social field contains as many living possibilities as it contains subjects; there isn't a uniform standard in refugees' experiences due to the immanent complexity of this field, which can be represented by the heterotopia allegory, depicting the multiple ways of going through the refuge experience and being affected by it. The stories that were disclosed in this essay point to the multiple means of living the diaspora, distinguishing refuge as a heterotopic social field, due to approximations of opposed and varied positions that it entails.

**Keywords:** Human Rights. Refugees Rights. Social Field. Heterotopia. Hospitality.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	9
2. COMPOSIÇÃO DO CAMPO: CONTEXTUALIZAÇÃO DOS FLUXOS E ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	14
2.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NO SÉCULO XXI .....	14
2.2. REFÚGIO COMO UM CAMPO SOCIAL HETEROTÓPICO .....	22
2.3. EXPERIÊNCIAS NO REFÚGIO .....	38
3. CIRCUNSCRIÇÃO DO CAMPO: ELEMENTOS NORMATIVOS .....	60
3.1. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E O DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS .....	60
3.2. LEI DE REFÚGIO (Lei n.º 9.474/1997) .....	77
3.3. LEI DE MIGRAÇÃO (LEI N.º 13.445/2017) E DECRETO N.º 9.199/2017 .....	92
4. INTERAÇÕES DO CAMPO: ACESSOS E BARREIRAS .....	101
4.1. PRESENÇAS NO LIMIAR .....	101
4.2. ALTERIDADE E OS PARADOXOS DA HOSPITALIDADE .....	113
4.3. NARRATIVAS DE REFÚGIO: HETEROTOPIAS .....	125
5. CONCLUSÃO .....	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	151
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO ENTREVISTA .....	162
APÊNDICE II – RELAÇÃO PARTICIPANTES PESQUISA EMPÍRICA .....	163
ANEXO I – INFORMAÇÃO Nº 1/2019/SIC-CONARE/CONARE/DEMIG/SNJ .....	164

## 1. INTRODUÇÃO

A obra *Migrando*, de Mariana Chiesa Mateos, narra, sem a utilização de palavras, duas opostas experiências de migração. Uma jovem se despede de sua família para embarcar em uma viagem, e durante o voo avista embarcações de imigrantes que se submetem a tamanho risco por ser ainda maior aquele deixado para trás – “há quem persiga os sonhos e há quem seja perseguido”<sup>1</sup>, afirma a autora na apresentação à obra. Pessoas na praia avistam a chegada destes barcos, e ao mesmo tempo em que uma criança vai ao socorro de outra, viaturas se posicionam para erigir grades em torno dos sobreviventes da travessia.

O livro em questão possui duas capas e dois diferentes pontos de partida, e dentre as poucas palavras que o introduzem, a autora consigna: “Um livro sem palavras. Talvez porque as palavras se esconderam à espera da maravilha de um gesto”<sup>2</sup>. Trata-se de uma obra “aberta a múltiplas interpretações e que, assim como o próprio fenômeno da migração, propõe a experiência de vários pontos de vista ao mesmo tempo”<sup>3</sup>.

Em alusão ao título da obra *Conversas de Refugiados*, de Bertolt Brecht<sup>4</sup>, a presente pesquisa se baseia precisamente na diversidade de experiências no refúgio, aqui abrangendo tanto aqueles que têm reconhecido o *status* de refugiado, quanto aqueles que aguardam a decisão de seu pedido, para lançar sobre o fenômeno um olhar holístico que compreenda a relação das vidas concretas com as normas abstratas.

Pretende-se investigar a multidimensionalidade das experiências de refugiados e solicitantes de refúgio de nacionais de Guiné-Bissau, República Democrática do Congo, El Salvador, Venezuela e Síria no que concerne ao acesso a algumas categorias de direitos fundamentais, tais como acesso à documentação, moradia, colocação profissional e integração social, tendo como enfoque central a vivência dos sujeitos. Com a realização de entrevistas, investigou-se como fatores subjetivos de origem, condição socioeconômica e raça podem interferir nestes processos.

Os fluxos migratórios fazem parte da história da humanidade, e em contextos de crise acabam sendo acentuados<sup>5</sup>. O expressivo contingente de pessoas deslocadas denota a

---

<sup>1</sup> MATEOS, Mariana Chiesa. **Migrando**. São Paulo: Editora 34, 2015.

<sup>2</sup> Ibidem.

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> BRECHT, Bertolt. **Conversas de refugiados**. São Paulo: Editora 34, 2017.

<sup>5</sup> Segundo dados das Nações Unidas, há hoje mais de 259 milhões de imigrantes, refugiados e solicitantes de refúgio. 3,7% da população global não vive em seu país de origem. (UN International Migrants Stock Dataset in 2015 –Disponível em:

importância de uma análise a respeito da concretude destas vidas em movimento. Um exame puramente normativo e teórico não é capaz de revelar a dimensão das múltiplas realidades envolvidas nas situações de refúgio, e por esta razão a pesquisa a que se pretende realizar se pauta essencialmente na vivência de refugiados e solicitantes de refúgio.

O objetivo precípua da realização da pesquisa nesses moldes se consubstancia na avaliação dos atuais fluxos migratórios a partir de uma perspectiva pautada nas vivências daqueles que experimentam essas diásporas na condição de busca pelo amparo do refúgio, sendo as narrativas desses indivíduos o meio para vislumbrar uma amostra da multidimensionalidade dessas experiências, sobretudo no que tange ao acesso a direitos básicos.

Partindo da premissa inicial de que há uma latente distinção de direitos fundamentais quando se compara o acesso de nacionais e estrangeiros, a hipótese que advém como um desdobramento é de que há também significativas distinções no que tange ao exercício de direitos por parte da população em situação de refúgio, havendo tantas experiências de refúgio quanto existem refugiados. Investiga-se também o fato de essas assimetrias decorrerem de fatores subjetivos, tais como a origem, raça e condição socioeconômica. Pretende-se, assim, encarar a complexidade que se encontra latente nessas questões, examinando as múltiplas dimensões de acesso a direitos e integração social que permeiam o caminho das vidas em trânsito.

Os três eixos que sustentam o presente estudo são a pesquisa empírica, correspondente às entrevistas realizadas com 20 refugiados e solicitantes de refúgio; a análise normativa dos instrumentos nacionais e internacionais voltados à população refugiada; e os marcos teóricos pertinentes para tratar da pluralidade dessas vivências. Atribuiu-se às narrativas obtidas com as entrevistas a centralidade, tendo sido os marcos teóricos eleitos a partir dessas, e não o contrário. O protagonismo das experiências concretas, para além do vislumbre de sua pluralidade, diz respeito ao reconhecimento da autoridade narrativa daqueles que buscam por refúgio<sup>6</sup>.

A respeito da metodologia da pesquisa empírica, o questionário foi elaborado de forma semiestruturada, com a finalidade de proporcionar espaços para as narrativas espontâneas, observando os parâmetros e exigências da ética em pesquisa. Empreendeu-se uma abordagem qualitativa, havendo sido entrevistados 20 adultos, refugiados e solicitantes de refúgio, homens e mulheres com idade entre 19 e 44 anos, provenientes dos países supra referidos. Os

---

<<http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/migration-regions-infographics.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

<sup>6</sup> HAYDU, Marcelo. **Refugiados congolese na cidade de São Paulo: processo migratório e itinerários terapêuticos**. Tese. Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Unifesp, 2017. P. 113.

entrevistados foram eleitos a partir da base de dados própria da pesquisadora, e foi estabelecido o critério de que residissem no Brasil há pelo menos um ano, uma vez que o objeto da pesquisa demanda uma certa vivência no país.

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa desta Universidade, e no ato da entrevista os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando a utilização de seu conteúdo na presente pesquisa, observando-se o sigilo de seus dados.

Os três capítulos que compõem esta pesquisa se dirigem a três domínios do refúgio. O primeiro deles define o fenômeno como um campo social; o segundo traz os elementos normativos que delimitam esse campo, definindo quem o integra e quais as relações que podem ser travadas com o meio que lhe é exógeno; e, por fim, o terceiro capítulo se debruça sobre as possibilidade de interação com o meio social que atravessa e é atravessado por refúgio, relações que podem ser mediadas por pressupostos de alteridade ou de hostilidade.

As narrativas obtidas permeiam todos os capítulos, posto que constituem o elemento central da pesquisa desenvolvida. Desse modo, as matrizes teóricas foram eleitas a partir dos elementos da pesquisa empírica, e o exame de cada uma delas tem o escopo de tangenciar as experiências individuais dos entrevistados.

No capítulo inicial são tecidas algumas considerações sobre os fluxos migratórios atuais, contextualizando a situação dos países de origem dos participantes da pesquisa empírica, a fim de que o processo migratório seja entendido como um todo, desde os fatores que impelem os sujeitos a buscar por proteção em outro país, até os desafios impostos pela mudança.

Em seguida, são traçadas as linhas teóricas que conduzem a pesquisa, sobretudo com relação à teoria bourdieusiana, acerca dos campos sociais e do conceito de heterotopia formulado por Michel Foucault. Com base nesses aportes, sustenta-se o enquadramento dos fenômenos migratórios, especialmente do refúgio, como um campo social, posto que possuem regras e desafios próprios e constituem um microcosmo inserido e relacionado ao macrocosmo, com determinada autonomia com relação a esse.

Feitas as considerações a respeito dos países de origem dos entrevistados e das entrevistadas e traçada a delimitação teórica, passa-se à análise dos relatos feitos pelos participantes a respeito do trâmite do processo de solicitação de refúgio, do acesso à documentação, do atendimento prestado pelas autoridades migratórias, do aprendizado do idioma e do acesso à moradia, trabalho e direitos sociais. Os relatos demonstram a diversidade de vivências que permeia o campo do refúgio, descortinando as heterotopias presentes na pluralidade de subjetividades que estão localizadas nestas formas de diáspora.

Com a definição do refúgio como um campo social heterotópico, posto que aproxima posições antagônicas, são examinados os elementos que o delimitam. O direito circunscreve o campo do refúgio por meio das normas que definem quem pode ser considerado refugiado, o trânsito que lhes é permitido nas relações com o meio exógeno (qual seja, a sociedade de acolhimento), bem como o grau de acesso a direitos que lhes será outorgado.

A fim de fornecer um panorama dos mecanismos que delimitam o campo do refúgio, são considerados os mecanismos de proteção internacional dos direitos dos refugiados nos âmbitos normativos global, regional e local. Empreende-se uma análise acerca do contexto de internacionalização dos direitos humanos, e de sua irradiação em sistemas regionais e na legislação interna, enfatizando-se os aspectos positivos e as deficiências desses instrumentos, consoante sua repercussão na experiência concreta dos participantes da pesquisa empírica. Foram analisados os relatos dos entrevistados acerca do procedimento da solicitação de refúgio e ao direito à unidade familiar, contrapondo as disposições legais à realidade dos refugiados.

Após a definição do campo e da apresentação dos elementos que o delimitam, o terceiro e último capítulo consiste na análise das relações entre o campo do refúgio e o espaço que lhe é exógeno, o meio social que o contorna e atravessa. Essas interações podem ser mediadas por pressupostos de alteridade e hospitalidade ou, de forma reversa, pautadas na edificação de barreiras. Nesse contexto, a ausência do vínculo de pertencimento que por definição caracteriza o refúgio revela algumas tensões imanentes às interações entre o campo e o meio externo. A cisão entre indivíduo e cidadão e a perpetuação da temporariedade de uma condição duradoura são alguns dos fatores que imputam à condição de refúgio um distanciamento que dificulta o acesso a determinados bens e direitos dispostos na sociedade de acolhimento. As categorias das entrevistas examinadas neste capítulo dizem respeito à colocação profissional, à percepção da igualdade e acolhimento e à existência de associações de imigrantes ou refugiados, bem como sobre a participação em tal sorte de mobilização.

Confrontar a teoria com a prática é um importante mecanismo para se avaliar o caminho percorrido e as distâncias ainda a percorrer, no que diz respeito à efetivação dos direitos fundamentais dos refugiados. Ainda que não sejam dadas respostas, a contextualização e os questionamentos críticos podem oferecer a possibilidade de que se trilhe um percurso direcionado cada vez mais à realização das garantias fundamentais e ao acolhimento e integração das vidas humanas que aqui aportam.

Se, por um lado, não há muros nas fronteiras, por outro, ainda há muito que avançar para que seja possível dizer que existem pontes. Os obstáculos coexistem com as formas de



acesso, e isso revela que a condição de refúgio se circunscreve em espaços essencialmente heterotópicos.

Postas as bases teóricas, normativas e práticas que conduzem este estudo, incumbe percorrer o itinerário proposto encarando as múltiplas contradições envolvidas nesses trajetos, não com a pretensão de solucioná-las, mas o propósito de distinguir as particularidades dessas vivências e os antagonismos encontrados em seus percursos.

## 2. COMPOSIÇÃO DO CAMPO: CONTEXTUALIZAÇÃO DOS FLUXOS E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 2.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NO SÉCULO XXI

Estima-se que há cerca de 260 milhões de pessoas que vivem fora de seus países de origem, segundo o último levantamento realizado em 2017 pelas Nações Unidas<sup>7</sup>, sendo que aproximadamente 68 milhões estão em situação de migrações forçadas. Este expressivo contingente abrange o fluxo de pessoas que procuram por refúgio, em torno de 25 milhões, conforme dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur)<sup>8</sup>, em razão de fundado temor de perseguição “por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas”<sup>9</sup>, consoante a definição de refugiados empreendida pela Convenção das Nações Unidas de 1951 e, nos termos da ampliação deste rol formulada pela Declaração de Cartagena de 1984, aqueles cuja “vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública”<sup>10</sup>.

Ao longo da história, mesmo antes da expansão europeia iniciada no século XV e num processo de intensificação exponencial desde então, os deslocamentos dos povos constituem mais uma regra do que uma exceção, e os movimentos migratórios são condições de definição sócio-histórica da humanidade<sup>11</sup>.

As migrações em massa não são de forma alguma um fenômeno recente, e têm acompanhado a modernidade desde os seus primórdios, já que o modo de vida moderno produz pessoas redundantes, seja por ficarem à margem do progresso econômico, seja em razão de conflitos causados por transformações sociais, políticas e pela disputa por poder, como preleciona Bauman<sup>12</sup>. O filósofo aponta como outra razão para as diásporas contemporâneas a

---

<sup>7</sup> United Nations. INTERNATIONAL MIGRATION REPORT 2017. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2017.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

<sup>8</sup> UNHCR, Acnur. **Datos básicos**, Acnur: Agência da ONU para os refugiados, 2018. Disponível em: <<http://www.acnur.org/es/datos-basicos.html>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

<sup>9</sup> ONU. ACNUR. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. 1951.

<sup>10</sup> Declaração de Cartagena. Adotada pelo “Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários”, realizado em Cartagena, Colômbia, entre 19 e 22 de novembro de 1984.

<sup>11</sup> HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. P. 25-26.

<sup>12</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. P. 9.

“profunda e aparentemente insolúvel desestabilização do Oriente Médio”<sup>13</sup>, causada pela interferência política e militar de potências ocidentais naquela região.

Deste modo, se as razões para os movimentos em massa são biformes em seus pontos de partida, também o são os impactos e reações nos países de destino. De um lado, os interesses empresariais acolhem o influxo de mão de obra barata, de outro, a população se amedronta com a ameaça de competição no mercado de trabalho<sup>14</sup>.

Agamben pontua que desde os fluxos de refugiados que ocorreram ao final da Primeira Guerra Mundial, esse processo tem se intensificado<sup>15</sup>. Hannah Arendt, a respeito das guerras civis que sucederam a guerra e se perpetuaram “durante os vinte anos de paz agitada”<sup>16</sup>, consigna:

[As guerras civis] Foram seguidas pela migração de compactos grupos humanos que, ao contrário dos seus predecessores mais felizes, não eram bem-vindos e não podiam ser assimilados em parte alguma. Uma vez fora do país de origem, permaneciam sem lar; quando deixavam o seu Estado, tornavam-se apátridas; quando perdiam os seus direitos humanos, perdiam todos os direitos: eram o refúgio da terra<sup>17</sup>.

As migrações internacionais estiveram, muitas vezes, no centro dos grandes eventos que reconfiguraram o mundo. O século XX começou com as migrações transatlânticas alcançando níveis jamais antes atingidos, e terminou com números expressivos de migrações de países da Europa oriental para a Europa ocidental<sup>18</sup>.

A procura pela proteção do refúgio, conforme as definições atribuídas pelos instrumentos normativos cuja análise detalhada será formulada no capítulo seguinte, é precedida no mais das vezes por situações de violação a direitos humanos, as quais não deixam alternativa que não seja a partida em busca de um local que ofereça as mínimas condições de segurança. Bauman afirma, nesta toada:

O fluxo de refugiados impulsionados pelo regime de violência arbitrária a abandonar suas casas e propriedades consideradas preciosas, de pessoas buscando abrigo dos campos de matança, acrescentou-se ao fluxo de ‘migrantes econômicos’, estimulados pelo desejo demasiadamente humano de sair do solo estéril para um lugar onde a grama é verde: de terras empobrecidas, sem perspectiva alguma, para lugares de sonho, ricos em oportunidades<sup>19</sup>.

---

<sup>13</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. P. 9.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>15</sup> AGAMBEN, Giorgio. **We refugees**. Giorgio Symposium; Summer 1995.

<sup>16</sup> ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 300.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 300.

<sup>18</sup> BENHABIB, Seyla. **The life of others: aliens, residents and citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 6.

<sup>19</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. P. 12.

Ainda que não seja o objetivo deste estudo examinar as políticas migratórias levadas a cabo ao redor do globo, é relevante trazer alguns apontamentos acerca do contexto mundial dos recentes fenômenos de migração em massa.

Os países que mais geram fluxos de refugiados são Síria, Afeganistão e Somália; e os países que mais recebem são Turquia, Paquistão e Líbano, em razão da proximidade com as zonas de conflitos<sup>20</sup>. O refúgio está muito mais atrelado, tanto na origem, quanto no destino, a países que raramente recebem atenção da opinião pública. Seyla Benhabib destaca que, apesar de países europeus enfrentarem o aumento do número de imigrantes, são principalmente as nações do hemisfério sul que recebem milhões de refugiados fugindo das guerras nos países vizinhos<sup>21</sup>.

Marcelo Haydu, em sua tese de doutorado, realizou pesquisa de campo na qual entrevistou quinze refugiados congolese a respeito das razões e trajetórias do refúgio. Um dos entrevistados contou que “com o apoio de um amigo congolês, conseguiu migrar para Tanzânia. Segundo ele, muitos congolese, por conta dos conflitos armados no país, acabam fugindo, sobretudo para Tanzânia, Ruanda e Uganda, países ao leste do Congo”<sup>22</sup>. Nesse sentido, o ACNUR constatou que 85% dos refugiados estão em países em desenvolvimento, revelando que são países mais pobres que abrigam o maior número de refugiados, seja em números absolutos ou com relação ao porte de sua economia<sup>23</sup>.

---

<sup>20</sup> VENTURA, Deisy, e ARAÚJO, Natália. **Infográfico: migração e direitos humanos**. In: Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos, v.12, n.22, 2016. P. 131-139. P. 134-135.

<sup>21</sup> BENHABIB, Seyla. **The rights of others: aliens, residents and citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 5.

<sup>22</sup> HAYDU, Marcelo. **Refugiados congolese na cidade de São Paulo: processo migratório e itinerários terapêuticos**. Tese. Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Unifesp, 2017. P. 81.

<sup>23</sup> ACNUR. **Tendencias Globales: Desplazamiento Forzado em 2017**.

Disponível em: <<https://www.acnur.org/stats/globaltrends/5b2956a04/tendencias-globales-desplazamiento-forzado-en-2017.html>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

Governos de países europeus como Hungria<sup>24 25</sup> e Itália<sup>26 27 28</sup> têm adotado práticas bastante avessas à entrada e acolhimento de refugiados, o que se pode atribuir à ascensão de governos de extrema direita e propagação da xenofobia<sup>29</sup>. O Governo da Dinamarca anunciou que enviará os imigrantes considerados indesejados a uma pequena ilha no mar Báltico, e lá deverão se apresentar diariamente às autoridades, sob pena de detenção<sup>30</sup>.

O instituto Pew Research Center, uma plataforma estadunidense de jornalismo dedicada à pesquisa empírica, realizou em 2016 um estudo em dez países europeus, o qual revelou que em média 59% da população considera que refugiados aumentam a ameaça de terrorismo, oscilando entre 40% (Espanha) até 79% (Hungria)<sup>31</sup>. O mesmo estudo demonstrou que a média da população que teme a perda de emprego e de benefícios sociais pelo influxo de refugiados é de 50%, sendo o menor índice o da Alemanha (31%) e o maior o da Hungria (82%).

Em maio de 2018 oficiais imigratórios dos Estados Unidos detiveram mais de cinquenta mil imigrantes em sua política de “tolerância zero” com relação às tentativas de ingresso por parte de imigrantes em situação irregular, determinando que qualquer adulto que tentasse entrar no país deveria ser detido, processado e julgado. A adoção de medidas extremas e despóticas chegou a separar crianças de suas famílias, detendo-as em centros policiais e de

---

<sup>24</sup> BARATA, Clara. No dia dos refugiados, Hungria aprovou lei que torna crime ajudá-los. **Público**, Lisboa, 20 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/06/20/mundo/noticia/no-dia-dos-refugiados-hungria-aprovou-lei-que-torna-crime-ajudalos-1835279>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

<sup>25</sup> SÉRVIA/HUNGRIA: brutalidade contra imigrantes na fronteira. **Médicos sem Fronteiras**, [S.l.], 9 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/noticias/serviahungria-brutalidade-contra-migrantes-e-refugiados-na-fronteira>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

<sup>26</sup> WILLIAMS, Megan. Itália endurece na questão dos refugiados e pressiona EU. **DW**, Deutsche Welle, 28 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/it%C3%A1lia-endurece-na-quest%C3%A3o-dos-refugiados-e-pressiona-ue/a-44446241>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

“Salvini's anti-migrant security decree becomes law in Italy”.

<sup>27</sup> A ITÁLIA e a Sicília não podem ser o campo de refugiados da Europa. **Diário de Notícias**, Lisboa, 3 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/italia-nao-pode-ser-o-campo-de-refugiados-da-europa---novo-ministro-do-interior-9405334.html>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

<sup>28</sup> O DECRETO de segurança anti-migrante de Salvini torna-se lei na Itália. **The Local**. Itália, 29 nov. 2018. Disponível em: <[https://www.thelocal.it/20181129/salvinis-anti-migrant-security-decree-becomes-law-in-italy?fbclid=IwAR0PSTS5bGE8qWz5OGPkc\\_KDur8OyGxKyffuDQfRNaw02v\\_wMsYZDnWJ-eQ](https://www.thelocal.it/20181129/salvinis-anti-migrant-security-decree-becomes-law-in-italy?fbclid=IwAR0PSTS5bGE8qWz5OGPkc_KDur8OyGxKyffuDQfRNaw02v_wMsYZDnWJ-eQ)>. Acesso em 02 dez. 2018.

<sup>29</sup> BOGUS, Lucia Maria Machado; SILVA, João Carlos Jarochinski. Fluxos migratórios contemporâneos: condicionantes políticos e perspectivas históricas. In: THEMOTEO, Reinaldo (Org.). **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 27-44.

<sup>30</sup> SORENSEN, Martin Selsoe. Dinamarca decide enviar imigrantes indesejados para ilha pequena e de difícil acesso. **Folha de São Paulo**. Traduzido por Clara Allain. Copenhagen, [2018?]. Disponível em: <[https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/dinamarca-decide-enviar-imigrantes-indesejados-para-ilha-pequena-e-de-dificil-acesso.shtml?fbclid=IwAR1eUxgMx3u\\_yH4VqYJNLz6Ob34cycgv9tFmmLmKF9DDzhTuvGG5OIcS5mI](https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/dinamarca-decide-enviar-imigrantes-indesejados-para-ilha-pequena-e-de-dificil-acesso.shtml?fbclid=IwAR1eUxgMx3u_yH4VqYJNLz6Ob34cycgv9tFmmLmKF9DDzhTuvGG5OIcS5mI)>. Acesso em: 15 dez. 2018.

<sup>31</sup> WIKE, Richard; STOCKS, Bruce; SIMMONS, Katie. Onda do medo dos europeus de refugiados significará mais terrorismo, menos empregos **Pew Research Center**. Washington, 11 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2016/07/11/europeans-fear-wave-of-refugees-will-mean-more-terrorism-fewer-jobs/>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

custódia, até que sejam transferidas a uma família de acolhida, o que demora, em média, 56 dias<sup>32</sup>. Estima-se que há mais de 14 mil crianças sob custódia nestas condições<sup>33</sup>.

O governo Trump, que tem recrudescido cada vez mais as políticas imigratórias no país, enviou cerca de 6 mil soldados à fronteira com o México e autorizou a utilização de armas letais alegando que "você está lidando com um mínimo de 500 criminosos sérios e pessoas rudes", declaração que não possui qualquer indício de verossimilhança<sup>34</sup>.

Medidas de intolerância ao ingresso de imigrantes são citadas por alguns dos participantes da pesquisa empírica, como se irá desvelar adiante, como uma das razões para a escolha do Brasil como local de destino, ainda que a distância seja consideravelmente maior para aqueles que vêm da Síria ou de países africanos. Segundo o estudo demográfico organizado por Rosana Baeninger e Duval Fernandes, “uma das marcas dessa população refugiada no Brasil é a diversificação de nacionalidades, em função das políticas restritivas à imigração nos países centrais”<sup>35</sup>. No entanto, com a eleição do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, que se opõe categoricamente ao ingresso de refugiados no país, há indícios de que as leis e políticas migratórias nacionais, consideradas bastante avançadas e protetivas, podem sofrer sensível retrocesso<sup>36</sup>. O governador eleito do Estado de Roraima, alinhado com as ideologias do governo federal, anunciou que pretende fechar a fronteira com a Venezuela e criar um programa de devolução de venezuelanos<sup>37</sup>, em absoluta violação aos preceitos consagrados na Convenção de 1951 sobre os refugiados, cujo conteúdo será detalhado no capítulo seguinte.

<sup>32</sup> MARS, Amanda; FAUS, Joan. Perguntas e respostas sobre a crise das crianças imigrantes nos Estados Unidos. **El País**. Washington, 19 jun. 2018. Disponível em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/19/internacional/1529422956\\_253073.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/19/internacional/1529422956_253073.html)>. Acesso em: 21 ago. 2018.

<sup>33</sup> KOPAN, Tal. Mais de 14.000 crianças imigrantes estão sob custódia dos EUA, uma alta de todos os tempos.

**San Francisco Chronicle**. Califórnia, 16 nov. 2018. Disponível em:

<[https://www.sfchronicle.com/nation/article/More-than-14-000-immigrant-children-are-in-U-S-13399510.php?fbclid=IwAR1jtJhiQ1E\\_P1IB8AGWpmqxUr-Jot-8JB54mGek92kzqogar7Vd\\_MuEdrA](https://www.sfchronicle.com/nation/article/More-than-14-000-immigrant-children-are-in-U-S-13399510.php?fbclid=IwAR1jtJhiQ1E_P1IB8AGWpmqxUr-Jot-8JB54mGek92kzqogar7Vd_MuEdrA)>. Acesso em: 15 dez. 2018.

<sup>34</sup> TRUMP autoriza uso de força letal na fronteira com o México. **Valor Econômico**. São Paulo, 22 nov. 2018.

Disponível em: <[https://www.valor.com.br/internacional/5994757/trump-autoriza-uso-de-forca-letal-na-fronteira-com-o-mexico?fbclid=IwAR1n\\_7CF59RWRvvnvF5KXzSt8gYRx5nYGht3adjkA88v5DVWX-OpkaYB8dwk](https://www.valor.com.br/internacional/5994757/trump-autoriza-uso-de-forca-letal-na-fronteira-com-o-mexico?fbclid=IwAR1n_7CF59RWRvvnvF5KXzSt8gYRx5nYGht3adjkA88v5DVWX-OpkaYB8dwk)>. Acesso em: 15 dez. 2018.

<sup>35</sup> BAENINGER, Rosana; FERNANDES, Duval (Coord.). **Atlas temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migração Refugiada**. Campinas: Unicamp, 2018, p. 11.

<sup>36</sup> GRELLET, Fábio. Após falar com premie da Hungria, Bolsonaro critica lei brasileira de imigração. **Terra**. 19 nov. 2018. Disponível em: <[https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/apos-falar-com-premie-da-hungria-bolsonaro-critica-lei-brasileira-de-imigracao,869137245744fe97e6eb4ea3b21811f64xcsbb0u.html?fbclid=IwAR3VZWpTAiRRWc\\_QeM0MCHfK](https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/apos-falar-com-premie-da-hungria-bolsonaro-critica-lei-brasileira-de-imigracao,869137245744fe97e6eb4ea3b21811f64xcsbb0u.html?fbclid=IwAR3VZWpTAiRRWc_QeM0MCHfK)>.

Es5muvy2UvuvNpiuSk6uwWmopFLZ8LfsZII>. Acesso em: 15 dez. 2018.

<sup>37</sup> MARCHAO, Talita; RAMALHOSO, Wellington. Aliado de Bolsonaro, governador eleito de Roraima quer programa para "devolver" venezuelanos. **UOL**, São Paulo, 23 nov. 2018. Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/11/23/antonio-denarium-roraima-venezuelanos-jair-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

Segundo levantamento feito pelo Conare<sup>38</sup> (Comitê Nacional para Refugiados) em 2018, havia no Brasil 10.145 refugiados reconhecidos, e 86.007 pedidos de refúgio aguardando decisão. Os dados divulgados pelo órgão revelam que no ano de 2017 houve 33.866 pedidos de refúgio no Brasil e dos 1.179 pedidos analisados pelo Conare foram reconhecidos 587 refugiados<sup>39</sup>, sendo a maioria de sírios (53%) e da República Democrática do Congo (18%)<sup>40</sup>.

As políticas migratórias dos Estados, incluindo-se o Brasil, tendem a estabelecer diretrizes restritivas, em maior ou menor escala. O controle das hipóteses e condições de entrada e permanência regulamentam a relação entre o imigrante e o Estado, revelando o exercício de soberania intrínseco à prescrição destas normas<sup>41</sup>.

Neste contexto, a globalização<sup>42</sup>, por um lado, promoveu e vem promovendo uma maior integração entre os Estados-nação e, conseqüentemente, a maior permeabilidade das fronteiras. De outro lado, no entanto, esta permeabilidade se mostra bastante seletiva, posto que são restritas a determinadas categorias de pessoas a livre circulação e transposição de fronteiras<sup>43</sup>.

Esta lógica global comporta lugares que originam diversas ordens de fluxos migratórios, dentre os quais se localizam os movimentos de refugiados<sup>44</sup>. Há uma compressão de espaços envolvida nas transformações em curso; o uso desses espaços não é só diferenciado, mas também diferenciador: “globalização tanto divide quanto une; divide enquanto une”<sup>45</sup>.

---

<sup>38</sup> O Conare, Comitê Nacional para Refugiados foi instituído pela Lei 9474/1997. Atualmente é presidido pelo Ministério da Justiça e composto pelo Itamaraty (que exerce a Vice-Presidência), pelos Ministérios da Saúde, Educação e Trabalho e Emprego, pela Polícia Federal e pelas organizações não-governamentais Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e pela Cáritas Arquidiocesana, sedes do Rio de Janeiro e de São Paulo; bem como pelo ACNUR, este, contudo, não tem direito a voto.

<sup>39</sup> Verifica-se que o Conare possui uma estrutura aquém da demanda recebida. Nos últimos sete anos, o Brasil recebeu 126.102 solicitações de refúgio, um crescimento exponencial com relação aos anos anteriores. Contudo, a capacidade de avaliar os pedidos aparenta não ter acompanhado o aumento vertiginoso da procura, já que apenas 1,37% dos pedidos foram avaliados em 2017.

<sup>40</sup> ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. De 10,1 mil refugiados, apenas 5,1 mil continuam no Brasil com o registro ativo. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Brasília, 11 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados-apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

<sup>41</sup> BOGUS, Lucia Maria Machado, e SILVA, João Carlos Jarochinski. Fluxos migratórios contemporâneos: condicionantes políticos e perspectivas históricas. In: THEMOTEO, Reinaldo (Org.). **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 27-44.

<sup>42</sup> A concepção de globalização que orienta este estudo não está pautada exclusivamente no trânsito econômico, mas também em aspectos que tangem as dimensões sociais, políticas e culturais do fenômeno. Nos termos do que preceitua Boaventura de Sousa Santos, “não existe uma entidade única chamada globalização; existem, em vez disso, globalizações”. (SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua nova**, v. 39, p. 105-124, 1997. P. 105-124, p. 107).

<sup>43</sup> BOGUS, Lucia Maria Machado, e SILVA, João Carlos Jarochinski. Fluxos migratórios contemporâneos: condicionantes políticos e perspectivas históricas. In: THEMOTEO, Reinaldo (Org.). **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 27-44.

<sup>44</sup> BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **R. bras. Est. Pop** 34, nº 1 (abril de 2017). P. 119-43.

<sup>45</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. P. 7-8.



Um exemplo bastante emblemático da seletividade da plena integração política e econômica é o caso da União Europeia, que garante aos cidadãos provenientes dos países que integram acordo Schengen<sup>46</sup> liberdade de circulação, mas continuam a endurecer as políticas imigratórias para os demais<sup>47</sup>. É necessário considerar que a questão do refúgio e das migrações em massa é o preço da economia global. Neste mundo globalizado, “mercadorias circulam livremente, mas as pessoas não: novas formas de *apartheid* estão surgindo<sup>48</sup>”.

Enquanto os vistos de entrada vão progressivamente se tornando ultrapassados, o controle de passaportes é recrudescido, e se revela mais do que nunca uma ferramenta necessária para distinguir “aqueles para cuja conveniência e facilidade de viagem foram abolidos os vistos daqueles que deveriam ter ficado no lugar de onde saíram”<sup>49</sup>. Segundo Bauman:

A atual combinação da anulação dos vistos de entrada com o aumento dos controles de imigração tem uma profunda relação simbólica. Poderia ser considerada uma metáfora para a nova estratificação emergente. Ela deixa a nu o fato de que agora o ‘acesso à mobilidade global’ é que foi elevado à mais alta categoria entre os fatores de estratificação. Também revela a dimensão global de todo privilégio e de toda privação. Alguns desfrutam da nova liberdade de movimentos *sans papiers*. Outros não têm permissão para ficar em seus lugares pela mesma razão. Todas as pessoas podem ser andarilhas, de fato ou em sonho – mas há um abismo difícil de transpor entre as experiências que podem ter, respectivamente, os do alto e os de baixo da escala de liberdade<sup>50</sup>.

O direito à mobilidade é, portanto, um privilégio bastante restrito e distribuído de modo desigual, escancarando que a mesma entrada, para alguns, é de fácil acesso, enquanto para outros são impostas formas diversas de bloqueio. Essas barreiras podem ser mais visíveis, como o impedimento da entrada, ou mais sutis, representadas pelos obstáculos simbólicos enfrentados por aqueles a quem a mobilidade é limitada.

---

<sup>46</sup> Acordo de livre circulação entre os países signatários, podendo os cidadãos transitar sem se submeter a controle nas fronteiras. Glossário de sínteses. EUR-Lex. Disponível em: <[https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/schengen\\_agreement.html?locale=pt](https://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/schengen_agreement.html?locale=pt)>. Acesso em: 28 set. 2018.

<sup>47</sup> BOGUS, Lucia Maria Machado; SILVA, João Carlos Jarochinski. Fluxos migratórios contemporâneos: condicionantes políticos e perspectivas históricas. In: THEMOTEO, Reinaldo (Org.). **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017.

<sup>48</sup> ZIZEK, Slavoj. **Não podemos abordar a crise dos refugiados sem enfrentar o capitalismo global**. Blog da Boi Tempo, Sumarezinho, 18 set. 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/09/18/zizek-nao-podemos-abordar-a-crise-dos-refugiados-sem-enfrentar-o-capitalismo-global-os-refugiados-nao-chegarao-a-noruega-ao-pouco-a-noruega-que-eles-procuram-existe/>>. Acesso em: 19 set. 2018.

<sup>49</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. P. 94.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 94-95.



Slavoj Zizek oportunamente afirma que quando os ditos países ocidentais desenvolvidos tentam combater as migrações, eles combatem o que eles mesmos introduziram; combatem seu próprio legado histórico<sup>51</sup>.

Ainda que tenham ocorrido mudanças significativas na configuração do modelo tradicional de soberania, este ainda possui um papel proeminente nas políticas direcionadas a restringir a entrada de imigrantes. As velhas estruturas políticas podem ter arrefecido, mas novas formas políticas de globalização ainda não são vislumbradas. Seyla Benhabib observa que “nós somos como viajantes navegando num território desconhecido com a ajuda de velhos mapas, desenhados em outro tempo e em resposta a necessidades diferentes. Enquanto o território em que navegamos, a sociedade mundial de estados, mudou, nosso mapa normativo permanece o mesmo”<sup>52</sup>.

O expressivo contingente de refugiados revela as incongruências entre as normas do Direito Internacional dos Direitos Humanos – precipuamente no que diz respeito ao que Benhabib chama de “rights of others”, ou seja, os direitos de imigrantes, refugiados e pessoas em busca por asilo, e as afirmações de soberania territorial<sup>53</sup>.

Novas e velhas conformações de mundo são justapostas pelo trânsito humano, que revela a mudança dos espaços e a permanência dos referenciais. Cabe aqui a interlocução com a heterotopia, conceito formulado por Michel Foucault para designar a aposição de espaços antagônicos, como será detalhado a seguir, já que este panorama revelado por Benhabib demonstra as contradições existentes na relação entre os novos territórios e os velhos mapas, o que conforma uma justaposição de oposições. Ademais, Foucault destaca que uma das características da heterotopia é sua relação com recortes de tempo, o que ele denomina como heterocronia, ressaltando que “a heterotopia se põe a funcionar plenamente quando os homens se encontram em uma espécie de ruptura absoluta com o seu tempo tradicional”<sup>54</sup>. Este rompimento designa um arranjo complexo do vínculo com a temporalidade, podendo representar a acumulação ou substituição com relação ao tempo anterior.

---

<sup>51</sup> ZIZEK, Slavoj. Contra os direitos humanos. **Blog da Boi Tempo**. Sumarezinho, 14 mar. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/03/14/contra-os-direitos-humanos-artigo-de-slavoj-zizek/>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

<sup>52</sup> Tradução livre. Original: “we are like travelers navigating an unknown terrain with the help of old maps, drawn at a different time and in response to different needs. While the terrain we are traveling on, the world society of states, has changed, our normative map has not”. (BENHABIB, Seyla. **The rights of others: aliens, residents and citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 6).

<sup>53</sup> BENHABIB, Seyla. **The rights of others: aliens, residents and citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 6-7.

<sup>54</sup> FOUCAULT, Michel. **De espaços outros**. Estudos Avançados 27 (79), 2013. P. 119.

Em outras palavras, essa aposição entre território e mapa indica uma heterotopia e, de modo reflexo, uma heterocronia, já que não só avizinha espaços distantes, mas os coloca em relação com temporalidades distintas. O tempo e espaço da fronteira são atravessados pelo tempo e espaço das normas, e essa travessia é empreendida por indivíduos que costuram essa complexa trama composta por diferentes tempos e posições. Enquanto o tempo da fronteira é pautado na perspectiva estática da soberania, o tempo da travessia é orientado pelo dinamismo do movimento.

A afluência entre origem e destino conforma uma espécie de justaposição de lugares distantes, o que desvela a heterotopia primeira deste trabalho. Conforme defende Abdelmalek Sayad, a imigração começa com os fatores históricos-estruturais que construíram socialmente o processo emigratório no país de origem, de modo que a migração conjuga essas duas extremidades. A justaposição desses espaços e o fato de que o refúgio comporta suas próprias disputas possibilitam que o fenômeno seja classificado como um campo social heterotópico, conforme as teorias de Pierre Bourdieu e Michel Foucault, como se verá na sequência.

## 2.2. REFÚGIO COMO UM CAMPO SOCIAL HETEROTÓPICO

Feitas as considerações iniciais acerca dos fluxos migratórios atuais, compete introduzir as premissas dos campos sociais, formuladas por Pierre Bourdieu, naquilo que tangenciam o fenômeno migratório. Não é, contudo, objeto deste estudo empreender uma análise pormenorizada de sua teoria, mas situar o fenômeno do refúgio, a partir das características gerais e comuns do conceito de campo social, definindo-o como tal. Tampouco pretende o presente estudo esgotar a complexidade da obra de Bourdieu, mas busca valer-se de seus ensinamentos acerca da teoria dos campos para delinear os contornos em que se situam as premissas desta pesquisa, mais precisamente com relação à análise dos fluxos de refúgio como um fenômeno que pode ser encarado como um campo social.

O sociólogo francês define os campos sociais como “espaços estruturados de posições” que comportam uma estrutura de relações objetivas e possuem leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que influenciado e relacionado a um campo social mais amplo<sup>55</sup>. As relações objetivas, por sua vez, são “as relações entre as posições ocupadas nas distribuições dos recursos”<sup>56</sup>.

<sup>55</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 7ª ed. P. 66.

<sup>56</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. P. 154.

O funcionamento dos campos pressupõe a existência de objetos de disputa, e sua estrutura é “um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta, ou da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores”<sup>57</sup>. Os agentes de um determinado campo têm interesses em comum, que são relacionados à própria existência do campo, e “a luta pressupõe um acordo entre os antagonistas sobre o que merece ser disputado”<sup>58</sup>.

Apesar de o conceito de campo formulado por Bourdieu ter sido constantemente objeto de inflexões por parte do autor, alguns elementos são centrais para que se caracterizem os campos por ele desenvolvidos: um campo é microcosmo inserido num macrocosmo global, e tem relativa autonomia com relação a esse; cada campo possui regras e desafios específicos; os diversos agentes e as posições que ocupam são os elementos estruturantes dos campos. Estes agentes estão em constante disputa, posto que o capital é distribuído de maneira desigual para as posições existentes, havendo as dominantes e as dominadas<sup>59</sup>. Dessa feita, os campos são “o resultado de um processo de diferenciação no mundo social em espaços menores, cada qual com suas regras, desafios, bens em disputa e conflitos”<sup>60</sup>.

Há uma pluralidade de campos sociais, e alguns que são tratados por Bourdieu são o campo artístico, o campo científico, o campo cultural, o campo econômico e o campo do poder, sendo este último o espaço social que sedia o embate entre poderes, estabelecendo a dinâmica dos que são dominantes e os que são dominados. Existem, pois, diversos campos na sociedade, e as relações travadas entre eles são assimétricas e hierarquicamente situadas, representando o produto das relações historicamente construídas<sup>61</sup>.

A profícua obra do autor tem ainda como temas centrais o *habitus* e o capital, e ambos possuem correlação direta com o conceito de campo. O *habitus* consiste no “sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem” que proporciona o “conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo”<sup>62</sup>; nas “disposições duráveis e transponíveis” que são “princípios geradores e organizadores das representações e das práticas dos agentes”<sup>63</sup>. O termo não foi cunhado por Bourdieu, significando na tradição filosófica os atos que são

---

<sup>57</sup> BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983. P. 90

<sup>58</sup> Ibidem. P. 91.

<sup>59</sup> Ibidem. P. 89-94.

<sup>60</sup> OLIVEIRA, Márcio de; KULAITIS, Fernando. *Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios*. **Mediações** 22, nº 1 (junho de 2017): 15–47. P. 17.

<sup>61</sup> MONTAGNER, Maria Inês e MONTAGNER, Miguel Ângelo. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. **Tempus - Actas de Saúde Coletiva - Antropologia e Sociologia da Saúde: novas tendências** 5 (2011): 255–73. P. 263.

<sup>62</sup> BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983. P. 89.

<sup>63</sup> BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 2ª ed. P. 88-89.

repetidos de modo quase que inconsciente. O significado de *habitus* empregado por Bourdieu tem o sentido de “uma referência geral, um *habitus* incorporado a partir de certos esquemas de classificação que se reinventam (e guiam) exatamente quando são reatualizados ao sabor da vida cotidiana de cada um”<sup>64</sup>. Estes esquemas, deste modo, “são geradores de práticas para situações novas postas pelo mundo social”. O *habitus* é, então, “ao mesmo tempo uma inércia incorporada e uma grade de leitura e produtor de práticas”<sup>65</sup>, caracterizando-se pelo acúmulo de “experiências efetivamente vividas e incorporadas em situações individuais e coletivas”<sup>66</sup>. Nas palavras de Bourdieu:

As representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses que estão associados a ela) e segundo seu *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição no mundo social.

O *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído.

Em consequência, o *habitus* produz práticas e representações que estão disponíveis para a classificação, que são objetivamente diferenciadas; mas elas só são imediatamente percebidas como tal por agentes que possuam o código, os esquemas classificatórios necessários para compreender-lhes o sentido social. Assim, o *habitus* implica não apenas um *sense of one's place*, mas também um *sense of other's place*.<sup>67</sup>

O conceito de *habitus* formulado se caracteriza pelo papel ativo do agente e ressalta a sua função na interação com a realidade, de modo que ao mesmo tempo em que internaliza as representações da estrutura social, atua influenciando-a, construindo-se como “operador prático da construção de objetos”<sup>68</sup>.

Deste modo, o *habitus* representa os sistemas produzidos dentro de uma estrutura que acabam por estruturá-la, convertendo o substantivo em verbo. Na experiência migratória, alguns fatores podem ser destacados por balizarem a produção das práticas, como o fato de que “partir torna-se um elemento estrutural”<sup>69</sup> de sociedades que enfrentam profundas crises e conflitos, como é o caso dos países de origem dos participantes da pesquisa empírica realizada nesta pesquisa. Nesse sentido, Abdelmalek Sayad pontua que uma determinada “contingência histórica pode engendrar um modo particular de emigração”<sup>70</sup>.

<sup>64</sup> OLIVEIRA, Márcio de; KULAITIS, Fernando. *Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios*. **Mediações**, 22, nº 1 (junho de 2017): 15–47. P. 18-24.

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 18-24.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>67</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. P. 158.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>69</sup> OLIVEIRA, Márcio de e KULAITIS, Fernando. *Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios*. **Mediações**, 22, nº 1 (junho de 2017): 15–47. P. 36.

<sup>70</sup> SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 18.

Além disso, estar em um novo ambiente na condição de refugiado e solicitante de refúgio acaba por inculcar novas disposições nos indivíduos, que passam a integrar as práticas em um determinado campo. Quando imigrantes alegam que a escolha pelo Brasil ocorreu em virtude do contato com compatriotas que aqui se estabeleceram, e nos casos em que atestam a importância de repassar as informações e o aprendizado cotidiano que adquiriram para que as pessoas que chegam nas mesmas condições não precisem enfrentar as mesmas dificuldades, verifica-se a constituição de um *habitus* próprio da situação de imigração e, mais precisamente, do refúgio.

O mundo social compreende a existência de estruturas objetivas que orientam as ações, independente da vontade dos agentes. A gênese social do pensamento e ação constituem o *habitus*, ao passo que as estruturas sociais fundam os campos<sup>71</sup>.

Já o capital é o conjunto de bens simbólicos, para além da posse de bens materiais<sup>72</sup>. Existem várias espécies de capital, tais como o capital cultural, o capital econômico, o capital simbólico e o capital social, cada um com suas especificidades. Para fins de recorte metodológico, ainda que não seja o objetivo desta pesquisa aprofundar o conceito de suas variações, cabe traçar algumas linhas acerca do capital social, em razão de sua correlação com o tema do refúgio.

O capital social é a rede composta pelas relações de convivência e reciprocidade, as quais Bourdieu define como ‘capital de pertencimento’. São as relações sociais familiares, de afeto ou convivência, com as quais se pode contar em caso de necessidade<sup>73</sup>. Para os refugiados, esta rede muitas vezes é composta por outros refugiados ou imigrantes que compartilharam ou compartilham de experiências similares. Os conhecimentos sobre a prática migratória, segundo defendem Márcio de Oliveira e Fernando Kulaitis, “podem se transformar em *capital de mobilidade* quando, por exemplo, adquirem um novo passaporte”<sup>74</sup>. Os autores definem o capital de mobilidade como:

Um conjunto de bens (simbólicos e materiais) que se apresenta sob a forma de conhecimentos migratórios – formalidades administrativas, procedimentos de viagens, línguas e costumes – e documentos (cartas de estadia, passaporte ou contratos de trabalho) adquiridos pelo indivíduo através de experiências próprias ou de indivíduos próximos, oriundos de seu grupo familiar ou étnico. Apresenta ainda dimensão jurídico-política quando o indivíduo adquire outras nacionalidades ou um

<sup>71</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. P. 150.

<sup>72</sup> OLIVEIRA, Márcio de; KULAITIS, Fernando. *Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios*. **Mediações**, 22, nº 1 (junho de 2017): 15–47. P. 16.

<sup>73</sup>. Ibidem, p. 29.

<sup>74</sup>. Ibidem, p. 30.

novos *status* de cidadão. Reflete-se no aumento da capacidade individual de integração, de empregabilidade, de mobilidade e/ou de migração<sup>75</sup>.

A documentação é, sem dúvida, um relevante capital de mobilidade no campo social do refúgio, posto que a condição de vulnerabilidade presente nestes processos dificulta o alcance destes bens simbólicos. Como se pode observar pela pesquisa empírica realizada, a população refugiada enfrenta obstáculos mesmo no acesso aos documentos mais elementares, o que dificulta o exercício de direitos básicos e obsta ações corriqueiras do dia a dia. O relato de K. S., refugiada salvadorenha que veio ao Brasil com seu esposo e dois filhos, relata:

Chegamos aqui em janeiro de 2014 e fomos direto para a Polícia Federal, mas a Polícia Federal impediu durante 6 meses solicitar o refúgio. Disseram que teríamos que ir para Paraguai ou Argentina, Uruguai, e depois entrar com visto de estudante ou trabalho, pois o refúgio demorava muito, então eles não permitiram durante 6 meses solicitar o refúgio. E demorou 3 anos e meio só porque depois de 3 anos nós entramos em contato com nosso embaixador para ele poder intermediar pela gente, pela nossa família. Estávamos sofrendo porque meu esposo não podia trabalhar por causa do documento.

Como será detalhado no capítulo seguinte, no ato de pedido do refúgio os solicitantes recebem um protocolo, documento oficial de registro que permite a realização dos atos da vida civil. Deste modo, a recusa indevida do recebimento do pedido representa uma grave violação de direitos fundamentais.

Em *Conversas de Refugiados*, de Bertolt Brecht<sup>76</sup>, os personagens Ziffel, o Alto, e Kalle, o Atarracado, dois exilados alemães durante a Segunda Guerra, conversam na estação ferroviária de Helsinque, na Finlândia, sobre as adversidades que enfrentam<sup>77</sup>. Em uma das passagens, os personagens falam sobre o passaporte e seu valor:

O Atarracado

O passaporte é a porção mais nobre de uma pessoa. Ele não surge de modo tão simples como uma pessoa. Uma pessoa pode surgir em qualquer lugar, da maneira mais irrefletida e sem motivo razoável. Um passaporte, jamais. Ele é reconhecido quando é bom, enquanto uma pessoa pode ser boa e, ainda assim, não ser reconhecida.

O Alto

Pode-se dizer que o homem é apenas o portador mecânico de um passaporte. Colocam-no no bolso de seu paletó, da mesma maneira que uma pasta com ações é

<sup>75</sup> OLIVEIRA, Márcio de; KULAITIS, Fernando. *Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios*. **Mediações**, 22, nº 1 (junho de 2017): 15–47. P. 43.

<sup>76</sup> Brecht estava exilado na Finlândia quando iniciou o livro, por volta de 1940, mas a obra foi publicada pela primeira vez apenas em 1961, após a sua morte. (BRECHT, Bertolt. **Conversas de refugiados**. São Paulo: Editora 34, 2017).

<sup>77</sup> A obra de Brecht é aqui referenciada posto que a utilização de fontes literárias tem o atributo de revelar e se aproximar da experiência humana de maneira mais proeminente, uma vez que a pesquisa realizada pretende transcender a análise teórica-jurídica. Desse modo, o aporte teórico não se restringe à utilização de fontes bibliográficas da área do direito.



guardada no cofre – que em si mesmo não tem nenhum valor, mas contém objetos valiosos<sup>78</sup>.

O trecho em questão demonstra que o passaporte é um capital de mobilidade tão valioso que possui seu valor em si mesmo, maior do que o de seu portador. Brecht passou quinze anos no exílio; suas constantes travessias não eram “apenas um exercício de perdas, mas também um exercício de escolhas”<sup>79</sup>. Sua obra é permeada pelo pensamento político e por uma ‘posição de exílio’, se qualificando não como “uma justaposição entre pensamento e atividade, mas uma atividade revolucionária, no sentido do ato de voltar outra vez para o meio da ação. Atravessar fronteiras, voltar e, finalmente, voltar outra vez, interrompendo as ações, posicionando-se no tempo com os dois pés; é também caminhar por diferentes perspectivas”<sup>80</sup>. É neste sentido que sua obra se relaciona com o objeto deste estudo, posto que esse coteja, guardadas as devidas proporções, o olhar sobre o refúgio a partir de uma concepção transversal entre os aportes teóricos e as experiências concretas.

Nesse contexto, a “tríade conceitual” formada pelos conceitos de campo, *habitus* e capital integra a “teoria da prática” desenvolvida por Bourdieu, em que se situa a relação entre o *habitus*, isto é, as origens de cada indivíduo, e os capitais por ele herdados ou acumulados<sup>81</sup>. Para o sociólogo, “a teoria deve ser utilizada para recuperar a prática dos agentes sobre os quais ela teoriza”<sup>82</sup>, de modo que possa dialogar com o mundo social e a experiência cotidiana. Bourdieu se preocupa com a relação entre o pensamento e a realidade social, buscando integrá-los<sup>83</sup>.

Ainda que Bourdieu não tenha diretamente abordado a questão migratória, sua Teoria da Prática compreende possibilidades de “derivação, atualização e construção de conceitos-chave”<sup>84</sup>. O autor defende “a continuidade e a ruptura, a conservação e a superação, (...) ir para além dos antecessores, utilização nova dos instrumentos para cuja produção eles contribuíram”<sup>85</sup>. Desse modo, entende-se possível o apoio em sua teoria para embasar que o fenômeno migratório e, mais precisamente, os fluxos de refúgio podem conformar um campo

<sup>78</sup> BRECHT, Bertolt. **Conversas de refugiados**. São Paulo: Editora 34, 2017. P. 11-12.

<sup>79</sup> SOUSA, Edson Luiz André de; PEREIRA, Márcio Fransen. Bertolt Brecht: exílio, imagem e utopia. Porto Alegre: **Revista de Artes Visuais** 22, nº 36 (junho de 2017): 93-113. P. 96.

<sup>80</sup> Ibidem, p. 98.

<sup>81</sup> OLIVEIRA, Márcio de; KULAITIS, Fernando. Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios. **Mediações** 22, nº 1 (junho de 2017): 15-47. P. 17.

<sup>82</sup> ROBBINS, Derek. Teoria da prática. In: GRENFELL, Michel (org.). **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018. P. 59.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 60-61.

<sup>84</sup> OLIVEIRA, Márcio de; KULAITIS, Fernando. Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios. **Mediações** 22, nº 1 (junho de 2017): 15-47. P. 43.

<sup>85</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 7ª ed. P. 63.

social. A imigração é “dotada de uma lógica própria, porque tem seus efeitos e suas causas próprias, bem como suas condições quase autônomas de funcionamento e de perpetuação”<sup>86</sup> e, à vista disso, é oportuno que seja qualificada como um campo social.

O refúgio, como fenômeno socialmente condicionado por problemas políticos, civis, econômicos e humanitários, se constitui como uma categoria de migração de crise, abrangendo-se aqui a condição jurídica de refugiado e de solicitante de refúgio, posto que estas posições “revelam a presença histórica da ‘crise’ na origem do fluxo migratório – com a conotação de uma ‘migração forçada’ – e requerem instrumentos jurídicos no país de destino para o enfrentamento da ‘crise’ migratória atribuída ao país de origem, mas que revela também a crise na sociedade receptora, despreparada para enfrentar essa imigração”<sup>87</sup>.

A socióloga Rosana Baeninger aponta que as migrações de crise correspondem ao campo social da migração, que se constitui entre origem, etapas e destino, caracterizando-se como um microcosmo dentro do espaço global e compreendendo disputas entre os diferentes agentes que compõem esta estrutura na qual circulam os capitais econômico, simbólico, social e humano. A autora ressalva ainda que “a migração de crise é socialmente construída na origem, mas também anuncia a crise migratória no destino, por meio dos regimes de controle migratório e das restrições à imigração e suas formas de regulamentação”<sup>88</sup>.

Bourdieu se valeu de sua definição de campos sociais para demonstrar como as relações sociais são estruturadas pelo poder. As fronteiras dos campos são fluídas, e seus agentes, que podem ser tanto indivíduos como instituições, tomam parte em sua construção na luta pela conquista de posição social. Sobre o enquadramento das migrações como campo social, esta relação é estabelecida pelo conjunto de relações multidimensionais que abrangem interações estruturadas de diferentes formas. As fronteiras nacionais não são necessariamente contíguas às fronteiras dos campos sociais, todavia, são um dos elementos que definem a distinção entre os campos sociais nacionais, os quais estão conformados em limites territoriais, e os campos sociais transnacionais, estes compostos pelos movimentos migratórios e pelas relações transfronteiriças<sup>89</sup>.

---

<sup>86</sup> SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 105.

<sup>87</sup> BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **R. bras. Est. Pop** 34, nº 1 (abril de 2017): 119–43. P. 122.

<sup>88</sup> Ibidem, p. 123.

<sup>89</sup> LEVITT, Peggy; GLICK-SCHILLER, Nina. Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society. **International Migration Review**, 38(145): 595-629, 2004. P. 602-603.



Desse modo, o campo social da migração atravessa os espaços entre origem, trajeto e destino, bem como as relações sociais, econômicas e políticas que se desenrolam no âmbito transnacional<sup>90</sup>.

O microcosmo migratório, que possui suas próprias leis e regras, detém certa autonomia, mas se relaciona e é influenciado pelo macrocosmo social. Os diferentes agentes que o integram – instituições, autoridades, Estado, indivíduos – estão em permanente disputa, uma vez que a distribuição de poder é díspar, tanto entre instituições e indivíduos como entre os próprios indivíduos, refugiados e solicitantes de refúgio de diferentes origens e condição socioeconômica, que experimentam a diáspora de incontáveis formas. Reitera-se, assim, que ainda que a teoria bourdiesiana não tenha adentrado especificamente do fenômeno migratório, as categorias por ela propostas abarcam-no, tendo em vista o seu enquadramento nas definições estabelecidas pelo autor.

A autonomia relativa que possuem os campos é matizada de acordo com o peso de suas forças internas, as quais determinam o que é legítimo e o que é ilegítimo, ou seja, “quanto menos autônomo, mais um campo está sujeito às interferências externas e aos poderes temporais”<sup>91</sup>. É então de se concluir que o campo social dos fluxos de refúgio é dotado de uma autonomia bastante mitigada por fatores externos. Isto é o que se observa quando seis dos entrevistados e das entrevistadas afirmam que um dos fatores para a escolha do Brasil como país de acolhimento é o fato de muitos outros países fecharem suas portas física e institucionalmente, impedindo ou dificultando a entrada destas pessoas em seus territórios.

Pode-se também sustentar que o refúgio é um campo social dotado de baixa autonomia porque as políticas para recebimento de imigrantes de maneira geral, e de modo ainda mais sensível com relação aos que buscam por refúgio, é bastante suscetível às liberalidades dos governantes. No Brasil, a trágica eleição de Jair Bolsonaro, “o candidato mais nefasto da história eleitoral brasileira”<sup>92</sup>, aponta para o recrudescimento do controle destes fluxos<sup>9394</sup>, a

---

<sup>90</sup> BAENINGER, Rosana e PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **R. bras. Est. Pop** 34, nº 1 (abril de 2017): 119–43. P. 123.

<sup>91</sup> MONTAGNER, Maria Inês; MONTAGNER, Miguel Ângelo. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. **Tempus - Actas de Saúde Coletiva** - Antropologia e Sociologia da Saúde: novas tendências 5 (2011): 255–73. P. 261.

<sup>92</sup> LÍSIAS, Ricardo. **Diário da catástrofe brasileira**. São Paulo, 12 dez. 2019. Ebook. ISBN: B07LBSCFDS. Posição 5/1543. Disponível em: <<https://www.goodreads.com/book/show/43235808-di-rio-da-cat-strofe-brasileira>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

<sup>93</sup> BEM antes de Trump, Bolsonaro chamou haitianos e outros imigrantes de “escória do mundo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/bem-antes-de-trump-bolsonaro-chamou-haitianos-e-outros-imigrantes-de-escoria-do-mundo-bvhv8jc0gsf15ueai7od4uy0l>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

<sup>94</sup> GRELETT, Fábio. Após falar com premiê da Hungria, Bolsonaro critica lei brasileira de imigração. **Terra**, 19 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/apos-falar-com-premie-da-hungria->

exemplo daquilo que ocorre nos Estados Unidos com o presidente Donald Trump. Como se irá explorar no capítulo seguinte, no caso específico do Brasil a legislação e diretrizes atinentes à imigração estiveram historicamente atreladas às contingências políticas e sociais, desde o período colonial até o momento atual.

O refúgio não constitui um local estático, sendo sua melhor representação não tal ou qual lugar, mas o trânsito entre eles. Como um campo social, o fenômeno é dinâmico e inter-relacional, em constante relação de movimento e interação com outros campos e com o macrocosmo social, sofrendo influências diretas de contingências políticas ou econômicas.

Abdelmalek Sayad, sociólogo argelino que foi assistente de Bourdieu e formulou seus estudos a partir não só de sua formação, mas também de sua experiência como imigrante, em *A imigração ou os paradoxos da alteridade* define o fenômeno migratório como um “fato social total” que compreende fatores históricos e estruturais, composto também pela emigração<sup>95</sup>.

Bourdieu escreve o prefácio da obra em questão, e afirma que ao contrário da abordagem empreendida por Sayad, a perspectiva das sociedades receptoras acerca dos fenômenos migratórios é enxergá-los como um problema, deixando de lado “as questões sobre as causas e os motivos que poderiam ter determinado as partidas e sobre a diversidade das condições de origem e trajetórias”<sup>96</sup>, e complementa aduzindo que Sayad “devolve aos ‘imigrantes’, que também são ‘emigrantes’, sua origem e todas as particularidades que a ela se encontram associadas e que explicam muitas das diferenças observadas nos destinos posteriores”<sup>97</sup>.

É nesse panorama que se desenvolve o presente estudo, que procura investigar os fluxos de refúgio precisamente a partir da diversidade de condições encontrada nas experiências concretas dos indivíduos.

O objeto de análise de Sayad consiste na imigração argelina para a França, e suas reflexões teóricas acerca do fenômeno o enquadram como um ‘processo total’ que envolve desde os fatores que ensejaram a emigração até a inserção do imigrante no país de destino. Para o autor, a emigração é a origem do processo de imigração, essas são as duas faces da mesma

---

[bolsonaro-critica-lei-brasileira-de-imigracao/869137245744fe97e6eb4ea3b21811f64xcsbb0u.html?fbclid=IwAR04j5OhpFDMTVmGJLnJLs990hy34cWneaHvZWvN3Uu1BRLiH4SCWOaoP0A](https://www.bolsonaro-critica-lei-brasileira-de-imigracao/869137245744fe97e6eb4ea3b21811f64xcsbb0u.html?fbclid=IwAR04j5OhpFDMTVmGJLnJLs990hy34cWneaHvZWvN3Uu1BRLiH4SCWOaoP0A)>. Acesso em: 20 nov. 2018.

<sup>95</sup> SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 16.

<sup>96</sup> BOURDIEU, Pierre. Prefácio. In: SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 9-12. p. 11.

<sup>97</sup> Ibidem, p. 11.

realidade<sup>98</sup>. O momento em que ‘nasce’ o imigrante é o momento em que ele ingressa na sociedade que assim o classifica. A ruptura feita entre os processos de emigração e de imigração restringe o olhar, a análise e as políticas que serão voltadas a tal ou qual extremidade do mesmo novelo, e quanto mais esses eventos são dissociados, maior será a indiferença a seu respeito<sup>99</sup>.

Sayad busca romper com esta fissura acoplando os seus fragmentos desmembrados, consignando que a emigração e a imigração são “duas dimensões do mesmo fenômeno” que num dado momento histórico engendram um fluxo emigratório que irá, por sua vez, resultar em um processo imigratório, sendo, portanto, indissociáveis<sup>100</sup>. Um dos relatos obtidos com a realização da pesquisa empírica representa, de maneira emblemática, a bidimensionalidade da migração, caracterizada pelo vínculo entre emigrar e imigrar. D. F., solicitante de refúgio venezuelana, afirmou que o motivo para a escolha do Brasil foi o fato de que a Venezuela não emitiu seu passaporte, e aqui seria possível ingressar portando apenas o documento de identidade. Desse modo, a condição na origem orientou a decisão pelo destino.

O refúgio é o deslocamento no espaço físico que compreende o trânsito entre origem e destino, mas não apenas, posto que também conforma espaços sociais, políticos, econômicos e culturais, de modo que tratar a seu respeito “é falar da sociedade como um todo”<sup>101</sup>. Os múltiplos espaços envolvidos nestes processos designam também as relações que os sujeitos migrantes travam com os locais que percorrem, não apenas interagindo com eles, mas também provocando a interação entre essas localidades.

As tramas tecidas por esses movimentos engendram a justaposição entre o próximo e o distante, conformando uma temporalidade centrada no espaço, como descreve Michel Foucault<sup>102</sup>. Isso se revela de modo particularmente proeminente nos atuais fenômenos de migração em massa e, de maneira mais específica, com os fluxos de refugiados, posto que as pessoas em busca de segurança atrelam a ameaça do local de origem à procura por amparo no destino.

Uma grande parcela da população transpõe fronteiras definidas por critérios de nacionalidade, e esse vultoso contingente revela aquilo que Foucault caracterizou como as relações de proximidade em que os espaços se tornam uma forma de relação entre vários lugares<sup>103</sup>.

---

<sup>98</sup> SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 14.

<sup>99</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>100</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>101</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>102</sup> FOUCAULT, Michel. **De espaços outros**. Estudos Avançados 27 (79), 2013. P. 113.

<sup>103</sup> Ibidem, p. 113.

A partir dessas reflexões, Foucault desenvolve o conceito de heterotopia, que se caracteriza pela justaposição de lugares opostos e contraditórios<sup>104</sup>. Essa concepção traduz algumas das tensões que serão enfrentadas na pesquisa, tais como as diferentes origens, abrangendo esse fator com a finalidade de vislumbrar o processo migratório de refúgio desde sua gênese, como propõe Sayad; e a multiplicidade de vivências dentro do amplo espectro de quem imigra e está na condição de solicitante de refúgio e de refugiado – essas categorias, por sua vez, também representam a dessemelhança contida naquilo que pode à primeira vista parecer um mesmo *locus*.

As heterotopias justapõem espaços incompatíveis e conflitantes, e por ter o presente trabalho seu enfoque precípuo na experiência humana, o conceito em questão é pertinente para transmitir as vivências dessemelhantes e, por vezes, até diametralmente opostas, que refugiados e solicitantes de refúgio experimentam no Brasil. Nas palavras de Bauman, “onde alguns não encontram a menor dificuldade, outros podem se sentir desorientados e perdidos”<sup>105</sup>.

A premissa de que se parte é que as vivências são tão múltiplas e variáveis quanto as vidas. Experiências que poderiam parecer comuns e partilhadas têm diversas nuances, que podem ser complementares e, ao mesmo tempo, conflitantes. A realidade se apresenta como porosa e matizável. Nas palavras de Foucault, “não se vive em um espaço neutro e branco”<sup>106</sup>.

Em *De espaços outros*, Foucault descreve a história do espaço na experiência ocidental, a qual é sintetizada por Ângela Fonseca e Ricardo Marcelo Fonseca como “a leitura medieval da localização, a moderna galileana da extensão e a contemporânea do posicionamento”<sup>107</sup>. Esse posicionamento é relativo às relações intersubjetivas, “em como os indivíduos, cujas diferenças se desenham pelas lógicas e regras dos espaços em que transitam, compõem o tecido de suas proximidades ou afastamentos”<sup>108</sup>. O espaço metafórico do refúgio é, pois, composto por distintas posições que são definidas pelos traços subjetivos daqueles que o ocupam, o que denota seu caráter heterotópico.

Há uma multidimensionalidade que é imanente às relações sociais, e isso se projeta de maneira especialmente visível quando se trata de políticas para refugiados, estando nelas compreendidas as múltiplas dimensões de acesso a direitos e integração social que permeiam o caminho das vidas em trânsito.

---

<sup>104</sup> FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1, 2013. P. 24.

<sup>105</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. P. 36.

<sup>106</sup> FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1 edições, 2013. P. 19.

<sup>107</sup> FONSECA, Ângela Couto Machado da; RODRIGUES, Luana Liliane Hubner da Silva e FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e heterotopia: uma análise do espaço democrático. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação da UFRGS** 9 (2014): 1-15. P. 7.

<sup>108</sup> Ibidem, p. 7.

Segundo a concepção foucaultiana de heterotopia, os espaços se apresentam como uma forma de relações entre as posições e, por isso mesmo, um espaço heterogêneo. Os exemplos das alocações trazidas por Foucault são espaços físicos concretos – ruas, trens, casas, cafés, cinemas, praias. Algumas “têm a curiosa propriedade de estar em relação com todas as demais”, e estas se apresentam sob duas formas: as utopias, enquanto não-lugares irreais e, de outro prisma, os lugares reais em que opera uma lógica distinta, “lugares que estão fora de todos os lugares, embora sejam efetivamente localizáveis”, e são esses que Foucault designa como heterotopias, que podem assumir formas muito variadas, e as classifica como “heterotopias de crise” ou “heterotopias de desvio”. As primeiras remontam às sociedades primitivas, e constituem locais destinados aos sujeitos em estado de crise em relação ao seu meio social, tais como adolescentes, parturientes e idosos. São heterotopias “sem referência geográfica”, e estariam desaparecendo a dando lugar às heterotopias de desvio, ou seja, os lugares “em que se alocam os indivíduos cujo comportamento é desviante em relação à média, ou à norma exigida”: as casas de repouso, as clínicas psiquiátricas, as prisões, os cemitérios, os asilos – esses, no entanto, se encontram no limiar entre a crise e o desvio, uma vez que a velhice se situa entre ambos<sup>109</sup>.

Para que não se corra o risco de incorrer em contradição com a proposição teórica formulada, ressalva-se que a concepção de heterotopia é aqui utilizada como uma metáfora para o fenômeno do refúgio, já que este guarda algumas analogias com o conceito, especialmente ao representar a justaposição de espaços distantes e diversos. Desse modo, as heterotopias constituem uma chave interpretativa apta a enfrentar a complexidade envolvida na multidimensionalidade das experiências concretas, hábil para contribuir com a superação da abstração de uma análise meramente teórica.

Desse modo, a analogia com as heterotopias é pertinente, pois seu conceito dá conta dos diferentes espaços e dos “lugares fora dos lugares”<sup>110</sup> envolvidos na dinâmica do refúgio. Neste sentido, Michel Agier leciona:

Primeiramente, esses “lugares fora de todos os lugares” são *fora de lugar* no sentido em que se constituem em *exteriores*, colocados nas bordas ou nos limites da ordem normal das coisas. São assim caracterizados pelo confinamento e por certa *extraterritorialidade*. Esta se define pelos refugiados e deslocados na experiência de uma dupla exclusão da localidade: uma exclusão de seus locais de origem, que foram

<sup>109</sup> FOUCAULT, Michel. De espaços outros. **Estudos Avançados** 27 (79), 2013. P. 115-117.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 116.

perdidos pelo deslocamento, e uma exclusão do espaço das “populações locais” perto das quais se encontram implantados os campos e as outras zonas de trânsito<sup>111</sup>.

O antropólogo salienta ainda que as heterotopias praticam um confinamento da vida, e que estão situadas “na fronteira entre uma ordem social e nacional”<sup>112</sup>. Os “habitantes dos refúgios”, para usar a terminologia do autor, evidenciam as lógicas de crise e de desvio, sendo que essas dizem respeito à falta de documentação, ainda que provisoriamente, e aquelas atinam às guerras e êxodos em massa provocados por conflitos<sup>113</sup>.

A respeito do recorte metodológico aqui empreendido, não constitui um objetivo da presente pesquisa a análise de toda a teoria formulada por Foucault, mas tão somente de uma das categorias por ele desenvolvidas que, ainda que o autor não a tenha relacionado diretamente ao refúgio, é pertinente para ser utilizada como uma alegoria do fenômeno.

A heterotopia como chave interpretativa, compreendida como espaços relacionais e dinâmicos, como “movimento entre unidade e pluralidade”, em que “cada grupo pertence à coletividade e se move dentro de um espaço e um conjunto de regras típicas deste espaço”<sup>114</sup>, se aproxima e se relaciona com a teoria bourdieusiana acerca dos campos sociais. Não se pretende, contudo, traçar um paralelo entre as obras e teorias de Bourdieu e Foucault, posto que demasiado complexas e profícuas, mas tão somente abordar as aproximações entre ambos, no que diz respeito aos campos sociais e às heterotopias.

A respeito da relação teórica entre Foucault e Bourdieu, os autores possuem algumas aproximações, notadamente no que diz respeito à perspectiva empírica da abordagem de seus objetos de estudo. Ambos transitavam pela mesma “constelação intelectual”, e compartilhavam a referência ao estruturalismo, apesar dos distanciamentos posteriores. Contudo, ainda que se detecte certa proximidade, nunca houve um diálogo explícito e tampouco a cooperação intelectual entre eles<sup>115</sup>.

Se Foucault, por um lado, geralmente não enfrentava questões sociológicas, a Sociologia recepcionou sua obra de forma ambígua: sua vertente mais empírica a empregava de forma mais profícuo, ao passo que o âmbito acadêmico a recebia com reservas e, por vezes,

---

<sup>111</sup> AGIER, Michel. Do refúgio nasce o gueto. In: Patrícia Birman; Márcia Pereira Leite; Carly Machado, Sandra de Sá Carneiro (orgs). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. P. 45.

<sup>112</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>113</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>114</sup> FONSECA, Ângela Couto Machado da; RODRIGUES, Luana Liliane Hubner da Silva; FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e heterotopia: uma análise do espaço democrático. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação da UFRGS** 9 (2014): 1-15. P. 1.

<sup>115</sup> ALVAREZ, Marcos César. Michel Foucault. In: CATANI, Afrânio Mendes (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 201-204.



com hostilidade. Essa ambivalência foi observada por Bourdieu, que em algumas oportunidades teceu críticas, e em outras destacou algumas das posições intelectuais que partilhavam, como “a busca por situar em termos materialistas as formas de conhecimento”. Foucault, por sua vez, não chegou a se debruçar na obra de Bourdieu<sup>116</sup>.

Desse modo, mais uma vez se ressalva que não se pretende ir a fundo na proficiente produção teórica de um ou de outro, tampouco sugerir que as obras de ambos seriam correlatas, mas tão somente utilizar algumas das categorias por eles propostas como uma lente interpretativa para o fenômeno do refúgio e as particularidades envolvidas nestas realidades. A análise aqui formulada vislumbra nos campos sociais e nas heterotopias formas adequadas de representação das estruturas, tensões e diversidade contidas nestes processos, uma vez que a presente pesquisa pretende lançar ao fenômeno um olhar que transcenda meras elucubrações teóricas e que enfoque a concretude da experiência humana.

O refúgio não constitui um local físico, estanque, um endereço, mas sim uma posição que se ocupa enquanto sujeito que transita entre uma série de lugares interligando-os. É um campo social, e como tal representa espaços estruturados por posições hierarquizadas e sediam as disputas pela conquista de capital, sendo integrados por uma diversidade de agentes e instituições. O *lugar* é uma metáfora para a posição social que ocupa o sujeito, e a heterotopia é a representação da variedade dessas posições.

Mais do que um espaço concreto, os campos representam um lugar abstrato e representacional que acomoda o “conjunto de campos condicionados, alterados, influenciados, eliminados e recriados historicamente”<sup>117</sup>.

A heterotopia contribui para o reconhecimento das multiplicidades que estão contidas dentro de uma aparente unidade e revela o todo plural contido nos espaços em que a existência transita, permeando regras, barreiras, limitações e fronteiras<sup>118</sup>. Assim como na vida selvagem dos baleeiros de Melville, as “singularidades constroem as totalidades”<sup>119</sup>.

Nesse contexto, os campos sociais e as heterotopias são conceitos complementares e correlatos, posto que traduzem as dinâmicas multidimensionais que se desenvolvem em espaços plurais e diversificados. Os campos tratam das interações e disputas entre os agentes que o

---

<sup>116</sup> ALVAREZ, Marcos César. Michel Foucault. In: CATANI, Afrânio Mendes (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 201-204. . P. 201-204.

<sup>117</sup> MONTAGNER, Maria Inês; MONTAGNER, Miguel Ângelo. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. **Tempus - Actas de Saúde Coletiva** - Antropologia e Sociologia da Saúde: novas tendências 5 (2011): 255–73. P. 267.

<sup>118</sup> FONSECA, Ângela Couto Machado da; RODRIGUES, Luana Liliane Hubner da Silva; FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e heterotopia: uma análise do espaço democrático. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação da UFRGS** 9 (2014): 1-15. P. 6.

<sup>119</sup> MELVILLE, Herman. **Moby Dick**. São Paulo: Cosac Naify, 2013. P. 339.

compõem, ao passo que as heterotopias simbolizam a heterogeneidade de suas subjetividades. São, portanto, inerentes aos campos sociais, próprias das disputas neles contidas, uma vez que versam sobre as posições de seus agentes.

No espaço heterotópico estão presentes atores e fenômenos que seriam desconsiderados em outra perspectiva por ocuparem espaços marginalizados, apolíticos e inconstantes. Assim, “compreender os diferentes espaços constituintes da realidade social, com suas regras de entrada, permanência e saída, importa em alcançar a visibilidade de indivíduos e fenômenos que poderiam permanecer no escuro pelas leituras universalizantes”<sup>120</sup>.

Consideradas as distinções teóricas entre os autores, a concepção de heterotopia possui uma relação bastante próxima do conceito de campo social, uma vez que pressupõe a existência de espaços com dinâmicas e regras próprias, e também remete às vidas em situação de refúgio, posto que pretende encarar as subjetividades marginalizadas e absorvidas pela lógica hegemônica.

Ambos os conceitos, os campos sociais e as heterotopias, tangem a noção de espaço, a qual é uma ferramenta de análise das dinâmicas sociais envolvidas nos componentes que o estruturam. Os espaços, como ambientes de convivência permeados por suas relações endógenas e exógenas, são constituídos pela pluralidade dos agentes e pelas tensões e conflitos provocados pela justaposição de identidades múltiplas<sup>121</sup>.

A perspectiva heterotópica dos movimentos de refúgio revela justamente a aproximação entre o próximo e o longínquo e contribui com a reflexão acerca da manutenção da pluralidade ao mesmo tempo em que são consideradas as subjetividades, de modo que “pensar a pluralidade e as diferenças pelas heterotopias enriquece a percepção das diferenças como o que convive lado a lado, já que na mesma sociedade; porém, justapostos e separados, pois provenientes de diferentes espaços e representações”<sup>122</sup>.

A alegoria da heterotopia permite a apreensão dos diferentes espaços e posicionamentos sociais que atravessam o refúgio e leva a refletir sobre os lugares “de tal modo que eles suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações que eles designam, espelham ou refletem”<sup>123</sup>. Os agentes em situação de refúgio ocupam uma posição que se

---

<sup>120</sup> FONSECA, Ângela Couto Machado da; RODRIGUES, Luana Liliane Hubner da Silva; FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e heterotopia: uma análise do espaço democrático. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação da UFRGS** 9 (2014): 1-15. P. 7.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 8-9.

<sup>123</sup> FOUCAULT, Michel. FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: MOTTA< Manoel Barros da (Org.). **Ditos e Escritos III**. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. 2ª ed. P. 420.



desloca, relacional como um caleidoscópio, pois a cada movimento apresenta um novo ângulo e reflete novas formas de interação, com as mais variadas combinações. As heterotopias são “uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço onde vivemos”<sup>124</sup>, de modo que observar os espaços e relações permeados pelo refúgio por meio de suas lentes equivale a contemplar um caleidoscópio, com a sensível diferença de que as imagens projetadas não serão exatamente belas e aprazíveis, já que são muitos os obstáculos enfrentados nesses caminhos.

Os fluxos migratórios, especificamente o refúgio, são a tradução literal da ideia da justaposição de diferenças originárias de locais distintos. Os indivíduos que transpõem fronteiras materiais no trânsito até o ingresso nos países de acolhimento, ao ingressar no território passam a enfrentar as fronteiras imateriais que delimitam os espaços que ocupam e os espaços vizinhos, cada qual com suas regras e relações próprias.

O refúgio, dessa forma, vincula as heterotopias foucaultianas às formulações bourdieusianas de campo social, *habitus* e capital, e auxiliam na compreensão da “complexidade própria de cada grupo”<sup>125</sup>, posto que cada grupo possui suas particulares normas e códigos de pertencimento, cabendo então a sua caracterização como campos sociais com seus *habitus* e capitais próprios.

Acerca da lógica dos espaços, Foucault afirma que:

De uma maneira ainda mais concreta, o problema do lugar ou do posicionamento se propõe para os homens em termos de demografia; esse último problema do posicionamento humano não é simplesmente questão de saber se haverá lugar suficiente para o homem no mundo –, é também o problema de saber que relações de vizinhança, que tipo de estocagem, de circulação, de localização, de classificação dos elementos humanos devem ser mantidos de preferência em tal ou tal situação para chegar a tal ou tal fim. Estamos em uma época em que o espaço se oferece a nós sob a forma de relações de posicionamentos<sup>126</sup>.

Há uma base bidimensional nessas relações, que são estruturadas por elementos tangíveis e elementos intangíveis. Os tangíveis consistem no sujeito e no espaço físico que ele ocupa, ao passo que os intangíveis são compostos pelas relações estabelecidas entre o sujeito e o espaço, entre o sujeito e os demais sujeitos, entre o espaço e os demais espaços, de acordo com a posição e os bens simbólicos envolvidos.

<sup>124</sup> FOUCAULT, Michel. De espaços outros. **Estudos Avançados** 27 (79), 2013. P. 116.

<sup>125</sup> FONSECA, Ângela Couto Machado da; RODRIGUES, Luana Liliane Hubner da Silva; FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e heterotopia: uma análise do espaço democrático. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação da UFRGS** 9 (2014): 1-15. P. 10.

<sup>126</sup> FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos e Escritos III**. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. 2ª ed. P. 413.

Bourdieu assevera a importância de se pensar a respeito dos lugares a partir da análise “das relações entre as estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico”<sup>127</sup>. Nesse contexto, os indivíduos estão situados em algum lugar, que é definido como o espaço físico ou localização, ao mesmo tempo em que ocupam determinada posição que se revela por meio de sua relação com outros lugares. O autor defende que “o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, e o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isso é, como estrutura de justaposição de posições sociais”<sup>128</sup>. Verifica-se então mais uma relação bastante conspícua de Bourdieu com as teorizações de Foucault a respeito das heterotopias.

Se os fenômenos migratórios articulam os locais de origem e de destino, bem como os múltiplos campos sociais compreendidos entre esses espaços, a lente da heterotopia pode oferecer uma perspectiva desses fenômenos apta a encarar sua concretude e complexidade. Na seção seguinte deste trabalho, serão analisadas algumas das circunstâncias nos países de origem dos entrevistados que os levaram a buscar por refúgio, bem alguns aspectos de suas vivências, exprimindo algumas das diversas dimensões envolvidas neste processo.

### 2.3. EXPERIÊNCIAS NO REFÚGIO

Para além do panorama geral dos movimentos populacionais, é pertinente a contextualização dos fluxos de refúgio a partir da origem, levando em consideração as circunstâncias que ensejaram o êxodo nos países de proveniência dos participantes da pesquisa empírica realizada, que procurou entrevistar pessoas de diferentes origens a fim de proporcionar um vislumbre plural e diversificado da experiência de refúgio. Os participantes são naturais de El Salvador, Venezuela, República Democrática do Congo, Guiné Bissau e Síria. O recorte foi feito levando em consideração a variedade de nacionalidades e os influxos mais expressivos.

Ainda que não tenha sido objeto das entrevistas a análise das situações que ensejaram a busca pelo refúgio, compete contextualizar a realidade sociopolítica desses países e as possíveis razões para o êxodo de seus cidadãos. Sublinha-se, no entanto, que não integra o escopo deste trabalho analisar minuciosamente a situação de cada um destes países, porém, com o intuito de traçar um panorama concreto e amplo acerca do refúgio, é pertinente que se inicie pela origem. Em consonância com aquilo que preconiza Sayad no sentido de encarar a

---

<sup>127</sup> BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. P. 157-160. P. 159.

<sup>128</sup> Ibidem, p. 159.

imigração como um ‘fato social total’, em decorrência do vínculo indissolúvel entre emigração e imigração, não se pode ignorar os fatores sociais que produzem esse fenômeno desde sua origem.

Inicialmente, com relação à Venezuela, o país vem enfrentando uma grave e complexa crise econômica e política que se agravou sobretudo a partir de 2015<sup>129</sup>. Desde então, o massificado movimento migratório de venezuelanos cresce exponencialmente<sup>130</sup>. Esses fatores levaram o Acnur a considerar que o país atravessa uma grave e generalizada violação de direitos humanos em razão de aspectos como a escassez de medicamentos básicos e falta de alimentos<sup>131</sup>.

A ONU aponta que chega a três milhões o número de venezuelanos que deixaram seu país, e cerca de 130 mil tiveram o Brasil como destino<sup>132</sup>. Apesar de ser o maior país do continente, o Brasil é um dos que menos recebe venezuelanos<sup>133</sup>. Ademais, em razão dos episódios de violência na fronteira, cerca de mil e duzentos voltaram à Venezuela. A Governadora do Estado de Roraima em exercício até o final de 2018 restringiu o acesso de refugiados a serviços públicos e pediu ao Governo Federal o fechamento da fronteira<sup>134</sup>.

Os países que mais têm recebido imigrantes venezuelanos são Colômbia, Peru e Equador, sendo que a imposição de restrições à sua entrada aumenta à medida que o fluxo cresce. As políticas, inicialmente de acolhimento, dão lugar às formas de bloqueio e a expressões de xenofobia, a exemplo do que ocorreu em Pacaraima, em agosto de 2018, quando após a disseminação da notícia de que um comerciante local teria sido assaltado por venezuelanos, a população se voltou contra os imigrantes em atitudes de extrema violência, ateando fogo nos acampamentos provisórios sediados na cidade<sup>135</sup>.

<sup>129</sup> SIMÕES, Gustavo da Frota. Venezuelanos em Roraima: características e perfis da migração venezuelana para o Brasil. In: THEMOTEO, Reinaldo (Org.). **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 45-56. P. 47.

<sup>130</sup> Em 2015, foram 829 pedidos de refúgio formulados por venezuelanos; em 2016, 3.368; em 2017, foram 17.865.

<sup>131</sup> SIMÕES, Gustavo da Frota. Venezuelanos em Roraima: características e perfis da migração venezuelana para o Brasil. In: THEMOTEO, Reinaldo (Org.). **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017, p. 49.

<sup>132</sup> NÚMERO de venezuelanos pedindo refúgio em outros países aumentou 20 vezes desde 2014. Nações Unidas do Brasil, 13 mar. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/numero-de-venezuelanos-pedindo-refugio-em-outros-paises-aumentou-20-vezes-desde-2014/>>. Acesso em: 24 set. 2018.

<sup>133</sup> ARAGAKI, Bruno. Maior país da região, Brasil é um dos que menos recebe venezuelanos, segundo a ONU. UOL, São Paulo, 9 nov. 2018. Disponível em: <[https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/11/09/maior-pais-da-regiao-brasil-e-um-dos-que-menos-recebe-venezuelanos-diz-onu.htm?fbclid=IwAR0B7W4Xmz858BIIPPI42Vp13ZAe9LI5XFTHT1C2Um32c6nFd9XoZ\\_kQ4](https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/11/09/maior-pais-da-regiao-brasil-e-um-dos-que-menos-recebe-venezuelanos-diz-onu.htm?fbclid=IwAR0B7W4Xmz858BIIPPI42Vp13ZAe9LI5XFTHT1C2Um32c6nFd9XoZ_kQ4)>. Acesso em: 16 dez. 2018.

<sup>134</sup> LAGO, Miguel. A profecia do Monte Roraima. UOL, [S. I.], 27 ago. 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/profecia-do-monte-roraima/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

<sup>135</sup> “MINHA barraca foi queimada. Perdi roupas e remédio”, diz venezuelana em Boa Vista. El País, Boa Vista, 27 ago. 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/26/politica/1535295320\\_792358.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/26/politica/1535295320_792358.html)>. Acesso em: 27 ago. 2018.

Não é de se ignorar, contudo, que a situação na fronteira merece especial atenção. O estado de Roraima é o menos populoso do Brasil, com cerca de 520 mil habitantes. As estatísticas indicam que cerca de 127 mil imigrantes venezuelanos ingressaram no território nacional por fronteiras terrestres. Ainda que este contingente seja pouco expressivo quando se pensa na extensão do território nacional, ao avaliar o fluxo migratório tendo a proporção populacional da região, não se pode negar seu impacto expressivo naquela localidade. A atuação de todas as esferas do governo para administrar a situação é pífia, e isso potencializa a sensação de ameaça e, conseqüentemente, a reação violenta da população local em face do influxo venezuelano. Em agosto de 2018 a fronteira de Roraima chegou a ser fechada por ordem judicial expedida pela Justiça Federal. Outra ação com o mesmo objeto, ajuizada pela governadora do Estado, foi rejeitada pelo STF<sup>136</sup>.

No Brasil, os venezuelanos têm a opção de requerer visto pela Resolução Normativa do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) n.º 126/2017<sup>137</sup>, que permite a residência temporária por até dois anos para imigrantes que adentram no território nacional pela via terrestre e sejam naturais de países que fazem fronteira com o Brasil. A RN 126/2017 foi promulgada com validade de um ano, e foi reeditada em março de 2018 por uma portaria interministerial firmada pelos Ministérios da Justiça, Extraordinário da Segurança Pública, das Relações Exteriores e do Trabalho, ampliando seu período de vigência (Portaria Interministerial n.º 09/2018<sup>138</sup>). Os pedidos de refúgio também são cabíveis, em vista da grave situação de violação de direitos humanos no país, conforme já recomendou o Acnur<sup>139</sup>.

A respeito de El Salvador, o país passou por uma guerra civil entre 1980 e 1992, o que marcou sua trajetória histórica e aprofundou suas raízes de violência e desigualdade. Ricardo Córdova e Roberto Tucios, a respeito da violência no país, assinalam que “este ambiente, alimentado a princípio pelos remanescentes de uma cultura de violência, por décadas de autoritarismo e repressão, e ainda por doze anos de guerra civil, é fortalecido pela posse generalizada de armas: calcula-se que existam mais de 450 mil armas de fogo em mãos da população”<sup>140</sup>.

<sup>136</sup> BRASIL fecha fronteira terrestre com a Venezuela por ordem judicial que veta entrada de novos imigrantes. **El País**, [S. I.] 6 ago. 2018. Disponível em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/07/internacional/1533598969\\_507654.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/07/internacional/1533598969_507654.html)>. Acesso em: 24 set. 2018.

<sup>137</sup> BRASIL. **CNIg – Conselho Nacional de Imigração**. Resolução Normativa 126/2017.

<sup>138</sup> BRASIL. **Ministério da Justiça**. Portaria Interministerial 09/2018.

<sup>139</sup> NÚMERO de venezuelanos pedindo refúgio em outros países aumentou 20 vezes desde 2014. **Nações Unidas do Brasil**, [S. I.], 13 mar. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/numero-de-venezuelanos-pedindo-refugio-em-outros-paises-aumentou-20-vezes-desde-2014/>>. Acesso em: 24 set. 2018.

<sup>140</sup> CÓRDOVA, Ricardo; TURCIOS, Roberto. El Salvador. In: JINKINGS, Ivana; SADER, Emir (Orgs.). **Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: **Boitempo**, 2006. P. 451-464. P. 462.

As gangues de rua, denominadas ‘maras’, agenciam extorsões, tráfico humano, prostituição e roubos<sup>141</sup>. Em 2016, as Nações Unidas declararam que El Salvador e os demais países da América Central passam pela pior crise de violência em 30 anos, o que possui correlação direta com o fluxo migratório que parte da região<sup>142</sup>. O “Triângulo do Norte”, formado por El Salvador, Honduras e Guatemala, possui a maior taxa de homicídios do mundo fora das zonas de guerra. O número de pedidos de refúgio por parte da população que deixa essa região cresceu 38% em 2017, sendo o total estimado pelas Nações Unidas em torno de 420 mil pessoas em busca de proteção<sup>143</sup>.

Essa realidade revela o modo como as guerras civis, a violência e os processos de empobrecimento da população estão diretamente vinculados aos movimentos de refúgio. As violações de direitos humanos que precedem as diásporas desvelam a indissociabilidade entre a emigração e a imigração, dois momentos da mesma jornada.

A respeito da Síria, os conflitos desencadeados a partir de 2011 já provocaram inúmeros ataques à população civil, atingindo hospitais e escolas, cortes no fornecimento de água, uso de armas químicas. São mais de 11 milhões de deslocados em razão da guerra, entre refugiados e deslocados internos. Para entender as origens da guerra, remonta-se ao ano 2000, quando o ditador Hafez Al-Assad faleceu e seu filho Bashar Al-Assad assumiu o poder, dando continuidade ao regime ditatorial no país e promovendo algumas mudanças em políticas econômicas, o que gerou uma certa melhora mas, ao mesmo tempo, acentuou as desigualdades sociais, ocasionando o descontentamento geral da população, que esperava uma melhoria com a mudança de governo<sup>144</sup>.

Em 2010 eclodiu a Primavera Árabe em vários países do Oriente Médio e do norte da África, tais como Tunísia, Jordânia, Egito e Argélia. A população, principalmente os jovens, se organizou para reivindicar direitos de liberdade, democracia e justiça. Desses países, apenas a Tunísia obteve uma significativa mudança positiva, ao passo que nos demais os conflitos foram acentuados. Na Síria, uma manifestação de algumas crianças acabou com a determinação de

---

<sup>141</sup> FAMÍLIAS fogem da violência em El Salvador e buscam proteção na Guatemala. **Nações Unidas do Brasil**, [S. I], 02 out. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/familias-fogem-da-violencia-em-el-salvador-e-buscam-protecao-na-guatemala/>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

<sup>142</sup> CHADE, Jamil. América Central tem pior crise de refugiados. **Estadão**, Genebra, 5 abr. 2018. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,america-central-tem-pior-crise-de-refugiados,1852102>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

<sup>143</sup> COLETTA, Ricardo Della. La violencia hace repuntar el número de refugiados centroamericanos. **El País**, México, 25 maio 2018. Disponível em: <[https://elpais.com/internacional/2018/05/22/america/1527007946\\_295095.html](https://elpais.com/internacional/2018/05/22/america/1527007946_295095.html)>. Acesso em: 24 set. 2018.

<sup>144</sup> LUQUINI, Roberto de Almeida. Os refugiados da guerra civil da Síria. In: THEMOTEO, Reinaldo (Org). **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 113-134. P. 116.

que elas fossem presas e torturadas e, em resposta, desencadeou-se uma série de manifestações pacíficas que foram dura e violentamente reprimidas. Como consequência, começou a crescer um movimento pela unificação do povo sírio com a reivindicação comum por direitos humanos e liberdades civis e políticas. A reação foi a repressão massiva e o conflito militarizado entre grupos opositores cuja rivalidade é fomentada pelo próprio governo, para a manutenção e fortalecimento de seu poder<sup>145</sup>.

Esses conflitos são a razão dos fluxos populacionais sírios. Há no país cerca de 7,6 milhões de deslocados internos, sendo a metade crianças, e aproximadamente 5,5 refugiados ao redor do mundo. A maioria deles está nos países vizinhos, sendo a Turquia, Líbano, Jordânia, Iraque e Egito os que mais recebem refugiados sírios<sup>146</sup>.

Na África, os conflitos, governos autoritários e a fome fazem com que pessoas busquem por segurança nos países vizinhos, na Europa, ou do outro lado do Atlântico<sup>147</sup>. A República Democrática do Congo (ex-Zaire) é um dos países mais ricos do mundo em recursos naturais e o segundo em biodiversidade<sup>148</sup>, o que tornou o país um cenário de constantes e violentas disputas.

No período compreendido entre 1885 e 1908, o país era de propriedade do rei belga Leopoldo II, que explorou inescrupulosamente os abundantes recursos naturais e humanos da nação, promovendo um verdadeiro genocídio da população. Devido a pressões internacionais, o rei renunciou à propriedade do território e em 1908 o país passou a ser uma colônia do reino, designado por Congo Belga a partir de então. Na década de 1950 passou a ganhar força o movimento pela independência, que foi reconhecida em 1960. Contudo, pouco tempo depois, na província de Katanga, foi desencadeado um conflito violento que acarretou na deposição e prisão do então presidente. Em 1964, mediante intervenção das Nações Unidas, Moisés Tshombe assumiu o governo e nele permaneceu apenas até o ano seguinte, quando Mobutu Joseph Desiré liderou um golpe e instaurou uma ditadura que perdurou até 1997, ano em que uma guerrilha capitaneada por Joseph Kabila depôs o então ditador e o país passou a se chamar República Democrática do Congo. Desde então, o país enfrenta conflitos ininterruptos,

---

<sup>145</sup> LUQUINI, Roberto de Almeida. **Os refugiados da guerra civil da Síria**. In: Fluxos migratórios e refugiados na atualidade. THEMOTEO, Reinaldo (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 113-134. P. 117.

<sup>146</sup> Ibidem, p. 117.

<sup>147</sup> LECHNER, Elsa. Refugiados africanos que tentam a Europa: por uma utopia concreta. In: THEMOTEO, Reinaldo (Org.). **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 99-111. P. 100.

<sup>148</sup> Disponível em: <<http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/congo-diamantes-sangue-435469.shtml>>. Acesso em: 13 jul. 2018.



decorrentes de um governo corrupto e autoritário, bem como da trajetória de exploração e violência desenfreadas<sup>149</sup>.

Os mais de vinte anos de guerra civil deixaram mais de 6 milhões de mortos, configurando um verdadeiro extermínio em massa da população<sup>150</sup>. No país, também há reiterados casos de estupros, o que torna a situação das mulheres ainda mais vulnerável<sup>151</sup><sup>152</sup>. O abuso sexual é utilizado como arma de guerra, e vítima cerca de 1.150 mulheres por dia, fazendo com que o Congo tenha sido classificado como a “capital mundial do estupro”<sup>153</sup>.

O cientista social Marcelo Haydu, em sua tese a respeito dos refugiados congoleses que vivem na cidade de São Paulo, promoveu um encontro coletivo durante a realização de sua pesquisa de campo, ocasião em que obteve relatos acerca da situação naquele país, sendo oportuna a transcrição do trecho abaixo reproduzido:

Um dos refugiados, chamado Omana, foi quem conduziu grande parte da discussão. Ele era professor de história numa universidade no Congo. (...) Omana pediu licença aos demais amigos e iniciou uma fala que levaria quase 2 horas. Ele pegou um papel grande, parecido com uma cartolina, e começou a desenhar o mapa do país (RDC). Feito isso, traçou um panorama geral da crise (política e econômica) do país e do conflito que se estende do começo da década de 1990 até os dias atuais. (...) Omana (sempre tendo intervenções, mesmo que pontuais, dos outros congoleses), falou dos atores envolvidos no conflito e dos, segundo ele, reais problemas no país. Segundo ele, o conflito, diferente do que é publicado em alguns veículos de comunicação, não é movido por conflitos étnicos (pelo menos não seria o problema principal), mas por questões políticas e econômicas, sobretudo por conta da busca das riquezas minerais do país. Ele destacou o coltán, minério encontrado em abundância na região dos Kivus (leste da RDC) e fundamental para a produção de equipamentos eletrônicos, como o caso do aparelho de telefone celular. Relataram casos de violência e violação constante aos direitos humanos, como os estupros coletivos que ainda ocorrem na região dos Kivus. Omana, por exemplo, falou de sua experiência pessoal. Relatou que foi perseguido e capturado por se opor à forma de governar o país do atual presidente e por ser um militante de direitos humanos<sup>154</sup>.

A pesquisa supra referida contém o relato de quinze refugiados congoleses a respeito da situação que ensejou a busca pelo refúgio. Mais do que as escassas notícias veiculadas sobre

<sup>149</sup> Disponível em: <<http://www.pordentrodafrica.com/cultura/republica-democratica-congo-54-anos-de-independencia-pais-que-viveu-um-dos-mais-crueis-regimes-coloniais-da-africa>>. Acesso em 02/12/2018.

<sup>150</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL868302-5602,00-ENTENDA+OS+CONFLITOS+NA+REPUBLICA+DEMOCRATICA+DO+CONGO.html>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

<sup>151</sup> Disponível em: <<http://br.rfi.fr/africa/20160402-onu-abre-investigacao-sobre-abusos-sexuais-de-soldados-na-rdc>>. Acesso em 13 jul. 2018.

<sup>152</sup> Disponível em: <<https://refunitebrasil.wordpress.com/2011/07/02/nacoes-unidas-denunciam-estupros-em-massa-no-congo/>>. Acesso em 13 jul. 2018.

<sup>153</sup> Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/ultimas-noticias/48-mulheres-sao-estupradas-por-hora-no-congo>>. Acesso em 13 jul. 2018.

<sup>154</sup> HAYDU, Marcelo. **Refugiados congoleses na cidade de São Paulo: processo migratório e itinerários terapêuticos**. Tese. Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Unifesp, 2017. P. 64-65.



a situação da República Democrática do Congo, a narrativa dos indivíduos que enfrentaram a barbárie e a violência, escaparam da morte por pouco e atravessaram um oceano em busca de proteção, é capaz de fornecer um panorama bastante eloquente a respeito do que se passa naquele país. É bastante citada nas entrevistas realizadas por Haydu a perseguição em razão da insurgência a respeito do resultado das eleições de 2011, em que Joseph Kabila, o ditador que está no poder desde 2001, ano em que seu pai e então presidente Laurent Désire Kabila foi assassinado, foi reeleito com suspeitas de fraude eleitoral<sup>155</sup>. Os protestos realizados então enfrentaram forte repressão policial, que levaram à morte e à prisão de opositores ao governo<sup>156</sup>.

Guiné Bissau, embora aparentemente tenha características de um país democrático, tem sido objeto de constante monitoramento por parte das autoridades internacionais, tendo em vista a instabilidade política revelada por inúmeros golpes de estado, especialmente dimensionados a partir do golpe militar que culminou com a deposição e exílio de seu primeiro presidente democraticamente eleito, Nino Vieira, no ano de 1998. De lá para cá, o país lidou com inúmeras tentativas de sublevação contra a ordem constituída, algumas delas exitosas, com o assassinato de inúmeros líderes governistas e grupos oposicionistas<sup>157</sup>.

A revolta de 1998 culminou, no ano 2000, em uma guerra civil drástica, tendo como líder Kumba Lalá. Em 2003 seu governo foi derrubado diante de uma nova e violenta insurgência militar. Desde então, o país é marcado por muitos conflitos e golpes militares. Atualmente é um dos países mais pobres do mundo, para o que contribuem a corrupção, a economia estagnada, o enorme número de saques de recursos naturais, e a permanente situação de instabilidade. Estima-se que 69% da população vive abaixo do limiar de pobreza<sup>158</sup>.

Os fatos descritos servem à perfunctória contextualização das violações de direitos humanos que precedem os fluxos migratórios aqui compreendidos. As narrativas de grandes acontecimentos que afetam a vida de milhões de pessoas têm o efeito colateral de acomodar as histórias humanas em um plano abstrato, distante das realidades concretas. Os registros midiáticos de deslocamentos em massa tendem a retratar a imagem de “uma uniformidade humana absoluta”, em que “a exposição de corpos genéricos empilhados reproduz uma

---

<sup>155</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/1020013-presidente-do-congo-rejeita-acusacoes-de-fraude-nas-eleicoes.shtml>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

<sup>156</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/12/guarda-presidencial-do-congo-atirou-em-opositores-diz-entidade-1.html>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

<sup>157</sup> Disponível em: <<http://www.gbissau.com/?p=17283>>. Acesso em: 24 set. 2018.

<sup>158</sup> Disponível em: <<https://uniogbis.unmissions.org/guin%C3%A9-bissau-no-relat%C3%B3rio-de-desenvolvimento-humano-2014>>. Acesso em: 24 set. 2018.

corporeidade de aparência anônima”<sup>159</sup>. O que se pretende com a pesquisa empírica é que os relatos colhidos possam preencher o vácuo da abstração, atribuindo ao estudo desenvolvido o viés da concretude da experiência humana.

A partir dos relatos obtidos pelas entrevistas, busca-se relacionar as experiências humanas ao arcabouço teórico e aos conceitos invocados para que se possa vislumbrar o fenômeno migratório a partir de algumas de suas perspectivas, para além da categorização do refúgio como um movimento monolítico.

Cada uma das narrativas obtidas é um fragmento do caleidoscópio por meio do qual é observado o refúgio, composto também pelas bases teóricas em que a pesquisa se assenta, para que se possa fazer uma análise pluridimensional do campo social do refúgio e das heterotopias nele contidas, levando em consideração que os movimentos migratórios compreendem não somente o trânsito por espaços geográficos, mas “por todas as formas de espaço socialmente qualificados”, tais como o espaço econômico, espaço político em sua dupla dimensão de espaço nacional e de nacionalidade, o espaço cultural e o linguístico<sup>160</sup>.

Bauman aduz que a mobilidade e liberdade de movimento são os valores atualmente mais cobiçados e desigualmente distribuídos. A imobilidade, no entanto, “não é uma opção realista num mundo em permanente mudança, mas os efeitos desta condição são radicalmente desiguais”<sup>161</sup>, já que pode ser para alguns um exercício de liberdade, e para outros “um destino indesejado e cruel”<sup>162</sup>.

As migrações internacionais tendem a partir de países periféricos em direção às periferias do capitalismo em razão, especialmente, das políticas restritivas adotadas pelos países ditos desenvolvidos<sup>163</sup>. O refúgio no Brasil revela essa realidade, posto que até 2010 havia cerca de 70 nacionalidades que aqui aportavam em busca de proteção, tendo este número saltado para mais de 120 em 2015<sup>164</sup>.

Isso se verifica de forma bastante contundente quando seis dos entrevistados afirmam que a opção pelo Brasil é definida quando se constata a maior facilidade do ingresso no país, ainda que o percurso possa ser muito mais longo e oneroso. Contudo, apesar desta aparente

---

<sup>159</sup> HAYDU, Marcelo. **Refugiados congolese na cidade de São Paulo: processo migratório e itinerários terapêuticos**. Tese. Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Unifesp, 2017. P. 119.

<sup>160</sup> SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 56.

<sup>161</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999. P. 8.

<sup>162</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>163</sup> BAENINGER, Rosana. Migrações transnacionais de refúgio: a imigração síria no Brasil no século XXI. In: **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. THEMOTEO, Reinaldo (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 79-97. P. 80.

<sup>164</sup> Ibidem, p. 82.

possibilidade de acolhimento, as vivências são tão múltiplas quanto as vidas, havendo nestes processos experiências que chegam a ser diametralmente opostas.

O significativo contingente de imigrantes que se revela pelo grande número de pessoas que vivem fora de seus países não é capaz de traduzir a experiência humana envolvida nestes fluxos. As notícias de conflitos, guerras, perseguições e malfadadas travessias muitas vezes atribuem um viés abstrato a acontecimentos que afetam vidas concretas. As questões envolvidas no instituto do refúgio podem ser encaradas de modo teórico e generalizante, ou de uma maneira mais pautada na realidade.

O vasto contingente populacional em busca por refúgio enfrenta grandes incertezas, apesar de todos os mecanismos normativos e institucionais voltados à proteção destas pessoas. A média de tempo entre a saída do país de origem e o recomeço no país de origem é de vários anos<sup>165</sup>, e varia conforme alguns aspectos subjetivos dos refugiados e solicitantes de refúgio, como atestam os relatos. Elsa Lechner pontua que se tratam de vidas em espera, seja em campos de refugiados, seja em cidades onde a vida de adultos e crianças é exposta a experiências de violência que podem ser literais ou simbólicas<sup>166</sup>.

As heterotopias presentes no contexto de refúgio envolvem os fatores de origem, condição socioeconômica e raça, e esses aspectos possuem significativo impacto na vivência do refúgio, que pode ser de acolhimento ou de violência, passando por muitas das nuances entre estes extremos.

Sayad destaca que a imigração é uma ruptura inicial que desencadeia uma série de outras rupturas<sup>167</sup>. É certo que todo alguém que chega é alguém que partiu. A pessoa forçada a deixar seu local de origem, seja qual for a razão, é alguém que resiste à fome, à guerra, à pobreza, à perda e à saudade. Há resistência no trajeto, há também resistência no destino, que irá apresentar um novo idioma, uma cultura desconhecida e a incerteza sobre os meios de vida que serão encontrados.

Hannah Arendt, em seu artigo intitulado *Nós, os refugiados*, descreve algumas das rupturas causadas pela guerra:

Perdemos a nossa casa o que significa a familiaridade da vida quotidiana. Perdemos a nossa ocupação o que significa a confiança de que tínhamos algum uso neste mundo.

---

<sup>165</sup> LECHNER, Elsa. Refugiados africanos que tentam a Europa: por uma utopia concreta. In: **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. THEMOTEO, Reinaldo (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 100.

<sup>166</sup> Ibidem, p. 101.

<sup>167</sup> SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 114.

Perdemos a nossa língua o que significa a naturalidade das reações, a simplicidade dos gestos, a expressão impassível dos sentimentos<sup>168</sup>.

A filósofa trata então de questões bastante sensíveis acerca do refúgio e das reconstruções demandadas por este processo. São muitas as barreiras, sendo o idioma e a documentação os primeiros obstáculos que se impõem, e que acabam também por interferir no acesso ao trabalho e a direitos sociais básicos como moradia, saúde e educação.

Com o desígnio de conferir um caráter tangível ao suporte teórico do estudo e examinar os obstáculos e formas de acesso que integram as experiências de refúgio, foi realizada pesquisa de campo que consistiu na entrevista de 20 refugiados e solicitantes de refúgio, uma vez que a imigração é dotada de uma “dupla dimensão de fato coletivo e de itinerário individual”<sup>169</sup>. Os participantes foram recrutados a partir da base de dados da pesquisadora, são homens e mulheres com idade entre 19 e 44 anos, naturais de El Salvador, Venezuela, República Democrática do Congo, Guiné Bissau e Síria. Foi feita uma análise qualitativa com a finalidade de investigar as nuances relativas ao acesso a direitos sociais basilares, como acesso à documentação, ao aprendizado do idioma, à moradia, à colocação profissional e à prestação de serviços públicos, além das demais questões suscitadas pelas entrevistadas e pelos entrevistados, uma vez que o questionário foi elaborado da forma semiestruturada, com o intuito de abrir espaços para as falas mais espontâneas dos participantes. Não foram examinadas as razões pela busca por refúgio, uma vez que esse não constitui o objetivo da pesquisa.

O objetivo central é analisar as condições mínimas de sobrevivência que são ou não desfrutadas por esta parcela da população, examinando também como as diferenças de raça, origem e condição socioeconômica interferem na formulação das necessidades e no acesso a direitos básicos. As circunstâncias aventadas demonstram que refugiados e solicitantes de refúgio “não são um grupo homogêneo de pessoas e experiências”<sup>170</sup>.

Desse modo, os relatos dos protagonistas de experiências de refúgio são o baldrame central da pesquisa realizada, em razão de sua relevância política e para a produção de saberes pautados na concretude das vivências<sup>171</sup>.

---

<sup>168</sup> ARENDT, Hannah. **Nós, os refugiados**. Disponível em: <[http://www.lusosofia.net/textos/20131214-hannah\\_arendt\\_nos\\_os\\_refugiados](http://www.lusosofia.net/textos/20131214-hannah_arendt_nos_os_refugiados)>. Acesso em: 04 jul. 2018.

<sup>169</sup> SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 13.

<sup>170</sup> LECHNER, Elsa. Refugiados africanos que tentam a Europa: por uma utopia concreta. In: THEMOTEO, Reinaldo (Org.). **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 108.

<sup>171</sup> Ibidem, p. 108.

Bela Feldman-Bianco atesta que no contexto capitalista global são erigidas fronteiras visíveis e invisíveis, materializadas em leis e práticas, que diferenciam nacionais e estrangeiros, impondo a essas barreiras ou até mesmo a exclusão do acesso a bens e direitos<sup>172</sup>.

No que diz respeito às fronteiras simbólicas que são edificadas, Vera Karam e Heloisa Câmara apontam a primeira violência cometida contra aqueles que aportam em um território desconhecido, que é exigir a compreensão do idioma e documentos de identificação, além da ausência de políticas públicas de acolhimento e integração e a permanência da Polícia Federal como agente competente para trâmites burocráticos, o que gera atraso e ineficiência, além de manter o tratamento aos migrantes sob o viés securitário<sup>173</sup>. Isso demonstra as barreiras concretas ou simbólicas que se impõem ante o “argumento da segurança, e a consequente escolha dos meios policiais e militares para enfrentar os deslocados”<sup>174</sup>.

As entrevistas realizadas adentram nessas e em outras questões atinentes às vivências de solicitantes de refúgio, refugiadas e refugiados no Brasil, procurando superar universalizações que acabam por suplantar as subjetividades, com o intuito de revelar uma amostra da heterogeneidade e complexidade destas experiências.

Nesse item serão abordadas as experiências dos entrevistados e das entrevistadas com relação à entrada no Brasil, ao atendimento dispensado pela Polícia Federal por meio de seus agentes, às dificuldades impostas pelo idioma e ao acesso à documentação.

Aos participantes da pesquisa empírica foi questionado a respeito das razões para a escolha do Brasil como destino, sem, no entanto, adentrar nos motivos que ensejaram a busca por refúgio, uma vez que esse não é o objeto da pesquisa desenvolvida. Dos 20 entrevistados e entrevistadas, quatro vieram para encontrar familiares que já estavam no país, sendo que uma delas veio especificamente pelo instituto da reunião familiar, que será tratado no capítulo seguinte; dois conseguiram visto de estudante; seis refugiados optaram pelo Brasil em vista da maior facilidade de ingresso com relação aos Estados Unidos ou países da Europa.

Outra razão apontada por três dos entrevistados foi o contato prévio com o país ou com brasileiros, como o caso de J. Y., refugiado natural da República Democrática do Congo, que

---

<sup>172</sup> FELDMAN-BIANCO, Bela. Migraciones internacionales y multiculturalismos al nivel local: de los conflictos a la mercantilización de las identidades. In: **Pueblos en movimiento por una ciudadanía universal: Memorias del IV Foro Social Mundial de las Migraciones** Quito, Ecuador, 8-12 de octubre de 2010, Plan Migración Comunicación y Desarrollo, 2011. P 3.

<sup>173</sup> BARALDI, Camila Bibiana Freitas. **Migrações internacionais, direitos humanos e cidadania sul-americana: o prisma do Brasil e da integração sul-americana**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2014. P. 108.

<sup>174</sup> CHUEIRI, Vera Karam de, e CÂMARA, Heloisa. Direitos humanos em movimento: migração, refúgio, saúde e hospitalidade. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n.36, jan/jun 2010. P. 165.

trabalhou por um período na Odebrecht em Angola; ou com o Brasil, como o casal salvadorenho, cuja escolha foi pautada pelo fato de um deles já haver morado por dois anos no país durante a adolescência, quando seu pai trabalhava em uma multinacional estabelecida em Curitiba.

A respeito da Polícia Federal, cuja competência como autoridade migratória é estabelecida pelo artigo 144, §1º, inciso III da Constituição Federal<sup>175</sup>, o Estatuto dos Refugiados (Lei n.º 9474/1997) prevê em seu artigo 7º o dever de prestação das informações necessárias quanto ao procedimento do pedido de refúgio. O Estatuto institui o Conare – Comitê Nacional para Refugiados, e lhe atribui a competência para “analisar o pedido e declarar o conhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado”, bem como para decidir sobre a cessação, determinar a perda, coordenar as ações e aprovar instruções normativas destinadas à proteção dos refugiados e à execução da Lei, conforme redação de seu artigo 12, incisos I a V<sup>176</sup>. Deste modo, é do órgão vinculado ao Ministério da Justiça, e não da Polícia Federal, a atribuição de avaliar os pedidos formulados. Contudo, as autoridades policiais em diversas situações afirmam a impossibilidade de receber o pedido para se recusarem a fazê-lo, extrapolando sua competência nesses casos.

A solicitante de refúgio I. N., natural da República Democrática do Congo, veio ao encontro de seu cônjuge – ele, no entanto, é de nacionalidade angolana, e veio ao Brasil em razão dos estudos, e não em situação de refúgio, e por isso a vinda de sua esposa não se deu pelo mecanismo da reunião familiar. I. N. chegou ao Brasil em dezembro de 2015 acompanhada de seus três filhos que à época tinham nove, seis e três anos. A família conseguiu visto de turismo para deixar a República Democrática do Congo e vir ao Brasil. Contudo, quando chegaram no país, a Polícia Federal se recusou a agendar o protocolo<sup>177</sup>, alegando que o pedido de refúgio seria incompatível com o visto de estudante de seu cônjuge e com o seu visto de turista.

A negativa foi imediatamente comunicada ao Conare, que reiterou a necessidade de recebimento da solicitação e envio ao órgão competente para seu processamento, contudo,

---

<sup>175</sup> BRASIL. **Constituição Federal**. Artigo 144. § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

<sup>176</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 7º O estrangeiro que chegar ao território nacional poderá expressar sua vontade de solicitar reconhecimento como refugiado a qualquer autoridade migratória que se encontre na fronteira, a qual lhe proporcionará as informações necessárias quanto ao procedimento cabível.

<sup>177</sup> O procedimento da Polícia Federal consiste no prévio agendamento presencial, momento em que é estipulada uma data para o recebimento da solicitação e emissão do protocolo, documento que atesta a condição de solicitante de refúgio no país, até que haja a decisão acerca do pedido.



apenas com a intermediação do delegado responsável pelo setor de imigração é que o agente responsável assentiu em agendar o protocolo da solicitação de refúgio.

É importante ressaltar que, conforme disposição expressa do artigo 8º da Lei 9474/1997<sup>178</sup>, e nos termos da garantia contida no artigo 31 da Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados<sup>179</sup>, sequer nos casos de ingresso irregular há impedimento à solicitação de refúgio, não havendo qualquer respaldo legal nas razões aventadas pelo agente da Polícia Federal para a recusa de seu recebimento. Ademais, no momento da submissão do requerimento à autoridade imigratória, é emitido o protocolo do pedido, documento oficial e provisório que permite ao solicitante a emissão de Cadastro de Pessoa Física e Carteira de Trabalho e Previdência Social, nos termos da determinação legal contida no artigo 21 da Lei 9474/1997<sup>180</sup>, possibilitando o exercício dos atos mais elementares da vida civil, como matrícula escolar e acesso à colocação profissional. Deste modo, a recusa ilegítima do agente policial caracterizou múltiplas violações aos direitos fundamentais destes imigrantes.

A solicitante de refúgio venezuelana L. C. também relatou conduta semelhante por parte das autoridades competentes no momento do agendamento de seu protocolo, que questionaram a pertinência dos documentos anexados ao formulário de refúgio. Na ocasião a solicitante não entendia bem o português por ter chegado há pouco tempo, e narra que somente por estar acompanhada de uma advogada brasileira que insistiu na obrigatoriedade do recebimento do protocolo é que conseguiu realizá-lo.

Os salvadorenos K. S. e M. S., que chegaram ao Brasil em dezembro de 2013 com seus dois filhos, relataram que apenas conseguiram fazer o protocolo do pedido de refúgio depois de seis meses, em junho de 2014. Durante este período sequer conseguiam comprar um chip de celular, já que sem o protocolo, não podiam emitir o CPF. Os agentes da Polícia Federal reiteradamente os informaram que o melhor procedimento seria sair do país e solicitar um visto no Paraguai, Argentina ou Uruguai, além de questionarem a legitimidade da solicitação de

---

<sup>178</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 8º O ingresso irregular no território nacional não constitui impedimento para o estrangeiro solicitar refúgio às autoridades competentes.

<sup>179</sup> ACNUR, ONU. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. 1951. Art. 31 - Refugiados em situação irregular no país de refúgio. 1. Os Estados Contratantes não aplicarão sanções penais em virtude da sua entrada ou permanência irregulares, aos refugiados que, chegando diretamente do território no qual sua vida ou sua liberdade estava ameaçada no sentido previsto pelo art. 1º, cheguem ou se encontrem no seu território sem autorização, contanto que se apresentem sem demora às autoridades e lhes exponham razões aceitáveis para a sua entrada ou presença irregulares

<sup>180</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 21. Recebida a solicitação de refúgio, o Departamento de Polícia Federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional, o qual autorizará a estada até a decisão final do processo. § 1º O protocolo permitirá ao Ministério do Trabalho expedir carteira de trabalho provisória, para o exercício de atividade remunerada no País.



refúgio pelo desconhecimento da situação política de El Salvador. Segundo o relato de K. S., o casal foi questionado se o país realmente passava por problemas sociais, e que se não havia uma guerra, eles não teriam razões para solicitar o refúgio.

Além das repetidas atitudes evasivas dos agentes policiais para se eximirem de realizar o protocolo da solicitação de refúgio dos salvadorenhos, também lhes foram sonegadas informações basilares a respeito da documentação complementar. Foram outros imigrantes que lhe indicaram o procedimento para emissão do CPF, e quando a solicitante relatou ao agente da Polícia que havia conseguido a documentação, este lhe “mandou calar a boca” e disse que a mandaria de volta a El Salvador.

A refugiada S. P., natural da República Democrática do Congo, relatou a diferença do tratamento dispensado no setor de imigração, principalmente com relação aos imigrantes de origem europeia ou estadunidense. Para esses, o atendimento é rápido e eficaz, havendo situações em que são passados à frente de outros imigrantes que aguardavam o atendimento há mais tempo:

Se você chega na Polícia Federal e tem um imigrante americano, ele vai ser atendido antes. Esse é o lado ruim, os brasileiros têm complexo de inferioridade. Os imigrantes dos Estados Unidos, de Paris, são atendidos antes e sem muitas perguntas. [Os agentes] veem que o passaporte tem uma estrela dos Estados Unidos, ficam tremendo, fazem tudo certinho. Já nós, eles ficam tentando ver se o passaporte é falso. O que é isso? Eu não posso fazer uma viagem internacional com o meu passaporte? Como eu iria fazer um passaporte falso?

O relato do solicitante de refúgio venezuelano F. P. também é nesse sentido:

Eles [os agentes] veem que a pessoa está assustada, e se aproveitam dessa situação. E não é uma pessoa só, é o jeito de eles tratarem o pessoal. É engraçado que é só latino-americano e haitiano que eles tratam assim. Tinham outros imigrantes italianos, franceses, não tinha esse tipo de problema. Lamentavelmente, eu não gosto de fazer isso tipo de comentário, mas é a realidade.

Os relatos mais comuns a respeito do atendimento no Departamento da Polícia Federal são a rispidez dos funcionários e sua falta de solicitude para com aqueles que ainda não têm fluência na língua portuguesa, atitudes que manifestam a ausência de pressupostos de alteridade e hospitalidade, nos termos da teoria que será desenvolvida no item 3.2 desta pesquisa.

A falta de transmissão adequada das informações também foi mencionada como uma das maiores dificuldades enfrentadas, havendo testemunhos de que é comum que os funcionários peçam para que os postulantes voltem em outra oportunidade, sem maiores justificativas. K. S., refugiada venezuelana, apontou que este é o motivo de a sala destinada ao

atendimento de imigrantes estar sempre cheia, pois sem as informações ou o atendimento necessários, as pessoas têm de retornar por diversas vezes até lograrem o devido encaminhamento daquilo que procuram resolver:

Por que a PF fica lotada? Porque como não passam bem a informação, a pessoa vai um dia, vai outro dia, vai outro dia, vai outro dia... se a informação fosse passada de forma correta, diminuiria o trânsito de pessoas. Mas acho que eles não estão muito interessados nisso.

Não obstante, cinco dos participantes, um de origem síria, um venezuelano e três africanos, avaliaram positivamente o atendimento recebido, denotando a complexidade característica das experiências de refúgio.

A redação inicial do anteprojeto da lei de migrações previa a instituição de um órgão competente próprio para o atendimento dos migrantes, denominado Autoridade Nacional Migratória<sup>181</sup>, que retiraria da Polícia Federal esta atribuição, com a finalidade de reforçar a coerência do projeto de lei que pretendia atribuir um viés humanitário para as migrações. No entanto, a proposta não integrou a redação final do projeto, subsistindo a competência da Polícia Federal.

As principais barreiras enfrentadas pelos participantes da pesquisa são o idioma, citado por 15 dos 20 entrevistados como a maior dificuldade; o racismo, mencionado por cinco dos oito negros e negras que participaram da pesquisa; e a colocação profissional, aludida por três dos entrevistados, sendo que todos que mencionaram essa questão como uma das maiores dificuldades enfrentadas são de origem africana, o que revela a interseccionalidade e sobreposição de fatores subjetivos como raça e origem na experiência do refúgio.

A pesquisa empírica realizada por Rosana Baeninger e Roberta Peres com imigrantes haitianos revela a precariedade na inserção laboral como uma de suas conclusões mais sobressalentes<sup>182</sup>. Ainda que a experiência haitiana não integre o escopo da presente pesquisa, esta conclusão é bastante relevante por revelar a assimetria de condições entre imigrantes originários da África ou Haiti e, portanto, negros, e imigrantes brancos, sírios ou latino-americanos, no recorte empreendido nesta pesquisa. É comum que os sírios, ainda que muitas vezes não consigam se colocar no mercado de trabalho exercendo as funções para as quais são qualificados, tenham condições de abrir um negócio próprio, como é o caso dos quatro sírios

<sup>181</sup> BRASIL. **Ministério da Justiça**. Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil. Portaria nº 2.162/2013, Brasília, 31 jul. 2014. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10947.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

<sup>182</sup> BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **R. bras. Est. Pop** 34, nº 1 (abril de 2017): 119–43. P. 128.

entrevistados. Não se ignoram as dificuldades que envolvem a impossibilidade do exercício da profissão, mas é um dado concreto que os refugiados negros enfrentam a sobreposição das vulnerabilidades que são enfrentadas nos processos de refúgio. Dos oito entrevistados latino-americanos, seis deles lograram, não sem dificuldades, a colocação profissional em suas áreas de formação, o que corrobora a distribuição desigual dos recursos no campo social migratório, sendo essas disparidades relacionadas aos fatores subjetivos de raça, condição socioeconômica e origem.

As fronteiras não são apenas formas de estruturar os espaços geográficos, mas também estão presentes nas corporalidades, sendo o corpo uma espécie fronteira na qual a cor da pele e o aspecto físico são determinantes<sup>183</sup>. A solicitante de refúgio congoleza I. N., ao ser questionada sobre as maiores dificuldades que enfrentou, afirmou:

Primeiramente a língua, a língua é bem complicada. (...) A segunda dificuldade era nossa pele, se a pessoa te via e menosprezava, achava que você era uma pessoa inútil. Isso me tocou muito, muito no coração, eu ficava muito triste também. Às vezes você entra no ônibus, a pessoa está te olhando assim, você está como sujo, eu não sei, isso eu ficava muito triste.

L. Y., refugiada também de origem congoleza, narrou ter sido chamada de macaca no supermercado, e seu marido, J. Y., ao lembrar do episódio, lamentou: “a minha esposa voltou bem triste naquele dia”.

Com relação ao idioma, este representa o fator apontado como maior dificuldade enfrentada pela maioria dos entrevistados. Mesmo os de origem latino-americana e, portanto, falantes do espanhol, idioma que poderia à primeira vista parecer mais semelhante ao português, relatam o ‘choque’ provocado pela língua, sendo esta terminologia utilizada por duas das entrevistadas, uma venezuelana e uma síria. A. P., refugiada congoleza, compara a experiência do idioma como nascer de novo, ter que aprender ‘do zero’. Dez dos entrevistados fizeram o curso de Português Brasileiro para migração humanitária ofertado pelo Centro de Línguas e Interculturalidade da Universidade Federal do Paraná (Celin).

O aprendizado do idioma é uma questão de sobrevivência, segundo as conclusões obtidas pela pesquisadora Mirelle Amaral de São Bernardo em sua tese sobre o ensino de Português como língua de acolhimento para migrantes e refugiados<sup>184</sup>. A linguista afirma que

<sup>183</sup> DEL RÍO, José María Valcuende. Frontera en la piel. In: KAVANAGH, W. et al. Portugal e Espanha—Entre discursos de centro e práticas de fronteira. 2009. **Portugal e Espanha**. Entre discursos de centro e práticas de fronteira. Lisboa: Editora Colibri, 2009. P. 237-255. P. 246.

<sup>184</sup> Pesquisa-ação realizada nas aulas do curso de português para imigrantes e refugiados no Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (Neppe), na Universidade de Brasília.

os depoimentos que foram feitos pelos alunos ao final do curso certificam um outro aspecto relacionado ao aprendizado do idioma, que é a melhora da autoestima e da autoconfiança, e complementa:

Quando o aluno diz que agora pode se expressar (*I can now express myself*) percebemos o quão difícil é para o imigrante chegar ao país onde pretende se estabelecer e não conseguir se fazer entender, não conseguir se expressar. Ele fez opção pelo verbo expressar (*express*) em vez de apenas dizer que agora pode falar português e, então, podemos perceber a importância da língua na interação e na integração com a sociedade de acolhimento<sup>185</sup>.

Além das questões cotidianas que são substancialmente afetadas pelo idioma, um fator bastante mencionado pelos participantes é que as dificuldades a ele relacionadas são potencializadas nas situações de interação com as autoridades. No setor de imigrantes da Polícia Federal o atendimento é em português, assim como as comunicações feitas pelo Conare. O órgão envia aos solicitantes de refúgio uma notificação via e-mail com a data da entrevista e as informações a seu respeito, e comunica que caso haja a necessidade de intérprete, é de responsabilidade do solicitante providenciá-lo.

Neste contexto, o aprendizado do português como língua de acolhimento tem um caráter de urgência que o diferencia de outros contextos em que se busca aprender uma língua<sup>186</sup>, já que as necessidades mais prementes dos indivíduos são dependentes da aquisição do capital linguístico, aqui compreendido como um aspecto do capital cultural bourdieusiano que consiste na incorporação de disposições duradouras no acervo intelectual de um indivíduo, que tem como fonte determinada produção cultural humana, tornando-se, após um processo de assimilação, sua propriedade intangível<sup>187</sup>.

Outro ponto bastante sensível diz respeito à documentação. Ao apresentar o formulário de solicitação de refúgio à autoridade migratória, o postulante recebe o protocolo de seu pedido, documento emitido pela Polícia Federal<sup>188</sup> que atesta a condição de solicitante de refúgio. Esse documento consiste em uma folha de papel com os dados do migrante, e constitui o seu primeiro

---

<sup>185</sup> SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de. **Português como língua de acolhimento: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil**. Tese. Universidade Federal de São Carlos, 2016. P. 135.

<sup>186</sup> Ibidem, p. 124.

<sup>187</sup> NOGUEIRA, Maria Alice. Capital cultural. In: CATANI, Afrânio Mendes (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 103-106. P. 105.

<sup>188</sup> A Lei de Migrações (Lei n.º 13445/2017) instituiu o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório, e sua emissão vem sendo implementada desde o segundo semestre de 2018, conforme detalhamento no item 2.2 desta pesquisa. Contudo, para os pedidos realizados anteriormente, não houve substituição pela nova documentação, de modo que as deficiências do Protocolo continuam a afetar as solicitações de refúgio anteriores à mudança documental instituída.

registro oficial expedido por um órgão nacional, o qual possibilita a emissão de CPF e CTPS, como anteriormente apontado.

Segundo os últimos dados divulgados pelo Ministério da Justiça, há 86.007 pedidos de refúgio aguardando análise, demonstrando o número considerável de pessoas que vivem na condição de solicitante de refúgio, em uma situação transitória que é substancialmente prolongada no tempo. Doze dos entrevistados estão ainda aguardando decisão, sendo que três deles estão pendentes de análise desde 2015. Um dos solicitantes, cujo protocolo foi feito no ano de 2014, recebeu em outubro de 2018 a decisão negativa de seu pedido, e aguarda o julgamento do recurso.

A fim de avaliar se o aumento exponencial do influxo de refugiados no país foi acompanhado pela proporcional alocação de recursos em favor do órgão responsável pelo processamento das solicitações de refúgio, foram requisitadas informações relativas ao repasse de verbas ao Conare por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão<sup>189</sup>. A solicitação foi atendida, e o resumo da destinação de recursos ao órgão está descrito na tabela abaixo:

**Figura 1 – Relação de repasses financeiros ao Conare, entre 2010-2018**

EXERCÍCIO	ATIVO PERMANENTE	CARGO EM COMISSÃO	EXERC. DESCENT.	REQUISITADO	ANISTIADO	TOTAL ANUAL
2010	-	R\$ 197.348,94	-	-	-	R\$ 197.348,94
2011	R\$ 5.885,54	R\$ 243.023,49	-	-	-	R\$ 248.909,03
2012	R\$ 54.316,93	R\$ 176.818,67	-	-	-	R\$ 231.135,60
(Ajuda de custo)	-	R\$ 6.843,76	-	-	-	R\$ 6.843,76
2013	-	R\$ 139.694,34	R\$ 44.270,14	-	-	R\$ 183.964,48
2014	R\$ 94.730,93	R\$ 121.105,17	-	R\$ 31.544,12	-	R\$ 247.380,22
2015	R\$ 358.450,10	R\$ 169.782,73	-	R\$ 29.726,80	-	R\$ 557.959,63
2016	R\$ 667.738,47	R\$ 38.657,23	-	-	0,00	R\$ 706.395,70
2017	R\$ 763.862,00	-	-	-	0,00	R\$ 763.862,00
2018	R\$ 604.816,71	-	R\$ 15.878,72	0,00	0,00	R\$ 620.695,43
<b>Total Geral</b>	<b>R\$ 2.549.800,68</b>	<b>R\$ 1.093.274,33</b>	<b>R\$ 60.148,86</b>	<b>R\$ 61.270,92</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 3.764.494,79</b>

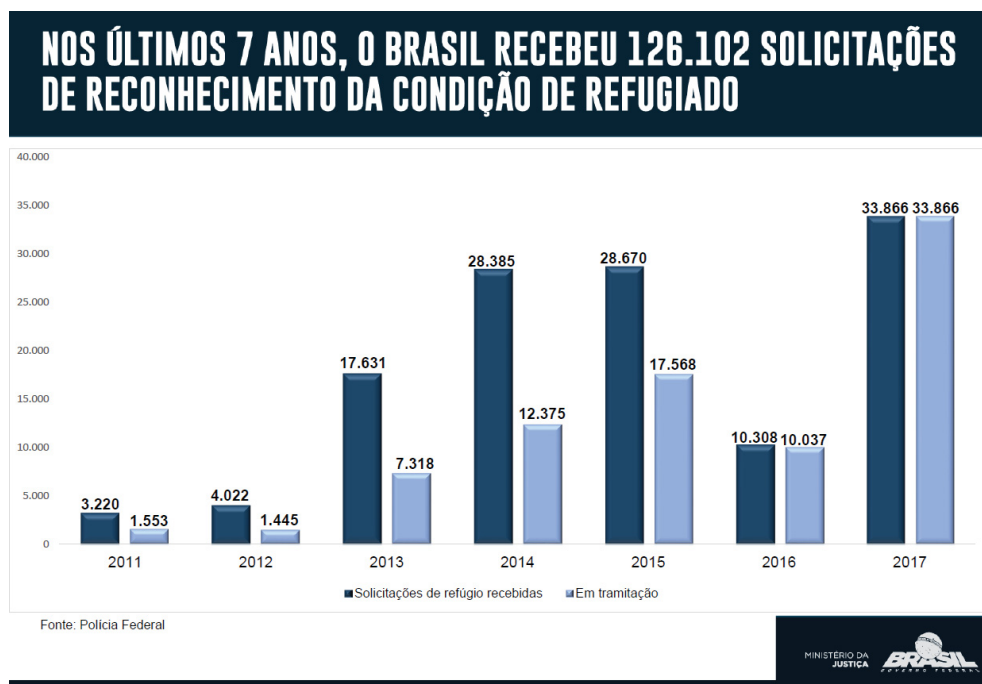
Fonte: DW, Sistema Eletrônico de Ponto (CGIF) e SEOPF

Fonte: Informação nº 1/2019/Sic-Conare/Conare/Demig/SNJ (Anexo I).

Diante das informações prestadas, verifica-se a discrepância dos recursos financeiros repassados ao se comparar o percentual de aumento dos pedidos de refúgio entre o período de 2011 a 2017, conforme último levantamento divulgado pelo Conare:

<sup>189</sup> BRASIL. Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão. Brasília [2019]. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>>.

Figura 2 – Solicitações de refúgio entre 2011-2017



Fonte: Comitê Nacional para os Refugiados (2018).<sup>190</sup>

Enquanto as solicitações de refúgio mais do que decuplicaram neste período, saltando de 3.220, em 2011, para 33.866, em 2017, a destinação de recursos ao Conare apenas triplicou. O que se infere com essa comparação é que a morosidade do trâmite dos pedidos de refúgio deve-se em certa medida ao fato de que a estrutura do órgão competente para avaliá-los não acompanhou o aumento da demanda, prejudicando o acesso ao reconhecimento dessa condição.

De modo reflexo, a ausência de investimentos e a consequente morosidade na apreciação dos pedidos interfere no acesso à documentação. O Protocolo, como é denominado o documento oficial dos solicitantes de refúgio, é bastante frágil tanto literal, por ser uma folha de papel impressa, como simbolicamente. Quinze dos entrevistados afirmaram que o protocolo não é um documento reconhecido em muitas situações cotidianas, como na abertura de conta em bancos ou para crédito e parcelamentos em lojas.

O refugiado salvadorenho M. S. relatou que o protocolo “nem parece documento, é uma coisa de papel, e agora é pior, é uma folha de papel, na época tinha foto, forma de cartãozinho que dava para dobrar, mas agora não, agora é uma folha. Não vale em lugar nenhum. Ninguém conhece. Nem a poupança a gente podia abrir, nem uma conta poupança”.

<sup>190</sup> BRASIL. Secretaria Nacional da Justiça - Comitê Nacional para os Refugiados. **Refúgio em Números** – 3<sup>a</sup>. ed. Brasília, [2018]. Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados- apenas-5-1-mil-continuem-no-brasil/refugio-em-numeros\\_1104.pdf](http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados- apenas-5-1-mil-continuem-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2019.

Os solicitantes de refúgio venezuelanos B.M. e N. Q. citaram o constrangimento que o desconhecimento sobre o Protocolo lhes provocou quando tentaram ingressar em uma casa noturna e em diversas outras oportunidades, como na tentativa de abertura de uma conta: “Você vai abrir uma conta no banco, mesmo tendo dinheiro, eles olham para aquilo, chamam o gerente, não conhecem [o documento]. Eu não cheguei a sentir a discriminação, mas era constrangedor, sempre demorava mais”.

Algumas empresas também não aceitam contratar imigrantes que não tenham o Registro Nacional do Estrangeiro (RNE), documento que só é emitido quando do reconhecimento do *status* de refugiado, como relatado por dois entrevistados, um solicitante de refúgio guineense e uma refugiada congoleza.

K. S., refugiada salvadorenha, esposa de M. S., contou que uma das empresas em que trabalhou se valia do fato de ela não conseguir abrir conta em banco, pois a instituição financeira se recusava a aceitar o protocolo como documento válido, para efetuar o registro da Carteira de Trabalho e pagar de forma regular o salário inicialmente estabelecido para sua função. Desse modo, o caráter inócuo do protocolo acaba por reforçar a suscetibilidade daqueles que já se encontram em uma situação vulnerável.

Mesmo o acesso à documentação mais elementar, como o registro civil do imigrante, apresenta óbices em razão da demora no processamento das solicitações de refúgio e das dificuldades que o protocolo impõe.

Diferente do capital cultural linguístico caracterizado pelo aprendizado do idioma, que é uma modalidade de capital incorporado, a regularização documental da imigração é uma forma de capital objetificado, uma vez que possui um aspecto materializado<sup>191</sup>. O capital simbólico pode, inclusive, ser codificado, garantido e burocratizado pelo Estado, o que corrobora a adequação do conceito bourdieusiano para observar os fenômenos de refúgio e suas nuances.

Os participantes foram também arguidos a respeito do acesso a direitos sociais como saúde e educação, e ambos foram avaliados positivamente pela grande maioria dos entrevistados. Foi bastante comum a afirmativa de que o atendimento prestado pelo SUS costuma demorar, mas que é o que ocorre também com os brasileiros, não havendo diferença no tratamento. A efetivação de matrícula escolar foi considerada satisfatória pelos participantes, havendo apenas um caso de dificuldade em conseguir vaga em creche.

---

<sup>191</sup> MOORE, Rob. Capital. In: GRENFELL, Michel (Org.). **Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018. P. 136-154. P. 142.



A respeito do acesso à moradia, um ponto aludido por sete dos entrevistados foi a constituição de um fiador que é exigida pelas imobiliárias no momento de alugar um imóvel. É raro que os imigrantes que cheguem ao Brasil em uma situação de refúgio já tenham uma rede de contatos estabelecidas, caracterizadas por Bourdieu como um capital social apto a proporcionar suporte a quem as integra<sup>192</sup>; é ainda mais atípico que dentro dessa rede tenha alguém com aptidão financeira para avaliar a locação. Como pontuou a refugiada síria R. K., “o Brasil tem portas abertas, mas falta onde morar”.

A saída costuma ser procurar um imóvel cujo aluguel seja tratado diretamente com o proprietário, ou o depósito de um adiantamento de valores que constitua garantia para o caso de eventual mora ou inadimplência. Contudo, são poucos os que possuem condições financeiras para fazê-lo – dentre os participantes da pesquisa, houve apenas uma situação em que a família, natural da Síria, pode arcar com estes custos.

Chama a atenção o fato de que nenhum dos entrevistados de origem africana mencionou a fiança como um problema, e isso provavelmente se deve ao fato de que a moradia nesses casos é providenciada de uma maneira mais informal, sendo normalmente sublocações ou espaços compartilhados com mais de uma família.

Marcelo Haydu obteve conclusão similar, havendo constatado que não apenas os imigrantes provenientes da República Democrática do Congo, mas os africanos, de modo geral, residem em bairros mais afastados em razão do valor do aluguel e da maior facilidade no processo de locação, que na maior parte dos casos é tratada diretamente com o proprietário. O cientista social pontua que “como a grande maioria dos congoleses (assim como os indivíduos em situação de refúgio de forma geral) não conta com alguém que possa ser seu fiador, ou com recursos para arcar com os custos de um seguro fiança ou mesmo de meses de depósito adiantados (geralmente dois ou três meses), viver em locais mais carentes e em moradias mais precárias acaba sendo a única opção”<sup>193</sup>.

Corroboram essas conclusões o fato de que muitos imigrantes acabam morando em imóveis em situação irregular e, portanto, bastante precária. Em dois recentes episódios de incêndio em ocupações, um deles no centro do São Paulo<sup>194</sup>, onde 25% das 150 famílias

---

<sup>192</sup> SAINT MARTIN, Monique de. Capital social. In: CATANI, Afrânio Mendes (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 113-117. P. 113.

<sup>193</sup> HAYDU, Marcelo. **Refugiados congoleses na cidade de São Paulo: processo migratório e itinerários terapêuticos**. Tese. Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Unifesp, 2017. P. 64.

<sup>194</sup> MAFORT, Kelli. O prédio ocupado em chamas e escombros no dia do trabalhador. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 maio 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/05/01/o-predio-ocupado-em-chamas-e-escombros-no-dia-do-trabalhador/>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

residentes era de estrangeiros, e outro na periferia de Curitiba<sup>195</sup>, os imigrantes foram sensivelmente afetados.

Dois dos entrevistados, ambos sírios, mencionaram a Carteira Nacional de Habilitação como uma das dificuldades encontradas, questão que não havia sequer sido remotamente aludida por outros participantes. Isso revela como a pluralidade de subjetividades que transitam pelos espaços do refúgio não só acentuam determinadas dificuldades, mas também têm um papel proeminente na alocação das necessidades.

Raça, origem e condição socioeconômica são fatores que interferem de modo premente nas vivências do refúgio, delineando realidades que partilham aspectos em comum ao mesmo tempo em que podem proporcionar experiências antagônicas.

Na já mencionada obra *Conversas de refugiados*, de Bertolt Brecht, os dois personagens que dialogam sobre a guerra e a condição de exílio são Ziffel e Kalle. Este é um operário militante comunista, aquele, um físico com origens burguesas. O livro apresenta, desse modo, posições complementares dos personagens, que possuem origens e posições sociais distintas, mas cujas perspectivas são em alguns momentos aproximadas pelo exílio. Brecht traduz com maestria não apenas os conflitos e agruras enfrentados pelos dois refugiados, mas também como esta condição não é de modo algum homogênea ou homogeneizante.

Existe, de fato, uma multiplicidade de “espaços sociais efetivamente vividos nas sociedades-destino”<sup>196</sup>, sendo o campo social do refúgio integrado por tanta diversidade quanto sujeitos. As heterotopias constituem, neste contexto, uma chave interpretativa se não para compreender a complexidade envolvida nestes movimentos, ao menos para tomá-la como premissa, de modo que seja possível transcender universalizações e termos abstratos.

Traçadas as características que permitem a conformação do refúgio como um campo social sediado por disputas e posições diversas, compete analisar os elementos que o circunscrevem, mais precisamente, os instrumentos normativos que definem quem pode se enquadrar na condição de refugiado e que tutelam seus direitos como tal, segundo o exame desenvolvido no capítulo seguinte.

---

<sup>195</sup> CARIGNANO, Júlio Cesar. “Nosso Natal não é de luzes, não tem cor. Será cinza, em meio às cinzas” *Jornalistas Livres*, 9 dez. 2018. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/nosso-natal-nao-e-de-luzes-nao-tem-cor-sera-cinza-em-meio-as-cinzas/>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

<sup>196</sup> OLIVEIRA, Márcio de; KULAITIS, Fernando. *Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios*. **Mediações** 22, nº 1 (junho de 2017): 15–47. P. 30.

### 3. CIRCUNSCRIÇÃO DO CAMPO: ELEMENTOS NORMATIVOS

#### 3.1. DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E O DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS

Neste capítulo serão analisados os principais instrumentos legais atinentes à proteção dos refugiados e solicitantes de refúgio, nos âmbitos nacional e internacional. Contudo, apesar de ter por objeto precípua a análise normativa, não se pretende realizar um exame preponderantemente técnico, mas tecer uma abordagem que situe de maneira crítica os principais mecanismos. O recorte aqui formulado compreende os instrumentos e dispositivos com maior impacto na vivência dos refugiados e solicitantes de refúgio que participaram das entrevistas realizadas no escopo da pesquisa empírica.

Um campo social, conforme definição formulada por Pierre Bourdieu, é um microcosmo dotado de relativa autonomia, com suas regras próprias, bens simbólicos que dentro dele possuem valor, hierarquias e disputas. O campo social do refúgio é composto por indivíduos concretos dotados de características múltiplas e que por este motivo ocupam e aproximam as mais diversas posições, remetendo assim ao signo da heterotopia. As normas que delimitam o campo definem os que podem ser considerados refugiados e qual o trânsito que lhes será autorizado dentro da sociedade de acolhimento, bem como qual o grau de acesso aos direitos e posições sociais que lhes será outorgado. Por estarem as leis num patamar de abstração, são os sujeitos em situação de refúgio e, sobretudo, as autoridades e instituições vinculadas à questão, que irão lhe atribuir factibilidade. Tanto a legislação quanto os seus operadores concebem formas de acesso e obstrução.

O direito circunscreve o campo do refúgio, sendo este constituído pelas regras que o engendram, por indivíduos em posições distintas e conflitantes e pela disputa por capitais. A demarcação deste campo implica no estabelecimento dos elementos que lhe são externos, o permeiam e, em virtude de sua baixa autonomia, nele interferem de maneira contundente. O campo jurídico em que estão inseridas as normas balizadoras do campo do refúgio é dotado de um caráter preponderantemente relacional, posto que “a produção jurídica não pode ser interpretada como um sistema fechado e unicamente do ponto de vista de sua lógica interna, nem como o reflexo direto de fatores que lhe são, em diversos graus, exteriores”<sup>197</sup>, portanto, o

---

<sup>197</sup> LENOIR, Remi. Campo jurídico. In: CATANI, Afrânio Mendes (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 86-88. P. 87.

campo jurídico “deve ser pensado de modo relacional, tanto em seu funcionamento interno quanto em suas relações com outros campos”<sup>198</sup>.

A fim de proporcionar um panorama dos mecanismos que delimitam o campo do refúgio, cumpre, em primeiro lugar, situar a legislação hodierna, promulgada sob a égide da concepção contemporânea dos direitos humanos. O recorte temporal empreendido no presente estudo corresponde ao período de internacionalização dos direitos humanos, ocorrido notadamente no segundo pós-guerra. A partir de então é que foi instituída uma ordem internacional assente no objetivo precípua de resguardar a dignidade humana.

Os direitos humanos são aqueles indispensáveis a uma vida digna, não havendo um rol predeterminado e estanque de quais são os direitos ou garantias essenciais para a consecução do ideal da dignidade, uma vez que as necessidades humanas têm um caráter contingente com relação ao contexto histórico e realidade social em que estão inseridas<sup>199</sup>.

Sem pretender adentrar o mérito das dimensões dos direitos humanos, e ressaltando que a presente pesquisa refuta as categorizações fragmentadas e lineares destes direitos, cabe apontar que o binômio liberdade-individualismo imperou até o início do século XX, momento que marcou a transição do Estado Liberal para o Estado Social, passando então a figurar entre o escopo de direitos humanos as pretensões de realização de justiça social, notadamente na Constituição Mexicana de 1917 e na Constituição Alemã de Weimar, de 1919<sup>200</sup>.

Nesse contexto é que foram erigidos os primeiros instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos, quais sejam, o Direito Humanitário, a Liga das Nações e a Organização Internacional do Trabalho, sendo estas duas últimas instituídas após a Primeira Guerra Mundial com a finalidade de promover a paz e os direitos humanos no âmbito global<sup>201</sup>.

Tal conjuntura histórica é de suma importância, não somente porque demarca a mitigação da concepção vestfaliana de soberania<sup>202</sup>, mas também por ter sido o momento dos

---

<sup>198</sup> LENOIR, Remi. Campo jurídico. In: CATANI, Afrânio Mendes (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 86-88. P. 87.

<sup>199</sup> RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2015. 2ª ed. P. 27.

<sup>200</sup> FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos Direitos Humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. P. 53-54.

<sup>201</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>202</sup> A Paz de Vestfália, celebrada em 1648, consistiu na celebração dos Tratados de Osnabrück e de Munster, os quais puseram fim à guerra dos trinta anos. Os acordos constituem o marco inicial da sociedade internacional clássica, transferindo o poder até então centrado na Igreja para os Estados soberanos, sendo esse o ponto de referência das relações internacionais. Os Tratados de Vestfália ficaram conhecidos como a “Carta Constitucional da Europa”, e contaram com a participação de representantes de praticamente todos os países que à época integravam o sistema europeu. A liberdade religiosa, a soberania estatal e a igualdade entre os Estados foram os princípios que passaram a compor o cerne das sociedades internacionais clássicas, havendo persistido até o segundo pós-guerra. (RAMINA, Larissa. O direito e a ordem internacional no século XXI: complexidade e reflexos na contemporaneidade. In: **Direito Internacional Multifacetado: Direitos Humanos - Evolução, Complexidades e Paradoxos**. Volume I. RAMINA, Larissa; e FRIEDRICH, Tatiana Scheila (coords.). Curitiba: Juruá, 2014).

primeiros grandes fluxos migratórios internacionais. Melina Fachin consigna que esses migrantes eram desprovidos de quaisquer garantias que pudessem lhes proporcionar algum nível de proteção internacional, posto que os direitos fundamentais eram matéria adstrita às circunscrições estatais<sup>203</sup>.

“A Segunda Guerra representou a ruptura com os direitos humanos”<sup>204</sup>, como leciona Flávia Piovesan, o que acarretou no aumento exponencial de migrantes, refugiados e apátridas. As violações ocorridas então evidenciaram que as garantias fundamentais basilares para a dignidade humana deveriam ser erigidas ao patamar internacional, posto que os Estados se mostraram insuficientes para resguardá-las.

Os horrores perpetrados à época esvaziaram o enunciado “direitos humanos”, e atestaram de modo contundente que não existiam direitos inalienáveis<sup>205</sup>. Hannah Arendt consigna que a apatridia é um sintoma do mundo após a Segunda Guerra, condição que foi estendida aos refugiados, que foram desnacionalizados e expulsos de seus países. A filósofa pontua que as desnacionalizações, por mais que hoje possam parecer “apenas consequência natural da guerra”, à época eram um fenômeno inédito e “pressupunham uma estrutura estatal que, se não era ainda inteiramente totalitária, já demonstrava a incapacidade de tolerar qualquer oposição, preferindo perder os seus cidadãos a abrigá-los com opiniões diferentes da vigente”<sup>206</sup>. Arendt constatou ainda que a discrepância entre a persistência em considerar direitos humanos como inalienáveis e a real situação enfrentada por cidadãos que perderam sua nacionalidade representava um paradoxo “dolorosamente irônico”<sup>207</sup>.

Para retomar a elocução de Flávia Piovesan, se a guerra rompeu com os direitos humanos, o pós-guerra deveria representar a sua reconstrução<sup>208</sup>. É nesse contexto que se opera a internacionalização da proteção à dignidade humana, inaugurando a chamada concepção contemporânea dos direitos humanos, erigida como resposta às atrocidades que foram cometidas naquela ocasião.

Esse momento histórico impingiu a comunidade internacional a conceber uma normatividade atinente aos direitos humanos que fosse capaz de alcançar uma dimensão global,

---

<sup>203</sup> FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos Direitos Humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. P. 56.

<sup>204</sup> PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2008. 9ª ed. P. 117.

<sup>205</sup> ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 302.

<sup>206</sup> Ibidem, p. 310-311.

<sup>207</sup> Ibidem, p. 312.

<sup>208</sup> PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2008. 9ª ed. P. 117.

iniciando-se então o processo de sedimentação do Direito Internacional dos Direitos Humanos<sup>209</sup>.

Melina Fachin pontua que este processo é assente em duas bases precípuas: a mitigação da soberania estatal e a titularidade universal destes direitos, e destaca que “é essa conjuntura que fornece o alicerce fático para que se esboce um sistema normativo internacional de proteção aos direitos humanos”, cuja matriz é a criação da Organização das Nações Unidas, em 1945<sup>210</sup>, e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948<sup>211</sup>. A Declaração, segundo a autora, “é fruto do seu tempo e traz, ou, ao menos, procura trazer em seu bojo um conceito renovado de ser humano que rompe com a despersonalização e coisificação do homem operadas com as atrocidades das grandes guerras”<sup>212</sup>.

Apesar da grande relevância da previsão normativa desses direitos, é necessário considerar que sua construção é fruto de lutas e reivindicações. As previsões de direitos humanos nos instrumentos internacionais possuem um caráter duplo, são concomitantemente obrigações e aspirações<sup>213</sup>.

A dimensão jurídico-positiva dos direitos humanos é dotada de incontestável relevância, contudo, ao mesmo tempo, impende destacar que são as práticas humanas que podem robustecer ou esvaziar o conteúdo das normas institucionalizadas<sup>214</sup>, a exemplo daquilo que foi exposto no capítulo anterior, relativamente ao atendimento prestado pelos agentes públicos aos sujeitos que postulam pelo reconhecimento de sua condição de refugiados. Esses profissionais, no exercício de suas funções institucionais, podem representar a extensão das fronteiras ou a viabilização de acessos. A oscilação entre uma ou outra conduta aparta as experiências vivenciadas no refúgio, reforçando o seu caráter heterotópico.

É precipuamente às ações humanas que os direitos humanos são relacionados, posto que são fruto de conflitos e lutas que provocam a proclamação de certas garantias<sup>215</sup>. O

<sup>209</sup> MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Método, 2014. P. 54.

<sup>210</sup> A Carta da ONU, também designada por “Carta de São Francisco”, estabeleceu o dever de proteção aos direitos humanos e fundamentais, todavia, foi a Declaração de 1948 que enunciou o rol destes direitos.

<sup>211</sup> FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos Direitos Humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. P. 58-60.

<sup>212</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>213</sup> JUBILUT, Liliana Lyra; LOPES, Rachel de Oliveira. A Declaração Universal dos Direitos Humanos aos 70. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Direitos Humanos e vulnerabilidades na Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2018. P. 9-16. P. 11.

<sup>214</sup> RUBIO, David Sanchez. **Encantos e desencantos dos Direitos Humanos: de emancipações, libertações e dominações**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014. P. 124.

<sup>215</sup> FLORES, Joaquín Herrera. **A (Re)Invenção dos Direitos Humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. P. 21.



desenvolvimento dos direitos humanos é gradual em sua própria semântica, e sua constituição não ocorre em um processo linear, mas permeado por avanços e retrocessos.

As Declarações Internacionais são a primeira etapa do processo ainda em curso de consolidação de direitos humanos e fundamentais como categorias universais, ao menos no campo teórico<sup>216</sup>, e pretendem constituir uma diretriz a orientar os Estados para o reconhecimento e efetivação do patamar mínimo de proteção aos direitos humanos que foi designada, ou seja, estabelecem um paradigma para as normas domésticas de proteção aos direitos fundamentais.

Com o intuito de transcender a mera análise do viés formal das regras, Joaquin Herrera Flores propõe o exame crítico das circunstâncias que ensejam a sua formulação. O jurista ibérico se debruça sobre a pretensão de universalidade abstrata aduzida no artigo de abertura da Declaração de 1948 para tecer-lhe uma crítica com relação aos lapsos de sua repercussão na realidade. Flores afirma que o documento “adotou uma visão ‘ideal’, para não dizer metafísica, da pessoa humana”<sup>217</sup>, e sugere que seja feita uma leitura móvel e afirmativa de seus dispositivos, levando em consideração as disposições dos artigos 28 a 30 da Declaração<sup>218</sup>, nos quais “se apontam os vínculos entre o indivíduo e a sociedade em que vive, partindo de uma definição do humano não metafísica, mas material e concreta”, a fim de se busque uma interpretação mais assente na realidade<sup>219</sup>.

O Artigo 29, ao sublinhar que as pessoas possuem também deveres com relação à comunidade, denota uma concepção de direitos humanos de titularidade de pessoas concretas, situadas em um meio social no qual não apenas são dotadas de prerrogativas, mas onde possuem também incumbências<sup>220</sup>. Considerar as relações interpessoais e as interações entre o indivíduo e a sociedade é um ato capaz de tornar mais palpável a concepção abstrata de que “todos nascem

---

<sup>216</sup> FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos Direitos Humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. P. 77.

<sup>217</sup> FLORES, Joaquin Herrera. **A (Re)Invenção dos Direitos Humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. P. 95.

<sup>218</sup> ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Artigo 28. Todo ser humano tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados. Artigo 29. 1. Todo ser humano tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível. 2. No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática. 3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas. Artigo 30. Nenhuma disposição da presente Declaração poder ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

<sup>219</sup> FLORES, Joaquin Herrera. **A (Re)Invenção dos Direitos Humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. P. 95-96.

<sup>220</sup> Ibidem, p. 98.



livres e iguais em dignidade e direitos”, assunção essa que remete ao paradoxo irônico detectado por Hannah Arendt, contido na afirmativa de que os direitos humanos possuem alcance amplo e irrestrito ao mesmo tempo em que a realidade reiteradamente revela o vultoso contingente de pessoas à margem.

Para além de suplantar a abstração latente característica aos mecanismos normativos, reconhecer a imprescindibilidade do viés concreto da experiência humana quando se fala em direitos humanos pode pavimentar o caminho em direção à sua maior concretude e efetividade, uma vez que é a ação humana que lhes atribui sentido.

A internacionalização dos direitos humanos foi pulverizada nos sistemas internacional e regionais, assim como em diversos tratados assentes nesta temática<sup>221</sup>. Contudo, não se pretende entrar no mérito destes mecanismos e suas disposições, mas traçar o percurso inicial do processo de internacionalização dos direitos humanos, a fim de situar o contexto em que se insere a normativa de proteção às pessoas em situação de refúgio.

A Declaração de 1948 é o marco da germinação de normas internacionais de direitos humanos, e os movimentos transfronteiriços passaram a estar sujeitos a este regime<sup>222</sup>. Todavia, em seu texto essa temática não é desenvolvida de maneira proficiente. O artigo 13 prevê o direito à “liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado”, e enuncia o direito a emigrar ao aduzir que “todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país”. Já o artigo 14 dispõe sobre o direito ao asilo, de forma bastante concisa<sup>223</sup>.

Em celebração aos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos publicou uma série de textos explicativos sobre cada um de seus artigos. Com relação ao artigo 13, o texto informativo correspondente sublinha que a liberdade de locomoção prevista no dispositivo corresponde aos deslocamentos internos<sup>224</sup>. A publicação concernente ao artigo 14 reafirma a soberania estatal para a administração de fronteiras e admissão de imigrantes, mas também ressalta a condição de vulnerabilidade muitas vezes envolvida nesses movimentos e assinala que “um sistema ordenado de migração com base nos princípios dos direitos humanos enraizados na DUDH não

---

<sup>221</sup> FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos Direitos Humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. P. 69.

<sup>222</sup> BENHABIB, Seyla. **The rights of others: aliens, residents and citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 7.

<sup>223</sup> ONU. Acnur. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Artigo 13. 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio e a esse regressar. Artigo 14. 1. Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

<sup>224</sup> Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/artigo-13-direito-a-liberdade-de-movimento/>>. Acesso em: 09 dez. 2018.

responderia somente às preocupações legítimas dos países em relação à segurança, mas também honraria os direitos tanto de refugiados quanto de migrantes”<sup>225</sup>.

Nesse contexto, Seyla Benhabib aponta que a Declaração de 1948 afirma o direito à liberdade de movimento através das fronteiras correspondente ao direito a emigrar, mas queda silente a respeito do direito a imigrar e com relação às obrigações dos Estados acerca da permissão da entrada de imigrantes<sup>226</sup>. Sayad pontua, nessa mesma toada, que os movimentos migratórios constituem uma “transação bilateral de direito”, mas que, na verdade, é decidida de forma unilateral pelo país de destino, já que uma eventual negociação bilateral, ou seja, em âmbito internacional, é aplacada pela legislação interna do país para onde se imigra, que irá determinar unilateralmente as condições de admissão e permanência dos imigrantes<sup>227</sup>. Apesar de seu caráter transnacional e de sua própria essência de se imiscuir no direito interno a fim de nivelar a tutela dos direitos humanos, a Declaração acaba por defender a soberania estatal, comportando uma contradição interna entre o alcance dos direitos humanos e a soberania territorial<sup>228</sup>.

A este respeito, Kalle, o operário atarracado de Brecht, oportunamente observa:

O amor à pátria está prejudicado pela ausência de alternativas a ele. É como se tivéssemos de amar a mulher com quem casamos e não de nos casar com aquela que amamos. Por isso eu gostaria primeiramente de poder escolher. Digamos: que alguém me mostrasse um pedacinho da França, uma parte da boa Inglaterra, uma ou duas montanhas suíças e algo das costas norueguesas; aí sim eu poderia apontar um desses países e dizer: fico com este. Mas agora tudo se passa como se para nós nada fosse mais precioso do que a janela de onde caímos certa vez<sup>229</sup>.

Os vínculos com o país de nascimento ou nacionalidade de ascendência e sua relação com fronteiras e soberania delimitam os espaços onde a vida se desenvolve, e no que concerne aos movimentos migratórios, a regulamentação é muito mais voltada à prerrogativa dos Estados de regularem as suas fronteiras do que aos direitos dos indivíduos a livremente transpô-las<sup>230</sup>.

<sup>225</sup> Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-14-direito-a-asilo/>>. Acesso em: 09 dez. 2018.

<sup>226</sup> BENHABIB, Seyla. **The rights of others: aliens, residents and citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 11.

<sup>227</sup> SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 235-236.

<sup>228</sup> BENHABIB, Seyla. **The rights of others: aliens, residents and citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 11.

<sup>229</sup> BRECHT, Bertolt. **Conversas de refugiados**. São Paulo: Editora 34, 2017. P. 85.

<sup>230</sup> MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. O direito à família no contexto da migração forçada: uma análise da Declaração Universal dos Direitos Humanos. In: JUBILUT, Liliana Lyra; e LOPES, Rachel de Oliveira (Org.). **Direitos Humanos e vulnerabilidades na Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2018. P. 219-234. P. 226.

Em 1950 foi criado em Assembleia Geral o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), órgão subsidiário com a atribuição de promover a proteção dos refugiados. Seu trabalho é de caráter humanitário e social, e sua atuação é apolítica. São abrangidas em suas atividades tanto as questões legais e diplomáticas atinentes ao refúgio, quanto a provisão de assistência material. Suas funções precípua são providenciar proteção internacional para os refugiados e buscar soluções permanentes para essa problemática; seus recursos são provenientes de contribuições voluntárias de países doadores, entidades privadas e colaborações particulares, por meio de ações de captação de recursos promovidas pela entidade<sup>231</sup>.

No ano seguinte foi adotada a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. À época, a definição do termo ‘refugiado’ estava temporalmente restrita ao temor de perseguição por raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, em virtude dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951, com a possibilidade da adoção de reserva geográfica espacialmente limitada à Europa<sup>232</sup>. O dispositivo prevê que “os acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951” podem compreender os eventos sucedidos na Europa, ou na Europa e alhures. Desse modo, além dos países poderem eleger a abrangência da proteção quando da ratificação do tratado, estabelecia-se expressamente um

---

<sup>231</sup> Conforme disposições do Estatuto do Acnur - Resolução 428 da Assembleia Geral Das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950. Disponível em:

<[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Estatuto\\_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Estatuto\\_ACNUR](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR)>.

Acesso em: 09 dez. 2018.

<sup>232</sup> ONU. Acnur. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Art. 1º - Definição do termo "refugiado." A. Para os fins da presente Convenção, o termo "refugiado" se aplicará a qualquer pessoa: 1) Que foi considerada refugiada nos termos dos Ajustes de 12 de maio de 1926 e de 30 de junho de 1928, ou das Convenções de 28 de outubro de 1933 e de 10 de fevereiro de 1938 e do Protocolo de 14 de setembro de 1939, ou ainda da Constituição da Organização Internacional dos Refugiados; As decisões de inabilitação tomadas pela Organização Internacional dos Refugiados durante o período do seu mandato, não constituem obstáculo a que a qualidade de refugiados seja reconhecida a pessoas que preencham as condições previstas no parágrafo 2 da presente seção; 2) Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. No caso de uma pessoa que tem mais de uma nacionalidade, a expressão "do país de sua nacionalidade" se refere a cada um dos países dos quais ela é nacional. Uma pessoa que, sem razão válida fundada sobre um temor justificado, não se houver valido da proteção de um dos países de que é nacional, não será considerada privada da proteção do país de sua nacionalidade. B. 1) Para os fins da presente Convenção, as palavras "acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951", do art. 1º, seção A, poderão ser compreendidas no sentido de ou a) "acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa"; ou b) "acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 na Europa ou alhures"; e cada Estado Contratante fará, no momento da assinatura, da ratificação ou da adesão, uma declaração precisando o alcance que pretende dar a essa expressão do ponto de vista das obrigações assumidas por ele em virtude da presente Convenção.

núcleo geográfico, o que só foi retificado na normativa internacional com o Protocolo de 1967 e, ainda assim, tal reserva permaneceu vigente no Brasil até 1989.

Apesar destas restrições, a Convenção proporcionou os alicerces para a construção da proteção internacional dos refugiados no âmbito da concepção contemporânea dos direitos humanos, amplificando as incipientes previsões da Declaração de 1948 a esse respeito. Além consagrar a não discriminação<sup>233</sup> e dos dispositivos que protegem liberdades<sup>234</sup>, propriedade<sup>235</sup>, acesso à justiça<sup>236</sup>, direito ao trabalho<sup>237</sup>, direitos de associação<sup>238</sup> e direitos sociais<sup>239</sup> dos

---

<sup>233</sup> ONU. Acnur. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Art. 3º - Não discriminação. Os Estados Contratantes aplicarão as disposições desta Convenção aos refugiados sem discriminação quanto à raça, à religião ou ao país de origem.

<sup>234</sup> ONU. Acnur. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Art. 4º - Religião. Os Estados Contratantes proporcionarão aos refugiados em seu território um tratamento ao menos tão favorável quanto o que é proporcionado aos nacionais no que concerne à liberdade de praticar a sua religião e no que concerne à liberdade de instrução religiosa dos seus filhos.

<sup>235</sup> ONU. Acnur. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Art. 13 - Propriedade móvel e imóvel. Os Estados contratantes concederão a um refugiado um tratamento tão favorável quanto possível, e de qualquer maneira um tratamento que não seja desfavorável do que o que é concedido, nas mesmas circunstâncias, aos estrangeiros em geral, no que concerne à aquisição de propriedade móvel ou imóvel e a outros direitos a ela referentes, ao aluguel e aos outros contratos relativos a propriedade móvel ou imóvel. Art. 14 - Propriedade intelectual e industrial. Em matéria de proteção da propriedade industrial, notadamente de invenções, desenhos, modelos, marcas de fábrica, nome comercial, e em matéria de proteção da propriedade literária, artística e científica, um refugiado se beneficiará, no país em que tem sua residência habitual, da proteção que é conferida aos nacionais do referido país. No território de qualquer um dos outros Estados Contratantes, ele se beneficiará da proteção dada no referido território aos nacionais do país no qual tem sua residência habitual.

<sup>236</sup> ONU. Acnur. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Art. 16 - Direito de estar em juízo. 1. Qualquer refugiado terá, no território dos Estados Contratantes, livre e fácil acesso aos tribunais. 2. No Estado Contratante em que tem sua residência habitual, qualquer refugiado gozará do mesmo tratamento que um nacional, no que concerne ao acesso aos tribunais, inclusive a assistência judiciária e a isenção da cautio judicatum solvi. 3. Nos Estados Contratantes outros que não o que tem sua residência habitual, e no que concerne às questões mencionadas no parágrafo 2, qualquer refugiado gozará do mesmo tratamento que um nacional do país no qual tem sua residência habitual.

<sup>237</sup> ONU. Acnur. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Art. 17 - Profissões assalariadas. 1. Os Estados Contratantes darão a todo refugiado que resida regularmente no seu território o tratamento mais favorável dado, nas mesmas circunstâncias, aos nacionais de um país estrangeiro no que concerne ao exercício de uma atividade profissional assalariada. (...). Art. 18 - Profissões não assalariadas. Os Estados Contratantes darão aos refugiados que se encontrarem regularmente no seu território tratamento tão favorável quanto possível e, em todo caso, tratamento não menos favorável do que o que é dado, nas mesmas circunstâncias, aos estrangeiros em geral, no que concerne ao exercício de uma profissão não assalariada na agricultura, na indústria, no artesanato e no comércio, bem como à instalação de firmas comerciais e industriais. Art. 19 - Profissões liberais. 1. Cada Estado dará aos refugiados que residam regularmente no seu território e sejam titulares de diplomas reconhecidos pelas autoridades competentes do referido Estado e que desejam exercer uma profissão liberal, tratamento tão favorável quanto possível, e, em todo caso, tratamento não menos favorável do que é dado, nas mesmas circunstâncias, aos estrangeiros em geral. (...).

<sup>238</sup> ONU. Acnur. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Art. 15 - Direitos de associação. Os Estados Contratantes concederão aos refugiados que residem regularmente em seu território, no que concerne às associações sem fins políticos nem lucrativos e aos sindicatos profissionais, o tratamento mais favorável concedido aos nacionais de um país estrangeiro, nas mesmas circunstâncias.

<sup>239</sup> ONU. Acnur. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Art. 21 – Alojamento. No que concerne ao alojamento, os Estados Contratantes darão, na medida em que esta questão seja regulada por leis ou regulamentos ou seja submetida ao controle das autoridades públicas, aos refugiados que residam regularmente no seu território, tratamento tão favorável quanto possível e, em todo caso, tratamento não menos favorável do que o que é dado, nas mesmas circunstâncias, aos estrangeiros em geral. Art. 22 - Educação pública. 1. Os Estados Contratantes darão aos refugiados o mesmo tratamento que aos nacionais no que concerne ao ensino primário. 2. Os Estados Contratantes darão aos refugiados um tratamento tão favorável quanto possível, e em todo caso não menos

refugiados, todos assentes na premissa da equiparação, a Convenção institui o princípio do *non-refoulement*, ou seja, a proibição da devolução, consignando que “nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas”<sup>240</sup>. Também foram impostas restrições às possibilidades de expulsão, ficando essa condicionada a motivos de segurança nacional ou defesa da ordem pública, bem como ao prévio devido processo legal<sup>241</sup>.

O transcurso do tempo acabou demonstrando que as restrições previstas na Convenção de 1951 desabrigava um significativo contingente de pessoas em fluxo. Múltiplos conflitos travados ao longo do globo demonstraram que o refúgio não era uma questão temporal e espacialmente localizada, restrito aos acontecimentos da Segunda Guerra no território europeu. A eclosão de movimentos por independência e guerras civis nos continentes africano e asiático, por exemplo, ocasionou um significativo contingente de refugiados, estimando-se que em meados da década de 1960 havia mais de quinhentos mil refugiados na África, número que praticamente dobrou até o final da década<sup>242</sup>.

Foi então adotado em 1967 o Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados, que expandiu o alcance da Convenção, retificando os termos da definição nela proposta para que

---

favorável do que o que é dado aos estrangeiros em geral, nas mesmas circunstâncias, quanto aos graus de ensino além do primário e notadamente no que concerne ao acesso aos estudos, ao reconhecimento de certificados de estudos, de diplomas e títulos universitários estrangeiros, à isenção de direitos e taxas e à concessão de bolsas de estudo. Art. 23 - Assistência pública. Os Estados Contratantes darão aos refugiados que residam regularmente no seu território o mesmo tratamento em matéria de assistência e de socorros públicos que é dado aos seus nacionais. Art. 24 - Legislação do trabalho e previdência social. 1. Os Estados Contratantes darão aos refugiados que residam regularmente no seu território o mesmo tratamento dado aos nacionais no que concerne aos seguintes pontos: a) Na medida em que estas questões são regulamentadas pela legislação ou dependem das autoridades administrativas: a remuneração, inclusive adicionais de família quando estes adicionais fazem parte da remuneração, a duração do trabalho, as horas suplementares, as férias pagas, as restrições ao trabalho doméstico, a idade mínima para o emprego, o aprendizado e a formação profissional, o trabalho das mulheres e dos adolescentes e o gozo de vantagens proporcionadas pelas convenções coletivas. b) A previdência social (as disposições legais relativas aos acidentes do trabalho, às moléstias profissionais, à maternidade, à doença, à invalidez, à velhice e ao falecimento, ao desemprego, aos encargos de família, bem como a qualquer outro risco que, conforme a legislação nacional, esteja previsto em um sistema de previdência social) (...).

<sup>240</sup> ONU. Acnur. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Artigo 33.

<sup>241</sup> ONU. Acnur. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Art. 32 - Expulsão 1. Os Estados Contratantes não expulsarão um refugiado que se encontre regularmente no seu território senão por motivos de segurança nacional ou de ordem pública. 2. A expulsão desse refugiado somente ocorrerá em virtude de decisão proferida conforme o processo previsto por lei. A não ser que a isso se oponham razões imperiosas de segurança nacional, o refugiado deverá ter permissão de fornecer provas que o justifiquem, de apresentar um recurso e de se fazer representar para esse fim perante uma autoridade competente ou perante uma ou várias pessoas especialmente designadas pela autoridade competente. 3. Os Estados Contratantes concederão a tal refugiado um prazo razoável para procurar obter admissão legal em outro país. Os Estados Contratantes podem aplicar, durante esse prazo, a medida de ordem interna que julgarem oportuna.

<sup>242</sup> ACNUR. **A Situação dos Refugiados no Mundo**: cinquenta anos de ação humanitária. Almada: A Triunfadora Artes Gráficas, 2002.



sua redação passasse também a abranger as situações de perseguição que não se enquadrem nas limitações inicialmente previstas<sup>243</sup>.

No que diz respeito à normatização interna destes instrumentos, a Convenção de 1951 foi promulgada pelo Decreto 50.215/1961, com a supressão do artigo 15, relativo ao direito de associação, e do artigo 17, a respeito do exercício de atividade profissional assalariada. O Protocolo de 1967 foi promulgado pelo Decreto 70.946/1972, adequando a questão da limitação temporal. Contudo, apenas foi retificada a limitação geográfica na legislação brasileira em 1989, com o Decreto 98.602 e, no ano seguinte, as reservas com relação aos artigos 15 e 17 da Convenção foram derrubadas<sup>244</sup>.

Cumprir pontuar que o *status* de refugiado tem caráter declaratório<sup>245</sup>, ou seja, atesta uma condição que se reconhece como existente desde a sua reivindicação. Conforme orientações do Manual de Procedimentos do Acnur<sup>246</sup>, “a determinação da condição de refugiado não tem como efeito atribuir-lhe a qualidade de refugiado, mas sim constatar essa qualidade. Uma pessoa não se torna refugiada porque é reconhecida como tal, mas é reconhecida como tal porque é refugiada”<sup>247</sup>.

O reconhecimento da condição de refugiado confere a proteção humanitária no país que o concedeu, onde deverá ter a equiparação de direitos com relação aos nacionais, e o dever de respeito às normas e à ordem pública<sup>248</sup>. Os critérios centrais de elegibilidade são o fundado

---

<sup>243</sup> ONU. Acnur. **Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados**, 1967. Artigo 1. Disposições Gerais. §1. Os Estados Membros no presente Protocolo comprometer-se-ão a aplicar os artigos 2 a 34, inclusive, da Convenção aos refugiados, definidos a seguir. §2. Para os fins do presente Protocolo, o termo “refugiado”, salvo no que diz respeito à aplicação do §3 do presente artigo, significa qualquer pessoa que se enquadre na definição dada no artigo primeiro da Convenção, como se as palavras “em decorrência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e...” e as palavras “...como consequência de tais acontecimentos” não figurassem do §2 da seção A do artigo primeiro. O presente Protocolo será aplicado pelos Estados Membros sem nenhuma limitação geográfica; entretanto, as declarações já feitas em virtude da alínea “a” do §1 da seção B do artigo 1 da Convenção aplicar-se-ão, também, no regime do presente Protocolo, a menos que as obrigações do Estado declarante tenham sido ampliadas de conformidade com o §2 da seção B do artigo 1 da Convenção.

<sup>244</sup> RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2015. 2ª ed. P. 167.

<sup>245</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados**. Art. 26. “A decisão pelo reconhecimento da condição de refugiado será considerada ato declaratório e deverá estar devidamente fundamentada”.

<sup>246</sup> Compilado elaborado pela Agência da ONU para Refugiados com a finalidade de reunir as principais diretrizes acerca da interpretação e aplicação dos dispositivos constantes nos mecanismos internacionais de proteção à população refugiada. As diretrizes são destinadas a orientar “autoridades governamentais, juízes, profissionais do Direito e funcionários do Acnur nos procedimentos de determinação da condição de refugiado”, e “são baseadas nas visões acumuladas do Acnur, práticas estatais, literatura acadêmica e decisões judicial ao nível nacional, regional e internacional, ao longo de um período de sessenta anos”. (ACNUR. Manual de Procedimentos e Critérios a Aplicar para Determinar o Estatuto de Refugiado de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. Genebra, 2011. P. 2).

<sup>247</sup> ACNUR. Manual de Procedimentos e Critérios a Aplicar para Determinar o Estatuto de Refugiado de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos Refugiados. Genebra, 2011. P. 10.

<sup>248</sup> ONU. Acnur. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Art. 2º - Obrigações gerais. Todo refugiado tem deveres para com o país em que se encontra, os quais compreendem notadamente a obrigação de se conformar às leis e regulamentos, assim como às medidas tomadas para a manutenção da ordem pública.

temor de perseguição e a extraterritorialidade, ou seja, a condição de que para a proteção do refúgio, seu beneficiário deve estar fora do território que lhe impõe ameaças e oferece riscos. Nos termos do Manual de Procedimentos do Acnur, “uma das condições gerais para o reconhecimento da condição de refugiado é que o solicitante esteja fora de seu país de nacionalidade”, não havendo exceções para esta regra uma vez que “a proteção internacional não pode intervir enquanto a pessoa se encontrar dentro da jurisdição territorial do seu país de origem”<sup>249</sup>.

Se o elemento espacial é primordial para a concessão do refúgio, não podendo ser considerado refugiado aquele que pode se valer da proteção de seu país de nacionalidade, o fator temporal não afeta a questão de modo tão premente. É possível que uma pessoa opte por solicitar refúgio depois de estar vivendo no exterior há algum tempo devido a circunstâncias que ocorram em seu país após a sua ausência, sendo esta situação designada por refúgio “*sur place*”. Nesses casos, o Manual de Procedimentos do Acnur assinala que deve ser feita uma minuciosa análise das circunstâncias que justifiquem o fundado temor de perseguição, aferindo-se se eventuais atos praticados pelo solicitante, tais como a associação a refugiados já conhecidos ou a expressão de opiniões políticas, possam “ter chegado ao conhecimento das autoridades do país de origem e como elas poderiam ser interpretadas por essas autoridades”<sup>250</sup>.

A proteção da unidade familiar integra o conjunto de garantias à população em situação de refúgio. Apesar da Convenção de 1951 não prever expressamente tal direito, a Ata Final da Conferência em que foi adotada, orientada pelo dispositivo de proteção à família previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos, estabelece a recomendação para que os governos dos países signatários “tomem as medidas necessárias para a proteção da família do refugiado”, especialmente para assegurar que sua unidade familiar seja mantida<sup>251</sup>.

Essa recomendação é observada pela maioria dos Estados, inclusive pelo Brasil, como será descrito no item subsequente, e fica condicionada ao reconhecimento do estatuto de refugiado daquele que pugna pela extensão desta condição aos seus familiares e dependentes. O Acnur preceitua que pelo menos ao cônjuge e filhos menores, assim como aos pais que sejam dependentes do grupo familiar, deve ser reconhecida essa garantia<sup>252</sup>.

---

<sup>249</sup> ONU. Acnur. **Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados**. Genebra, 2011. P. 20.

<sup>250</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>251</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>252</sup> Ibidem, p. 38.



A Convenção e o Protocolo pretendem fornecer “um código universal para o tratamento dos refugiados retirados de seus países como resultado de perseguição, conflitos violentos, graves violações de direitos humanos ou outras formas de violência”<sup>253</sup>, e seus preceitos orientam os sistemas regionais e as normas internas concernentes aos direitos dos refugiados.

A criação de um sistema global de proteção aos direitos humanos ensejou a instituição de sistemas locais com o mesmo propósito, os quais irradiam essa tutela aos planos regionais. O Direito Internacional dos Direitos Humanos, portanto, compreende a integração entre o âmbito global e os sistemas regionais, visando o robustecimento da proteção a esses direitos<sup>254</sup>.

Opera-se uma complementariedade entre o sistema global e os sistemas regionais, cujas declarações de direitos refletem o conteúdo dos instrumentos universais, aperfeiçoando-os consoante as realidades locais. No dizer de Flávia Piovesan, “os diversos sistemas de proteção de direitos humanos interagem em benefício dos indivíduos protegidos”<sup>255</sup>.

No que tange à temática do direito internacional dos refugiados, merecem destaque as previsões dos sistemas africano e interamericano. A Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA) de 1969 foi o primeiro instrumento regional a se debruçar sobre a temática seguindo as diretrizes traçadas pelos documentos internacionais. Seu texto expande a abrangência do refúgio, incluindo em seu escopo a “agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública” como razões que ensejam a busca por proteção humanitária<sup>256</sup> e, além da proibição de devolução, veda a recusa de admissão nas fronteiras<sup>257</sup>. A seu respeito, Eduardo Arboleda assevera:

La primera definición de refugiado más amplia apareció en la Convención de la OUA de 1969, tal como lo ilustra su Artículo 1. Por primera vez, el término legal «refugiado», aunque a nivel regional, se extendía a los individuos que se vieran forzados a dejar sus países debido a la agresión por parte de otro Estado y/o como resultado de una invasión. La Convención de la OUA adoptó una definición más

<sup>253</sup> ONU. Acnur. **Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados**. P. 1.

<sup>254</sup> PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2008. 9ª ed. P. 241.

<sup>255</sup> PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2014. 5ª ed. P. 54.

<sup>256</sup> OUA. **Convenção que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados na África**. Artigo 1 - Definição do termo Refugiado. (...) 2 - O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade.

<sup>257</sup> OUA. **Convenção que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados na África**. Artigo II – Asilo. (...) 3 - Ninguém pode ser submetido por um Estado-Membro a medidas tais como a recusa de admissão na fronteira, o *refoulement* ou a expulsão que o obriguem a voltar ou a residir num território onde a sua vida, a sua integridade física ou a sua liberdade estejam ameaçadas pelas razões enumeradas no artigo 1., parágrafos 1 e 2.

minuciosa que reflejó las realidades de África durante un período de lucha violenta por la autodeterminación y el desarrollo nacional. Esta Convención marcó el comienzo de un sistema de protección al refugiado, el cual atendió directamente las causas de los flujos masivos de refugiados al destacar las condiciones objetivas del país de origen<sup>258</sup>.

Nota-se que a Convenção Africana se pauta na ótica da migração na sua integralidade, isto é, leva em consideração todo o cenário que a coteja, desde a conjuntura na origem do movimento migratório.

A Convenção também estabelece a ajuda mútua entre os países do continente caso algum deles apresente dificuldades na concessão do refúgio<sup>259</sup>, dispõe expressamente sobre a necessidade do caráter voluntário do repatriamento, não devendo esse em nenhuma hipótese ser realizado contra a vontade do refugiado, e ressalva que a busca por refúgio não deve ser motivo de sanção no país de origem, no caso de regresso<sup>260</sup>.

A Declaração de Cartagena, adotada em 1984 no âmbito do sistema regional interamericano, possui aspectos análogos às disposições da Convenção Africana. As semelhanças decorrem do fato de que o continente africano e o centro-americano enfrentaram desafios no que tange os massivos fluxos de pessoas em razão de conflitos e de instabilidade política e econômica. Como resposta, essas regiões adotaram uma definição mais ampla do refúgio em seus respectivos sistemas regionais, posto que o êxodo intracontinental demandava uma resposta à situação local<sup>261</sup>.

---

<sup>258</sup> Em tradução livre: “A primeira definição de refugiado mais ampla apareceu na Convenção da OUA de 1969, nos termos do que dispõe ser artigo 1. Pela primeira vez, o termo legal ‘refugiado’, ainda que em nível regional, se estendia aos indivíduos que foram forçados a deixar seus países devido a uma agressão por parte de outro Estado e/ou como resultado de uma invasão. A Convenção da OUA adotou uma definição mais minuciosa que refletiu as realidades da África durante um período de luta violenta pela autodeterminação e desenvolvimento nacional. Esta Convenção marcou o começo de um sistema de proteção ao refugiado, o qual atendeu diretamente as causas dos fluxos massivos de refugiados ao destacar as condições objetivas do país de origem”. (ARBOLEDA, Eduardo. La Declaración de Cartagena de 1984 y sus semejanzas con la convención de la Organización de la Unidad Africana de 1969: una perspectiva comparativa. In: NAMIHAS, Sandra (Org.). **Derecho Internacional de los Refugiados**. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2001. P. 81-91. P. 86).

<sup>259</sup> OUA. **Convenção que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados na África**. Artigo II – Asilo. (...) 4 - Quando um Estado-Membro tenha dificuldade em continuar a conceder o direito de asilo aos refugiados, este Estado-Membro poderá lançar um apelo aos Estados- -Membros, tanto diretamente como por intermédio da OUA; e os outros Estados- -Membros, dentro do espírito de solidariedade africana e de cooperação internacional, tomarão as medidas adequadas para aliviar o fardo desse Estado Membro, concedendo o direito de asilo.

<sup>260</sup> OUA. **Convenção que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados na África**. Artigo V – Repatriamento voluntário. 1 - O carácter essencialmente voluntário do repatriamento deve ser respeitado em todos os casos e não pode ser repatriado nenhum refugiado contra a sua vontade. (...). 4 - Os refugiados que voltam voluntariamente ao seu país não devem incorrer em nenhuma sanção por o terem deixado independentemente da razão que deu origem à situação de refugiado. (...)

<sup>261</sup> ARBOLEDA, Eduardo. La Declaración de Cartagena de 1984 y sus semejanzas con la convención de la Organización de la Unidad Africana de 1969: una perspectiva comparativa. In: NAMIHAS, Sandra (Org.). **Derecho Internacional de los Refugiados**. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2001. P. 81-91. P. 81.

A Declaração de Cartagena se baseou na Convenção Africana, e também operou a expansão da concepção de refúgio formulada pela Convenção de 1951 e Protocolo de 1967, enunciando que sua proteção alberga situações de “violência generalizada, agressão estrangeira, conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos e outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública”<sup>262</sup>. Além disso, reitera “a importância e a significação do princípio de *non-refoulement* (incluindo a proibição de rejeição nas fronteiras), como pedra angular da proteção internacional dos refugiados”, assinalando que este imperativo deve ser reconhecido e respeitado no direito internacional como um princípio de *jus cogens*<sup>263</sup>.

O documento foi a primeira Declaração Internacional a reconhecer que as vítimas de violência generalizada, conflitos internos e violações massivas de direitos humanos merecem estar sob a proteção do refúgio<sup>264</sup>. Seu texto anuncia os 16 compromissos assumidos no Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá, ocasião em que foi adotada a Declaração de Cartagena, destacando-se entre eles a expressa menção ao respeito aos direitos humanos dos refugiados, e emprego de esforços governamentais para erradicar as causas que ensejam a busca por refúgio<sup>265</sup>.

Compete sublinhar que a Declaração foi inicialmente adotada pela América Central, México e Panamá, e a partir do Colóquio Internacional em Comemoração ao Décimo Aniversário da Declaração de Cartagena, realizado em 1994, é que se consignou sua pertinência para responder os desafios tocantes ao refúgio em toda a América Latina. O referido Colóquio enfatizou a complementariedade dos instrumentos internacionais, regionais e internos, que devem ser aplicados de forma integrada e harmônica com a precípua finalidade da maior eficácia possível na proteção aos direitos humanos e fundamentais das pessoas em situação de refúgio<sup>266</sup>. Na ocasião também se frizou a necessidade de implementação de políticas aptas a

---

<sup>262</sup> Declaração de Cartagena de 1984.

<sup>263</sup> Declaração de Cartagena de 1984.

<sup>264</sup> ARBOLEDA, Eduardo. La Declaración de Cartagena de 1984 y sus semejanzas con la convención de la Organización de la Unidad Africana de 1969: una perspectiva comparativa. In: NAMIHAS, Sandra (Org.). **Derecho Internacional de los Refugiados**. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2001. P. 81-91. P. 86.

<sup>265</sup> **Declaração de Cartagena de 1984**. “Tendo tomado conhecimento, com apreço, dos compromissos em matéria de refugiados incluídos na Ata de Contadora para a Paz e Cooperação na América Central, cujos critérios partilha plenamente e que a seguir se transcrevem: (...) m) Que os Governos da região empreguem os esforços necessários para erradicar as causas que provocam o problema dos refugiados”.

<sup>266</sup> **Declaração de São José sobre Refugiados e Pessoas Deslocadas**, 1994. “Os participantes no Colóquio chegaram às seguintes conclusões: (...) Quarta. Encorajar o compromisso dos governos, das organizações não governamentais e dos juristas da região a favor da promoção, desenvolvimento e aplicação harmonizada do direito internacional em matéria de direitos humanos, direito humanitário e direito dos refugiados. Quinta. Instar os Governos para que, com a colaboração do ACNUR, promovam um processo de progressiva harmonização de normas, critérios e procedimentos em matéria de refugiados, com base na Convenção de 1951 e no Protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados, na Convenção Americana sobre os Direitos Humanos e na Declaração de Cartagena”.

eliminar as causas do êxodo forçado<sup>267</sup>, assinalando a perspectiva dos instrumentos regionais de vislumbrar o fenômeno desde a sua origem.

A definição mais ampla e comprometida de refúgio estabelecida no contexto latino-americano abrange a consideração da situação objetiva no país de origem e da situação particular de cada pessoa ou grupo de pessoas que solicita a proteção como refugiados<sup>268</sup>.

Eduardo Arboleda sustenta que as definições de refugiado adotadas pela Convenção da OUA e pela Declaração de Cartagena ofereceram uma resposta às realidades regionais, e estabeleceram um importante parâmetro para o Direito Internacional. Suas disposições dotadas de maior amplitude convieram com a atual situação mundial de deslocamentos em massa, pois ao enfocarem a realidade regional, acabaram compensando as deficiências das definições mais rígidas inscritas na Convenção de 1951<sup>269</sup>.

No âmbito do sistema global, em setembro de 2016 a Assembleia Geral da ONU adotou um conjunto de compromissos para aprimorar a proteção de migrantes e refugiados, com a finalidade de promover a integração internacional para propor ações conjuntas a respeito dos atuais fluxos migratórios. Na oportunidade, os 193 Estados-Membros reafirmaram o dever de proteção aos direitos humanos de migrantes e refugiados, e reconheceram que essa tarefa é uma responsabilidade internacional compartilhada. A Declaração de Nova York, documento elaborado na ocasião, delineia uma resposta ao refúgio fundada na cooperação internacional e na divisão dos encargos, além de firmar o compromisso da adoção de um Pacto Global para Refugiados, que foi firmado em 11 de dezembro de 2018<sup>270</sup>.

O Pacto, por sua vez, trata-se de um acordo global para gerir os fluxos migratórios de forma integrada. Dos 193 países que integram a ONU e que inicialmente aderiram à Declaração de Nova York, 164<sup>271</sup> firmaram o compromisso cujo conteúdo essencial são 23 objetivos e

<sup>267</sup> **Declaração de São José sobre Refugiados e Pessoas Deslocadas**, 1994. “Os participantes no Colóquio chegaram às seguintes conclusões: (...) Oitava. Reiterar a responsabilidade dos Estados de erradicarem, com o apoio da comunidade internacional, as causas que originam o êxodo forçado de pessoas e, desta maneira, limitar a extensão da condição de refugiado para além do necessário”.

<sup>268</sup> ARBOLEDA, Eduardo. La Declaración de Cartagena de 1984 y sus semejanzas con la convención de la Organización de la Unidad Africana de 1969: una perspectiva comparativa. In: NAMIHAS, Sandra (Org.). **Derecho Internacional de los Refugiados**. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2001. P. 81-91. P. 85.

<sup>269</sup> Ibidem, p. 82.

<sup>270</sup> ONU. Assembleia Geral. Declaração de Nova York para refugiados e migrantes. **UN Doc. A / 71 / L** , v.1, p. 13 de fevereiro de 2016.

Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/71/L.1&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/71/L.1&Lang=E)>. Acesso em: 09 dez. 2018.

<sup>271</sup> Alguns dos países que se recusaram a adotar o Pacto foram Estados Unidos, Áustria, Hungria, Polônia, Estônia, Bulgária, República Tcheca, Israel, Austrália e República Dominicana. Alguns desses países justificaram a recusa da adesão em razão da interferência na soberania ou alegando que a assinatura poderia incitar a imigração ilegal. O Brasil foi um dos signatários, mas o futuro ministro das Relações Exteriores anunciou, ainda durante a Convenção de Marrakesh, em 10 de dezembro de 2018, que a partir de 2019 o país deixará o Pacto, ante a

diretrizes que devem orientar a ação dos Estados, dentre os quais estão providenciar o acesso de imigrantes e refugiados e serviços básicos, promover formas de integração na sociedade, facilitar a inserção laboral, e minimizar os fatores que ensejam a emigração<sup>272</sup>. O documento busca uma ação integrada não apenas entre as nações que o adotaram, mas também a interrelação entre origem e destino, abrangendo diretrizes para evitar ações que ensejem fluxos emigratórios, bem como para integrar adequadamente os imigrantes nas sociedades.

A posição de abstenção aos compromissos do Pacto adotada por várias nações, bem como as declarações de autoridades brasileiras investidas no poder a partir de 2019, exprimem de forma categórica que para proteger os direitos não basta proclamá-los<sup>273</sup>. No entanto, ainda que a previsão de direitos não signifique necessariamente sua efetivação, o direito é um privilegiado campo de disputa institucional e o reconhecimento formal de garantias é um importante marco na luta por sua concretização, uma relevante ferramenta que não pode ser ignorada. É necessário, portanto, empreender uma análise crítica desses dispositivos, considerando sua importância e também a sua insuficiência quando não acompanhados de ações que busquem concretizá-los. Admitir a visão ambivalente destes direitos não é uma postura

---

justificativa de que “a imigração é bem-vinda, mas não pode ser indiscriminada”. O chanceler indicado pelo presidente eleito considerou que o acordo não é adequado para lidar com a questão migratória, que segundo ele não deve ser tratada em âmbito global, mas “de acordo com a realidade e soberania de cada país”. Suas afirmativas, no entanto, demonstram o despreparo para lidar com a questão e o desconhecimento do teor dos compromissos firmados no Pacto, que não é vinculante e estabelece que cada país irá definir como implantar suas políticas. O futuro chanceler declarou ainda que “a imigração deve estar a serviço dos interesses nacionais” e que o Brasil instituirá um “marco regulatório compatível com a realidade nacional”, afirmativa que pode ser entendida como uma ameaça à Lei de Migração vigente desde novembro de 2017, objeto de reiteradas críticas do presidente eleito. Cumprindo com as declarações do chanceler, o Brasil confirmou a saída do Pacto em 08 de janeiro de 2019.

A este respeito: <[https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/12/10/governo-bolsonaro-deixara-o-pacto-de-imigracao-diz-futuro-chanceler.htm?fbclid=IwAR2OWZYW0T1y5fRN9sz8ghooUfg1eK6Bki\\_Vnh7osqCu3ixZAYuDECLClpk](https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/12/10/governo-bolsonaro-deixara-o-pacto-de-imigracao-diz-futuro-chanceler.htm?fbclid=IwAR2OWZYW0T1y5fRN9sz8ghooUfg1eK6Bki_Vnh7osqCu3ixZAYuDECLClpk)> (acesso em 11/12/2018);

<[https://news.un.org/es/story/2018/12/1447231?fbclid=IwAR2h4P\\_M2Boi4DV6zuK0dqr9FuB9YW0FSZKhDrADhDpQHo6zr8P5RhBFYto](https://news.un.org/es/story/2018/12/1447231?fbclid=IwAR2h4P_M2Boi4DV6zuK0dqr9FuB9YW0FSZKhDrADhDpQHo6zr8P5RhBFYto)> (acesso em 09/12/2018);

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/10/internacional/1544438184\\_274731.html?fbclid=IwAR3Hc-GbCvIj82AntfnzUJZJwGFWRl6xm-hlwZPtL6LyQRuFzlw6fSwf7a0](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/10/internacional/1544438184_274731.html?fbclid=IwAR3Hc-GbCvIj82AntfnzUJZJwGFWRl6xm-hlwZPtL6LyQRuFzlw6fSwf7a0)> (acesso em 13/12/2018);

<<https://migramundo.com/brasil-assina-mas-deve-deixar-pacto-global-para-a-migracao-em-breve/?fbclid=IwAR34ddEl6CJoiTxa4fVxP87pfHE4pD2S93d8ZT7qGEzdrliTiYiwSPhljXQ>> (acesso em 13/12/2018);

<[https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/12/bolsonaro-critica-lei-migracao-certo-tipo-de-gente-dentro-de-casa.htm?utm\\_source=facebook&utm\\_medium=social-media&utm\\_campaign=noticias&utm\\_content=geral&fbclid=IwAR2HEoOuAoGV8hoMfEVEXE\\_GjxHqC2hxwDHWq\\_R0KJeQzm2oL2CjkIXIA24](https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/12/12/bolsonaro-critica-lei-migracao-certo-tipo-de-gente-dentro-de-casa.htm?utm_source=facebook&utm_medium=social-media&utm_campaign=noticias&utm_content=geral&fbclid=IwAR2HEoOuAoGV8hoMfEVEXE_GjxHqC2hxwDHWq_R0KJeQzm2oL2CjkIXIA24)> (acesso em 13/12/2018); <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46802258?fbclid=IwAR0c01DilykmGn3qmmAwXuipX-7JbsRCPJ2Ov2zrtt5X-puxDWq77GewlHQ>> (acesso em 23/01/2019).

<sup>272</sup> Disponível em:

<[https://news.un.org/es/story/2018/12/1447231?fbclid=IwAR2h4P\\_M2Boi4DV6zuK0dqr9FuB9YW0FSZKhDrADhDpQHo6zr8P5RhBFYto](https://news.un.org/es/story/2018/12/1447231?fbclid=IwAR2h4P_M2Boi4DV6zuK0dqr9FuB9YW0FSZKhDrADhDpQHo6zr8P5RhBFYto)>. Acesso em 09/12/2018.

<sup>273</sup> BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Elsevier Brasil, 2004, p. 56.



contraditória, pelo contrário: vislumbrar os direitos humanos a partir de suas falhas e não apesar delas é o que pode robustecer sua efetivação.

Também a integração entre o sistema global, os sistemas regionais e o ordenamento interno dos países pode promover o robustecimento da proteção dos direitos daqueles que buscam por refúgio. Nesse sentido, Flávia Piovesan assinala que “o propósito da coexistência de distintos instrumentos jurídicos é ampliar e fortalecer a proteção dos direitos humanos”<sup>274</sup>. Uma perspectiva pautada nos mecanismos globais, regionais e locais é capaz de potencializar o amparo a imigrantes e refugiados.

Deste modo, a maior eficácia desses direitos, além de vinculada a uma perspectiva assente na realidade, depende também de uma compreensão integral do fenômeno, levando em consideração os instrumentos internacionais e o plano normativo interno, que será avaliado na sequência, com a finalidade de que a combinação destes mecanismos acentue a proteção dos refugiados e solicitantes de refúgio<sup>275</sup>.

### 3.2. LEI DE REFÚGIO (LEI N.º 9.474/1997)

Antes de adentrar na legislação vigente que trata especificamente do refúgio, compete inicialmente destacar a disposição consagrada no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal, que estabelece a equiparação de direitos entre “brasileiros e estrangeiros residentes”<sup>276</sup> no

<sup>274</sup> PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e Justiça Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2014. 5ª ed. P. 54.

<sup>275</sup> MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Método, 2014. P. 267.

<sup>276</sup> Apesar de haver a expressa menção a “estrangeiros *residentes*”, essa concepção restritiva é aplacada pela própria função interpretativa do princípio da universalidade, segundo a qual existe presunção de titularidade de direitos fundamentais por todas as pessoas. Não possui o critério da ‘não-residência’ qualquer pertinência com o exercício de direitos fundamentais, não sendo admitida a privação de direitos justificada neste fundamento. Além disso, a cláusula de abertura contida no §2º do artigo 5º expressa o reconhecimento dos direitos decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, a exemplo do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, que estendem a todos a titularidade de direitos fundamentais, sejam estrangeiros residentes ou não. A concepção contemporânea dos direitos humanos se pauta no universalismo, de modo que se os direitos fundamentais são direitos humanos constitucionalizados, a simples referência à condição humana já deve conferir proteção jurídica. Ingo Sarlet, a esse respeito, preleciona que ainda que a Constituição Federal tenha feito a menção expressa a estrangeiros *residentes*, o sistema constitucional brasileiro se abriga no princípio da universalidade. Deste modo, realizando-se uma interpretação sistemática, levando em consideração que o mesmo artigo enuncia que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, não restam dúvidas de que também são titulares de direitos fundamentais os estrangeiros não residentes. A interdependência e a indivisibilidade dos direitos humanos exigem que uma norma atinente a tais direitos seja analisada como parte de um todo, e não isoladamente. Deste modo, a dignidade humana deve permear todo o ordenamento e orientar todas as ações de agentes públicos ou privados, inclusive para a instituição de direitos e garantias direcionadas a população migrante. Assim, levando em consideração todo o arcabouço dos direitos humanos, desde a normativa internacional até as garantias fundamentais positivadas, a interpretação segundo a universalidade é aquela que mais condiz com toda a normativa, nacional e internacional, atinente aos direitos fundamentais, cujo conteúdo deve ser permanentemente robustecido. (A este respeito: RAMOS, André de Carvalho. Direitos dos estrangeiros no Brasil: a imigração, direito de ingresso e os direitos dos estrangeiros em situação irregular. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (Orgs.).

País”<sup>277</sup>. Numa esfera mais ampla que abrange também outras modalidades migratórias, o dispositivo constitucional erige à categoria de direito fundamental a paridade relativa ao extenso rol de garantias fundamentais previstas no ordenamento pátrio, à exceção de direitos políticos em sentido estrito<sup>278</sup> e da ocupação de cargos privativos de brasileiros natos.

Este nivelamento consagra a ampla proteção de liberdades e direitos sociais previstos da Declaração de 1948, demonstrando as premissas inclusivas que orientaram a edição e promulgação da Constituição da República e constituindo um importante marco legal das garantias dos imigrantes.

O Estatuto dos Refugiados é reconhecido como um instrumento bastante avançado no que tange à proteção do refúgio no âmbito interno. Contudo, é necessário sublinhar que o Brasil aderiu à Convenção de 1951 em 1960, e apenas editou a norma correspondente em 1997, quase quarenta anos depois.

Como já apontado, a adesão foi feita com reserva geográfica, alcançando apenas os fluxos de refugiados europeus, o que perdurou até 1989, quando nos primórdios da Nova República e na alvorada da redemocratização o Brasil recebeu cinquenta famílias de refugiados iranianos perseguidos por motivos religiosos, sendo este o primeiro influxo de refugiados não proveniente da Europa a ingressar no território nacional e aqui gozar de proteção. No ano seguinte, o Conselho Nacional de Imigração (Cnig) editou a Resolução n.º 17, que passou a permitir a entrada de paraguaios, chilenos e argentinos vítimas de perseguição em seus países. Contudo, não se tratava de refúgio, mas de um visto temporário. Estes episódios sinalizaram o movimento da legislação brasileira em direção à denúncia da reserva geográfica, o que ocorreu em 1989 com o Decreto n.º 98.602/1989<sup>279</sup>.

---

**Igualdade, diferença e direitos humanos.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. P. 721-745; SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais:** uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010).

<sup>277</sup> BRASIL. **Constituição Federal.** Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (...).

<sup>278</sup> A respeito dos direitos políticos, é defeso aos migrantes o direito de votar e de ser votado. Contudo, a participação em associações e sindicatos, bem como a organização para reivindicação de direitos, ou seja, a participação política em sentido amplo, constitui uma garantia assinalada já pela Convenção de 1951 (Artigo 15), mas que foi expressamente inserida no ordenamento nacional pela Lei 13445/2017. Até então, o Estatuto do Estrangeiro vedava tal possibilidade, em contradição com a norma de direito internacional e com o próprio arcabouço de direitos fundamentais da Constituição vigente.

<sup>279</sup> BARRETO, Luiz Paulo Teles. A Lei brasileira de refúgio: sua história. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles (Org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas.** Brasília: Acnur, Ministério da Justiça, 2010. P. 12-21. P. 18.



O Ministério da Justiça estabeleceu em 1991, por meio da Portaria Interministerial n.º 394, a dinâmica processual relativa à solicitação e concessão de refúgio, reforçando o rol de instrumentos normativos internos direcionados a pessoas refugiadas<sup>280</sup>.

À época, o procedimento relativo à concessão do refúgio, como narra Liliana Jubilut, ocorria da seguinte forma:

O ACNUR realizava uma entrevista com os solicitantes de refúgio e com base nela elaborava um parecer recomendando ou não a concessão de refúgio naquele caso. Esse parecer era encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores, que se pronunciava a seu respeito e fazia sua remessa ao Ministério da Justiça, que proferia a decisão final.<sup>431</sup> Tal decisão era publicada no Diário Oficial da União e era enviado um ofício do ACNUR para as Cáritas Arquidiocesanas de São Paulo e Rio de Janeiro, a partir do qual a Polícia Federal emitia documentação para o refugiado<sup>281</sup>.

Em 1992 o país passou a receber um maior contingente populacional em busca por refúgio, originário notadamente da Angola, e a partir de então a postura adotada com relação aos refugiados passou a ser mais abrangente do que as definições previstas na Convenção de 1951 e Protocolo de 1967. Segundo Jubilut, “era o início da utilização da definição ampliada, seguindo as diretrizes da Declaração de Cartagena, e que seria positivada na lei nacional sobre refugiados”<sup>282</sup>.

O contexto de aumento do fluxo de refugiados no país e a prática de admissão demandaram maior solidez da legislação, tornando-se cada vez mais necessária a adoção de uma norma específica dotada de maior força e amplitude, bem como a criação de um órgão nacional voltado especialmente aos refugiados. Nesse contexto, foi editado o Estatuto dos Refugiados (Lei n.º 9474/1997), que compreende a definição formulada pela Convenção de 1951 e acresce a hipótese de situação de grave e generalizada violação de direitos humanos, adotando expressamente parte da ampliação conferida pela Declaração de Cartagena<sup>283</sup>.

Valério Mazzuoli destaca que o Estatuto dos Refugiados foi a primeira “lei nacional a implementar um tratado de direitos humanos no Brasil, sendo a lei latino-americana mais ampla

<sup>280</sup> BARRETO, Luiz Paulo Teles. A Lei brasileira de refúgio: sua história. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles (org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília: Acnur, Ministério da Justiça, 2010. P. 12-21. P. 18.

<sup>281</sup> JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Editora Método, 2007. P. 175.

<sup>282</sup> Ibidem, p. 175.

<sup>283</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.

já existente no tratamento da questão”<sup>284</sup>. O Estatuto também inovou ao trazer em seu texto menção expressa à Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, exigindo a sua utilização como referencial ético para interpretação e aplicação da lei em comento<sup>285</sup>.

O Projeto que deu origem à lei foi resultado do Programa Nacional de Direitos Humanos, formulado em conjunto pelo Acnur e por representantes do governo e enviado ao Congresso Nacional em 1966, passando por discussões nas Comissões de Direitos Humanos, de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores<sup>286</sup>.

Trata-se de uma lei abrangente, pois contempla os mecanismos internacionais e institui o Conare – Comitê Nacional para Refugiados, órgão nacional competente para orientar as políticas públicas de refúgio e analisar e julgar as solicitações apresentadas. Sua estrutura é tripartite, composta pelo governo, sociedade civil e Nações Unidas<sup>287</sup>.

Seu texto é composto por 49 artigos que compreendem os aspectos caracterizadores do refúgio (Título I); o ingresso no país e a formulação do pedido (Título II); a composição e as competências do Conare (Título III); o procedimento do refúgio (Título IV); os efeitos do refúgio sobre a extradição e a expulsão (Título V); as hipóteses de cessação e perda da condição de refugiado (Título VI); as soluções duráveis<sup>288</sup> (Título VII); e as disposições finais (Título VIII).

Não é objeto deste estudo empreender uma análise minuciosa de cada um dos dispositivos, mas formular um panorama abrangente do arcabouço legislativo, aprofundando naquilo que guarda relação com os pontos abordados pela pesquisa empírica. Deste modo, é pertinente destacar pontualmente alguns dos preceitos legais em questão.

Inicialmente, cumpre pontuar que ao mesmo tempo em que o Estatuto expandiu as hipóteses de proteção previstas na Convenção de 1951, também ampliou as possibilidades de

<sup>284</sup> MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Método, 2014. P. 268.

<sup>285</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 48. Os preceitos desta Lei deverão ser interpretados em harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 e com todo dispositivo pertinente de instrumento internacional de proteção de direitos humanos com o qual o Governo brasileiro estiver comprometido.

<sup>286</sup> JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Editora Método, 2007. P. 190.

<sup>287</sup> BARRETO, Luiz Paulo Teles. A Lei brasileira de refúgio: sua história. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles (org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília: Acnur, Ministério da Justiça, 2010. P. 12-21. P. 19.

<sup>288</sup> A respeito das soluções duráveis, a legislação em comento estabelece a repatriação e o reassentamento, que devem prezar pela voluntariedade. Sobre essas, no entanto, não se pretende formular uma análise detida, posto que escapam ao objeto do presente estudo de examinar as condições de vida e o acesso a direitos básicos dos refugiados e solicitantes de refúgio no Brasil.

exclusão<sup>289</sup>, ou seja, das situações em que não se aplica a proteção pela via do refúgio, acrescentando o tráfico de drogas e o terrorismo, indo além das restrições impostas pela Convenção<sup>290</sup>.

De outro lado, merece destaque a garantia de que a entrada irregular não deve obstar os pedidos de refúgio. Considerar a entrada regular como condição para a proteção do refúgio seria uma maneira indireta de restringir consideravelmente sua abrangência, tendo em vista que em situações inesperadas de risco eminente muitas vezes não há tempo hábil para o recolhimento de pertences pessoais e documentos de identidade ou de viagem.

Com relação à essência protetiva deste instituto e em consonância com o princípio do *non-refoulement*, que também encontra previsão expressa<sup>291</sup>, a legislação nacional determina a suspensão de processo administrativo ou criminal referente à entrada irregular no ato na solicitação do refúgio, e o arquivamento do processo na ocasião de seu deferimento<sup>292</sup>.

A respeito do Conare, órgão vinculado ao Ministério da Justiça<sup>293</sup>, a lei estabelece sua composição<sup>294</sup>, e competências<sup>295</sup>, dentre as quais se destaca a atribuição de declarar o reconhecimento da condição de refugiado e de editar as normas aptas a regulamentarem as

---

<sup>289</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 3º Não se beneficiarão da condição de refugiado os indivíduos que: I - já desfrutem de proteção ou assistência por parte de organismo ou instituição das Nações Unidas que não o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR; II - sejam residentes no território nacional e tenham direitos e obrigações relacionados com a condição de nacional brasileiro; III - tenham cometido crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas ou tráfico de drogas; IV - sejam considerados culpados de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas.

<sup>290</sup> JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Editora Método, 2007. P. 192.

<sup>291</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Artigo 7º, § 1º Em hipótese alguma será efetuada sua deportação para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política.

<sup>292</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 10. A solicitação, apresentada nas condições previstas nos artigos anteriores, suspenderá qualquer procedimento administrativo ou criminal pela entrada irregular, instaurado contra o peticionário e pessoas de seu grupo familiar que o acompanhem. § 1º Se a condição de refugiado for reconhecida, o procedimento será arquivado, desde que demonstrado que a infração correspondente foi determinada pelos mesmos fatos que justificaram o dito reconhecimento.

<sup>293</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 11. Fica criado o Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, órgão de deliberação coletiva, no âmbito do Ministério da Justiça.

<sup>294</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 14. O CONARE será constituído por: I - um representante do Ministério da Justiça, que o presidirá; II - um representante do Ministério das Relações Exteriores; III - um representante do Ministério do Trabalho; IV - um representante do Ministério da Saúde; V - um representante do Ministério da Educação e do Desporto; VI - um representante do Departamento de Polícia Federal; VII - um representante de organização não-governamental, que se dedique a atividades de assistência e proteção de refugiados no País. § 1º O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados - ACNUR será sempre membro convidado para as reuniões do CONARE, com direito a voz, sem voto. (...)

<sup>295</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 12. Compete ao CONARE, em consonância com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 e com as demais fontes de direito internacional dos refugiados: I - analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado; II - decidir a cessação, em primeira instância, *ex officio* ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado; III - determinar a perda, em primeira instância, da condição de refugiado; IV - orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados; V - aprovar instruções normativas esclarecedoras à execução desta Lei.

questões práticas atinentes aos refugiados<sup>296</sup>. Liliana Jubilut destaca que a existência de um órgão especificamente voltado ao refúgio é um dos principais avanços da lei brasileira, que também inovou ao estabelecer sua composição, que abrange um representante de instituição da sociedade civil que preste assistência a refugiados<sup>297</sup>.

Traçados alguns contornos gerais a respeito da legislação em comento, compete tecer uma análise mais detida acerca do mecanismo da reunião familiar e a respeito do procedimento dos pedidos de refúgio. O exame mais minucioso desses aspectos se justifica por sua maior repercussão nas experiências e nos relatos de refúgio colhidos no âmbito da pesquisa empírica, uma vez que os entrevistados demonstraram o impacto dessas questões em suas vivências.

O Estatuto estabelece a possibilidade de extensão da condição de refugiado ao cônjuge, ascendente, descendente ou outros membros do grupo familiar quando verificada a situação de dependência econômica<sup>298</sup>. A extensão de que trata o artigo 2º da Lei diz respeito ao pedido de refúgio formulado por um grupo familiar que se encontra em território nacional, como ocorreu com a solicitante de refúgio congoleza I. N., que chegou ao Brasil com seus três filhos menores de idade.

Esses casos diferem do direito à reunião familiar, cabível quando aquele que já foi reconhecido como refugiado pretende trazer ao país outros membros de sua família. Os requisitos e o procedimento são disciplinados pela Resolução Normativa do Conare n.º 27/2018 e pela Portaria Interministerial n.º 12/2018, lavrada pelos Ministérios da Justiça, da Segurança Pública e das Relações Exteriores.

O direito à reunião familiar é um instituto fundamental na promoção e proteção dos refugiados, uma vez que a unidade familiar é um direito humano assente já na Declaração Universal de 1948<sup>299</sup> e protegido pela Constituição Federal<sup>300</sup>. Tal garantia é um mecanismo essencial e diretamente relacionado à dignidade humana, pois possibilita a manutenção do vínculo de convivência familiar àqueles que foram compelidos a empreender uma travessia a um lugar remoto em busca de proteção.

Contudo, alguns fatores interferem em sua efetivação. Em primeiro lugar, para que se possa usufruir deste benefício, é necessário que o chamante, aquele que pretende trazer ao país

---

<sup>296</sup> JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Editora Método, 2007. P. 192.

<sup>297</sup> Ibidem, p. 193.

<sup>298</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 2º Os efeitos da condição dos refugiados serão extensivos ao cônjuge, aos ascendentes e descendentes, assim como aos demais membros do grupo familiar que do refugiado dependerem economicamente, desde que se encontrem em território nacional.

<sup>299</sup> ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Artigo 16. 3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

<sup>300</sup> BRASIL. **Constituição Federal**. Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

um membro de sua família, já seja declarado refugiado. O ponto sensível é que o processo de reconhecimento do refúgio costuma levar alguns anos para ser concluído, e durante este período o solicitante não pode fazer jus ao benefício. O lapso temporal entre o protocolo de refúgio e a decisão final pode passar de três anos, como é o caso de três dos entrevistados, que formularam seus pedidos em 2015 e ainda não obtiveram a resolução, e isso afeta diretamente o acesso à reunião familiar.

O procedimento da reunião familiar sofreu alterações recentes, com a Portaria Interministerial n.º 12, editada em junho de 2018. Até então, os pedidos eram encaminhados ao Conare, que procedia à análise do cabimento e documentação, e solicitava ao Ministério das Relações Exteriores a concessão do visto. Com a mudança, o requerimento passa a ser formulado perante a autoridade consular<sup>301</sup> do local onde se encontra o familiar do chamante, e este deve expressamente manifestar sua vontade por meio de protocolo junto ao Ministério da Justiça<sup>302</sup>.

Dentre os entrevistados, houve duas situações de reunião familiar. A primeira delas ocorreu em 2015, quando o refugiado congolês J. Y. postulou pela vinda de sua esposa L. Y. Na ocasião, ainda sob o procedimento anterior, o Conare foi ágil ao processar o pedido e encaminhar ao Ministério das Relações Exteriores a solicitação de visto. Contudo, mesmo com a autorização concedida, a Embaixada de Kinshasa, capital da República Democrática do Congo, condicionou a emissão do visto de L. Y. à apresentação do visto de entrada no Brasil de J. Y, exigência descabida que impôs um grande obstáculo à vinda de sua esposa.

J. Y. fugiu de uma grave perseguição que ameaçou sua vida e vitimou membros de sua família, de modo que a saída de seu país de origem ocorreu em uma situação de emergência, seu trajeto até o Brasil foi de forma clandestina em uma embarcação, e seu ingresso ocorreu de forma irregular, posto que não portava documentos. O pedido e posterior reconhecimento de sua condição de refugiado possibilitou a regularização de sua documentação, e foi emitido em seu favor um visto de permanência. No entanto, J. Y. não dispunha do visto de entrada, e por este motivo a autoridade consular responsável negou a emissão do visto de sua esposa. A saída

---

<sup>301</sup> BRASIL. **Ministério da Justiça**. Portaria Interministerial 12/2018. Art. 3º. O requerimento de visto temporário para reunião familiar deverá ser apresentado à Autoridade Consular e instruído com os seguintes documentos: (...)

<sup>302</sup> BRASIL. **Ministério da Justiça**. Conare. Resolução Normativa 27/2018. Art. 7º. Para fins de emissão do visto temporário de Reunião Familiar, nos termos da Portaria Interministerial n.º 12, de 13 de junho de 2018, o refugiado chamante deverá manifestar vontade, nos termos de formulário próprio constante do Anexo I desta Resolução Normativa, por meio de Protocolo Eletrônico do Ministério da Justiça. § 1º. Para fins de emissão do visto temporário de Reunião Familiar, nos termos da Portaria Interministerial n.º 12, de 13 de junho de 2018, a Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados informará à Divisão de Imigração do Ministério das Relações Exteriores a existência de manifestação de vontade do refugiado. §2º. A manifestação de vontade do refugiado chamante é condição essencial para emissão do visto temporário para Reunião Familiar.

foi encaminhar ao Conare um novo pedido de reunião familiar, desta vez a ser direcionado à representação brasileira em Brazzaville, na República do Congo, país vizinho à República Democrática do Congo. Desta vez, a Embaixada emitiu o visto e L. Y. finalmente pode vir ao Brasil.

Nesse caso, o Conare empreendeu grandes esforços para resolver a situação de forma efetiva e célere. O pedido de reunião familiar foi encaminhado ao órgão em 03 de julho de 2015, e a autorização do visto foi comunicada no dia 31 do mesmo mês. Os entraves decorreram da conduta da Embaixada de Kinshasa, reconhecida como problemática por instituições que atuam no atendimento da população refugiada<sup>303</sup>. A mudança do trâmite da reunião familiar que outorgou à autoridade consular a competência para apreciar os pedidos formulados pode prejudicar o acesso a essa garantia fundamental, uma vez que não é mais o órgão especificamente voltado ao refúgio que avalia tais solicitações, mas as representações brasileiras que via de regra não possuem vínculos com a questão.

Compete ainda assinalar outra alteração trazida pela Portaria n.º 12, a respeito da vedação de reunião familiar para cônjuge quando o casamento tenha sido realizado por procuração<sup>304</sup>. Nesse ponto, detecta-se uma preocupação exacerbada com eventuais fraudes, que acaba se sobrepondo ao dever precípua de amplificar a tutela dos direitos humanos da população refugiada. J. Y. e L. Y. se casaram por procuração no ano de 2014, após terem passado por um período sem notícias um do outro e posteriormente haverem restabelecido contato por meio de redes sociais. J. Y., em virtude da perseguição sofrida, perdeu a maior parte de sua família, e caso seu pedido de reunião familiar fosse julgado sob a égide da normativa atual, seria impossibilitado de viver junto de sua esposa.

Dentre os entrevistados, o segundo caso é o do refugiado congolês E. K., que encaminhou ao Conare, em 03 de julho de 2017, pedido de reunião familiar em benefício de sua esposa, havendo a autorização do visto sido comunicada em 08 de maio de 2018, o que demonstra que o aumento do influxo migratório no país e o consequente crescimento das solicitações de refúgio afetou o tempo de processamento dos pedidos<sup>305</sup>. Após a comunicação

---

<sup>303</sup> A participação desta pesquisadora em grupos de trabalho no Fórum Social Mundial das Migrações, em 2016, e no IX Seminário Nacional da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, em 2018, proporcionou a discussão e troca de experiências com representantes de organizações da sociedade civil que atuam diretamente com a população migrante e refugiada em diversos locais do país. Nessas ocasiões, foram pontuadas as diversas dificuldades que são usualmente impostas pela Embaixada de Kinshasa.

<sup>304</sup> BRASIL. **Ministério da Justiça**. Portaria Interministerial 12/2018. Art. 2º O visto temporário para reunião familiar poderá ser concedido ao imigrante: I - cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma, nos termos do ordenamento jurídico brasileiro (...). §4º O visto de que trata o inciso I do caput não será concedido se o casamento entre o estrangeiro e o cônjuge chamante houver sido realizado por procuração.

<sup>305</sup> Na reportagem “Não vejo meus filhos há 3 anos”: a saga de refugiados para trazer a família ao Brasil” há relatos a respeito da demora no processamento dos pedidos de reunião familiar. (SOUZA, Felipe. 'Não vejo meus filhos



recebida, a esposa de E. K. compareceu à Embaixada de Kinshasa com a documentação exigida para a emissão de seu visto. Contudo, a autoridade consular vem impondo óbices também neste processo, exigindo o pagamento de taxas impeditivas. Até o momento da conclusão deste trabalho, em janeiro de 2019, o visto ainda não havia sido expedido.

No que concerne ao trâmite do pedido de refúgio, seu recebimento pelas autoridades competentes mediante o preenchimento do formulário de refúgio e da transmissão de declarações que se façam necessárias, resguardando a lei o direito ao intermédio de um intérprete, caso necessário<sup>306</sup>.

Contudo, não é exatamente o que ocorre na prática. No momento da entrevista, quando o solicitante de refúgio deve demonstrar o enquadramento nas hipóteses de refúgio previstas pela legislação, a comunicação é um fator crucial. No portal online em que o Conare fornece informações aos refugiados e solicitantes de refúgio consta que “a entrevista é realizada em um idioma que seja de fácil compreensão pelo solicitante”<sup>307</sup>.

Apesar da previsão legal, dos 20 entrevistados, oito já passaram pela entrevista, e todas elas foram em português. A comunicação enviada pelo Conare quando da comunicação do agendamento ressalva que havendo necessidade de intérprete, o solicitante é que deve providenciá-lo. Jacques Derrida pontua a este respeito que a primeira violência dirigida ao estrangeiro é exigir que ele invoque o seu direito à hospitalidade em uma língua que lhe é estranha<sup>308</sup>.

Gabriel Godoy relata em seu artigo intitulado *Refúgio, hospitalidade e os sujeitos do encontro* o caso de um jovem colombiano que foi sequestrado aos oito anos por um grupo paramilitar e foi obrigado a ser combatente desde então, até quando conseguiu fugir, chegar ao Brasil e aqui postular pelo reconhecimento da condição de refugiado. Seu pedido foi negado pelo Conare ante a justificativa, cuja fundamentação foi conhecida apenas mediante ordem judicial, de que houve “grande dificuldade em entender” seu relato e de que a sua “participação em grupo guerrilheiro” impediria a atribuição do *status* de refugiado. Além de considerar o

---

há 3 anos!': a saga de refugiados para trazer a família ao Brasil. **BBC Brasil**, São Paulo, 2 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43338789>>. Acesso em 10 dez. 2018).

<sup>306</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (lei 9474/1997). Art. 19. Além das declarações, prestadas se necessário com ajuda de intérprete, deverá o estrangeiro preencher a solicitação de reconhecimento como refugiado, a qual deverá conter identificação completa, qualificação profissional, grau de escolaridade do solicitante e membros do seu grupo familiar, bem como relato das circunstâncias e fatos que fundamentem o pedido de refúgio, indicando os elementos de prova pertinentes.

<sup>307</sup> BRASIL, Ministério da Justiça. **Refúgio**. Brasília, 2 maio 2018. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/central-de-atendimento/estrangeiros/refugio-1/refugio#refugio>>. Acesso em 08 dez. 2018.

<sup>308</sup> DERRIDA, Jacques. **Anne Dfourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003. P. 15.



solicitante como responsável por aquilo do que foi vítima, fato por si só bastante grave, o aspecto linguístico foi determinante para a negativa de seu pedido<sup>309</sup>.

No momento da entrevista, integrado por dois sujeitos concretos que ocupam posições e hierarquias distintas no campo social do refúgio, “será escutada a narrativa que sustenta um pedido”, e neste rito jurídico o solicitante deve revelar e fazer compreender os motivos que ensejaram a sua fuga. O oficial de elegibilidade elaborará, ao final, um relatório da narrativa colhida, inevitavelmente permeado por seu julgamento diante daquilo que entendeu e, sobretudo, acerca do que porventura tenha lhe escapado, o que irá orientar a decisão do Conare sobre o caso.

O arcabouço normativo relacionado ao refúgio é composto por instrumentos nacionais e internacionais de proteção, e nestes contornos o reconhecimento da condição de refugiado remete à hospitalidade à medida em que a concessão do refúgio corresponde “à acolhida de um sujeito perseguido que já não conta com a proteção de seu país de origem”<sup>310</sup>. Assim, o contraste entre as disposições legislativas e a prática institucional acaba por demonstrar “a ambiguidade da hospitalidade brasileira”<sup>311</sup>.

Como mencionado no capítulo anterior, o idioma é a maior barreira encontrada pelos refugiados e solicitantes de refúgio. A linguagem ocupa uma posição medular nas interações sociais, tanto nas trocas cotidianas como nas situações mais formais, e isso é ainda mais nítido quando um dos sujeitos do diálogo não domina a língua corrente<sup>312</sup>. A língua constitui uma espécie de capital cultural, mais especificamente um capital linguístico, “capaz de gerar lucros nos diferentes campos e de exercer uma das formas mais sutis e eficazes de violência simbólica”<sup>313</sup>.

O aprendizado de uma língua ocorre muito cedo no interior da família, e não é facilmente modificável a partir de certo estágio. Dentro da concepção bourdieusiana, além desta característica, o uso da língua transcende o mero uso do léxico, de modo que o capital linguístico é composto pelo “conjunto do corpo e da performance do falante” e todos os signos da linguagem indicam a posição social do agente, aferida pelo padrão da língua oficialmente

---

<sup>309</sup> GODOY, Gabriel Gualano de. Refúgio, hospitalidade e os sujeitos do encontro. In: GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de. (Orgs). **Refúgio e Hospitalidade**. Curitiba: Kairós Edições, 2016. P. 39-65. P. 51.

<sup>310</sup> GODOY, Gabriel Gualano de. Refúgio, hospitalidade e os sujeitos do encontro. In: GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de. (Orgs). **Refúgio e Hospitalidade**. Curitiba: Kairós Edições, 2016. P. 39-65. P. 53-54.

<sup>311</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>312</sup> SOARES, Magda Becker. **Economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. In: CATANI, Afrânio Mendes (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 162-162. P. 164.

<sup>313</sup> BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Capital linguístico**. In: CATANI, Afrânio Mendes (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 250-255. P. 250.

instituída, o qual, por sua vez, é garantido por um conjunto de instituições que compreendem toda a burocracia estatal<sup>314</sup>. Deste modo, nas relações interpessoais e, sobretudo, no trato com agentes públicos, o capital linguístico dos imigrantes é colocado à prova para lhes atribuir maior ou menor grau de acesso aos bens simbólicos disponíveis.

O aprendizado tardio de uma língua, em oposição ao aprendizado familiar, por mais bem-sucedido que seja, sempre deixa marcas. O maior ou menor grau de domínio do idioma que se aprende tardiamente determina as chances e oportunidades oferecidas aos falantes, bem como a violência simbólica que irão experimentar, pois aqueles que dominam a língua não se dão conta da violência que por meio dela pode ser exercida<sup>315</sup>.

As relações linguísticas são espelhadas na relação de força simbólica entre os locutores, de seu capital de autoridade, “da capacidade de se fazer ouvir, de poder dizer o que se diz, da forma que se diz, a quem se diz”<sup>316</sup>. Estas estruturas remetem às narrativas descritas no primeiro capítulo, quando relatado por uma refugiada congolesa a linguagem, conduta e postura utilizadas por agentes da Polícia Federal no atendimento a imigrantes europeus e estadunidenses, discrepante do tratamento destinado aos de origem africana ou haitiana; bem como ao relato de uma refugiada salvadorenha que foi tratada de forma bastante grosseira apenas por comunicar a obtenção de um documento. Nesse sentido, pertinente relacionar o “direito à fala” teorizado por Bourdieu, assente na “distribuição desigual do uso da língua legítima nas diferentes situações sociais”<sup>317</sup>.

A repartição dispar destes recursos linguísticos interfere diretamente no acesso ou bloqueio de determinados bens simbólicos, como colocação a profissional, que será abordada no capítulo seguinte, conformando um fator subjetivo que aloca em diferentes posições e permeia as distintas formas de vivência no refúgio, atestando mais uma vez as heterotopias que o atravessam. O solicitante de refúgio venezuelano F. P., por exemplo, não considerou o idioma uma barreira a ser transposta, ao contrário, avaliou que o rápido aprendizado e o domínio do português abriram portas. Ele é professor de línguas e tem muita facilidade com idiomas, exceção que confirma a regra já que o inverso é verdadeiro, ou seja, àqueles que possuem dificuldades com a comunicação são tolhidas muitas oportunidades.

Se por um lado é inevitável que exista essa dificuldade, por outro, as providências para mitigá-la deveriam ser uma das prioridades no acolhimento daqueles que aqui aportam. A

---

<sup>314</sup> BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Capital linguístico**. In: CATANI, Afrânio Mendes (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 250-255. P. 251.

<sup>315</sup> Ibidem, p. 252.

<sup>316</sup> Ibidem, p. 254.

<sup>317</sup> Ibidem, p. 254.

existência de cursos de português destinados a refugiados é um importante avanço neste sentido, contudo, há significativas barreiras institucionais. O portal do Conare disponibiliza os formulários para depósito do pedido de refúgio em português, inglês, espanhol e francês, o que é um aspecto ao mesmo tempo positivo e insuficiente, posto que não abrange por exemplo o árabe, para citar apenas um exemplo dentre as inúmeras origens de significativos fluxos migratórios. Ademais, ainda que estejam disponíveis os formulários em outros idiomas, houve relatos de que as autoridades responsáveis não aceitaram documentação que não fosse preenchida em português, como afirmou F. P., que no ato do protocolo de seu formulário preenchido em espanhol, este foi recusado e ele foi obrigado a providenciar o preenchimento em português:

Eles [os agentes] não deixaram preencher os documentos em espanhol. Eles rejeitaram, eu levei tudo certinho, mas eles rejeitaram a documentação em espanhol porque não tinha ninguém que ia ler. Eles falam 'ninguém vai ler isso aqui em espanhol, não dá para fazer'. E aí eu vou lá e falo que no site fala que dá para fazer em espanhol, e a gente fica assustado porque acha que eles têm a autoridade de tirar a gente, mandar a gente embora, intimida muito. Tive que preencher sem ajuda de ninguém, tive que preencher as fichas, levar para lá e... e nesse segundo momento tive que me posicionar de uma maneira mais agressiva, tipo 'eu estou aqui, eu sei porque estou aqui', senão eles iriam fazer a mesma coisa.

Ao passo que o idioma integra o capital linguístico, a documentação constitui um bem simbólico relacionado ao capital de mobilidade. A este respeito, a Resolução Normativa n.º 18/2013, que disciplina o trâmite do processo de refúgio, determina a emissão de protocolo no ato de sua solicitação, sendo este o documento oficial que autoriza a estada do migrante até decisão final do pedido e possibilita a emissão de CPF e Carteira de Trabalho<sup>318</sup>. O Decreto 9277/2018 instituiu o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório, que deverá ser fornecido juntamente com o protocolo<sup>319</sup>, e determinou a implementação desta documentação até 1º de outubro de 2018. A Portaria 8728/2018 estabeleceu os moldes dos documentos e o

---

<sup>318</sup> BRASIL. **Ministério da Justiça**. Conare. Resolução Normativa 18/2014. Artigo 2º Recebido o Termo de Solicitação de Refúgio devidamente preenchido e colhidos os dados biométricos ou seu equivalente, a Unidade da Polícia Federal emitirá imediatamente o Protocolo de Refúgio, nos moldes do Anexo II da presente Resolução, independentemente de oitiva, ainda que agendada para data posterior. (...) §2º O protocolo é prova suficiente da condição de solicitante de refúgio e servirá como identificação do seu titular, conferindo-lhe os direitos assegurados na Lei 9.474, de 1997, e os previstos na Constituição Federal, nas convenções internacionais atinentes ao tema do refúgio, bem como os mesmos direitos inerentes aos estrangeiros em situação regular em território nacional, até o trânsito em julgado do procedimento administrativo. §3º O protocolo dará ao solicitante de refúgio o direito de obter o CPF, bem como Carteira de Trabalho e Previdência Social, tendo este prazo de validade prorrogável sempre em correspondência com a validade do mencionado protocolo.

<sup>319</sup> BRASIL. **Decreto 9277/2018**. Art. 2º. Recebida a solicitação de refúgio, a polícia federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional. Parágrafo único. Com a emissão do protocolo a que se refere o *caput*, a polícia federal fornecerá gratuitamente o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.

prazo de 20 de novembro de 2018 para adaptação dos procedimentos e sistemas. Tendo em vista que a implementação desse documento<sup>320</sup> ocorreu concomitantemente à elaboração desta pesquisa, não foi possível aferir o seu impacto na vida dos solicitantes de refúgio. Em tese, na forma como previsto em lei, o documento em questão aparenta ser uma medida positiva para atenuar as dificuldades enfrentadas com o uso do protocolo de que trata o artigo 2º da RN 18/2014.

O protocolo é um documento essencial, posto que permite o exercício de atos fundamentais da vida civil. Contudo, ao mesmo tempo em que é imprescindível para o exercício de direitos elementares, como o acesso ao trabalho, e de atos corriqueiros do dia a dia, como a realização de cadastros, abertura de conta em banco, e acesso a serviços públicos, o protocolo é um documento frágil, tanto literal como figurativamente. Trata-se da impressão dos dados do solicitante em uma folha de papel A4, que não pode ser plastificada em razão das anotações de prorrogação da validade que são feitas ao longo do trâmite do processo de refúgio.

Embora seja difícil precisar o tempo médio que os pedidos de refúgio levam para serem julgados, dentre os entrevistados na presente pesquisa, há protocolos realizados no ano de 2015 que ainda aguardam decisão, como já mencionado. O prolongado lapso temporal entre o depósito do pedido e a declaração final do *status* de refugiado acaba acarretando reflexos negativos em várias esferas da vida dos solicitantes, sendo os obstáculos impostos por um documento deficitário um exemplo premente das dificuldades enfrentadas.

Havendo o indeferimento do pedido de refúgio, o solicitante dispõe de quinze dias para interpor recurso ao Ministro da Justiça<sup>321</sup>, e enquanto pendente a decisão é assegurada a permanência no território nacional<sup>322</sup>. A decisão final é irrecorrível<sup>323</sup>, mas ainda que seja mantido indeferimento do pedido, é vedada a transferência do solicitante ao país que lhe ofereça riscos ou ameaças, à exceção das hipóteses de exclusão em decorrência do cometimento de crimes ou atos contrários aos fundamentos das Nações Unidas<sup>324</sup>. Todavia, o solicitante será

---

<sup>320</sup> Segundo informações obtidas no Departamento da Polícia Federal de Curitiba, em 11/01/2019, o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório está sendo emitido para os novos pedidos, não sendo realizada a substituição documental para os pedidos em trâmite.

<sup>321</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 29. No caso de decisão negativa, esta deverá ser fundamentada na notificação ao solicitante, cabendo direito de recurso ao Ministro de Estado da Justiça, no prazo de quinze dias, contados do recebimento da notificação.

<sup>322</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 30. Durante a avaliação do recurso, será permitido ao solicitante de refúgio e aos seus familiares permanecer no território nacional, sendo observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 21 desta Lei.

<sup>323</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 31. A decisão do Ministro de Estado da Justiça não será passível de recurso, devendo ser notificada ao CONARE, para ciência do solicitante, e ao Departamento de Polícia Federal, para as providências devidas.

<sup>324</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 32. No caso de recusa definitiva de refúgio, ficará o solicitante sujeito à legislação de estrangeiros, não devendo ocorrer sua transferência para o seu país de

notificado para deixar o país, não havendo disposição legal a respeito de prazo para regularização da situação migratória. A esse respeito, Gabriel Godoy afirma que “o direito diz quem pode ser reconhecido e, ao final, se não reconhece o refugiado, produz uma forma de vida precária, um corpo que não deve pertencer, corpo cuja presença será ressignificada como irregular, indocumentada, ilegal”<sup>325</sup>.

A regularização documental obtida por meio do reconhecimento da condição de refugiado constitui um capital de mobilidade de relevância crucial no campo do refúgio. Quando as instituições e normas que atuam na delimitação do campo recusam a sua concessão, acabam por impedir o acesso ao campo em si, e também o trânsito entre o seu interior e os espaços que lhe são exógenos. Aquele que obtém a negativa da proteção do refúgio evidentemente não pode dela desfrutar e, além disso, é tolhido da prerrogativa de livremente interagir com o macrocosmo da sociedade de destino, posto que nela é considerado irregular.

Dentre os entrevistados, um cidadão guineense obteve decisão negativa, e interpôs o recurso que atualmente aguarda julgamento. Em seu caso, o Conare entendeu que não havia elementos suficientes para caracterizar situação de risco de perseguição e consignou a “falta de credibilidade do relato”. O solicitante, A. T., sofreu perseguição por motivos religiosos, pelo fato de ser cristão em uma comunidade animista e não se submeter ao ritual de circuncisão forçada, que no país é denominada “fanado”, prática que leva alguns garotos à morte. Na ocasião da entrevista com o agente de elegibilidade, A. T. narrou de forma bastante detalhada as situações que o colocaram em risco e o fizeram buscar pelo refúgio, mas seu relato não foi considerado ‘crível’ na fundamentação do indeferimento, confirmando o caráter ambíguo da hospitalidade, o que será detalhado no capítulo seguinte.

Com relação à extradição<sup>326</sup> e à expulsão, ambas são vedadas pela lei, sendo esta permitida em casos de ameaça à segurança nacional ou à ordem pública<sup>327</sup>. Em observância ao

---

nacionalidade ou de residência habitual, enquanto permanecerem as circunstâncias que põem em risco sua vida, integridade física e liberdade, salvo nas situações determinadas nos incisos III e IV do art. 3º desta Lei.

<sup>325</sup> GODOY, Gabriel Gualano de. Refúgio, hospitalidade e os sujeitos do encontro. In: GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de. (Orgs) **Refúgio e Hospitalidade**. Curitiba: Kairós Edições, 2016. P. 39-65. P. 42.

<sup>326</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 33. O reconhecimento da condição de refugiado obstará o seguimento de qualquer pedido de extradição baseado nos fatos que fundamentaram a concessão de refúgio.

<sup>327</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 36. Não será expulso do território nacional o refugiado que esteja regularmente registrado, salvo por motivos de segurança nacional ou de ordem pública.

princípio da proibição da devolução, sendo determinada a expulsão de um refugiado, ele não poderá ser enviado a local que lhe ofereça risco<sup>328</sup>.

No que diz respeito à cessação ou perda da condição de refugiado, o artigo 38 da Lei 9474/1997 dispõe sobre as situações em que a proteção do refúgio deixa de ser necessária em virtude do fim das causas que o ensejaram<sup>329</sup>, e o artigo 39 prevê as circunstâncias em que atos do beneficiário colocam termo à condição de refugiado<sup>330</sup>.

Já com relação à integração local, o Estatuto se limita a dispor acerca da documentação emitida pelos países de origem ou por suas representações diplomáticas ou consulares, e exige o aceite de certificados e diplomas a fim de facilitar o acesso à educação em todos os níveis. Nesse sentido, Marcelo Haydu pontua:

Aspectos fundamentais no processo de integração local não foram abarcados pela lei, como fatores socioeconômicos, culturais e políticos. Visando um processo de integração mais efetivo, é necessário que a pessoa em situação de refúgio seja plenamente inserida na sociedade, o que demanda a inserção no mercado de trabalho, local de moradia, aprendizado da língua, utilização de serviços públicos, sobretudo saúde e educação, além da construção de rede de relacionamento com membros da comunidade local<sup>331</sup>.

Além de não estabelecer parâmetros de integração mais abrangentes, existe também uma deficiência no que concerne à implementação das disposições legais. Em primeiro lugar, como será detalhado adiante, a Lei Migratória promulgada em 2017 entrou em vigor com alguns vetos em importantes dispositivos, dentre eles a garantia de que eventual documentação impossível de ser obtida não deveria obstar o acesso a direitos. Além disso, para citar um

<sup>328</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 37. A expulsão de refugiado do território nacional não resultará em sua retirada para país onde sua vida, liberdade ou integridade física possam estar em risco, e apenas será efetivada quando da certeza de sua admissão em país onde não haja riscos de perseguição.

<sup>329</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 38. Cessará a condição de refugiado nas hipóteses em que o estrangeiro: I - voltar a valer-se da proteção do país de que é nacional; II - recuperar voluntariamente a nacionalidade outrora perdida; III - adquirir nova nacionalidade e gozar da proteção do país cuja nacionalidade adquiriu; IV - estabelecer-se novamente, de maneira voluntária, no país que abandonou ou fora do qual permaneceu por medo de ser perseguido; V - não puder mais continuar a recusar a proteção do país de que é nacional por terem deixado de existir as circunstâncias em consequência das quais foi reconhecido como refugiado; VI - sendo apátrida, estiver em condições de voltar ao país no qual tinha sua residência habitual, uma vez que tenham deixado de existir as circunstâncias em consequência das quais foi reconhecido como refugiado.

<sup>330</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 39. Implicará perda da condição de refugiado: I - a renúncia; II - a prova da falsidade dos fundamentos invocados para o reconhecimento da condição de refugiado ou a existência de fatos que, se fossem conhecidos quando do reconhecimento, teriam ensejado uma decisão negativa; III - o exercício de atividades contrárias à segurança nacional ou à ordem pública; IV - a saída do território nacional sem prévia autorização do Governo brasileiro.

<sup>331</sup> HAYDU, Marcelo. **Refugiados congolese na cidade de São Paulo: processo migratório e itinerários terapêuticos**. Tese. Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Unifesp, 2017. P. 37.



exemplo, a revalidação de diplomas é um procedimento moroso e burocrático, que acaba desencorajando até mesmo a tentativa.

Outro fator que revela a deficiência da integração é que dos 20 entrevistados, 12 já possuíam ensino superior quando chegaram ao Brasil, mas apenas quatro deles lograram a revalidação de seus diplomas, não sem dificuldades. A refugiada síria R. K. contou que demorou três anos para conseguir a revalidação de seu diploma de design gráfico, e o refugiado salvadorenho M. S. também relatou a demora excessiva em seu processo, que levou quase dois anos.

O procedimento da revalidação do diploma é regulamentado pela Portaria Normativa do Ministério da Educação n.º 22/2016, que exige vasta documentação e estabelece a possibilidade de avaliação dos conhecimentos do requerente, e ressalva que no caso de refugiados, a realização de prova pode substituir a documentação<sup>332</sup>.

Por outro lado, se o reconhecimento do diploma obtido alhures é geralmente dificultado, existem avanços no que concerne ao acesso à universidade: cinco dos entrevistados cursaram ou estão cursando graduação no país, e a Universidade Federal do Paraná anunciou a abertura de dez vagas suplementares exclusivas para refugiados no vestibular de 2018<sup>333</sup>. No entanto, seja por meio da revalidação, seja por cursar a graduação na sociedade de acolhimento, o fato é que a conquista de um diploma válido no país é um capital cultural determinante para o alcance de outros bens, simbólicos ou materiais, aptos a definir a posição dos sujeitos dentro do campo do refúgio e em suas relações, como se verá no capítulo seguinte.

Por fim, em seu último título, o Estatuto dos Refugiados prevê a gratuidade e urgência no trâmite dos pedidos de refúgio<sup>334</sup>, e a seguir serão analisados os dispositivos que fazem remissão à aplicação da lei migratória, bem como algumas peculiaridades desta e do Decreto que a regulamenta.

### 3.3. LEI DE MIGRAÇÃO (LEI N.º 13.445/2017) E DECRETO N.º 9.199/2017

<sup>332</sup> BRASIL. **Portaria Normativa do Ministério da Educação** n.º 22/2016. Art. 14. Refugiados estrangeiros no Brasil, que não estejam de posse da documentação requerida para a revalidação e outros casos justificados e instruídos por legislação ou norma específica, poderão ser submetidos a prova de conhecimentos, conteúdos e habilidades relativas ao curso completo, como forma exclusiva de avaliação destinada ao processo de revalidação.

<sup>333</sup> UFPR abre inscrição para vestibular exclusivo para refugiados. **G1 Paraná**. Curitiba, 03 dez. 2018. Disponível em:

<[https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/vestiba/2018/noticia/2018/12/03/ufpr-abre-inscricoes-para-vestibular-exclusivo-para-refugiados.ghtml?fbclid=IwAR38pqTaTdtl4dIuGsXuRrIKmoCh18rheUgc8l1UNtWU638Av\\_udDOSSGys](https://g1.globo.com/pr/parana/educacao/vestiba/2018/noticia/2018/12/03/ufpr-abre-inscricoes-para-vestibular-exclusivo-para-refugiados.ghtml?fbclid=IwAR38pqTaTdtl4dIuGsXuRrIKmoCh18rheUgc8l1UNtWU638Av_udDOSSGys)>.

Acesso em: 14 dez. 2018.

<sup>334</sup> BRASIL. **Estatuto dos Refugiados** (Lei 9474/1997). Art. 47. Os processos de reconhecimento da condição de refugiado serão gratuitos e terão caráter urgente.



Além de ser o refúgio uma espécie do gênero migração, o Estatuto dos Refugiados faz remissão expressa à lei migratória em três oportunidades. Primeiro, no artigo 22, ao estabelecer que “enquanto estiver pendente o processo relativo à solicitação de refúgio, ao peticionário será aplicável a legislação sobre estrangeiros”, ressaltando que devem ser respeitadas as disposições específicas. Também nas hipóteses de indeferimento do recurso, conforme previsto no artigo 32, e havendo perda da condição de refugiado, nos termos do artigo 39, parágrafo único, aplica-se a Lei de Migração. Deste modo, é pertinente pontuar alguns aspectos acerca da legislação migratória vigente.

O tratamento jurídico dispensado aos migrantes foi regulamentado até 2017 pelo Estatuto do Estrangeiro, Lei 6.815 de 1980, promulgada, portanto, no contexto da ditadura militar. Por esta razão, sua premissa basilar era a segurança nacional, e o estrangeiro, em certa medida, visto como uma ameaça.

O Estatuto foi revogado pela Lei de Migração, Lei 13445 de 2017, cujos pressupostos estão assentes na mudança de paradigma para que a questão migratória seja encarada pelo viés dos direitos humanos. A nova legislação trouxe importantes avanços, e a pretensão de suplantiar a perspectiva da segurança nacional é um de seus mais relevantes aspectos.

A Lei 13.445/2017, que revogou integralmente o Estatuto do Estrangeiro, possui um maior rol de direitos e garantias fundamentais compatíveis com a Constituição, encampando reivindicações de direitos humanos, e seu texto rechaça o fundamento da segurança nacional<sup>335</sup>.

No que toca diretamente aos artigos relacionados ao refúgio, destacam-se na Lei de Migração os dispositivos referentes à documentação, conforme previsão do artigo 20<sup>336</sup>, e a instituição de uma Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia<sup>337</sup>. Esta deve ser implementada de modo a articular uma cooperação entre os entes federativos, organizações internacionais, sociedade civil e iniciativa privada, e se encontra até o momento pendente de regulamentação. A previsão legal de elaboração uma política integrada é um dos progressos

---

<sup>335</sup> KENICKE, Pedro Henrique Galotti. **O Estatuto do Estrangeiro e a Lei das Migrações: da doutrina da segurança nacional ao desenvolvimento humano**. Curitiba: Edição do Autor, 2016. P. 136.

<sup>336</sup> BRASIL. **Lei Migratória** (Lei n.º 13445/2017). Art. 20. A identificação civil de solicitante de refúgio, de asilo, de reconhecimento de apatridia e de acolhimento humanitário poderá ser realizada com a apresentação dos documentos de que o imigrante dispuser.

<sup>337</sup> BRASIL. **Lei Migratória** (Lei n.º 13445/2017). Art. 120. A Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia terá a finalidade de coordenar e articular ações setoriais implementadas pelo Poder Executivo federal em regime de cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com participação de organizações da sociedade civil, organismos internacionais e entidades privadas, conforme regulamento. § 1º Ato normativo do Poder Executivo federal poderá definir os objetivos, a organização e a estratégia de coordenação da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia. § 2º Ato normativo do Poder Executivo federal poderá estabelecer planos nacionais e outros instrumentos para a efetivação dos objetivos desta Lei e a coordenação entre órgãos e colegiados setoriais. § 3º Com vistas à formulação de políticas públicas, deverá ser produzida informação quantitativa e qualitativa, de forma sistemática, sobre os migrantes, com a criação de banco de dados.

trazidos pela legislação em comento. No entanto, não é possível avaliar as perspectivas quanto à sua efetiva implementação, tampouco com relação às diretrizes que serão adotadas pelo próximo governo federal, mormente tendo em vista que os objetivos e estratégias de uma eventual política migratória devem ser definidos por atos do Poder Executivo, conforme a determinação legal.

O Decreto 9199/2017, que regulamenta a Lei 13445/2017, abrange em seu texto algumas normas que atinem ao refúgio. O Capítulo VII dispõe especificamente a esse respeito, e reitera os princípios e garantias estabelecidos pelos instrumentos nacionais e internacionais de proteção aos refugiados<sup>338</sup>. O Decreto preenche uma lacuna legislativa quanto ao procedimento nos casos de cessação da condição de refugiado, determinando que nestes casos a autorização de residência do migrante continuará válida por noventa dias<sup>339</sup>. A prerrogativa, contudo, não se aplica nas hipóteses de perda, conforme a ressalva legal<sup>340</sup>.

Contudo, se de um lado a Lei de Migração representa um avanço significativo, esse foi aplacado em sua regulamentação. Ao contrário dos profícuos debates em torno da lei migratória, a edição do Decreto foi submetida a uma breve consulta pública e as críticas ao seu texto foram solenemente desconsideradas. Algumas das maiores falhas são o uso do termo ‘clandestino’ para designar imigrantes que tenham entrado no país em situação irregular<sup>341</sup> e a

---

<sup>338</sup> BRASIL. **Decreto 9199/2017**. Capítulo VII. Do Refúgio. Art. 119. O reconhecimento da condição de refugiado seguirá os critérios estabelecidos na Lei nº 9.474, de 1997. § 1º Durante a tramitação do processo de reconhecimento da condição de refugiado incidirão as garantias e os mecanismos protetivos e de facilitação da inclusão social decorrentes da Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, de 1951, promulgada pelo Decreto nº 50.215, de 1961, e da Lei nº 13.445, de 2017. § 2º O solicitante de reconhecimento da condição de refugiado fará jus à autorização provisória de residência, demonstrada por meio de protocolo, até a obtenção de resposta ao seu pedido. § 3º O protocolo de que trata § 2º permitirá o gozo de direitos no País, dentre os quais: I - a expedição de carteira de trabalho provisória; II - a inclusão no Cadastro de Pessoa Física; e III - a abertura de conta bancária em instituição financeira supervisionada pelo Banco Central do Brasil. § 4º O reconhecimento de certificados e diplomas, os requisitos para a obtenção da condição de residente e o ingresso em instituições acadêmicas de todos os níveis deverão ser facilitados, considerada a situação desfavorável vivenciada pelos refugiados. Art. 120. O ingresso irregular no território nacional não constituirá impedimento para a solicitação de reconhecimento da condição de refugiado e para a aplicação dos mecanismos de proteção da pessoa refugiada, hipótese em que não incidirá o disposto no art. 307, desde que, ao final do procedimento, a condição de refugiado seja reconhecida. Art. 121. No exercício de seus direitos e deveres, a condição atípica do refugiado será considerada pelos órgãos da administração pública federal quando da necessidade de apresentação de documentos emitidos por seu país de origem ou por sua representação diplomática ou consular. Art. 122. As solicitações de refúgio terão prioridade de avaliação e decisão na hipótese de existir contra o solicitante procedimento do qual possa resultar a aplicação de medida de retirada compulsória.

<sup>339</sup> BRASIL. **Decreto 9199/2017**. Art. 156. A autorização de residência poderá ser concedida à pessoa beneficiária de: I - proteção ao apátrida; II - asilo político; ou III - refúgio. § 6º A autorização de residência concedida àquele cuja condição de refugiado, asilado ou apátrida tiver cessado permanecerá válida pelo prazo de noventa dias.

<sup>340</sup> BRASIL. **Decreto 9199/2017**. Art. 156. § 7º O disposto no § 6º não se aplica às seguintes hipóteses: (...) III - perda da condição de refugiado.

<sup>341</sup> BRASIL. **Decreto 9199/2017**. Art. 172. A entrada condicional no território nacional de pessoa que não preencha os requisitos de admissão poderá, na impossibilidade de retorno imediato do imigrante impedido ou clandestino, ser autorizada pela Polícia Federal, por meio da assinatura de termo de compromisso, pelo transportador ou por seu agente, que assegure o custeio das despesas com a permanência e com as providências necessárias para a repatriação do imigrante. Parágrafo único. Na hipótese de entrada condicional prevista no *caput*,

previsão de possibilidade de prisão do deportando<sup>342</sup>, em expressa contradição com o artigo 123 da Lei de Migração, que veda a prisão por razões migratórias<sup>343</sup>.

Especialistas que integraram a comissão responsável por elaborar uma proposta de anteprojeto da lei migratória teceram veementes críticas ao teor do Decreto, promulgado em exíguos seis meses da publicação da lei, concomitantemente ao início de sua vigência, considerando-o “visivelmente alheio ao debate que acompanhou o longo processo de elaboração do novo diploma, transcorrido sobretudo ao longo dos últimos dez anos”, e consignando que suas disposições desvirtuam o sentido da nova lei<sup>344</sup>.

Assim como a regulamentação, os vetos impostos à Lei de Migração e as respectivas justificativas corromperam sua essência, deturpando a premissa de direitos humanos que orientou a edição da Lei e reforçando os pressupostos de soberania e interesse nacional que ela pretendia superar.

Para fins do recorte compreendido nesta pesquisa, que versa especificamente acerca do *status* de refugiado, impende uma breve análise dos vetos que interferem de forma premente nos direitos dessa parcela da população. Dentre os 21 dispositivos vetados, quatro em especial possuem sensível relação com o refúgio.

Em primeiro lugar, insta assinalar o veto à previsão de livre circulação de povos indígenas e populações tradicionais<sup>345</sup>, cuja motivação apresentada, pautada numa anacrônica noção de soberania, evocou preceitos de defesa do território nacional<sup>346</sup> em profunda dissonância com os valores de uma concepção de direitos humanos atual e que preze pela pluralidade.

---

a Polícia Federal fixará o prazo de estada, as condições a serem observadas e o local em que o imigrante impedido ou clandestino permanecerá.

<sup>342</sup> BRASIL. **Decreto 9199/2017**. Art. 210. A pessoa em situação de impedimento de ingresso, identificada no momento da entrada no território nacional, que não possa ser repatriada de imediato, será mantida em liberdade vigiada até a sua devolução ao país de procedência ou de nacionalidade, quando essa necessidade for identificada pela Polícia Federal. Art. 211. O delegado da Polícia Federal poderá representar perante o juízo federal pela prisão ou por outra medida cautelar, observado o disposto no Título IX do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal.

<sup>343</sup> BRASIL. **Lei de Migração** (Lei n.º 13445/2017). Art. 123. Ninguém será privado de sua liberdade por razões migratórias, exceto nos casos previstos nesta Lei.

<sup>344</sup> Regulamento da nova Lei de Migração é contra *legem* e *praeter legem*. **Consultor Jurídico**. São Paulo, 23 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-nov-23/opinioao-regulamento-lei-migracao-praetem-legem>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

<sup>345</sup> A redação do artigo 1º, §2º, era nos seguintes termos: “§ 2º São plenamente garantidos os direitos originários dos povos indígenas e das populações tradicionais, em especial o direito à livre circulação em terras tradicionalmente ocupadas”.

<sup>346</sup> Justificativa do veto: “O dispositivo afronta os artigos 1º, I; 20, § 2º; e 231 da Constituição da República, que impõem a defesa do território nacional como elemento de soberania, pela via da atuação das instituições brasileiras nos pontos de fronteira, no controle da entrada e saída de índios e não índios e a competência da União de demarcar as terras tradicionalmente ocupadas, proteger e fazer respeitar os bens dos índios brasileiros”.

Segundo aponta o relatório formulado pela OIM (Organização Internacional para as Migrações) acerca dos refugiados indígenas, a migração desses povos ocorre “notadamente pela falta de acesso a seus territórios e aos recursos naturais necessários à sobrevivência e à garantia de perspectiva de futuro no contexto de vida coletiva, conforme seus usos, costumes e tradições”<sup>347</sup>.

O povo Warao é a segunda maior população indígena da Venezuela, e sua presença tem sido registrada em Roraima pelo menos desde 2014, com aumento nos anos subsequentes. Há, portanto, um significativo influxo migratório indígena que caracteriza um movimento pendular, ou seja, comporta o interesse em regressar ao país de origem e retornar ao Brasil o quanto seja necessário. Contudo, tal afluência não possui respaldo legal na categoria jurídica do refúgio, que compreende a existência de um risco de perseguição no país de origem, de modo que a vedação ao dispositivo que estabelecia o livre movimento destas populações está em absoluta dissonância com as suas práticas. Os Estados têm o direito soberano de regulamentar a imigração, mas devem fazê-lo em observância aos deveres estabelecidos pelo direito internacional dos direitos humanos, pelo direito internacional dos refugiados e migrantes e pelas garantias destinadas aos povos indígenas e populações tradicionais<sup>348</sup>.

A respeito do veto imposto ao dispositivo que estabelecia o direito ao exercício de cargo ou função pública<sup>349</sup>, excetuados os reservados aos brasileiros natos, cumpre salientar que essa já é uma garantia constitucionalmente prevista (artigo 37, inciso I, da Constituição Federal<sup>350</sup>). Desta forma, resta evidente que não só os vetos infringem os princípios e garantias fundamentais como também direitos expressamente previstos na Constituição<sup>351</sup>.

Um dos entrevistados na presente pesquisa, o guineense A. T., foi aprovado em concurso público do Estado do Paraná, mas não pode assumir o cargo por ser solicitante de refúgio e não possui visto de permanência no país. Deste modo, foi afetado pela ausência de regulamentação expressa de dispositivo constitucional, o que não deveria de forma alguma tolher o acesso da população imigrante ao trabalho, prática muito mais comum do que poderia

<sup>347</sup> ONU. OIM. **Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas imigrantes da Venezuela para o Brasil**. P. 23.

<sup>348</sup> Ibidem, p. 66-67.

<sup>349</sup> Redação do artigo 4º, §2º: “Ao imigrante é permitido exercer cargo, emprego e função pública, conforme definido em edital, excetuados aqueles reservados para brasileiro nato, nos termos da Constituição Federal”.

<sup>350</sup> BRASIL. **Constituição Federal**. Art. 37, inciso I: “os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei”.

<sup>351</sup> Justificativa do veto: “Os dispositivos possibilitariam o exercício do cargo, emprego ou função pública por estrangeiro não residente, em afronta à Constituição e ao interesse nacional. Além disso, trata em diploma relativo ao tema migratório de matéria reservada à regulação de provimento de cargo público, cuja iniciativa é privativa do Presidente da República, a teor do artigo 61, § 1º, II, ‘c’, da Constituição. Ademais, reserva a edital de concurso a definição, concessão ou restrição de direitos, o que configura-se inadequado à sua função de apenas direcionar a fiel execução da lei para acesso a carreiras públicas”.

ser razoável. Repercutiu a situação de um imigrante haitiano que foi aprovado em um concurso para a função de gari mas foi impedido de assumir a vaga por ser estrangeiro, violação que foi chancelada pelo Tribunal Superior do Trabalho, cuja decisão consignou que “um dos requisitos básicos para a investidura em cargo público é a nacionalidade brasileira”, e que a disposição constitucional seria dotada de eficácia limitada e, portanto, sua aplicação restaria impedida<sup>352</sup>.

O veto à previsão que inicialmente constava da lei migratória agrava as situações de discriminação por razão de origem, em absoluta violação ao artigo 3º, inciso IV da Constituição Federal, que elenca dentre os objetivos da República a promoção do bem comum, “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”<sup>353</sup>.

Na mesma justificativa de veto foi também abrangida a previsão do artigo 4º, §3º, que dispensava a exigência de “prova documental impossível ou descabida que dificulte ou impeça o exercício de seus direitos, inclusive o acesso a cargo, emprego ou função pública”. Esse dispositivo revelava uma sensível preocupação com a situação de vulnerabilidade, que é especialmente latente nos casos de migrações forçadas. É muito comum que solicitantes de refúgio deixem seus lares em momentos de conflito, muitas vezes impossibilitados do acesso a seus documentos. A garantia de exercício de direitos independente de determinadas formalidades seria um importantíssimo fator a ampliar o acesso a garantias, não subjugando as pessoas aos papéis que elas portam ou condicionando o acesso a direitos à posse de documentos. Remete-se neste ponto à citação de Brecht em que seu personagem Kalle afirma que o passaporte tem um valor em si mesmo, ao contrário de quem o porta: o veto ao dispositivo em questão sugere que, em certa medida, a comprovação documental de um fato é mais meritória do que o fato em si.

Por fim, foi vetada a possibilidade de extensão das hipóteses de reunião familiar<sup>354</sup> ante uma justificativa incongruente, pautada em uma suposta preocupação com o tráfico de menores<sup>355</sup>. A vedação à expressa previsão de ampliação dos beneficiários da reunião familiar viabilizou a descomedida restrição imposta pela Portaria Interministerial 12/2018, que ao

---

<sup>352</sup> TAVARES, Lourdes. Refugiado haitiano aprovado em concurso para gari não consegue ser contratado. **Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, 11 jul. 2017. Disponível em: <[http://www.tst.jus.br/noticia-destaque/-/asset\\_publisher/NGo1/content/id/24377529](http://www.tst.jus.br/noticia-destaque/-/asset_publisher/NGo1/content/id/24377529)>. Acesso em: 12 dez. 2018.

<sup>353</sup> BRASIL. **Constituição Federal**. Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

<sup>354</sup> BRASIL. **Lei de Migração** (Lei 13445/2017). Artigo 37, § único: “A concessão de visto ou de autorização de residência para fins de reunião familiar poderá ser estendida, por meio de ato fundamentado, a outras hipóteses de parentesco, dependência afetiva e fatores de sociabilidade”.

<sup>355</sup> Justificativa do veto: “Os dispositivos poderiam possibilitar a entrada de crianças sem visto, acompanhada de representantes por fatores de sociabilidade ou responsável legal residente e, com isso, facilitar ou permitir situações propícias ao sequestro internacional de menores”.

determinar de forma taxativa quem pode obter visto nesses termos, afastou peremptoriamente a possibilidade de expansão desse instituto. Insta assinalar que a restrição das hipóteses de expansão de reunião familiar reduz de modo reflexo o capital social a que tem acesso a população imigrante, uma vez que limita o círculo social e familiar que pode acompanhar os sujeitos em suas diásporas e, deste modo, constituir uma rede de apoio mútuo, nos termos da concepção bourdieusiana.

Outrossim, não se contesta que a Lei de Migração é um importante marco na defesa dos direitos dos migrantes. Todavia, procurou-se demonstrar como o teor da justificativa de alguns dos vetos que foram impostos à Lei sancionada, posto que são pautados justamente em concepções ultrapassadas de titularidade de direitos, soberania, segurança e interesse nacional, bem como a manutenção de controle das migrações, com políticas migratórias pautadas na irregularidade<sup>356</sup>, justamente as premissas que a Lei 13.445/2017 pretendia superar.

Oportuno ainda frisar que as condições para admissão e estada de imigrantes estão longe de ser garantias sólidas estabelecidas de uma vez por todas. Esses direitos sempre estarão sujeitos às contingências políticas dos Estados, sendo a regulamentação da Lei de Migração um exemplo emblemático da legislação estar ao alvedrio das circunstâncias, demonstrando como a mudança do cenário político pode pautar a questão migratória: a Lei 13445/2017, produto de amplas discussões envolvendo setores diversos da sociedade, guiada por princípios de direitos humanos, sofreu a retração de seu conteúdo pelo Decreto 9199/2017.

Os vetos em questão e a redação do Decreto 9199/2017 abalam a noção de que a legislação brasileira é avançada e revelam que ainda subsiste uma mentalidade antiquada no que diz respeito à garantia de direitos fundamentais de imigrantes e refugiados, orientada por parâmetros excludentes e restritivos que traduzem a resistência à “desconsideração da nacionalidade como fator determinante da titularidade de direitos fundamentais”<sup>357</sup>. Por meio das justificativas que foram arguidas se revela que urge não só uma necessidade de reformulação institucional e legislativa, mas também das convicções que norteiam a tomada de decisões políticas.

Uma política migratória que se baseie em concepções ultrapassadas de soberania, com a finalidade de tolher direitos fundamentais sob o fundamento da segurança nacional, afronta

---

<sup>356</sup> BARALDI, Camila Bibiana Freitas. **Migrações internacionais, direitos humanos e cidadania sul-americana: o prisma do Brasil e da integração sul-americana**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2014. P. 72.

<sup>357</sup> RAMOS, André de Carvalho. Direitos dos estrangeiros no Brasil: a imigração, direito de ingresso e os direitos dos estrangeiros em situação irregular. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (Orgs.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. P. 721-745. P. 733.



os preceitos de dignidade e valorização da vida humana. Os processos migratórios não podem ser compreendidos sob o signo da segurança e do estado de polícia, e devem ser pautados sobre os direitos e garantias fundamentais<sup>358</sup>.

Assuntos relacionados aos direitos migratórios devem ser tratados de forma absolutamente vinculada aos preceitos de direitos humanos. Os países, pautados em sua soberania, fixam as regras para controle de ingresso e permanência de estrangeiros, mas devem fazê-lo em consonância com as normas internacionais de direitos humanos relacionados à migração e ao refúgio. Em virtude da concepção contemporânea de direitos humanos e do caráter transnacional desses direitos, a soberania não pode ser utilizada como escusa para o cometimento de violações tais como as deportações em massa, o tratamento discriminatório e a desconsideração dos instrumentos de proteção aos deslocados<sup>359</sup>.

A imigração se materializa na “relação entre aquele que chega e o local onde é acolhido”<sup>360</sup>, e nesse vínculo urge fomentar o reconhecimento e a realização de direitos que corroborem e robusteçam o valor da dignidade humana, posto que nenhuma garantia está permanente e definitivamente conquistada.

A relação com o imigrante é regulada pelo direito, e as leis destinadas aos imigrantes, apesar de garantir-lhes determinados direitos, partem da oposição entre o ‘nacional’ e o ‘não-nacional’, distinção elementar de que decorrem as demais distinções e justifica a economia de exigências para com os imigrantes “em matéria de igualdade de tratamento frente à lei e na prática”<sup>361</sup>.

É justamente a relação entre os campos que orienta a presente análise. O campo normativo e o campo do refúgio possuem um ponto de intersecção que se situa no limite desse em relação ao macrocosmo social. Tendo em vista que os campos sociais são espaços reduzidos que se relacionam entre si e com o universo social, suas margens são porosas e permeáveis, viabilizando trocas e transações mútuas. O limiar do campo social do refúgio, que o define e circunscreve, corresponde às normas que o regulamentam, de modo que a relação do campo com o meio social em que está inserido é intermediada por leis e instituições, nos termos daquilo

---

<sup>358</sup> KENICKE, Pedro Henrique Galotti. **O Estatuto do Estrangeiro e a Lei das Migrações: da doutrina da segurança nacional ao desenvolvimento humano**. Curitiba: Edição do Autor, 2016. P. 77.

<sup>359</sup> BARRETO, Luiz Paulo Teles. A Lei brasileira de refúgio: sua história. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles (org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília: Acnur, Ministério da Justiça, 2010. P. 12-21. P. 20.

<sup>360</sup> HAYDU, Marcelo. **Refugiados congolese na cidade de São Paulo: processo migratório e itinerários terapêuticos**. Tese. Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Unifesp, 2017. P. 59.

<sup>361</sup> SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 58.

que foi pormenorizado neste capítulo, e essa mediação pode ocorrer em termos de acolhimento ou exclusão, ou ainda em algum dos diversos matizes entre esses dois extremos, como se verá no capítulo seguinte.

## 4. INTERAÇÕES DO CAMPO: ACESSOS E BARREIRAS

### 4.1. PRESENÇAS NO LIMIAR

Até o momento, foram traçados o panorama teórico e o panorama normativo que delineiam o presente estudo, bem como a correspondência destes elementos com alguns aspectos que foram investigados na pesquisa empírica, tais como o acesso à documentação, o atendimento prestado pelas autoridades imigratórias, o aprendizado do idioma, o processamento dos pedidos de refúgio e o direito à reunião familiar.

A perspectiva do refúgio aludida nesta seção é voltada à relação entre o campo social do refúgio – isto é, os indivíduos que o integram, suas posições, hierarquias e capitais – com o espaço que a ele é exógeno, com o macrocosmo social que o circunda e o permeia. Essas relações podem ser pautadas pelas premissas de alteridade e hospitalidade, as quais serão examinadas na seção seguinte, mas também são moduladas por barreiras que impõem restrições ao efetivo acesso a espaços que circundam o campo do refúgio e com ele se relacionam. A legislação é o elemento basilar da mediação de suas interações com o meio exterior, posto que delimita o campo ao estabelecer quem o integra e quais os requisitos para tanto.

Como elementos centrais da soberania estatal, aqui compreendida como a legitimação jurídica do poder político cujo território é o domínio espacial de validade por onde ele se irradia, as fronteiras e a cidadania delimitam as regras de entrada e acesso a direitos. As fronteiras, o limiar, traçam a distinção relativa à admissão e à cidadania, elemento que por exclusão integra o campo social do refúgio e determina as condições de acesso a espaços, direitos e capitais.

As fronteiras são uma linha imaginária, que pode ou não ser demarcada por barreiras físicas, e definem um “território mítico a partir do qual se constrói a forma de um território nacional, que acaba marcando a pele daqueles que se encontram em ambas as suas margens. A fronteira é forma e conteúdo, delimita espaços e corpos”, nos termos do que leciona Valcuende Del Río<sup>362</sup>.

Assim, ainda que para a maioria da população a fronteira seja algo distante e abstrato, ela não é por isso menos relevante para demarcar uma posição e condicionar as interações sociais, notadamente com relação ao outro, ao estrangeiro que adentra a fronteira física, mas permanece além das fronteiras simbólicas. Este *outro* apenas existe porque existem fronteiras

---

<sup>362</sup> DEL RÍO, José María Valcuende. Frontera en la piel. In: Portugal e Espanha. **Entre discursos de centro e práticas de fronteira**. Lisboa: Editora Colibri, 2009. P. 237-255. P. 240.

politicamente instituídas que definem o *nós*, e o estranhamento provocado por aquele pode ser um convite a superá-lo ou uma barreira intransponível<sup>363</sup>.

Em si mesmas, as fronteiras constituem um espaço outro, uma heterotopia, posto que são ao mesmo tempo abertas e fechadas, a depender de quem se encontra em seu umbral. São dotadas de elasticidade, mas “nenhuma delas se projeta de maneira coerente sobre toda a humanidade”<sup>364</sup>.

Como já se pontuou, as fronteiras são um dos aspectos basilares da soberania estatal, posto que delimitam a extensão (territorial e política) dos Estados-Nação. Mas mais do que isso, as fronteiras definem quem são os membros de determinada ordem estatal. Benhabib assevera que o controle de fronteiras busca garantir “a pureza da nação no tempo por meio do policiamento de seus contatos e interações no espaço”<sup>365</sup>. As políticas migratórias destinadas a esse controle intermediam as interações na fronteira e, de modo reflexo, modulam as relações do campo do refúgio.

Os pilares do Estado são os princípios de liberdade e igualdade entre cidadãos, excluindo, desta forma, o não-nacional, “amesquinhando seus direitos e se constituindo em fonte de opressão a seres humanos que não possuem a nacionalidade daquele Estado”<sup>366</sup>. A esse respeito, nos termos do que preconiza Seyla Benhabib, o pertencimento a um Estado se configura a partir da categoria da cidadania como um vínculo jurídico-político<sup>367</sup>.

Nesse sentido, Giorgio Agamben destaca que o paradoxo reside no fato de que a figura do refugiado, que deveria justamente encampar os direitos humanos por excelência, constitui a crise desse conceito. Os direitos ditos inalienáveis, portanto, demonstram não serem protegidos tão logo não seja mais possível caracterizar um indivíduo como cidadão<sup>368</sup>. Os refugiados

---

<sup>363</sup> DEL RÍO, José María Valcuende. Frontera en la piel. In: Portugal e Espanha. **Entre discursos de centro e práticas de fronteira**. Lisboa: Editora Colibri, 2009. P. 237-255. P. 240-243.

<sup>364</sup> LORENZETTO, Bruno Meneses; KOZICKI, Katya. **O conceito de cidadania para Hannah Arendt e Jacques Derrida**. In: II Seminário Nacional Sociologia & Política, 2010, Curitiba. Seminário Nacional Sociologia e Política (Online), 2010. v. 14. Disponível em:

<[https://www.academia.edu/4004919/O\\_conceito\\_de\\_cidadania\\_para\\_Hannah\\_Arendt\\_e\\_Jacques\\_Derrida](https://www.academia.edu/4004919/O_conceito_de_cidadania_para_Hannah_Arendt_e_Jacques_Derrida)>.

Acesso em: 27 jan. 2019

<sup>365</sup> Tradução livre: “The control of territorial boundaries, which is coeval with the sovereignty of the modern nation-state, seeks to ensure the purity of nation *in time* through the policing of its contacts and interactions in *space*”. (BENHABIB, Seyla. **The life of others: aliens, residents and citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 18).

<sup>366</sup> RAMOS, André de Carvalho. Direitos dos estrangeiros no Brasil: a imigração, direito de ingresso e os direitos dos estrangeiros em situação irregular. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (Orgs.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. P. 732.

<sup>367</sup> BENHABIB, Seyla. **The life of others: aliens, residents and citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 27.

<sup>368</sup> AGAMBEN, Giorgio. **We refugees**. Giorgio Symposium; Summer 1995.

cindem a continuidade entre ser humano e cidadão e assim descortinam a vulnerabilidade desta lacuna.

Hannah Arendt pontua que o refúgio ocasionou a constatação de que seria impossível tornar os refugiados cidadãos, e vislumbravam-se apenas as alternativas da repatriação ou naturalização para resolver a questão e, uma vez que nenhuma delas se mostrou tangível, os países, durante a Segunda Guerra, cessaram o reconhecimento do estatuto<sup>369</sup>.

Não há espaço autônomo na ordem política dos Estados para algo como o homem em si mesmo, e isso se evidencia pelo fato de que a condição de refugiado é sempre considerada temporária. Um *status* permanente de indivíduo é inconcebível no ordenamento atual<sup>370</sup>.

Essa cisão entre indivíduo e cidadão expõe o descompasso entre o direito e a realidade, conforme consigna Sayad. A imigração e o refúgio estão no ponto de intersecção entre provisoriedade e permanência, mais precisamente onde o provisório se perpetua de forma contínua. Assim, “não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade”, o que ocasiona a oscilação “entre o estado provisório que a define de direito e a situação duradoura que a caracteriza de fato”<sup>371</sup>.

Segundo o autor, para que a imigração possa ser perpetuada ela deve ignorar a si mesma como provisória e não se confessar como definitiva. O provisório deve poder durar indefinidamente e o definitivo não deve ser enunciado como tal, operando-se a negação da contradição fundamental que, segundo Sayad, “parece ser constitutiva da própria condição do imigrante”<sup>372</sup>. Assim, as sociedades de origem consideram seus emigrantes como ausentes temporários, ao passo que as sociedades de destino declinam aos imigrantes o reconhecimento como permanentes, sustentando uma espécie de provisoriedade contínua de uma presença que, no mais das vezes, é meramente tolerada e tratada, “ao menos enquanto encontra nisso algum interesse, como se esse provisório pudesse ser definitivo ou pudesse se prolongar de maneira indeterminada”<sup>373</sup>.

Uma recente alteração na legislação brasileira é emblemática para atestar a transitoriedade que se pretende imputar aos refugiados, porquanto o direito os classifica como provisórios. Até 2017, no registro civil dos refugiados constava sua designação como

---

<sup>369</sup> ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 314-315.

<sup>370</sup> AGAMBEN, Giorgio. **We refugees**. Giorgio Symposium; Summer 1995.

<sup>371</sup> SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 45.

<sup>372</sup> Ibidem, p. 46.

<sup>373</sup> Ibidem, p. 46.

‘permanente’. Contudo, a Lei 13445/2017<sup>374</sup>, ao estabelecer as modalidades de autorização de residência, suplantou o ‘visto de permanência’ até então concedido e prescreveu a utilização do termo ‘residente’. A eliminação desta espécie de qualificação expressa no documento gerou consequências diretas nos atos cotidianos dos refugiados, conforme relato da salvadorenha K. S.:

Agora estamos com um problema. Antes tinha a modalidade de temporário IV, temporário V, residente e permanente. Todas essas organizações que trabalham com refugiados, imigrantes e apátridas, sabem da lei migratória, só que não entendo porque se o Brasil recebe pessoas de fora não se preocupa em capacitar as pessoas do Estado. Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, Polícia Federal. Por que eu falo isso? Porque eu vou à Cáritas, por exemplo, e eles sabem que meu RNE fala ‘residente’ porque não existe mais um que fala ‘permanente’. Você vai, por exemplo, ao Ministério do Trabalho, a qualquer outro lugar, e eles insistem que tem que ter o ‘permanente’. Então a gente tem que provar tudo. Por exemplo, um problema que estávamos tendo hoje: meu esposo avançando com a profissão de médico, a gente queria obter o CNPJ. Durante três vezes, mais de seis meses, foi negado, totalmente negado. Por quê? Porque nosso documento é temporário. Foi negado na Junta Comercial porque eles não sabiam. (...) Não podemos nem comprar um sofá nas casas Bahia como crédito, porque eles falam que fala ‘residente’. Não podemos ter o CNPJ porque eles falam que era ‘residente’. Eles querem ver a palavra ‘permanente’, porque eles já estavam acostumados a isso, e não tem mais, esse status não existe mais, então esse é um problema.

A perpetuação indefinida de um estatuto pretensamente provisório e sua classificação como tal afeta o exercício de atos da vida civil de quem nele se encaixa, especialmente quando o conhecimento a respeito das regras que regulamentam o campo do refúgio tende a permanecer adstrito à sua circunscrição e aos agentes que o integram, como demonstra o relato acima transcrito. K. S. e seu cônjuge, M. S., consideram a falta de informação e de conhecimento de agentes públicos e privados sobre os dispositivos do refúgio a maior dificuldade que enfrentaram no Brasil. Desse modo, a designação documental do *status* de ‘residente’ em substituição ao ‘permanente’, como um reflexo do atributo de temporariedade que se pretende impingir aos imigrantes, prejudica seu portador em situações nas quais é necessário demonstrar estabilidade, tais como o aluguel de um imóvel, solicitação de crédito e abertura de empresa.

A ficção legal que classifica como temporária a imigração revela a abstração das normas e escancara a cisão entre indivíduo e cidadão, o não-lugar de uma presença não integrada. As vidas em deslocamento, dentro do recorte aqui abrangido, representam a ambivalência dos que experimentam a inclusão exclusiva, a vida nua revelada pelo hiato entre o humano e o cidadão.

<sup>374</sup> BRASIL. **Lei de Migração (Lei 13445/2017)**. Art. 30. A residência poderá ser autorizada, mediante registro, ao imigrante, ao residente fronteiriço ou ao visitante que se enquadre em uma das seguintes hipóteses: (...) II - a pessoa: (...) e) seja beneficiária de refúgio, de asilo ou de proteção ao apátrida.



O oxímoro da presença ausente desvelado pelo refúgio põe à luz a abstração engendrada pelas normas que operam segundo uma lógica totalizante, como se verá na seção seguinte deste trabalho. Se a Segunda Guerra provou a precariedade dos direitos que se supunham inalienáveis por não dependerem da tutela governamental<sup>375</sup>, a concepção contemporânea desses direitos demonstra que a pretensa universalidade dos Direitos Humanos, ainda que ancorada em instituições nacionais e internacionais de proteção, não logra alcançar uma concretude absoluta<sup>376</sup>. Naquele período histórico, perder direitos de nacionalidade era equivalente a perder direitos humanos; nesse, desvincular-se, por meio da ausência, do Estado de origem e adentrar noutro em busca de proteção, debilita a fruição de determinados direitos, por mais paradoxal que possa parecer a efetivação de um direito humano assente em normas internacionais restringir o exercício de direitos fundamentais onde não haja o vínculo da cidadania. Em suma, o direito humano cuja realização dispensa a condição de cidadão prejudica o acesso a direitos que dela necessitam.

Hannah Arendt preceitua que a perda do estatuto político deveria provocar o enquadramento nos dispositivos que preveem os direitos humanos inatos e inalienáveis, mas o efeito é justamente oposto: aqueles que se encontram despossados de outros atributos que excedem a humanidade perdem “todas as qualidades que possibilitam aos outros tratá-lo como semelhante”<sup>377</sup>. Suas proposições, apesar de referentes ao período histórico localizado previamente à concepção contemporânea dos direitos humanos, não deixam de repercutir na atualidade. Ainda que a instituição de um sistema internacional de proteção a esses direitos tenha sido edificada com a proposição de suplantar a lacuna entre os direitos de nacionalidade e os direitos humanos, o fato é que desvincular-se da cidadania tem o reflexo de mitigar a guarida de direitos fundamentais. Por mais que o direito internacional dos direitos humanos busque aplacar a absoluta inexequibilidade<sup>378</sup> dos direitos desta natureza por meio de mecanismos que visam proteger os indivíduos independentemente de estarem sob a tutela de

---

<sup>375</sup> “Os Direitos do Homem, afinal, haviam sido definidos como “inalienáveis” porque se supunha serem independentes de todos os governos; mas sucedia que, no momento em que seres humanos deixavam de ter um governo próprio, não restava nenhuma autoridade para protegê-los e nenhuma instituição disposta a garanti-los”. (ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 325).

<sup>376</sup> Não se pretende questionar a relevância do atual sistema global de proteção aos direitos humanos, mas lançar um olhar assente em pressupostos críticos que não os encaram apesar de suas crises, mas a partir delas.

<sup>377</sup> ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 334.

<sup>378</sup> Hannah Arendt afirma que “os Direitos do Homem, supostamente inalienáveis, mostraram-se inexequíveis – mesmo nos países cujas constituições se baseavam neles – sempre que surgiam pessoas que não eram cidadãos de algum Estado soberano”. (ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 327).

seus Estados de nacionalidade, como é o caso das garantias destinadas aos refugiados, ainda subsiste em certa medida o “contraste com os direitos do cidadão”<sup>379</sup>.

O refúgio presume a ausência do vínculo de cidadania com o país de acolhimento, e essa ausência situa os indivíduos nesta condição à margem da participação. Arendt afirmou que “a perda da comunidade expulsa da humanidade”<sup>380</sup>. De forma análoga, o rompimento da conexão com a origem, fator condicionante e constitutivo do refúgio, afeta o pertencimento e posiciona as pessoas nessa condição em um não-lugar onde a presença física não é uma presença atuante em termos políticos, ou seja, não pode tomar parte nos processos de tomada de decisão que lhe tocam. Refugiadas, refugiados e solicitantes de refúgio estão, por definição, “encapsulados numa designação que a/o remove da regular participação na sociedade”<sup>381</sup>. Katya Kozicki assevera que “a situação de marginalidade dessas *pessoas deslocadas* aflora justamente quando lhes é vetado o *direito a ter direitos*, o direito de pertencer a alguma forma de comunidade organizada”<sup>382</sup>.

Agamben, em seu artigo *We Refugees*, em que dialoga com o ensaio homônimo escrito por Hannah Arendt em 1943, consigna que no momento em que o refúgio deixa de ser uma questão individual e passa a ser um fenômeno de massa, ainda que sejam invocados os direitos humanos considerados inalienáveis, torna-se evidente a falta de capacidade dos Estados lidarem com a questão de maneira adequada. O autor aponta o paradoxo presente no fato de que o refugiado, a figura que deveria encampar os direitos humanos por excelência, constitui a crise radical deste conceito<sup>383</sup>.

A cisão entre homem e cidadão coloca o refugiado à margem do direito e revela sua posição de homem sacro. *Homo sacer*, no direito romano arcaico, era aquele que havia sido julgado por um delito, mas que não podia ser sacrificado. Contudo, quem o matasse não seria condenado por homicídio. O termo padece de ostensiva contradição, posto que sanciona a sacralidade de uma pessoa ao mesmo tempo em que autoriza sua morte<sup>384</sup>.

<sup>379</sup> ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 327.

<sup>380</sup> Ibidem, p. 331.

<sup>381</sup> LECHNER, Elsa. Refugiados africanos que tentam a Europa: por uma utopia concreta. In: THEMOTEO, Reinaldo (Org.). **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 109.

<sup>382</sup> LORENZETTO, Bruno Meneses ; KOZICKI, Katya . O conceito de cidadania para Hannah Arendt e Jacques Derrida. In: II Seminário Nacional Sociologia & Política, 2010, Curitiba. **Seminário Nacional Sociologia e Política** (Online), 2010. v. 14. Disponível em:

<[https://www.academia.edu/4004919/O\\_conceito\\_de\\_cidadania\\_para\\_Hannah\\_Arendt\\_e\\_Jacques\\_Derrida](https://www.academia.edu/4004919/O_conceito_de_cidadania_para_Hannah_Arendt_e_Jacques_Derrida)>. Acesso em: 27 jan. 2019.

<sup>383</sup> AGAMBEN, Giorgio. **We refugees**. Giorgio Symposium; Summer 1995.

<sup>384</sup> AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. P.74.

A condição do *homo sacer* é definida pela dupla exclusão que lhe acomete: a exceção à penalidade do sacrifício e a exposição à violência. “A vida insacrificável e, todavia, matável”, pontua Agamben, “é a vida sacra”<sup>385</sup>. O *homo sacer* traduz a presença ausente de quem está dentro, mas não pertence.

A presença ausente e a provisoriedade que se perpetua são contradições que fragilizam a posição do sujeito que a ocupa, fazendo-o experimentar o anverso da hospitalidade. A ausência de plena integração e pertencimento impõe uma condição de vulnerabilidade latente ao refúgio, como revelam algumas das narrativas expostas na última seção desta pesquisa.

Levando em consideração o viés relacional que se pretende traçar, oportuno assinalar que a cidadania é um capital exógeno ao campo social do refúgio, visto que a sua ausência é um elemento constitutivo da imigração transnacional, denotando assim uma característica intrínseca à condição de refugiado – não se pode ser refugiado onde se é cidadão, conforme a exigência de extraterritorialidade consignada nos mecanismos que regem o instituto. Ainda assim, a cidadania interfere e se relaciona com o campo de forma decisória. É na intersecção entre o microcosmo do refúgio e o macrocosmo da sociedade o ponto onde o atributo da cidadania revela o seu caráter de bem simbólico relevante, capaz de atribuir maior hierarquia a quem o detém.

A acepção legal do refúgio determina que somente pode fazer jus ao instituto aquele que for destituído de vínculo de nacionalidade no local em que pretende o reconhecimento desta condição. Contudo, a ausência dessa relação de pertencimento não impede que esses indivíduos sejam afetados pelas decisões de inclusão e exclusão tomadas no seio do Estado de acolhimento, conforme atesta Seyla Benhabib. A autora salienta que os direitos de cidadania estão acima dos direitos humanos<sup>386</sup>.

Sayad assinala, nesse sentido, que a arbitrariedade da distinção entre nacional e não-nacional concebe uma oposição de direito da qual advêm as discriminações de fato. Esta distinção legal “justifica a economia de exigências que se tem para com ele [o imigrante] em matéria de igualdade de tratamento frente à lei e à prática”<sup>387</sup>, já que o imigrante não é um elemento nacional. O autor complementa:

---

<sup>385</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. P. 84.

<sup>386</sup> BENHABIB, Seyla. *The life of others: aliens, residents and citizens*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 43.

<sup>387</sup> SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 58.

A discriminação de direito (entre nacional e não-nacional) pede reforço às discriminações de fato (ou seja, às desigualdades sociais, econômicas, culturais) e, em troca, estas encontram uma justificativa e atribuem a si mesmas uma legitimidade na discriminação de direito: esta lógica circular, segundo a qual as situações de fato e de direito se sustentam mutuamente, encontra-se no princípio de todas as segregações (escravidão, *apartheid*, colonização, imigração, etc.) e de todas as dominações (o escravo, o negro, o colonizado, o imigrante, a mulher, etc.) geradoras de racismo, a igualdade de direito sendo recusada usando-se como pretexto as desigualdades de fato, e a igualdade de fato, por sua vez, torna-se impossível devido à desigualdade de direito<sup>388</sup>.

Sayad ressalva que a exclusão política do político é a premissa fundamental que orienta as demais características da migração em sua dupla dimensão, ou seja, emigração e imigração. O imigrante, neste contexto, é uma “presença fundamentalmente ilegítima”, pois “idealmente e para a realização completa da categoria de nação, não deveria existir”<sup>389</sup>. A exclusão política de direito, segundo o autor, equivale em certa medida ao que Hannah Arendt designa como negação do direito à vida<sup>390</sup>, uma vez que a “própria identidade do indivíduo está inteiramente contida em sua identidade civil (ou cívica)”<sup>391</sup>. Em suas palavras:

No limite, agora que a imigração se prolonga durante toda uma vida ativa, viver a vida inteira é o mesmo que ser privado e privar-se durante toda a vida do direito mais fundamental, o direito do nacional, o direito de ter direitos, o direito de pertencer a um corpo político, de ter um lugar nele, uma residência, uma verdadeira *legitimidade*, ou seja, o direito, em última análise, de poder dar um sentido e uma razão de ser a suas ações, suas palavras, sua existência<sup>392</sup>.

Assim, o refugiado, apesar de encontrar-se fisicamente presente, está fora da ordem jurídica e política, sendo que sua presença, por não poder ser dissimulada, conforma um paradoxo cuja existência ameaça a ordem em que está inserido. Essa ameaça não é passível de ser integrada porquanto provém do exterior e por isso não pode ser assimilada segundo a lógica do nacional<sup>393</sup>, a ausência do vínculo da cidadania o impede.

Se o refúgio representa a temporariedade, o *status* de solicitante exprime uma meta-transitoriedade por conformar o caráter provisório de uma condição que, ao ser confirmada, será ela mesma dotada da provisoriedade que a caracteriza. A potencialização da precariedade

---

<sup>388</sup> SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 58.

<sup>389</sup> Ibidem, p. 269.

<sup>390</sup> Hannah Arendt narra como as desnacionalizações precederam e possibilitaram o extermínio dos judeus, de modo que a “morte cívica” precedeu a “morte biológica”. (ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. P. 332; SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 270).

<sup>391</sup> SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 270.

<sup>392</sup> Ibidem, p. 270.

<sup>393</sup> Ibidem, p. 273.

nestes casos é cabalmente demonstrada pelos relatos sobre as restrições enfrentadas por quem detém o registro civil exclusivamente na forma do protocolo, condição suportada atualmente por pelo menos 86.007 solicitantes de refúgio que aguardam o deferimento de seus pedidos, conforme exposto no primeiro capítulo desta pesquisa.

O vínculo da cidadania constitui o direito a ter direitos, a pertencer a determinada comunidade. Seyla Benhabib advoga por um direito humano ao pertencimento político que seja constitucionalmente previsto, atribuindo a condição de cidadania e ampliando o grau de participação e integração de imigrantes nas sociedades de destino<sup>394</sup>. Para a autora, o fundamento deste direito está na vedação à desnaturalização prevista no artigo 15 da Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>395</sup>, e sua previsão implica no reconhecimento do imigrante como alguém cuja liberdade comunicativa deve ser reconhecida<sup>396</sup>. A conexão política com a origem é aplacada pelo movimento do refúgio, e o que Benhabib propõe é a recomposição deste vínculo com a sociedade de destino.

A ausência de participação política na sociedade de imigração é um fator incômodo para aqueles que se encontram nesta situação e, como detectou Marcelo Haydu, um elemento comum a todos os refugiados que entrevistou é o fato de serem “alijados das negociações dos termos da própria existência” ao serem colocados à margem da vida política<sup>397</sup>. É oportuna a transcrição de um dos relatos que, segundo o autor, reflete também a posição dos demais entrevistados:

Tive que recomeçar minha vida outra vez no Brasil, isso é bem complicado...aprendi uma nova língua, tive que aprender até uma nova profissão. Eu era advogado no Congo, tinha um bom salário, uma vida normal. No Brasil, já trabalhei em mercados e numa fábrica de plásticos. Tudo trabalho pesado. Agora, trabalho num hotel. Moro num lugar que não queria morar, trabalho numa empresa que não queria, fazendo algo que não quero fazer. Sou advogado, sabe? Quero fazer o que estudei. É difícil viver longe da família, das minhas raízes culturais. E pensar que não escolhi viver nada disso...é muito triste...também é triste ver que não posso, muitas vezes, ser mais o dono da minha vida, fazer minhas escolhas. Os refugiados ficam muito dependentes das ONGs e do governo, pelo menos no começo das nossas vidas aqui. Seria bom se as organizações e o governo ouvissem mais os refugiados. É sobre as nossas vidas que eles discutem. Acho que seria justo os refugiados participarem das negociações também<sup>398</sup>.

<sup>394</sup> BENHABIB, Seyla. **The rights of others: aliens, residents and citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 73.

<sup>395</sup> ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Artigo 15. 1. Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade. 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

<sup>396</sup> BENHABIB, Seyla. **The rights of others: aliens, residents and citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 142.

<sup>397</sup> HAYDU, Marcelo. **Refugiados congolese na cidade de São Paulo: processo migratório e itinerários terapêuticos**. Tese. Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Unifesp, 2017, p. 144.

<sup>398</sup> Ibidem, p. 144.

O reconhecimento como cidadãos e o direito de participar dos processos democráticos que impactam diretamente em suas vidas foi uma aspiração compartilhada pelos participantes da pesquisa de Marcelo Haydu, como demonstra o testemunho abaixo:

Sou uma pessoa inteligente, estudei no meu país. Como te falei, eu era advogado lá. Tinha uma vida boa. Aqui não tenho mais nada. Sou grato aos brasileiros, ao governo deste país por ter me recebido. Mas isso não é tudo, entende? Preciso de muito mais do que um RNE e uma carteira de trabalho. Preciso de um emprego digno. Preciso que reconheçam o meu valor. Vejo que os refugiados, principalmente os que vêm da África, são tratados de forma diferente. A gente é visto como gente atrasada, como um povo que não é qualificado, que nada sabe fazer além de trabalhar no campo. Isso não é verdade. Quero ser tratado como um brasileiro é tratado. É essa situação que causa sofrimento para os refugiados<sup>399</sup>.

Outro relato contundente colhido por Marcelo Haydu assinala o desejo do refugiado de poder falar por si:

Eu gosto do Brasil. Sou grato pelo governo brasileiro ter aceitado a minha entrada, mas isso não é suficiente. A gente precisa de oportunidade, a gente precisa ser tratado como cidadão, não como pessoas inferiores. Os africanos não são ignorantes como muitas pessoas pensam. Temos a mesma capacidade que qualquer pessoa, de qualquer país. O governo faz muito pouco pelos refugiados. Pelo que eu vejo são as ONGs que mais trabalham pelos refugiados. Somos gratos pelo trabalho das ONGs. Mas aqui também tem um problema...eu acho que os refugiados querem participar mais das coisas. Não quero que você e ninguém fale por mim, eu quero falar sobre meus problemas, eu quero participar dos projetos feitos pelo governo e pelas ONGs. Os refugiados têm capacidade para ajudar todas as instituições no trabalho que eles fazem<sup>400</sup>.

Em novembro de 2018 ocorreu em São Paulo a 12ª Marcha dos Imigrantes, com o lema “Por direitos iguais – Não me julgue antes de me conhecer”. O intuito da mobilização é o combate à discriminação e à xenofobia, bem como a reivindicação por direitos e políticas públicas. A ação, além de promover a conscientização da população brasileira, tem o intuito de fomentar o debate e a participação dos imigrantes. O evento foi instituído pela ONU em 1990, e no Brasil ocorre apenas em São Paulo, desde 2007. A organização, no entanto, é promovida por instituições e movimentos sociais envolvidos com a causa, não havendo apoio financeiro por parte do poder público<sup>401</sup>.

---

<sup>399</sup> HAYDU, Marcelo. **Refugiados congolese na cidade de São Paulo: processo migratório e itinerários terapêuticos**. Tese. Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Unifesp, 2017. P. 145.

<sup>400</sup> Ibidem, p. 114.

<sup>401</sup> VESPOLI, Pamela. Marcha dos Imigrantes vai à Paulista para enfrentar medos e retrocessos. **Migra Mundo**, São Paulo, 19 nov. 2018. Disponível em: <<https://migramundo.com/marcha-dos-imigrantes-vai-a-paulista-para-enfrentar-medos-e-retrocessos/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.



Essas mobilizações demonstram a existência de demandas e do interesse dos imigrantes em formas de organização com cunho político. A falta de equiparação de direitos políticos em sentido estrito, votar e ser votado, não deve obstar os direitos à participação política e à integração social dos refugiados.

Os participantes da pesquisa foram questionados nas entrevistas sobre a existência de redes de imigrantes e refugiados, seja com foco cultural ou político, se em algum momento participaram delas e se consideram sua existência importante, independente da participação pessoal. Dos 20 entrevistados, apenas quatro informaram se engajar em alguma espécie de reunião organizada por imigrantes compatriotas, apesar de 12 terem afirmado a importância dessas organizações. A. T., solicitante de refúgio guineense, asseverou a maior relevância de um projeto social frente a um projeto pessoal.

Os entrevistados também pontuaram a importância da troca de informações, o que ocorre principalmente por meio de grupos em redes sociais. L. L., refugiada síria, ressaltou que a relevância desta rede, especialmente para quem chegou recentemente ao país, para que “não comecem do zero”. S. P., refugiada congoleza, relatou que chegou a ser criado um grupo no aplicativo WhatsApp para organizar a reunião de congolezes na cidade, o que acabou não acontecendo. Ela lamentou o fato, afirmando que “se você se une pelo menos uma vez, você se sente em casa, com a família, faz as comidas que gosta”.

Apesar de a maioria dos entrevistados haver informado a importância da organização da população refugiada, aludiu-se preponderantemente ao aspecto cultural e à troca de informações. A cooperação mútua destacada remete às formulações bourdieusianas do capital social, constituído por uma rede de contatos e de apoio mútuo, e do *habitus*, como o acúmulo de experiências adquiridas pela vivência na posição social de refugiado ou solicitante de refúgio, conforme destacado no primeiro capítulo desta pesquisa.

Dentre os participantes da pesquisa, houve também os céticos. A solicitante de refúgio congoleza I. N. consignou que tal sorte de organização pode fazer a diferença apenas para fortalecer os laços entre os imigrantes, pois a condição de estrangeiro impõe uma limitação constante: “sendo estrangeiro, tendo RNE ou não, você sempre será barrado em algum lugar”. Sua análise designa a existência de barreiras intransponíveis, pois por mais que haja uma intenção de igualdade sinalizada pela equiparação constitucional de direitos, há espaços que são reservados àqueles que dispõem do apanágio da cidadania.

Verifica-se a ausência de uma efetiva integração coloca os refugiados em situação de fragilidade e exclusão<sup>402</sup>. As políticas migratórias compreendem o paradoxo de regulamentar o acesso ao mesmo tempo em que institucionalizam as barreiras. Opera-se uma assimetria entre direitos e deveres presente, por exemplo, no fato de que os imigrantes arcam com os tributos, mas não desfrutam de direitos políticos. Contribuem com o país no que concerne aos deveres, mas são tolhidos da participação em direitos, de modo que são incluídos economicamente e excluídos politicamente<sup>403</sup>.

Denota-se uma inclusão excludente, mais uma dentre as diversas contradições e disputas contidas neste campo, o que torna as vivências no refúgio tão múltiplas que podem desfrutar da mais ampla hospitalidade ou suportar a mais veemente hostilidade. À vista disso, também em suas interações o refúgio conforma um campo social heterotópico, conjugando uma série de disposições diversas.

O que se pode perceber ao longo da pesquisa empírica foi que as distintas condições subjetivas das vidas refugiadas influem demasiado na experiência de cada uma. Origem, condição socioeconômica e raça são alguns dos fatores mais preponderantes na pavimentação destas trajetórias.

Rosana Baeninger sublinha que a entrada no Brasil de imigrantes internacionais não-brancos e de países periféricos coloca à prova o mito de país acolhedor, constituído a partir da recepção de imigrantes caucasianos oriundos de países europeus. Essa identidade de país pretensamente acolhedor busca omitir a presença de preconceitos e de xenofobia. A autora afirma:

A receptividade dos brasileiros como uma característica nacional compõe o discurso normativo, usado para negar os preconceitos e discriminação frente às diferentes composições étnicas/raciais de imigrantes presentes no Brasil. O campo social das migrações transnacionais de refúgio, talvez mais que outras modalidades migratórias internacionais, deixa latente as fronteiras do racismo no país frente aos novos contingentes imigrantes do século XXI<sup>404</sup>.

No campo social do refúgio, a percepção e enquadramento deste outro que é o imigrante pode ocorrer de múltiplas maneiras. Chueiri consigna, neste sentido, que “a figura do

---

<sup>402</sup> BOGUS, Lucia Maria Machado; SILVA, João Carlos Jarochinski. Fluxos migratórios contemporâneos: condicionantes políticos e perspectivas históricas. In: THEMOTEO, Reinaldo (Org.) **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 42.

<sup>403</sup> LECHNER, Elsa. Refugiados africanos que tentam a Europa: por uma utopia concreta. In: THEMOTEO, Reinaldo (Org.) **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 102-103.

<sup>404</sup> BAENINGER, Rosana. Migrações transnacionais de refúgio: a imigração síria no Brasil no século XXI. In: **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. THEMOTEO, Reinaldo (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 79-97. P. 95.

estrangeiro, por definição, mostra um estranhamento, explicita uma distância entre culturas que é difícil de superar”<sup>405</sup>. As peculiaridades do indivíduo em situação de refúgio, desde a própria qualidade de refugiado até fatores subjetivos anteriores a esta condição (tais como origem, raça e condição socioeconômica), podem balizar a possibilidade de reconhecimento e hospitalidade ou de seu anverso, conceito a ser detalhado a seguir. A suposta qualidade de país acolhedor é experimentada em diversas gradações, como atestam as narrativas obtidas com a pesquisa empírica.

As condições de vida do refugiado definem a representação que se faz a seu respeito<sup>406</sup>, o que possui relação direta com os bens simbólicos portados neste campo social e com o fato de que quanto maiores ou melhores essas posses, melhor é a posição ou a hierarquia dentro do campo.

Deste modo, a complexidade do fenômeno não permite que este seja simplificado e categorizado numa experiência monolítica que não abranja nada além de distintos matizes de segregação. O campo do refúgio é permeado por profusos meios de interação, conformando um vasto espectro de vivências que o atravessam e demonstrando como as ambivalências da hospitalidade o integram e o constituem, nos termos da conceituação que será examinada na sequência.

#### 4.2. ALTERIDADE E OS PARADOXOS DA HOSPITALIDADE

Observar as formas de relação entre o campo do refúgio e o meio social, análise possibilitada sobretudo por meio da consideração de experiências concretas, permite o vislumbre de distintos modos de interação. Nesta seção serão abordados os aspectos relativos à hospitalidade e sua ambivalência, apontando a dimensão ambígua deste conceito que pode ser modulado desde a alteridade até a indiferença e a segregação.

O entrelaçamento dos elementos teóricos e normativos e, sobretudo, das narrativas de refúgio, objetiva imprimir uma visão holística a respeito deste fenômeno e colocar à luz a sua complexidade constituída por vulnerabilidades e resistências, acessos e barreiras, acolhimento e rechaço, aproximações e distanciamentos. Tal perspectiva não intenta trazer respostas, mas levantar reflexões que possam superar uma perspectiva virtual e homogeneizante do refúgio.

---

<sup>405</sup> CHUEIRI, Vera Karam de, e CÂMARA, Heloisa Fernandes. Direitos humanos em movimento: migração, refúgio, saúde e hospitalidade. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n.36, jan/jun 2010. P. 170.

<sup>406</sup> SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 75.

O campo do refúgio compreende uma multiplicidade de vivências e a diversidade de formas de contato com o meio social. Se, por um lado, essas relações podem ser intervindas por barreiras e obstáculos, também é possível que sejam moduladas por formas de acolhimento. A esse respeito, inicialmente, insta destacar a concepção de alteridade formulada por Emmanuel Lévinas.

O filósofo francês sustenta que a alteridade e o reconhecimento da subjetividade do outro são os pilares centrais das relações intersubjetivas, e a humanidade se manifesta na passagem da subjetividade (totalidade) para a intersubjetividade (infinito, exterioridade)<sup>407</sup>. A totalidade consiste em uma tentativa de captura, uma pretensão de enquadramento e de conhecimento daquele com quem se relaciona. A presunção de universalidade que orienta as declarações de direitos é uma eloquente amostra do enquadramento que se faz do humano como uma categoria abstrata e monolítica, sendo uma de suas consequências a lacuna entre a previsão normativa de direitos e sua efetiva repercussão na realidade concreta dos sujeitos.

Lévinas propõe então a substituição dessa perspectiva totalizante por uma que seja individualizante, que diga respeito a cada pessoa em uma relação intersubjetiva, posto que o *Eu*<sup>408</sup> é relacional, ou seja, se constitui a partir do movimento para o *Outro*. O infinito, portanto, está no exterior, na intersubjetividade do *movimento para o Outro*, e por isso é incapturável, em oposição à totalidade.

Essa é a principal ruptura de Lévinas em relação à filosofia tradicional, centrada no *Eu* e na totalização, excluindo a consideração das diversidades e abrindo caminho para a existência de relações de dominação. Para ele, a filosofia assente na ontologia e pautada no *ser* captura o indivíduo em sua generalidade, sem considerar sua individualidade, e é apoiada na suficiência do *Mesmo*<sup>409</sup>, de modo que se constitui como uma egologia<sup>410</sup>. Em suas palavras, “a ontologia<sup>411</sup>, como filosofia que não põe em questão o Mesmo, é uma filosofia da injustiça”<sup>412</sup>.

<sup>407</sup> MIRANDA, José de Albuquerque. Levinas e a reconstrução da subjetividade ética: aproximações com o campo da educação. In: **Revista Brasileira de Educação**. V. 19, n. 57. abr.-jun. 2014. P. 461-475. P. 473.

<sup>408</sup> Segundo a definição formulada por Lévinas: “Ser eu é, para além de toda a individualização que se pode ter de um sistema de referências, possuir a identidade como conteúdo. O eu não é um ser que se mantém sempre o mesmo, mas o ser cujo existir consiste em identificar-se, em reencontrar a sua identidade através de tudo o que lhe acontece. É a identidade por excelência, a obra original da identificação”. (LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988. P. 24).

<sup>409</sup> “A identificação do Mesmo não é o vazio de uma tautologia, nem uma oposição dialética ao Outro, mas o concreto do egoísmo”. (LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988. P. 25-26).

<sup>410</sup> LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988. P. 31.

<sup>411</sup> Lévinas afirma que “a relação com o ser, que se dá como Ontologia, consiste em neutralizar o ente para o compreender ou captar. Não é, portanto, uma relação com o outro como tal, mas a redução do Outro ao Mesmo”. (LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988. P. 33).

<sup>412</sup> LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988. P. 34.

Sua proposta é, em contrapartida, a superação do *Eu* e o alcance do *Outro* por meio das relações intersubjetivas, da saída do *Eu para o Outro* e da responsabilidade para com este.

A alteridade se constitui pelo reconhecimento da “heterogeneidade radical do Outro”<sup>413</sup>, e as proposições de Lévinas dizem respeito, segundo Álvaro Ricardo de Souza Cruz, “ao infinito da diferença, do indivíduo, daquilo que nos faz únicos, que insiste em resistir a qualquer esforço de universalização, de impessoalização, de racionalização”<sup>414</sup>. O jurista consigna:

Em outras palavras, não devemos clamar pela igualdade, que apenas daria mais aos que são iguais, aos que detêm poder e ditam as regras no mundo atual, mas, sim, reclamar pelo infinito que deixa explorar a diferença de cada um, interagindo todos os seres humanos com tolerância diante daquele que não é “mais do mesmo”. Para Lévinas, o diferente deve ser sempre visto como Outro, muito além de um mero reflexo do ego, ou seja, como a presença da alteridade em todo convívio social<sup>415</sup>.

Em síntese, a ética é o reconhecimento do *Outro* que se encontra para além da totalidade, na exterioridade em que se encontra a vida concreta dos sujeitos. Alteridade, por sua vez, é a dimensão do outro que está para além da compreensão; é o que escapa à razão e está fora da totalidade. A ética da alteridade é, pois, a abertura a este *Outro* que está além daquilo que é capturado pela compreensão.

A perspectiva desta pesquisa, orientada pelas experiências concretas no refúgio, é assente nos pressupostos de alteridade, no movimento em direção ao outro e na percepção da impossibilidade de que ele seja conhecido em sua infinitude. Da análise dessas vivências plurais, múltiplas e incapturáveis é que se vislumbra o caráter heterotópico do campo social do refúgio, estruturado pelas distintas posições que o constituem.

O reconhecimento da subjetividade do Outro é o que permite uma relação de alteridade, e neste sentido Lévinas pretende a superação da totalidade centrada no *Ser*, propondo a abertura à exterioridade, ao infinito, à transcendência do outro. É preciso deixar o *Eu* de lado e *Ser-para-o-outro* – assumir a responsabilidade ética por ele, o que é possível por meio do desenclausuramento do *Eu* em direção ao *Outro*<sup>416</sup>.

<sup>413</sup> LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988. P. 24.

<sup>414</sup> CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza; BERNACCI, Mariana Camilo; e GUIMARÃES, Ana Luíza Tibúrcio. O Estado de Exceção e os invisíveis sociais: um encontro de Agamben e Lévinas. In: **REPATS – Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, Brasília, V. 4, nº 2, Jul-Dez, 2017, p. 560-584. P. 582.

<sup>415</sup> Ibidem, p. 582.

<sup>416</sup> FOLLY, Felipe Bley. **Direitos Humanos e Educação. Quando a pedagogia do Outro subverte o direito do Mesmo**. Curitiba, 2011. (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, p. 74.

Desse modo, a relação de alteridade se pauta no fato de o outro se manter transcendente na relação, não sendo passível de objetivação ou de redução a categorias<sup>417</sup>, posto que é infinito. Uma passagem da obra literária *Em teu ventre*, de autoria do escritor lusitano José Luís Peixoto, transmite com lirismo e precisão a impossibilidade de captura do Outro:

Entender os outros não é uma tarefa que comece nos outros. O início somos sempre nós próprios, a pessoa em que acordámos nesse dia. Entender os outros é uma tarefa que nunca nos dispensa. Ser os outros é uma ilusão. Quando estamos lá, a ver aquilo que os outros veem, a sentir na pele a aragem que outros sentem, somos sempre nós próprios, são os nossos olhos, é a nossa pele. Não somos nós a sermos os outros, somos nós a sermos nós. Nós nunca somos os outros. Podemos entendê-los, que é o mesmo que dizer: podemos acreditar que os entendemos. Os outros até podem garantir que estamos a entendê-los. Mas essa será sempre uma fé. Aquilo que entendemos está fechado em nós. Aquilo que procuramos entender está fechado nos outros<sup>418</sup>.

“O *Outro* sempre ultrapassa a ideia que se tem dele, e por isso não pode ser totalizado”<sup>419</sup>; ele é um sujeito concreto, a fonte originária da alteridade, e a relação ética se estabelece quando o *outro* é reconhecido como diverso do *eu*, e acolhido na assunção da responsabilidade.

Somente com a abertura para a exterioridade absoluta – a saída do *Eu* do *em-si-mesmo* provocada pela revelação do *outro* – é que se tornará possível a *alteridade* absoluta propiciadora da justiça<sup>420</sup> que, neste contexto, é o sinônimo desta responsabilidade perante o *Outro* e os *Outros*. A justiça não é então um conjunto de regras a serem cumpridas, mas sim a responsabilidade infinita a que o *outro* e os *outros* convocam o *Eu*. A responsabilidade e a justiça são para Lévinas “indissociáveis e possibilitadoras de uma alteridade incondicional”<sup>421</sup>. Em suas palavras, “a responsabilidade para com o próximo consiste precisamente no que vai além do legal e obriga para além do contrato. (...) Entre mim e o outro escancara-se uma diferença que nenhuma unidade da percepção transcendental poderia recuperar. Minha responsabilidade por outrem é precisamente a não-indiferença dessa diferença: a proximidade do outro”<sup>422</sup>.

Sua acepção de justiça está atrelada aos sujeitos concretos, à responsabilidade que surge na relação do *Eu* com o *Outro*, é proveniente dessa concretude e, por isso, se situa numa

<sup>417</sup> PIVATTO, Pergentino Stefano. **Responsabilidade e justiça em Lévinas**. Veritas: Revista de Filosofia, Porto Alegre: Edipucrs, vol. 46, nº 2, p. 217-230, junho/2001. P. 224.

<sup>418</sup> PEIXOTO, José Luís. **Em teu ventre**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. P. 39.

<sup>419</sup> GOMES, Carla Silene Cardoso Lisboa Bernardo. **Lévinas e o outro: a ética da alteridade como fundamento da justiça**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC/RJ. Rio de Janeiro: PUC, 2008. P. 64.

<sup>420</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>421</sup> Ibidem, p. 63-64.

<sup>422</sup> LÉVINAS, Emmanuel. **De Deus que vem a ideia**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 2002. P. 105.



dimensão superior à constelação jurídica das normas, uma vez que essas obtêm sua validade no âmbito geral, desatrelada dos casos particulares<sup>423</sup>, e o direito é essencialmente excludente e totalizante<sup>424</sup>.

A justiça então não provém do universal, mas do singular, da responsabilidade frente ao *Outro*, “o diferente, mas vendo-o como igual, o que não equivale a ‘mais do mesmo’, mas, sim, aceitar sua diferença em forma de hospitalidade”<sup>425</sup>.

Esse *Outro* teorizado por Lévinas como absolutamente exterior, dotado de uma infinitude incapturável, representa nesta pesquisa a figura do refugiado, do estrangeiro caracterizado por uma “ausência de pátria comum”<sup>426</sup>. Nesse contexto, o refugiado representa o “exterior” da sociedade, o *Outro* da comunidade, posto que não compartilha de seus códigos simbólicos, tampouco das mesmas crenças e hierarquias<sup>427</sup>. Segundo Álvaro Ricardo de Souza Cruz, é o *homo sacer*, o invisível, aquele que “merece a rejeição apenas por ser estrangeiro”<sup>428</sup>.

O *Outro* não pode ser reduzido à compreensão pelo seu atributo de infinitude, e é justamente o reconhecimento da impossibilidade de sua apreensão que possibilita as relações intersubjetivas e, conseqüentemente, o seu acolhimento.

Nesse contexto, os pressupostos de alteridade formulados por Lévinas remetem à ideia de hospitalidade desenvolvida por Jacques Derrida. De início, destaca-se o caráter plurívoco do termo cuja etimologia é dotada de uma polissemia ambivalente, posto que derivada dos termos latinos *hospes* e *hostis*: o primeiro designa hóspede, ao passo que o segundo significa inimigo. Didier Fassin, a esse respeito, sustenta que a confusão entre hospitalidade e hostilidade, que remonta a suas origens etimológicas e políticas, é central para refletir sobre os atuais movimentos migratórios<sup>429</sup>. Hospitalidade e hostilidade são, portanto, verso e anverso de uma mesma relação.

A respeito do aspecto antinômico da palavra, Derrida enceta uma reflexão aduzindo, inicialmente, que a hospitalidade não comporta uma hospitalidade absoluta, mas alcança tão

<sup>423</sup> AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 2ª ed. P. 27.

<sup>424</sup> CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza; BERNACCI, Mariana Camilo; e GUIMARÃES, Ana Luíza Tibúrcio. O Estado de Exceção e os invisíveis sociais: um encontro de Agamben e Lévinas. In: **REPATS – Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, Brasília, V. 4, nº 2, Jul-Dez, 2017, p. 560-584. P. 583.

<sup>425</sup> Ibidem, p. 579.

<sup>426</sup> LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988. P. 26.

<sup>427</sup> ELHAJJI, Mohammed. Migrantes, uma minoria transacional em busca de cidadania universal. In: **Interin**, v. 22, n. 1, jan./jun. 2017. P. 203-220. P. 204.

<sup>428</sup> CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza; BERNACCI, Mariana Camilo; e GUIMARÃES, Ana Luíza Tibúrcio. O Estado de Exceção e os invisíveis sociais: um encontro de Agamben e Lévinas. In: **REPATS – Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, Brasília, V. 4, nº 2, Jul-Dez, 2017, p. 560-584. P. 569.

<sup>429</sup> FASSIN, Didier. **Humanitarian reason**: a moral history of the present. Berkeley: University of California Press, 2012. P. 136.

somente o outro que pode ser reconhecido a partir de seu estatuto social, que pode ser chamado pelo nome, que pode ser sujeito de direito – em outras palavras, a hospitalidade condicional parte de uma perspectiva totalizante do outro. Esses atributos definem e limitam o direito à hospitalidade condicional. Por outro lado, a hospitalidade incondicional, absoluta, “exige que eu abra a minha casa não apenas ao estrangeiro portador de uma identidade, mas ao outro absoluto, desconhecido, anônimo”<sup>430</sup>, o que remete à concepção de alteridade como “a pátria que acolhe e recebe”<sup>431</sup>.

Neste cenário, há uma relação com os espaços outros, já que a heterotopia, como uma chave interpretativa da pluralidade, pode reger as “formas de relação pelo signo da alteridade”, e ajudar a compreender a complexidade constitutiva do campo do refúgio, em vez de enxergá-lo a partir de termos abstratos<sup>432</sup>.

As práticas cotidianas em relação aos imigrantes, conforme sublinha Sayad, revelam como o tratamento que lhes é dispensado se pauta pela desconfiança, impondo a obrigação constante de mostrar documentos, “de apresentar, para cada um de seus mínimos gestos, em qualquer circunstância e na frente de todos (não só para a polícia), a prova de sua identidade, da regularidade de sua presença, de seu domicílio, de seu trabalho, de sua renda”<sup>433</sup>.

A hospitalidade condicional está subordinada à posse de bens simbólicos que detêm relevância no campo social do refúgio, tais como o porte de documentos, obtenção de autorização de residência e domínio do idioma. A conquista desses capitais influencia de modo premente no acesso aos espaços instituídos por garantias legais, como demonstrado por alguns dos relatos de participantes da pesquisa. Isso constrói uma lógica circular em que quanto mais bens simbólicos o sujeito possui, maior é o seu grau de acesso a direitos formalmente previstos, e quanto maior o grau de acesso a esses direitos, mais bens simbólicos são adquiridos.

Dessa maneira, segundo sublinha Derrida, a lei formal da hospitalidade perverte a lei da hospitalidade absoluta, ensejando um rompimento entre ambas. Existe, portanto, uma aporia entre *a lei* da hospitalidade absoluta e *as leis* da hospitalidade, ou seja, “os direitos e deveres sempre condicionados e condicionais”<sup>434</sup>. Opera-se um conflito entre *a lei* da hospitalidade,

---

<sup>430</sup> DERRIDA, Jacques. **Anne Dfourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003. P. 23-25.

<sup>431</sup> LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988. P. 29.

<sup>432</sup> FONSECA, Ângela Couto Machado da, RODRIGUES, Luana Liliane Hubner da Silva e FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e heterotopia: uma análise do espaço democrático. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação da UFRGS** 9 (2014): 1-15. P. 9-10.

<sup>433</sup> SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 53.

<sup>434</sup> DERRIDA, Jacques. **Anne Dfourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003. P. 69.

singular e absoluta, e *as leis* de hospitalidade, uma “multiplicidade estruturada” de normas que limita o direito à hospitalidade<sup>435</sup>.

Esse antagonismo, contudo, não é simétrico, pois *a lei* é hierarquicamente superior às *leis* e, assim, “ela é ilegal, transgressiva, fora-da-lei como uma lei antinômica”<sup>436</sup>. No entanto, a lei incondicional necessita das leis. Ela depende das leis para sua própria constituição, posto que sem elas poderia cair no vazio da abstração e da utopia, e arriscaria se tornar o seu contrário. Existe uma interdependência recíproca entre *a lei* e *as leis*, aquela depende destas para ser incondicional, pois não o seria se não devesse se tornar efetiva e concreta, do mesmo modo que estas “deixariam de ser leis da hospitalidade se não fossem guiadas, inspiradas, aspiradas, exigidas mesmo pela lei da hospitalidade incondicional”<sup>437</sup>.

Ambas são, reciprocamente, o duplo e a contradição da outra. Existe uma tensão latente no fato de que a hospitalidade, ao mesmo tempo em que ultrapassa o direito e a política, é por eles circunscrita. Contudo, simultaneamente a esta distinção, conforma-se também a indissociabilidade entre a hospitalidade incondicional e absoluta e o direito condicional à hospitalidade, sendo que uma prescreve a outra<sup>438</sup>. Nas palavras de Derrida:

A lei da hospitalidade absoluta manda romper com a hospitalidade de direito, com a lei ou a justiça como direito. A hospitalidade justa rompe com a hospitalidade de direito; não que ela a condene ou se lhe oponha, mas pode, ao contrário, coloca-la e mantê-la num movimento incessante de progresso; mas também lhe é tão estranhamente heterogênea quanto a justiça é heterogênea no direito do qual, no entanto, está tão próxima (na verdade, indissociável)<sup>439</sup>.

A hospitalidade absoluta remete à concepção de justiça do autor, segundo a qual ela está além do direito e não se confunde com ele. É um ideal inalcançável, mas nem por isso deve deixar de ser perseguido. Enquanto o direito é justificado pela força e pelo “fundamento místico da autoridade”<sup>440</sup>, a justiça é uma “expressão do impossível”. O aumento da exigência de justiça é possibilitado pela análise do contexto de construção do direito para que então se possa empreender a desconstrução da medida tida como justa, pois “o momento do colapso revela

---

<sup>435</sup> DERRIDA, Jacques. **Anne Dfourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003. P. 71.

<sup>436</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>437</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>438</sup> Ibidem, p. 129.

<sup>439</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>440</sup> “É preciso pois colocar juntas a justiça e a força; e, para fazê-lo, que aquilo que é justo seja forte, ou que aquilo que é forte seja justo. E assim, não podendo fazer com que aquilo que é justo fosse forte, fizeram com que aquilo que é forte fosse justo”. (DERRIDA, Jacques. **Força de lei**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 2ª ed. P. 19).

pontos chaves da construção”<sup>441</sup>. Assim é possível denunciar “não apenas os limites teóricos, mas também as injustiças concretas”<sup>442</sup>.

Há, portanto, uma ambivalência latente na hospitalidade, um caráter dialético que impõe fronteiras inexoráveis entre o familiar e o estranho, entre o nacional e o estrangeiro, entre o cidadão e o imigrante. A rigidez destes limiares engendra a ambivalência do *hostis* como hospedeiro ou como inimigo, de modo que a lei da hospitalidade “pode tornar virtualmente xenófobo quem protege ou pretende proteger sua própria hospitalidade, o próprio lar que torna possível esta hospitalidade”<sup>443</sup>.

Em uma das passagens de *Conversas de Refugiados*, Ziffel observa:

A melhor escola de dialética é a emigração. Os dialéticos mais argutos são os refugiados. Refugiaram-se por causa das transformações, e não estudam nada além das transformações. Dos menores indícios inferem os maiores acontecimentos, quer dizer, se têm juízo. Quando seus adversários triunfam, calculam os custos da vitória, e têm um olhar apurado para as contradições. Viva a dialética!<sup>444</sup>

Brecht atribui aos refugiados o apanágio de encarar as numerosas tensões que atravessam o refúgio e que são atravessadas por ele. Algumas das contradições que permeiam o campo do refúgio são a provisoriedade de uma condição duradoura, a presença ausente em virtude da inclusão que não proporciona uma efetiva integração, e também a ambivalência da hospitalidade. Esta é uma imagem bastante contundente das disputas que permeiam o campo do refúgio, uma representação precisa da dialética que o caracteriza. Trata-se de uma lei paradoxal que revela o embate contínuo entre a hospitalidade condicional e o poder do hospedeiro de escolher o seu hóspede, de filtrar quem fará jus ao direito à hospitalidade<sup>445</sup>. Giorgio Agamben propugna neste mesmo sentido que “a lei pressupõe o não jurídico”, ou seja, a legalidade abriga o ilegal como potência, ele está contido na lei, de modo que “em toda norma que comanda ou veta alguma coisa está inscrita, como exceção pressuposta, a figura pura e

---

<sup>441</sup> “*El momento del derrumbe revela puntos claves de la construcción*”. *Montañas*, escultura de Claudia Fontes, acervo do Museu de Arte Latino-americano de Buenos Aires (MALBA). Disponível em: <<http://malba.org.ar/online/?idobra=511>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

<sup>442</sup> DERRIDA, Jacques. **Força de lei**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 2ª ed. P. 30-38.

<sup>443</sup> DERRIDA, Jacques. **Anne Dfourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003. P. 47.

<sup>444</sup> BRECHT, Bertolt. **Conversas de Refugiados**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2017. P. 95-96.

<sup>445</sup> DERRIDA, Jacques. **Anne Dfourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003.

insancionável do caso jurídico que, no caso normal, efetiva a sua transgressão”<sup>446</sup>. De forma análoga, Derrida sustenta que “a lei é que produz os fora-da-lei”<sup>447</sup>.

Justiça e direito são indissociáveis e, ao mesmo tempo, se encontram em permanente disputa. Essa relação ambígua é espelhada no direito à hospitalidade, o qual acomoda a injustiça em seu umbral<sup>448</sup>. Derrida consigna que o direito à hospitalidade é então submetido a uma jurisdição estrita e limitativa que pretende distinguir o hóspede do parasita<sup>449</sup>.

A estruturação dos espaços se dá de forma que o controle é vulnerável à intrusão<sup>450</sup>. Conforme já abordado, a concepção foucaultiana de heterotopia advém da caracterização da época atual como o período do espaço, ou seja, a temporalidade é atravessada de maneira premente pela relação dos sujeitos com os espaços que eles ocupam, tanto no sentido literal do espaço como localização, quanto na acepção ampla do espaço como a posição que se ocupa na sociedade e, de modo mais específico, nos microcosmos, ou seja, nos campos sociais atravessados. Opera-se a “geografia da proximidade”<sup>451</sup>, em que o lugar é um aspecto central, não em uma acepção meramente estanque e concreta, mas sob um viés de movimento, em uma perspectiva metafórica em que representa uma posição, podendo inclusive estar em movimento, já que “o caminho também é um lugar”<sup>452</sup>.

Nesse sentido, a imigração é um deslocamento por espaços físicos, mas também por espaços sociais, econômicos, políticos e culturais<sup>453</sup>. O campo social do refúgio atravessa territórios e fronteiras, e é perpassado pelos múltiplos aspectos que permeiam esses espaços, sendo simultaneamente travessia e vetor.

Derrida se vale da metáfora de uma casa, e afirma que “para construir o espaço de uma casa habitável e um lar, é preciso também uma abertura, uma porta e janelas, é preciso dar passagem ao estrangeiro. Não existe casa ou interioridade sem porta e sem janelas”<sup>454</sup>. A hospitalidade é então condicionada à liberalidade do anfitrião, quem “define as condições e as

---

<sup>446</sup> AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 2ª ed. P. 27.

<sup>447</sup> DERRIDA, Jacques. **Anne Dfourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003. P. 35.

<sup>448</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>449</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>450</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>451</sup> DAFOURMANTELLE, Anne. **Anne Dfourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003. P. 6.

<sup>452</sup> PEIXOTO, José Luís. **O caminho imperfeito**. Lisboa: Quetzal Editores, 2017. P. 32.

<sup>453</sup> SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 15.

<sup>454</sup> DERRIDA, Jacques. **Anne Dfourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003. P. 55.

regras da própria hospitalidade”<sup>455</sup> e “exerce soberania sobre o espaço e sobre os bens que oferece a um estranho”<sup>456</sup>, já que irá definir as regras sobre o espaço que detém, as quais devem ser respeitadas pelo hóspede. Desse modo, como sustenta Gabriel Godoy, fica “delineada a autolimitação e a contradição do coração do conceito de hospitalidade”<sup>457</sup>.

A concepção de hospitalidade absoluta formulada por Derrida, por seu atributo hiperbólico e inatingível frente às limitações impostas pelas leis de hospitalidade que frustram a sua plena realização, é dotada de grande relevância, sobretudo como um elemento de crítica permanente. O ato de hospitalidade proposto por Derrida “só pode consistir no reconhecimento limite de que todos somos potencialmente estrangeiros; e na realização de um gesto poético de respeito incondicional pelo Outro”<sup>458</sup>.

De outro viés, Seyla Benhabib propõe a potencialização de uma hospitalidade condicionada e uma política de justo pertencimento que, segundo a autora, requer um regime de fronteiras porosas; a vedação das desnacionalização e da perda de direitos de cidadania; a reivindicação de um direito universal a ter direitos, da titularidade de direitos inalienáveis independente da condição de pertencimento político, de modo que ser estrangeiro não interfira de nenhum modo na fruição de direitos fundamentais. Além disso, para a autora o pertencimento político é um fator primordial, e deve ser atribuído ao estrangeiro que tenha atendido a certas condições<sup>459</sup>.

Suas concepções intentam expandir e garantir a ampliação de direitos que tangem as migrações transnacionais e operam sob a lógica da hospitalidade condicionada, posto que a demanda pelo direito de permanência se sujeita a determinados requisitos<sup>460</sup>. A autora propõe uma ampliação dos preceitos de hospitalidade condicional e, conseqüentemente, a factibilidade da hospitalidade, ainda que seja orientada por sua face mais limitada. É oportuno considerar, nesse sentido, que ainda que o ideal a perseguir seja o da hospitalidade absoluta, é imanente a impossibilidade de seu alcance.

Uma vez que as normas constituem a delimitação do campo do refúgio, dispondo sobre as hipóteses de enquadramento, exclusão e relações travadas com o meio social, a proposição

---

<sup>455</sup> GODOY, Gabriel Gualano de. **O direito do outro, o outro do direito: cidadania, refúgio e apatridia**. In: *Revista Direito e Práxis*. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 53-79. P. 71.

<sup>456</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>457</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>458</sup> LECHNER, Elsa. Refugiados africanos que tentam a Europa: por uma utopia concreta. In: **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. THEMOTEO, Reinaldo (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 110.

<sup>459</sup> BENHABIB, Seyla. **The rights of others: aliens, residents and citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 3.

<sup>460</sup> GODOY, Gabriel Gualano de. O direito do outro, o outro do direito: cidadania, refúgio e apatridia. In: **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 53-79. P. 60.



de Benhabib poderia representar uma ampliação das possibilidades de integração desse campo com os ambientes que lhes são exógenos, por exemplo, por meio da possibilidade de participação política. Desta forma, ainda que dentro do espectro da hospitalidade condicional, a teoria da autora contribuiria para sua amplificação.

A hospitalidade absoluta é um paradigma a orientar as leis de hospitalidade, sua inatingibilidade engendra a contradição fundamental contida em seu cerne. Derrida declara que “a hospitalidade só pode ser condicional”<sup>461</sup>, pois o Estado, qualquer que seja o regime político que adote, somente admite a hospitalidade condicional e, por conseguinte, fixa regras para o asilo<sup>462</sup>. Desse modo, a hospitalidade contém sua própria aporia, é composta por suas contradições e limitações, o que remete à ideia de heterotopia. As limitações em questão são relacionadas à existência ou não de bens simbólicos valorizados no campo social do refúgio, relacionando-a também à teoria bourdieusiana.

Os espaços das leis e das fronteiras contêm os elementos que proporcionam sua abertura ao mesmo tempo em que preveem as disposições de restrição. A hospitalidade, assim como a heterotopia, pode ser uma alegoria do refúgio, por também remeter à justaposição de elementos distintos e antagônicos, não só os avizinando, mas sendo composta por essas tensões e delas dependentes. Nos termos do que aduz Gabriel Godoy, “a hospitalidade permanece sempre na fronteira de mesma, chegando a se transformar na própria fronteira, no limite da questão e sua aporia”<sup>463</sup>.

A hospitalidade é, portanto, dotada de uma pervertibilidade imanente, capaz de se contradizer por conter em si mesma a sua antinomia. Derrida pontua, a este respeito, que “do ponto de vista do direito, o hóspede, mesmo quando bem-vindo, é antes de tudo um estrangeiro”, e deve continuar a sê-lo<sup>464</sup>. Remete-se ao depoimento da congolesa I. N. quando afirma que, por ser estrangeira, sempre enfrentará restrições. De um lado, a alteridade comporta uma hospitalidade incondicional e absoluta; de outro, as leis de hospitalidade estão contidas no espectro abstrato da totalidade.

Dentro do espectro da hospitalidade condicional, a tolerância pode ser considerada como um de seus matizes, um de seus estágios iniciais, como um primeiro passo em direção à alteridade e à hospitalidade. Melina Fachin consigna, a esse respeito, que a tolerância constitui

---

<sup>461</sup> DERRIDA, Jacques. **Adeus a Emmanuel Lévinas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004. P. 109.

<sup>462</sup> Ibidem, p. 109.

<sup>463</sup> GODOY, Gabriel Gualano de. **O direito do outro, o outro do direito: cidadania, refúgio e apatridia**. In: **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016, p. 53-79. P. 72.

<sup>464</sup> DERRIDA, Jacques. **Anne Dfourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003. P. 63.

um “núcleo irreduzível”, o “ínfimo factível”, representando “a porta de entrada” para a dimensão da alteridade<sup>465</sup>.

Considera-se a legitimidade das críticas à tolerância que a consideram condicionada à presença de condições pré-estabelecidas, a “pressupostos mínimos de aceitação”<sup>466</sup>. Contudo, assim como postulado acerca da hospitalidade condicional, seu atributo de factibilidade não pode ser desconsiderado, é o que em certa medida possibilita a abertura do caminho para o reconhecimento, o passo inicial de um trajeto que pode levar ao movimento em direção ao Outro, ainda que se opere no âmbito da subjetividade do *Eu*.

Existe uma controvérsia a seu respeito, assente na concepção de que o *Outro* que é meramente tolerado fica à margem da igualdade e do pertencimento, de que a tolerância engendra uma presença ausente e abre espaço para a não-integração, de modo que a pluralidade do dessemelhante e o reconhecimento de sua identidade fica alocada em um não-espço, em um “dentro que é um fora pelo não acatamento do outro em igual condição de legitimidade”<sup>467</sup>.

Não obstante, considerar o mérito da tolerância não significa desconsiderar que, por si só, ela é insuficiente, mas que deve ser pensada como um núcleo irreduzível dentro da lógica do reconhecimento e dos direitos humanos, ao qual não se renuncia e se intenta robustecer para que assim seja possível combater o seu contrário, a intolerância. A tolerância não é aquilo que se busca e por que se luta, mas aquilo de que não se pode abrir mão.

Ao regulamentar o acesso, a legislação determina seu limite e fixa as hipóteses de restrição. O caráter ambivalente das normas remete à ambiguidade da hospitalidade, que contém em si a possibilidade de sua antítese. O fenômeno do refúgio comporta uma série de oposições e contradições, dialéticas engendradas pela bidimensionalidade do movimento migratório que conjuga o ato de emigrar e o ato de imigrar: nacional e estrangeiro, dentro e fora, presença e ausência, permissão e restrição, provisoriedade e permanência, alteridade e indiferença, igualdade e diferença, tolerância e intolerância, hospitalidade e hostilidade. Essas contradições constitutivas do refúgio comportam gradações, projetando a multidimensionalidade e heterogeneidade deste fenômeno, o que será explorado a seguir.

Alteridade e hospitalidade são ideais a serem perseguidos, mas encontram alguns obstáculos para sua plena concretização. O campo do refúgio é delimitado por fronteiras que

---

<sup>465</sup> FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos Direitos Humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. P. 281-282.

<sup>466</sup> PIOVESAN, Flávia. Tolerância e refúgio: um ensaio a partir do acordo EU-Turquia. **Revista de Direito Internacional**, v. 14, n. 2, 2017. P. 229.

<sup>467</sup> FONSECA, Ângela Couto Machado da; RODRIGUES, Luana Liliane Hubner da Silva e FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e heterotopia: uma análise do espaço democrático. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação da UFRGS** 9 (2014): 1-15. P. 5.

restringem o acesso e modulam as interações de quem o integra, além do fato de que diversos contrastes o compõem. A cisão entre ser humano e cidadão e a transitoriedade que é imputada à condição migratória, conforme exposto na seção anterior, representam algumas das barreiras que atravessam este campo social e afetam a integração dos sujeitos em situação de refúgio.

Existem múltiplas formas de vivenciar o refúgio, há diversas posições que podem ser ocupadas neste campo social. As teorias aqui introduzidas, atinentes às barreiras e fronteiras enfrentadas, bem como à possibilidade de acolhimento e hospitalidade, são algumas das dinâmicas possíveis dessa trajetória, heterotópica em sua essência em razão da pluralidade de espaços por ela justapostos. Fatores subjetivos interferem na experiência de refúgio, a qual condensa vivências que não apenas são distintas, mas por vezes também são opostas, como se verá adiante.

#### 4.3. NARRATIVAS DE REFÚGIO: HETEROTOPIAS

Postas as bases teóricas aptas a serem utilizadas como uma lente através da qual se observa a vivência dos indivíduos em situação de refúgio, cumpre expor as narrativas que demonstram a multidimensionalidade das experiências neste campo. A finalidade dessa abordagem é examinar as nuances teóricas a partir das experiências concretas.

Apresentar um panorama do refúgio que compreenda precipuamente as experiências concretas tem por desígnio superar uma visão abstrata e totalizante deste fenômeno. Ao lado do aporte teórico e das bases normativas, as narrativas aqui compreendidas intentam formular uma análise holística que tenciona encarar a amplitude deste fenômeno. Considerar a infinitude do *Outro* pressupõe que não se pode capturá-lo, e essa premissa orienta esta pesquisa.

De início, saliente-se que o caráter ambivalente da hospitalidade pode ser traduzido pela metáfora de uma porta, que só pode ser aberta porque, antes de tudo, sua função é estar fechada. Em *O Processo*, Franz Kafka trata dos obstáculos no acesso à lei:

Diante da Lei está um guarda. Vem um homem do campo e pede para entrar na Lei. Mas o guarda diz-lhe que, por enquanto, não pode autorizar-lhe a entrada. O homem considera e pergunta depois se poderá entrar mais tarde. – “É possível” – diz o guarda. – “Mas não agora!”. O guarda afasta-se então da porta da Lei, aberta como sempre, e o homem curva-se para olhar lá dentro. Ao ver tal, o guarda ri-se e diz. – “Se tanto te atrai, experimenta entrar, apesar da minha proibição. Contudo, repara, sou forte. E ainda assim sou o último dos guardas. De sala para sala estão guardas cada vez mais fortes, de tal modo que não posso sequer suportar o olhar do terceiro depois de mim”. O homem do campo não esperava tantas dificuldades. A Lei havia de ser acessível a toda a gente e sempre, pensa ele. Mas, ao olhar o guarda envolvido no seu casaco forrado de peles, o nariz agudo, a barba à tártaro, longa, delgada e negra, prefere esperar até que lhe seja concedida licença para entrar. O guarda dá-lhe uma banqueta

e manda-o sentar ao pé da porta, um pouco desviado. Ali fica, dias e anos. Faz diversas diligências para entrar e com as suas súplicas acaba por cansar o guarda. Este faz-lhe, de vez em quando, pequenos interrogatórios, perguntando-lhe pela pátria e por muitas outras coisas, mas são perguntas lançadas com indiferença, à semelhança dos grandes senhores, no fim, acaba sempre por dizer que não pode ainda deixá-lo entrar. O homem, que se provera bem para a viagem, emprega todos os meios custosos para subornar o guarda. Esse aceita tudo mas diz sempre: – “Aceito apenas para que te convenças que nada omitiste”. Durante anos seguidos, quase ininterruptamente, o homem observa o guarda. Esquece os outros e aquele afigura ser-lhe o único obstáculo à entrada na Lei. Nos primeiros anos diz mal da sua sorte, em alto e bom som e depois, ao envelhecer, limita-se a resmungar entre dentes. Torna-se infantil e como, ao fim de tanto examinar o guarda durante anos lhe conhece até as pulgas das peles que ele veste, pede também às pulgas que o ajudem a demover o guarda. Por fim, enfraquece-lhe a vista e acaba por não saber se está escuro em seu redor ou se os olhos o enganam. Mas ainda apercebe, no meio da escuridão, um clarão que eternamente cintila por sobre a porta da Lei. Agora a morte está próxima. Antes de morrer, acumulam-se na sua cabeça as experiências de tantos anos, que vão todas culminar numa pergunta que ainda não fez ao guarda. Faz-lhe um pequeno sinal, pois não pode mover o seu corpo já arrefecido. O guarda da porta tem de se inclinar até muito baixo porque a diferença de alturas acentuou-se ainda mais em detrimento do homem do campo. – “Que queres tu saber ainda?”, pergunta o guarda. – “És insaciável”. – “Se todos aspiram a Lei”, disse o homem. – “Como é que, durante todos esses anos, ninguém mais, senão eu, pediu para entrar?”. O guarda da porta, apercebendo-se de que o homem estava no fim, grita-lhe ao ouvido quase inerte: – “Aqui ninguém mais, senão tu, podia entrar, porque só para ti era feita esta porta. Agora vou-me embora e fecho-a”<sup>468</sup>.

A porta da lei, “aberta como sempre”, “havia de ser acessível a toda a gente”, todavia, mesmo sendo destinada ao homem do campo que postulou pela entrada, o acesso não lhe foi outorgado. A parábola simboliza a contradição sempre à espreita no umbral da lei, cuja suposta abertura nem sempre admite o ingresso.

Os acessos definidos pela legislação, sendo esse o elemento que institui o limiar entre os que podem e os que não podem ser recebidos, contêm em si mesmos as hipóteses de restrição. A hospitalidade é, deste modo, um portal em cuja soleira estão inscritas as regras para admissão e para sua recusa, como na alegoria de Kafka.

Nos termos do que teoriza Giorgio Agamben, é interiorizado por meio de uma interdição aquilo que deve permanecer exterior. O filósofo italiano aduz que “o particular vigor da lei consiste nesta capacidade de manter-se em relação com uma exterioridade”, e designa como *relação de exceção* a “forma extrema da relação que inclui alguma coisa unicamente através de sua exclusão”<sup>469</sup>. As regras que regem o instituto do refúgio, por exemplo, ao determinarem a quem pode ser reconhecido o status de refugiado, definem também quem está excluído desta proteção.

<sup>468</sup> KAFKA, Franz. **O Processo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 266-268.

<sup>469</sup> AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 2ª ed. P. 25.

As possibilidades de admissão e exclusão legalmente inscritas são fundadas segundo a lógica totalizante do direito, são formuladas segundo preceitos abstratos, mas se destinam a sujeitos concretos. Forma-se então uma lacuna que afasta quem não corresponde ao ser humano genérico da lei (por exemplo, aquele que não detém o vínculo da cidadania) de lograr a sua tutela, ainda que esteja na soleira de sua porta. O estrangeiro amparado pelo instituto do refúgio continua a ser estrangeiro, e por isso se defronta com inúmeros obstáculos no caminho para a efetivação de garantias.

Álvaro Ricardo de Souza Cruz consigna que a totalização é o objetivo último do Estado de Exceção<sup>470</sup>, conceito que não constitui objeto de uma análise mais detida nesta pesquisa, mas que traduz uma forma de poder disseminada nos Estados contemporâneos que pretende a eliminação daqueles cuja presença é considerada inoportuna<sup>471</sup>.

Hannah Arendt destaca que as comunidades políticas desenvolvidas tendem a empreender esforços para alcançar a “homogeneidade étnica”, o que se faz por meio da eliminação do que é considerado diferente e ‘estranho’ à sociedade<sup>472</sup>. A busca pela semelhança acaba por negar a diferença, e neste sentido Álvaro Ricardo de Souza Cruz consigna que todos os avanços científicos que permitem enxergar as estrelas e microrganismos não foram capazes de ensinar “a olharmos no espelho”, destacando que “o método científico nos levou à lua, ao mundo estranho da física quântica e das formas de vida unicelulares, se revelou incapaz de superar a indiferença com/para/pelo Outro”<sup>473</sup>.

José Saramago, em seu discurso no Prêmio Nobel em 1998, ocasião em que se comemorava o aniversário de cinquenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, declarou: “A mesma esquizofrênica humanidade que é capaz de enviar instrumentos a um planeta para estudar a composição de suas rochas, assiste indiferente à morte de milhões de pessoas pela fome. Chega-se mais facilmente a Marte neste tempo do que ao nosso próprio semelhante”<sup>474</sup>.

<sup>470</sup> CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza; BERNACCI, Mariana Camilo; e GUIMARÃES, Ana Luíza Tibúrcio. O Estado de Exceção e os invisíveis sociais: um encontro de Agamben e Lévinas. In: **REPATS – Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, Brasília, V. 4, nº 2, Jul-Dez, 2017, p. 560-584. P. 577.

<sup>471</sup> “O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, não eventualmente declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos”. (AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004. P. 104-107).

<sup>472</sup> ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 335.

<sup>473</sup> CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza; BERNACCI, Mariana Camilo; e GUIMARÃES, Ana Luíza Tibúrcio. O Estado de Exceção e os invisíveis sociais: um encontro de Agamben e Lévinas. In: **REPATS – Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, Brasília, V. 4, nº 2, Jul-Dez, 2017, p. 560-584. P. 563.

<sup>474</sup> SARAMAGO, José. **Da estátua à pedra e discursos de Estocolmo**. Belém: Ed. UFPA, 2013. P. 90.

A dificuldade de mirar o *Outro* em toda a sua particularidade constitui o anverso da hospitalidade, o seu avesso que a inverte e a torna o seu outro. Essa aporia, a capacidade de conter em si o seu contrário, é um atributo da hospitalidade absoluta e das leis de hospitalidade condicionada, posto que ambas portam sua própria antinomia.

A totalização está no oposto da hospitalidade, pois impede o reconhecimento e acolhimento do *Outro*. Sua localização é a generalidade das leis, mas também a indiferença dos sujeitos que detêm o poder para operá-la. Assim, ao caráter totalizante das leis, que em sua abstração desconsideram a concretude das vidas que regem, soma-se a atuação institucional que pode maximizar ou amesquinhar as garantias formalmente previstas.

No campo social do refúgio, os que ocupam a posição hierárquica de definir o acesso ou mediar seu requerimento detêm autoridade para agir com maior ou menor complacência diante do *Outro* a quem se reportam, conforme as distintas experiências narradas no primeiro capítulo desta pesquisa. Normas, documentos, funcionários, morosidade na tramitação de procedimentos são alguns exemplos de fronteiras simbólicas que se estendem. A sujeição não é apenas à lei, mas também aos critérios e ao julgamento daqueles a quem cabe sua aplicação<sup>475</sup>.

As leis e políticas erigem barreiras ao mesmo tempo em que possibilitam o acesso, a possibilidade de que a porta seja fechada é constitutiva das hipóteses de abertura. Mesmo quando a entrada é consentida, o acesso a bens (simbólicos ou não) e direitos não é assegurado, podendo ou não ser efetivado, o que se deve à relação antinômica entre o dentro e o fora, pois “é possível entrar num outro espaço, mas isto não significa inclusão”<sup>476</sup>.

Os fatores subjetivos dos refugiados e solicitantes de refúgio, especialmente com relação à origem, raça e condição socioeconômica, têm influência determinante na experiência de acesso ou restrição, modulando as posições e hierarquias dentro deste campo social<sup>477</sup>.

Assente naquilo que leciona Lévinas, a premissa fundamental que orienta o presente estudo é de que esse *Outro* aqui representado pelos refugiados e solicitantes de refúgio que buscaram no Brasil e, mais precisamente, em Curitiba, a proteção que seus Estados de origem não puderam oferecer, é absolutamente incapturável em toda a sua complexidade e infinitude.

A pluralidade dos sujeitos envolvidos e as diferenças de origem, raça e condição socioeconômica podem interferir na posição que ocupam dentro do campo do refúgio, e a

---

<sup>475</sup> DEL RÍO, José María Valcuende. Frontera en la piel. In: **Portugal e Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira**. Lisboa: Editora Colibri, 2009. P. 237-255. P. 247.

<sup>476</sup> FONSECA, Ângela Couto Machado da, RODRIGUES, Luana Liliane Hubner da Silva e FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e heterotopia: uma análise do espaço democrático. Cadernos do Programa de Pós-Graduação da UFRGS 9 (2014): 1-15. P. 12.

<sup>477</sup> DEL RÍO, José María Valcuende. Frontera en la piel. In: **Portugal e Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira**. Lisboa: Editora Colibri, 2009. P. 237-255. P. 243.



diversidade nele envolvida, aqui traduzida pelas heterotopias, denota o equívoco da percepção do refúgio como categoria homogênea<sup>478</sup>. Tal ponto de vista descortina o fato de que a concepção da imigração como “uma provação para a ordem nacional” não trata dos outros, não está assente num pressuposto de alteridade, mas da “*identidade* do eu” e, conforme pontua Sayad, “esta é uma das funções essenciais do discurso sobre a imigração: fala-se objetivamente de si quando se fala dos outros”<sup>479</sup>. A centralidade das narrativas, em contrapartida, demonstra a infinitude do *Outro*, que pode ser reconhecido nessa sua dimensão.

A equivocada percepção totalizante do refúgio que o concebe como um movimento monolítico deve-se à representação que se faz a seu respeito, ou seja, ao olhar que se situa fora desse campo e o enxerga “como sendo dotado de uma coesão interna simplesmente porque é um mundo distinto”, não logrando compreender que se trata de uma realidade social composta por “indivíduos esparsos e distintos”<sup>480</sup>. Conforme leciona Sayad:

É, sem dúvida nenhuma, a tendência a perceber os imigrantes como uma categoria homogênea que mais incita a querer constituirlos como uma comunidade integrada, quando formam apenas, apesar de tudo, uma amálgama de indivíduos ou de grupos de indivíduos separados, apesar do estatuto e da condição social que partilham, toda uma série de diferenças nos percursos particulares, na história social de cada movimento nacional de emigração, na posição dos indivíduos dentro dessa história, etc.<sup>481</sup>

O preconceito, como pontua o autor, advém da categorização dos imigrantes a partir de certas características comuns, por exemplo, a nacionalidade, para formular uma suposta unidade, uma “ilusão comunitária” – por exemplo, a “mentalidade primitiva” atribuída aos africanos – que justifique as práticas que lhes são direcionadas<sup>482</sup>. As condições subjetivas, em virtude de classificações generalizantes dos indivíduos, podem influir no grau de acolhimento que lhes será dispensado.

As políticas migratórias tendem a classificar os imigrantes em desejáveis ou indesejáveis, documentados ou indocumentados, regulares ou irregulares. Esses antagonismos remontam à concretude das relações de alteridade em oposição à abstração de um olhar totalizante; à hospitalidade e à hostilidade como faces da mesma moeda. O campo do refúgio sedia essas disputas, e o alcance de uma ou outra posição alude a condições subjetivas dos indivíduos que o integram, notadamente a origem, condição socioeconômica e raça.

---

<sup>478</sup> SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 86.

<sup>479</sup> Ibidem, p. 20.

<sup>480</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>481</sup> Ibidem, p. 85.

<sup>482</sup> Ibidem, p. 85.

A origem é um dos fatores preponderantes para determinar o viés da hospitalidade que será adotado e as suas leis formais são cruciais para estabelecer as distinções. A este respeito, oportuno citar a teorização de Sayad:

Considerando as coisas desse modo, pode-se dizer que o mundo está dividido em dois: de um lado, um mundo dominante (política e economicamente) que produziria apenas turistas – e todo estrangeiro oriundo desse mundo poderoso, mesmo se residir em um país estrangeiro durante toda a sua vida, seria tratado com respeito devido a sua qualidade de “estrangeiro” –; de outro lado, um mundo dominado que só forneceria imigrantes, e todo estrangeiro proveniente desse mundo, mesmo se vier como turista e só permanecer durante o tempo autorizado ou o tempo atribuído aos turistas, é considerado como um imigrante virtual ou um “clandestino” virtual<sup>483</sup>.

A ordem migratória compreende os componentes da emigração e da imigração, e estabelece um vínculo entre origem e destino, ligando duas ordens nacionais distintas. Migração e nacionalidade são, deste modo, substancialmente associadas, pois a migração coloca em evidência a ordem nacional e, por conseguinte, a distinção entre o que é nacional e o que não é<sup>484</sup>. A cisão entre humano e cidadão institui uma lacuna que marca a interação do campo do refúgio por meio da interposição de distâncias entre os sujeitos que o compõem e o meio social com que possui uma relação bidimensional de transposição mútua.

Sob o ponto de vista da relação com a nação, a imigração pode ser considerada como a presença de não-nacionais ao passo que a emigração, por simetria, é a ausência do nacional que se encontra algures<sup>485</sup>. Sobretudo o refúgio evidencia a relação imanente entre origem e destino, sendo a situação na origem determinante para a busca por proteção noutra parte. O estatuto social de refugiado ou solicitante de refúgio notabiliza a condição de origem<sup>486</sup>, não só possuindo com ela relação direta, mas também por ser ela própria o fator determinante para a busca por proteção.

Dos 20 entrevistados, 18 são provenientes de locais cujas circunstâncias de crises e conflitos são conhecidas pela população, como é o caso da Síria, Venezuela e países africanos. Dois dos entrevistados, o casal salvadorenho K. S. e M. S., observaram que em razão de a situação de El Salvador ser escassamente difundida, eles acabam por não corresponder aos estereótipos que circundam o refúgio:

A Polícia Federal questionou se El Salvador tinha problemas sociais. eles acham que só Haiti e Venezuela têm problemas. Eles falam que nosso país não estava em

<sup>483</sup> SAYAD, Abdelmalek. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 244.

<sup>484</sup> Ibidem, p. 266.

<sup>485</sup> Ibidem, p. 268.

<sup>486</sup> Ibidem, p. 268.

guerra, que porque estávamos solicitando refúgio. (...) Mas parece que a imagem do refugiado é o coitado, pobre, que nunca vai se superar. Eu tenho que ser ou negra, ou eu tenho que ser síria para eu realmente ser refugiada, porque se eu sou de outro país, eu já tenho condições mais ou menos estáveis, eu já não entro dentro desses parâmetros. Eu penteio o cabelo, passo uma maquiagem, por exemplo, compro uma roupinha, nem que seja a única bonitinha que eu levo para todos os convites, aí tipo ‘ah, você não parece refugiada!’. Eu tenho que parecer como?

Não se tenciona incorrer nas “comunidades ilusórias” descritas por Sayad, tampouco reforçar os preconceitos descritos no relato acima. Contudo, alguns aspectos comuns foram observados entre os entrevistados que compartilham a mesma origem. Quatro sírios participaram da pesquisa, duas mulheres e dois homens, elas já reconhecidas como refugiadas, eles ainda aguardando a decisão do pedido. R. K. chegou ao Brasil em 2014, e 16 familiares se reuniram a ela cerca de um mês depois – dentre eles, L. L., sua cunhada e também participante da pesquisa.

P. W., o mais jovem dentre os entrevistados, veio acompanhado de sua família, composta por 11 integrantes. A. K. chegou ao Brasil em 2015, sozinho no princípio, mas atualmente acompanhado de seu pai e seu irmão.

Verifica-se que dentre os entrevistados sírios, todos estão acompanhados de membros da família, e não apenas da nuclear, na maioria dos casos, verificando-se um aspecto comum entre os participantes da pesquisa que compartilham desta origem, cujo acesso ao capital social, ou seja, a proximidade de um grupo ao qual pertencem, proporciona uma posição mais favorável no campo do refúgio. O bem simbólico correspondente à integração familiar, segundo a lógica dos campos bourdieusianos, é capaz de contribuir para o alcance de posições mais vantajosas por constituir uma rede de apoio mútuo<sup>487</sup>.

Com relação ao aspecto profissional, R. K. obteve a revalidação de seu diploma e trabalha com design gráfico, sua área de formação. L. L. se formou em arquitetura pela Universidade Federal do Paraná e foi a primeira refugiada a concluir um curso superior no Estado. Atualmente, por opção, não está exercendo a profissão, mas chegou a trabalhar em escritório de arquitetura. Além disso, a família das refugiadas é proprietária de um restaurante árabe. O solicitante de refúgio P. W. é estudante e trabalha no restaurante de seus tios. A. K. é formado em marketing e abriu um restaurante onde trabalha junto de seu pai.

Não se questionam as inúmeras dificuldades atravessadas por essas famílias forçadas a buscar abrigo em um local longínquo, e neste sentido R. K. relata a dificuldade de

---

<sup>487</sup> GRENFELL, Michael. Condições de campo. In: GRENFELL, Michael (Org.). **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. P. 117.

profissionais sírios conseguirem colocação profissional em suas áreas de formação, sobretudo em razão das dificuldades do processo de revalidação.

Contudo, constata-se que a condição socioeconômica permite que tenham uma condição mais favorável do que a dos refugiados de origem africana, por exemplo. A possibilidade de empreender e o fato de que vêm acompanhados de suas famílias demonstra que têm um maior grau de acesso aos bens simbólicos relevantes no campo do refúgio, tais como o capital social, que consiste na “posse de uma rede duradoura de relações” no cerne de um grupo correspondente a um “conjunto de agentes dotados de propriedades comuns e unidos por ligações permanentes e úteis”<sup>488</sup>, e o acesso a condições laborais mais favoráveis.

Um fator preponderante é, sem dúvidas, o fato de serem brancos. A pele negra é em si mesma uma fronteira, e caracteriza mais uma das incontáveis barreiras a serem transpostas por quem busca por refúgio.

A imagem do imigrante como alguém que potencialmente oferece riscos é agravada para os de pele negra<sup>489</sup>. Com relação aos participantes da pesquisa empírica, a raça está diretamente relacionada à origem, posto que os negros e negras entrevistados são de origem africana (República Democrática do Congo e Guiné-Bissau), e os brancos e brancas são Sírios, Venezuelanos e Salvadorenos.

Se, por um lado, a fronteira é uma orientação espacial, de outro, os limites socialmente definidos integram a pele e a corporalidade. Todos carregam suas fronteiras e suas formas de superá-las a partir de posições desiguais, de modo que essas fronteiras simbólicas delineiam as barreiras sociais a serem enfrentadas. Existem fronteiras entre nacionais e estrangeiros, homens e mulheres, brancos e negros<sup>490</sup>, e as posições de poder ocupadas pelos sujeitos são moduladas por essas condições<sup>491</sup>. Segundo Valcuende del Río, as fronteiras “são forma e conteúdo, delimitam espaços e corpos”<sup>492</sup>, de modo que a cor da pele é determinante na vivência experimentada pelos indivíduos<sup>493</sup>.

Neste sentido, Mohammed ElHajji consigna que o Brasil não é um país xenófobo, mas essencialmente racista:

---

<sup>488</sup> SAINT MARTIN, Monique de. Capital social. In: CATANI, Afrânio Mendes (Org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 113-117. P. 113.

<sup>489</sup> HAYDU, Marcelo. **Refugiados congolese na cidade de São Paulo**: processo migratório e itinerários terapêuticos. Tese. Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Unifesp, 2017.

<sup>490</sup> DEL RÍO, José María Valcuende. Frontera en la piel. In: **Portugal e Espanha. Entre discursos de centro e práticas de fronteira**. Lisboa: Editora Colibri, 2009. P. 237-255. P. 238-239.

<sup>491</sup> Ibidem, p. 243.

<sup>492</sup> Em tradução livre: “La frontera es forma pero también contenido, delimita espacios pero también cuerpos”. (Ibidem, p. 240).

<sup>493</sup> Ibidem, p. 245.

Não existe xenofobia no Brasil. Diria até que a sociedade brasileira em geral é xenófila, excessivamente benevolente com o estrangeiro. Não qualquer um: o rico, o branco europeu, o norte-americano. Ou seja, o problema da sociedade brasileira não é a xenofobia, mas sim o racismo histórico constitutivo do imaginário social nacional. O resultado é um reflexo de subserviência aos grupos que lembram as categorias senhoriais do Brasil colonial (brancos e europeus) e a tendência a abominar o Outro, historicamente subalternizado e discriminado no Brasil: o negro (seja ele africano ou caribenho) e o latino de fenótipo indígena – exatamente as categorias étnicas historicamente oprimidas no Brasil<sup>494</sup>.

Os relatos de racismo explícito e a realidade que revela o racismo velado ao dificultar o acesso ao trabalho e precarizar as suas condições corroboram a categórica afirmativa acima transcrita, demonstrando como o preconceito racial conforma uma barreira quase intransponível<sup>495</sup>.

A condição de refugiado e a etnia, conjuntamente, operam a sobreposição de vulnerabilidades, situando os refugiados e refugiadas negros e negras numa posição de *homo sacer* que suporta o lado avesso da hospitalidade. A hostilidade dirigida a essa parcela da população refugiada se relaciona à deturpação da imagem do *Outro* engendrada pelo racismo, que impede o seu reconhecimento em termos de alteridade e acolhimento.

A colocação laboral demonstra essa exclusão de forma contundente. Dos entrevistados africanos, apenas uma trabalha em sua área de formação e, no entanto, sofre abusos de direito por parte de seu empregador. Advogados, pedagogos, professores, com qualificação e experiência profissional, acabam exercendo profissões muito aquém de suas capacitações. O depoimento do refugiado congolês J. Y., atualmente desempregado, desvela a maneira incisiva com que o racismo interfere no acesso ao trabalho:

Para conseguir trabalho, mesmo tendo crise no país, o problema é o preconceito que está dominando. Preconceito e racismo acerca da cor dominam. Há umas semanas atrás encontrei um emprego na OLX. Fui lá, estavam procurando mais de 40 funcionários para trabalhar em uma empresa, uma fábrica. Fábrica e material de construção em Pinhais. Liguei, me deram o endereço, quando cheguei lá na Praça Zacarias, cheguei lá, quando entrei tinha também muitos colegas que levaram o currículo. Quando cheguei com o meu, para a moça receber, demorei. Todo mundo que estava atrás de mim entregou, conversou, e eu fiquei lá. Depois fui atendido, falaram qual era o trabalho, o salário (R\$1200 por mês), para começar na segunda. Mas não entraram mais em contato, esperei até agora. Não teve resposta.

<sup>494</sup> ELHAJJI, Mohammed. Movimentos migratórios, diásporas e identidades culturais: entrevista com o pesquisador Mohammed ElHajji. In: **RIF**, Ponta Grossa/ PR, Volume 16, Número 36, Janeiro/Junho 2018. P. 270-279. P. 274.

<sup>495</sup> LECHNER, Elsa. Refugiados africanos que tentam a Europa: por uma utopia concreta. In: **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. THEMOTEO, Reinaldo (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017, p. 102-103.

J. Y. está no Brasil com sua esposa, L. Y., que veio por meio da reunião familiar, conforme exposto no capítulo anterior, e com sua filha de dois anos, que nasceu no país. Ele está desempregado há mais de um ano e para arcar com as despesas de moradia e alimentação de sua família está vendendo doces na porta de empresas e em pontos de ônibus. Na República Democrática do Congo, era professor e orientador pedagógico de uma escola.

I. N., solicitante de refúgio congolese, possui formação profissional como esteticista e como pedagoga. Atualmente trabalha em uma indústria como montadora, mas gostaria de trabalhar em um salão de beleza para poder atuar dentro de sua formação e experiência. No entanto, constatou que o racismo é um óbice para o alcance de seu objetivo:

Eu estou gostando de trabalhar lá [onde trabalha atualmente], mas meu desejo mesmo é de fazer um trabalho que eu conheço também, mas estou vendo que é muito difícil para pegar lá no salão. Aconteceu de uma negra estar trabalhando no salão, e aí vem um branco para fazer as unhas e não quer que a negra mexa nele. Passou no Facebook mesmo, começou a discutir, não queria que negra mexesse nele. No mês de maio do ano passado alguém contou que sentou no ônibus, e ninguém sentava perto dele.

Ela relatou que o racismo foi uma das maiores dificuldades enfrentadas e o identificou como um obstáculo para o alcance de uma colocação profissional que esteja dentro de suas expectativas. Esses testemunhos expressam como o racismo interfere no acesso a direitos fundamentais à medida que influencia na posição dos sujeitos, desvelando como condições subjetivas intermediam o acesso a direitos. Se a previsão normativa desses direitos é a face condicional da hospitalidade, a violação ou imposição de óbices para sua efetivação representa o seu anverso, sua feição de hostilidade que rechaça o estrangeiro considerado indesejado, o *homo sacer* cujo aniquilamento é tolerado.

O preconceito racial modula a posição dos sujeitos dentro do campo do refúgio e também a sua relação com o meio externo. Ao afetar a colocação laboral, o racismo impõe uma condição de maior vulnerabilidade em razão da precariedade socioeconômica, levantando barreiras que prejudicam a conquista de melhores condições de vida.

Situação semelhante foi observada com os congolese que participaram da pesquisa de doutorado de Marcelo Haydu: nenhum dos quinze entrevistados lograram a colocação laboral em sua respectiva área<sup>496</sup>. Um dos relatos transcritos em sua tese demonstram essa realidade:

---

<sup>496</sup> HAYDU, Marcelo. **Refugiados congolese na cidade de São Paulo**: processo migratório e itinerários terapêuticos. Tese. Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Unifesp, 2017, p. 65.



Eu sou advogado, tenho pós-graduação em Direitos Humanos. Sou um homem com estudo, qualificado. Quando fugi do meu país, não consegui trazer todos os meus documentos, isso me prejudicou bastante. Não consigo um trabalho decente no Brasil porque as pessoas não acreditam em mim, não me oferecem uma oportunidade para eu mostrar minha capacidade, o que sei fazer. Talvez uma pessoa de outro país tivesse mais sorte do que eu...sei lá...um europeu talvez fosse mais valorizado, acreditariam nele. Não trouxe minha carteira de trabalho do Congo, não tenho como provar onde eu trabalhei, o que eu já fiz no meu país. Eu já participei de algumas entrevistas, mas as pessoas não acreditam em mim, querem que eu prove com documentos<sup>497</sup>.

O depoimento em questão revela ainda a correlação e a interdependência entre os distintos capitais simbólicos, posto que a carência de documentos interfere no justo acesso à colocação profissional, situação denunciada por duas das entrevistadas no âmbito desta pesquisa. A posse de bens simbólicos possui correlação direta com as condições subjetivas, de modo que a ausência ou a carência daqueles influi na posição dos sujeitos dentro do campo do refúgio e em suas trocas e relações com o meio social.

S. P., refugiada congoleza, descreve essa situação:

A dificuldade que a gente sempre tem quando vem a um país estrangeiro e procura emprego, é a questão que sempre falam: ‘você tem experiência?’ Então se você nunca trabalhou no Brasil, você não tem experiência. Eu já tinha trabalhado antes, é isso que precisam saber, se eu sei fazer alguma coisa que pode ajudar no trabalho, e não se tenho experiência. Porque a gente não nasce com experiência, tem que adquirir a experiência. Então se você não dá a oportunidade para alguém começar a trabalhar, como ele irá adquirir a experiência? É complicado, isso foi muito difícil. Se você mostra a carteira de trabalho sem nenhum carimbo que você já tenha trabalho no Brasil, sendo estrangeiro sem documentação final que é a permanência, o RNE, as empresas não aceitam. Eu fiquei muito decepcionada que fui [a uma entrevista] e eles não podiam contratar alguém com protocolo, sem a documentação final, disseram ‘a gente aqui não contrata quem não tem RNE’.

S. P. é formada em Direito, especializada em Direito Econômico e Social, e trabalhou por três anos no Ministério da Fazenda, na República Democrática do Congo. Em seu relato, constata-se que o requisito da experiência constitui uma espécie de capital, um bem simbólico cujo acesso é dificultado para os indivíduos que compõem o campo do refúgio. Esse capital simbólico “diz respeito ao conjunto de conhecimentos reconhecidos pela sociedade” e possui influência na posição social que se ocupa<sup>498</sup>.

Seu trabalho atual é em uma grande rede varejista, empresa onde conseguiu seu primeiro emprego no Brasil, no ano de 2014. Ela foi inicialmente contratada como funcionária

<sup>497</sup> HAYDU, Marcelo. **Refugiados congolezes na cidade de São Paulo**: processo migratório e itinerários terapêuticos. Tese. Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Unifesp, 2017, p. 117.

<sup>498</sup> OLIVEIRA, Márcio de e KULAITIS, Fernando. Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios. **Mediações** 22, nº 1 (junho de 2017): 15–47. P. 29.

temporária, passou para o cargo de repositora de estoque e hoje trabalha como atendente na loja. Questionada sobre o trabalho estar ou não dentro de suas expectativas profissionais, ela respondeu:

Não está dentro das expectativas. A minha vida sempre foi escola. Eu tive muita dificuldade na vida, e superei tudo. Mas eu sempre concentrei no estudo para ter uma vida diferente dessa que eu estou levando hoje. Eu estou trabalhando, eu sou feliz porque consigo pagar, hoje se estou aqui num quatinho meu é porque estou trabalhando, senão seria fora. Eu agradeço muito por isso, mas não é o trabalho que gosto de fazer, eu estudei para não ficar trabalhando assim. Mas quem sabe, eu gostaria de ter uma oportunidade em um escritório de advocacia, fazer pelo menos um estágio, tipo, não paga, mas eu vou lá para estudar, aprender, ler. Quem sabe até para validar o meu diploma se acontecesse, vai ter prova, eu vou saber falar algumas coisas. Mas essa oportunidade não apareceu ainda e a gente tem a esperança que um dia vai aparecer. Não dá para perder a esperança, e por enquanto eu me contento com o que tenho, com o meu trabalho.

Eu me dediquei para estudar, para ter outro trabalho. Lá onde estou, não sou satisfeita. Mas eu trabalho, as coisas podem aparecer, acontecem devagar. Pode ser que mais pra frente apareça uma coisa boa na nossa área, eu não perco a esperança, mas por enquanto estou lá no meu trabalho, tenho meu salário que paga as minhas contas, eu vou me focar nisso.

O trabalho me ajudou como se fosse uma escola. Hoje eu falo melhor português, até do que pessoas que fizeram curso, tenho moradia, dia a dia com as pessoas, eu agradeço pelo meu trabalho.

Com relação ao salário é ruim, todo mundo sabe isso, mas a gente precisa, paga a conta, o resto a gente se vira. Gosto do Brasil, do jeito do Brasil, aqui tem uma vida social muito barata, a gente que vem de fora não tem futuro, no sentido de que você deixa as crianças, não tem como trazer. Não tem como, não tem nada pra salvar, não tem dinheiro que sobra pra depois de dois, três anos trazer as crianças, trazer a mãe, quem está dependendo de você. Tem só esse lado ruim que o salário.

Mas moradia, comida, aluguel, é muito bom. Comida não é problema no Brasil. Se você trabalhar não vai faltar para comer, para pagar aluguel. O problema é que a gente trabalha só pra pagar as contas, e isso é ruim. Mas por enquanto onde abrem as portas a gente fica por ali. Se abrem outros horizontes depois, a gente vai se virando como dá. Mas por enquanto é assim.

Ela contou ter se informado a respeito da revalidação de seu diploma, mas não tem meios de conseguir muitos dos documentos exigidos para o processo, em razão da guerra em seu país. Ela veio sozinha ao Brasil, e suas três filhas e sua mãe ainda estão na República Democrática do Congo. Para complementar a renda e juntar dinheiro para trazê-las, S. P. eventualmente trabalha como faxineira.

A. H., solicitante de refúgio congoleza, relatou que seu empregador reteve seus documentos e não paga seu salário corretamente. Apesar dos descontos realizados ante a justificativa do recolhimento de verbas trabalhistas, ao solicitar junto à Caixa Econômica um extrato de seu FGTS, foi informada de que não há nenhuma conta aberta em seu nome e CPF. A. H. está no Brasil desde 2017, e ainda não domina o idioma. Ela é costureira e conseguiu colocação em sua área, contudo, a confecção em que trabalha reiteradamente viola seus direitos

e, ao ser contestado, o responsável diz que “se ela não está satisfeita, pode ir embora”, mas a necessidade acaba por impor a sujeição a essas condições.

A refugiada salvadorenha K. S. relata que seus empregadores se valiam da justificativa de uma suposta falta de documentação adequada para violar seus direitos trabalhistas, violação que só foi monetariamente reparada com a propositura de ação judicial:

Eu consegui [emprego] em fevereiro de 2015, eu fui contratada por uma escola para dar aulas. Foi muito bom porque eu sou professora, só que foi bom no sentido de trabalhar, mas começamos com outros problemas. Eles se aproveitaram do fato de que eu não tinha mais do que o protocolo, eles tiraram todos os meus documentos, certidão de nascimento, passaporte, tudo que tinha, tudo, e falaram que eles iriam fazer o processo para mim no Ministério do Trabalho. Eu trabalhei por um ano praticamente, e recebi o valor de R\$220. Eu fui dispensada, e todos os meses eles tiravam de mim os descontos da lei, mas eu não recebia, e nunca tive carteira assinada, nunca me registraram, só retiveram meus papeis. Só que eles gostavam do meu trabalho, mas não me pagavam, faziam todos os descontos. Não justificaram, simplesmente me dispensaram. Tentei falar com vários deles, mas de nenhuma forma consegui falar com a pessoa que tinha que me pagar.

A solicitante de refúgio venezuelana D. F. contou sobre sua experiência profissional em Manaus, primeira cidade onde residiu quando chegou ao Brasil:

Lá em Manaus ninguém assina a carteira de ninguém, muito menos de venezuelanos, porque lá pegam muito venezuelanos para trabalhar, mas não gostam de pagar. Pagam 150 reais por semana, trabalhando todo dia. Eu já trabalhei assim. Nós fomos muito humilhados em Manaus, muito mesmo. É difícil você vir de uma crise e passar por tantas coisas.

Eu trabalhei em um restaurante, meu esposo e eu, fomos muito humilhados, e até o ponto que eu não aguentava mais e briguei com o dono. Eu falei: “eu não venho aqui para ser humilhada, eu venho aqui para trabalhar”, e ele disse: “você depende do brasileiro, e nós temos que dar só um prato de comida para você ficar bem, porque no seu país vocês estão passando fome”.

A situação por que passou foi tão extrema que ela decidiu mudar de cidade por esse motivo. No entanto, seu irmão permanece trabalhando em Manaus, na área da construção civil, trabalho que lhe remunera na importância de vinte e cinco reais por dia. Mais uma vez, a falta de alternativas acaba por submeter pessoas em situação de vulnerabilidade a condições de trabalho degradantes, tracejando um círculo vicioso em que quanto mais vulnerável é a situação de uma pessoa, maior a precariedade que ela enfrenta.

Esses casos descortinam a perpetuação das fronteiras como uma realidade imposta aos refugiados, notadamente aqueles que enfrentam uma sobreposição de dificuldades como é o caso da meta-transitoriedade atrelada à condição de solicitante de refúgio. A reprodução de

fronteiras se opera na forma simbólica (mas não por isso menos contundente) do preconceito, do racismo, da exploração laboral<sup>499</sup>.

Barreiras no acesso ao mercado de trabalho, condição laboral precarizada e as situações de desrespeito e humilhação descritas pelas entrevistadas revelam a ausência de alteridade, a visão totalizante que não concebe o Outro nos termos da hospitalidade, nem sequer da tolerância. A hostilidade contida no limiar da hospitalidade é uma das faces que media as relações entre o campo do refúgio e o meio social em que está inserido, posto que assimila o refugiado como o *homo sacer* que é protegido pela lei, mas cujos direitos podem ser violados.

Sem pretender enquadrar o refúgio numa categorização homogeneizante, cabe pontuar, porém, que o fenômeno envolve uma condição de vulnerabilidade intrínseca, em vista do risco e das perdas que precedem a busca por proteção. O relato da refugiada síria R. K. retrata a condição de vulnerabilidade imanente ao refúgio, especialmente na chegada e nos momentos subsequentes:

Uma questão muito perigosa é que quando um refugiado chega ao Brasil, acabou de entrar, família de cinco pessoas, por exemplo, e demora uma semana, quando é rápido, para conseguir o CPF.

Aconteceram muitos casos em que eles estão na rua, no primeiro, segundo, terceiro dia, na primeira semana, e acontece um acidente ou um roubo com eles. Ele está sem documentação, está perdido na rua, não sabe falar a língua, eu sei de dois ou três casos que aconteceram com pessoas próximas. Não tem solução, porque não é tão rápido conseguir a documentação no Brasil e no primeiro mês a gente está sem documentação e não pode sofrer qualquer risco.

Meu tio estava na rua, saiu de casa para comprar pão, olhando o caminho e não se afastando para não se perder. No final da rua, encontrou uma padaria, e foi abordado por dois ladrões que bateram em sua cabeça, roubaram-no, e ele desmaiou. Aqui em Curitiba, no Água Verde, ao meio-dia. Ele desmaiou, chegaram pessoas e o encontraram sangrando no chão e queriam levá-lo ao hospital. Ele não deixou, pois se ele fosse para o hospital sem nome, sem documento, sem saber voltar para a família, teria acabado. As pessoas que tentaram ajudar não entenderam, ele ficou mais um tempo no chão, acordou e voltou pra casa sangrando. Por causa de um celular, quase foi perdido o homem.

Outra situação. Meus pais, meu irmão e minha cunhada estavam num carro, Uber ou Taxi, no terceiro dia no Brasil, em São José dos Pinhais, e de repente apareceu um cachorro, o carro parou e um caminhão bateu neles. Todos foram para o hospital. A minha mãe quebrou o pescoço, duas vértebras, meu pai quebrou costelas, meu irmão também. Na estrada chegou um carro para ajudar, tirou meu irmão desmaiado, minha achou que ele tinha morrido. Meu pai não conseguia respirar, minha mãe nem percebeu que tinha quebrado o pescoço. Eles foram para o hospital sem falar a língua, sem documentação, o médico não tinha como saber o que aconteceu, onde estava doendo.

Seu depoimento remete à representação da figura do *homo sacer*, consoante a exposição à violência compreendida na suscetibilidade de uma vida que se apresenta em sua

<sup>499</sup> DEL RÍO, José María Valcuende. Frontera en la piel. In: **Portugal e Espanha**. Entre discursos de centro e práticas de fronteira. Lisboa: Editora Colibri, 2009. P. 237-255. P. 246.

forma meramente biológica, uma vida desnudada por não portar documentos e não possuir um vínculo de cidadania ou pertencimento político que possam lhe proporcionar alguma guarida. R. K. aduziu que os solicitantes de refúgio recém-chegados, ainda indocumentados, “não podem sofrer qualquer risco”, o que exprime o desamparo imanente a esta condição.

O Relatório das Nações Unidas sobre a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos de Migrantes no Contexto de Grandes Movimentos detectou as situações de migração que compreendem uma condição de vulnerabilidade: as relacionadas às razões de saída do país de origem; relativas à situação no caminho e nas fronteiras; e relacionadas a algum aspecto específico da identidade da pessoa ou da circunstância<sup>500</sup>.

Como já pontuado, o refúgio é a modalidade migratória que por definição está atrelada a condições na origem e, portanto, compreende uma vulnerabilidade intrínseca que pode ser aprofundada em vista de aspectos subjetivos.

Segundo pesquisa realizada pelo Observatório das Migrações do Estado de São Paulo, no período de janeiro de 2000 até novembro de 2015, o número de refugiados desempregados era de 602, dos 4318 registros, inferior apenas ao número de estudantes, estimados em 854<sup>501</sup>. De outro lado, nos últimos cinco anos milhares de imigrantes europeus chegaram ao país para ocupar altos cargos<sup>502</sup>. Ainda que não seja o objetivo deste estudo analisar outras modalidades migratórias que não correspondam ao refúgio, é pertinente considerar a discrepância de condições atestada por esse notável contraste.

A colocação profissional, nesse contexto, é ao mesmo tempo um fator que determina a condição socioeconômica e é por esta determinada. Refugiados e refugiadas que possuem uma situação financeira mais favorável têm maiores possibilidades de conquistar uma profissão relacionada à sua área de especialidade e, assim, aumentar seus rendimentos e progredir em sua posição social. O fator laboral possui, portanto, o duplo efeito modular a posição dentro do campo social e nas relações com o meio social, ao mesmo tempo em que é modulado por ela.

A condição do casal de solicitantes de refúgio venezuelanos B. M. e N. Q. retrata a influência mútua entre o aspecto profissional e a posição no campo social e no meio que o atravessa. Ambos aguardaram cerca de um ano até a conclusão do processo de revalidação de

---

<sup>500</sup> YAMADA, Erika; TORELLY, Marcelo (Org.). **Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil** / Erika Yamada. Brasília: Organização Internacional para as Migrações (OIM), Agência das Nações Unidas para as Migrações, 2018. P. 25.

<sup>501</sup> BAENINGER, Rosana; FERNANDES, Duval (Coord.). **Atlas temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migração Refugiada**. Campinas: Unicamp, 2018. P. 52-53.

<sup>502</sup> FERNANDES, Sarah. Preconceito é mais forte contra migrantes vindos de países de pobres. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 05 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/11/preconceito-tem-a-ver-o-fato-de-refugiados-virem-de-paises-pobres-diz-instituto-adus-8234.html>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

seus diplomas de Medicina, e ao longo desse período não tiveram a necessidade de procurar por um vínculo empregatício, pois vieram ao Brasil com recursos suficientes para aguardar o trâmite do procedimento. Desse modo, a condição socioeconômica favorável permitiu que aguardassem a validação do diploma e, após a finalização do trâmite, puderam passar a exercer sua profissão de formação.

O casal relatou contar com uma vasta e acolhedora rede de apoio formada por amigos brasileiros, pessoas que os ajudaram a conseguir o emprego no hospital onde trabalham e em diversos outros aspectos de suas vidas. Eles foram os únicos entrevistados que puderam alugar um imóvel com a assistência de um fiador, que é o chefe do hospital em que trabalham. A colocação profissional, nesse caso, não apenas definiu a posição favorável dentro do campo do refúgio, mas também proporcionou a constituição de um capital social, de uma rede de contatos capaz de lhes fornecer amparo.

K. S. e M. S., todavia, enfrentaram uma situação diferente. O casal salvadorenho relata ter enfrentado dificuldades durante o processo de revalidação do diploma de Medicina de M. S.: “no início dormíamos e comíamos de uma forma bem precária, durante muito tempo. Muitas vezes tivemos que subsistir com 40 reais por mês, os filhos ficavam doentes, magrinhos”.

Diante dessas diferenças, observa-se que não se opera um tratamento padronizado de acordo com cada característica dos imigrantes, mas uma multiplicidade de relações que transcendem qualquer categorização. Se, por um lado, condição socioeconômica e colocação profissional se afetam mutuamente, de outro, isso não ocorre de forma homogênea, podendo ser experimentado em inúmeras formas e nas mais variadas nuances. Não há um padrão homogêneo que rege a experiência do refúgio, e isso se deve à complexidade imanente a este campo social, aqui retratada pela alegoria da heterotopia, que representa as múltiplas e distintas formas de atravessar o refúgio e por ele ser atravessado.

O casal de médicos venezuelanos B. M. e N. Q., dentre todos os entrevistados, possui a situação socioeconômica mais confortável. Jovens, sem filhos, trabalham em sua área de formação, profissão prestigiada e bem remunerada no Brasil, como bem observou B. M.. Essa realidade contrapõe de modo ostensivo algumas das experiências aqui retratadas, revelando a pluralidade das vidas que empreenderam a travessia do refúgio. A trajetória da solicitante de refúgio venezuelana D. F., por exemplo, retrata um contundente contraste:

Começamos a pesquisar pela internet uma cidade boa para morar, e vimos que Curitiba era uma cidade boa. Um senhor lá [em Manaus] disse que tinha uma irmã aqui que poderia nos receber, que ela ia nos procurar no aeroporto. Nós juntamos dinheiro e compramos a passagem, mas fomos roubados antes de vir para cá, ficamos sem nada. Tínhamos já a passagem comprada, mas chegou o dia da



viagem e a gente não tinha nem um real. Chegamos aqui em Curitiba, mas ninguém nos procurou. Nós ficamos dormindo no aeroporto. No outro dia, ficamos sentados lá fora, e como Deus sempre coloca seus anjos, chegou um motorista de táxi e perguntou de onde a gente era. Falamos que somos da Venezuela, falamos com tristeza no coração. São dificuldades que a gente lamentavelmente tem que passar. Ele perguntou se já tínhamos comido, dissemos que não, ele nos pagou uma refeição.

O relato evidencia a existência de experiências opostas verificadas entre refugiados que compartilham da mesma origem, demonstrando a sobreposição com o fator da condição socioeconômica, apto a promover vivências antagônicas. Quanto mais favorável essa condição, maior será o grau de acesso aos bens simbólicos alocados no campo do refúgio, dentro da já aludida lógica circular em que quanto melhor a posição do sujeito, maiores suas chances de aprimorá-la.

A multidimensionalidade das experiências de refúgio notabiliza-se também através da percepção dos entrevistados acerca do dispositivo constitucional de equiparação de direitos entre nacionais e estrangeiros. As respostas foram bastante divididas mas, sobretudo, demonstraram que se trata de uma questão complexa que não pode ser reduzida a uma resposta meramente afirmativa ou negativa. D. F., ao ser questionada se considera efetiva a igualdade prevista em lei, ponderou:

Muitas vezes a gente sente que é metade-metade. a gente não se sente totalmente fora, porque talvez hoje uma pessoa fale 'você é parte de nós', e a gente se sente dentro da mesma cultura.

Mas tem outras pessoas... por exemplo, meu marido, faz alguns dias, entrou num táxi e o senhor falou: "ah, você é venezuelano? vocês e os haitianos são uma praga para o mundo".

Tem muitas coisas que às vezes a gente pode se sentir dentro, como também a gente pode se sentir fora. Tem muitas coisas que nos fazem sentir mal, afastados.

Mas, por exemplo, posto de saúde, vacina, é para todo mundo. Somos iguais em muitas coisas. é assim que eu penso.

Seu relato reflete o paradoxo da inclusão excludente, uma espécie de integração inacabada que se situa na margem, conforme desenvolvido na seção anterior, denotando que a percepção de inclusão não ocorre de maneira linear, mas possui distintas nuances. Trata-se de mais uma antinomia do refúgio, relativa ao dentro e o fora: aquele que busca por refúgio adentra um novo território, de modo que física e espacialmente o integra. Porém, a depender do grau de acesso a bens simbólicos e imateriais (tais como o domínio do idioma e regularidade documental) e das restrições que enfrenta ou consegue transpor, ele poderá acessar o interior de determinada sociedade, ou dela ficar à margem.

É sintomático que entre os africanos a resposta tenha sido preponderantemente negativa, apenas dois deles não consideraram a absoluta ausência de equiparação: J. Y.

considerou que existe, em partes, e A. T. pontuou que ele próprio nunca passou por situações em que sentiu um tratamento desigual, mas que tem conhecimento de que muitos refugiados, especialmente negros, sofreram discriminação e preconceito.

De outra perspectiva, a congolesa I. N. chegou a afirmar que a garantia de igualdade “é uma piada, uma ficção”. S. P., também congolesa, asseverou que essa equidade não tem o menor sentido, e que sequer existe entre os imigrantes. Mais uma vez, revela-se o caráter contraditório latente da previsão de paridade de direitos, dispositivo que por definição é limitado, não alcançando determinadas prerrogativas reservadas aos que possuem o vínculo da nacionalidade e cidadania. A falta de pertencimento imanente à qualidade de refugiado permite que mais uma vez se invoque a simbologia do *homo sacer*, pois na previsão de igualdade está inscrita a possibilidade da discriminação.

Esse questionamento demonstrou a variedade de percepções, que reflete a multiplicidade de experiências. Sete dos participantes ensejaram a ponderação de que não se trata de um juízo maniqueísta, redutível à existência ou não dessa equiparação, de sua plena repercussão ou absoluta dissociação da realidade. Existem nuances na assimilação da existência ou não da paridade de direitos, e um mesmo indivíduo pode enfrentar situações em que se sente equiparado em direitos e acessos, e situações em que enfrentam o extremo oposto.

A venezuelana D. F. expôs com seu relato a complexidade deste tópico:

[Chegando em Curitiba] Nós vimos a mudança de pessoas, de ambiente, de cultura, de educação, de tudo. Foi uma mudança totalmente grande. Sentimos a mudança, somos tratados com educação, com receptividade.

Encontramos um senhor no aeroporto que disse que se não tivesse indo viajar, nos levaria para a casa dele. Ele deu vinte reais para gente almoçar, mas nós não almoçamos. Como estávamos em São José dos Pinhais, nós pegamos um ônibus que nos deixou no centro de São José dos Pinhais e pegamos outro para vir para o centro de Curitiba. Nós estávamos como uma mala grande, andamos por todo o Centro Cívico com a mala, procurando por uma igreja, porque ia anoitecer e não tínhamos ninguém aqui, não conhecíamos ninguém.

Chegamos a uma igreja e pedimos para falar com o pastor, fomos convidados para almoçar. O pastor era um homem jovem, ele perguntou do que precisávamos e meu esposo respondeu: “nós não temos onde morar e não queremos ficar na rua, nós queremos trabalhar e viemos para cá buscar uma nova vida porque fomos muito humilhados na cidade onde estávamos, e viemos buscar uma vida melhor”. O pastor disse: “agora vocês têm onde morar, vocês vão para a minha casa”. Ele morava aqui no centro, na Brigadeiro Franco, e nos levou para o seu apartamento. Ficamos com ele dois meses, mas como ele era pastor, ele tinha que viajar para outra cidade, tinha que se mudar. Meu marido começou a trabalhar e nós fomos morar em um pensionato. Alugamos um quarto e aos poucos começamos a comprar algumas coisinhas para nós. Dois ou três meses morando no pensionato, ele pegou fogo, queimou tudo, todo mundo perdeu tudo o que tinha. Meu marido entrou no meio do fogo para pegar nossos documentos, não podíamos ficar sem documentação, seria mais difícil ainda. Só conseguiu pegar os documentos, perdemos todo o resto.

Nós ficamos em frente ao prédio, chorando. Um rapaz se aproximou e perguntou: “vocês não têm onde morar? venham morar na minha casa”. Eu acho curitibano, a

peessoa que mora aqui em Curitiba, muito receptiva. Desde o primeiro dia que cheguei aqui, as pessoas são muito receptivas, muito mesmo. Eu amo essa cidade, as pessoas aqui são uma maravilha. Tem gente que fala que curitibano é muito fechado, eu não acho isso. Todas as pessoas que conheci, onde trabalhei, todas as pessoas são receptivas.

Nós fomos morar com esse moço, justamente nesse prédio, ele tinha um apartamentinho de dois quartos. Não tinha ninguém no outro quarto, nós moramos ali por um tempo, e depois o dono do prédio falou para nós: “eu tenho uma quitinete que desocupou, eu vou deixar para vocês quinze dias sem vocês me pagarem, aí quando vocês receberem o salário, vocês me pagam o mês seguinte”. Foi uma benção. Não nos arrependemos de escolher Curitiba para morar, nossa experiência aqui tem sido uma maravilha, de verdade.

As experiências opostas de uma mesma pessoa em diferentes locais atestam a relação bidimensional existente entre o refúgio e o espaço, pois ambos se atravessam mutuamente, justapondo e integrando lugares opostos. A narrativa de D. F. demonstra que sua trajetória foi marcada tanto pela hostilidade quanto pela hospitalidade, confirmando a proximidade e interrelação destes dois opostos.

Os entrevistados que consideraram a existência da isonomia pontuaram principalmente as questões burocráticas e o acesso a serviços públicos, pontuando que tais garantias são proporcionadas em pé de igualdade com relação aos brasileiros. O atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde foi mencionado de forma recorrente como satisfatório, e as eventuais queixas vieram acompanhadas da ressalva de que serviços públicos podem ser demorados e é necessário ter paciência. Três das entrevistadas passaram por acompanhamento pré-natal e realizaram seus partos no sistema público, avaliado de maneira bastante positiva.

A percepção a respeito da isonomia se mostrou bastante relacionada à sensação de acolhimento dos entrevistados, sendo esse um ponto comum entre os de origem síria. A. K., solicitante de refúgio sírio, afirmou se sentir acolhido e considerar os brasileiros carinhosos e receptivos.

L.L. narrou ter ouvido a palavra “refugiada” pela primeira vez em seu atendimento na Polícia Federal e, depois disso, descobriu sua nova realidade e que a vida que havia levado até então deveria se integrar nessa nova vida. Ela sentiu o acolhimento dos brasileiros de tal maneira que considera ser estrangeira, mas ser daqui também.

De outro lado, S. P., refugiada congoleza, foi mais cautelosa ao transmitir sua sensação a respeito do acolhimento: “eu me sinto bem, é uma integração que não vai acabar hoje, mas eu já me adaptei, estou me integrando, dia a dia, tenho onde dormir, sabendo que no final do mês vou pagar minhas contas e que tenho trabalho”.

O solicitante de refúgio venezuelano F. P. notou que o acolhimento de que desfruta se relaciona ao fato de que domina o idioma:

Nossa situação é diferente porque a gente já fala português, e você precisa falar comigo uns 30 minutos para saber que eu não sou brasileiro. não é aquela coisa de que eu falo 'oi' e já percebem. pra gente ficou muito mais fácil pela questão do idioma. O acolhimento tem sido real, mas eu acho que se eu não falasse português como estou falando agora eu acho que não seria tão legal.

Derrida sustenta, a este respeito, que o idioma está “de mil maneiras implicado na hospitalidade. O convite, a acolhida, o asilo, o albergamento, passam pela língua ou pelo endereçamento ao outro”<sup>503</sup>.

O acolhimento que se subordina à presença de determinados bens simbólicos, tal como o exemplo da narrativa acima, se encontra pautado na premissa da hospitalidade condicional fundada na subjetividade do *Eu*, e não em um movimento de intersubjetividade, na alteridade correspondente à hospitalidade que não depende de quaisquer requisitos para que seja despendida.

As narrativas foram aqui descritas com intuito de superar a abstração da universalização e de uma visão totalizante acerca desse fenômeno que é tão plural quanto as pessoas que o vivenciam. O panorama formulado pode ser representado pela alegoria de um caleidoscópio, objeto constituído por uma multiplicidade de fragmentos que projeta uma diversidade de reflexos.

Os relatos expostos evidenciam a ampla gama de experiências que são vivenciadas na situação de refúgio. Os refugiados e as refugiadas que contribuíram com esta pesquisa enfrentaram e enfrentam situações de hostilidade, mas também testemunharam recomeço e acolhimento. Não apenas de um modo simplista e dual, mas atravessando as distintas nuances entre os opostos, demonstrando que o campo social do refúgio é constituído por subjetividades múltiplas, e que essas têm um papel central na realidade de cada um.

Seyla Benhabib sustenta que “enquanto o arco da igualdade política se estende para proteger alguns, nunca poderá abrigar a todos”<sup>504</sup>. O princípio da igualdade é, pois, marcado pela lógica da exceção<sup>505</sup>, e a legislação, ao inscrever a igualdade entre nacionais e estrangeiros, distingue-os de partida e os enquadra em uma categoria homogeneizante em que a qualidade de não-cidadão é atribuída de modo a demarcar a ausência de vínculo, o não pertencimento, quem

<sup>503</sup> DERRIDA, Jacques. **Anne Dfourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003. P. 117.

<sup>504</sup> Em tradução livre: “While the ark of political equality extends to protect some, it can never extend shelter to all”. (BENHABIB, Seyla. **The life of others: aliens, residentes and citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. P. 66).

<sup>505</sup> CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza; BERNACCI, Mariana Camilo; GUIMARÃES, Ana Luíza Tibúrcio. O Estado de Exceção e os invisíveis sociais: um encontro de Agamben e Lévinas. In: **REPATS – Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, Brasília, V. 4, nº 2, Jul-Dez, 2017, p. 560-584. P. 574.

é o outro. Por outro lado, o dispositivo de equiparação de direitos pode representar uma abertura em direção à isonomia. O mesmo mandamento legal viabiliza simultaneamente possibilidades opostas, e cada sujeito em situação de refúgio, em sua existência única, o experimenta de modo particular.

As condições subjetivas que caracterizam aqueles que estão em busca por refúgio interferem diretamente no acesso das garantias normativamente postas, fazendo com que neste campo social haja uma multiplicidade de vivências tanto quanto há a pluralidade de indivíduos. As experiências, portanto, podem ser consideravelmente variadas, o que caracteriza o refúgio como um campo social heterotópico, pela justaposição de lugares opostos e de posições distintas.

Melina Fachin atesta que “os direitos humanos não se enfraquecem diante da diversidade cultural, mas sim, se fortalecem com a pluralidade de suas formas e conhecimentos”<sup>506</sup>. Da mesma forma, encarar a diversidade constitutiva do refúgio é um caminho para a alteridade e para a hospitalidade, pois um olhar atento ao *Outro* pode contribuir para o robustecimento e efetivação de direitos.

---

<sup>506</sup> FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos Direitos Humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. P. 278.

## 5. CONCLUSÃO

Ao término de uma pesquisa embasada por tão instigantes marcos teóricos e, sobretudo, centrada na experiência humana, a única convicção possível é a de que “aprendi muito, e mais ainda me escapou”<sup>507</sup>.

A hipótese de que a pluralidade é imanente às experiências não foi apenas confirmada, mas em muito superada. As heterotopias não apenas se alocam no interior deste campo social, mas também permeiam todas as suas relações, do acesso a direitos formalmente garantidos às interações humanas.

Nos termos da teoria que embasa este estudo, o refúgio foi designado como um campo social, segundo as formulações de Pierre Bourdieu, por compreender “um espaço de posições estruturado por uma distribuição desigual de capitais”<sup>508</sup>, ao passo que multidimensionalidade de experiências e subjetividades envolvidas nestes fluxos foi interpretada segundo a alegoria das heterotopias, e foram muitas as detectadas neste percurso.

Este campo social atravessa territórios e, nestes trajetos, é atravessado pelos múltiplos aspectos que permeiam esses espaços, sendo simultaneamente um movimento e o seu vetor ao perpassar a origem, o trajeto e o destino. Com intuito de lançar luz à multidimensionalidade da condição de refúgio, no primeiro capítulo empreendeu-se a conformação do refúgio como um campo social essencialmente heterotópico, atributo que não apenas caracteriza o campo, mas que permeia todos os seus espaços. Além de ser imanente à essência do campo, as heterotopias mediam as relações com os elementos normativos que o circunscrevem e modulam as interações com o meio social que o circunda.

Por conformar um campo social, o refúgio designa uma alegoria de espaço – não um espaço com a conotação literal de um local físico, mas uma posição ocupada pelos indivíduos em situação de deslocamento forçado. Segundo Foucault, as heterotopias se caracterizam pela justaposição de lugares opostos e contraditórios<sup>509</sup>, sendo o conceito bastante pertinente para traduzir as tensões contidas nos movimentos de refúgio e nas aproximações de espaços por este fenômeno proporcionadas. O campo social do refúgio, conformado pela aproximação de posições diversas, revela também a multidimensionalidade das subjetividades que o integram, demonstrando as heterotopias presentes nestes espaços.

---

<sup>507</sup> Alusão à obra de Tayeb Salih: “Aprendi muito, e muito me escapou”. (SALIH, Tayeb. Tempo de migrar para o norte. São Paulo: Editora Planeta, 2018. P. 5).

<sup>508</sup> DERNOR, Fraçois. **Campo do poder**. In: Vocabulário Bourdieu. CATANI, Afrânio Mendes (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 75-77. P. 75.

<sup>509</sup> FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1, 2013. P. 24.



O espaço do refúgio engendra diversas aproximações: entre lugares, posto que diferentes origens compartilham um mesmo destino; e entre posições, ante o fato de que há tantas formas de experimentar essas diásporas quanto há vidas que as atravessam. A vulnerabilidade imanente a esta condição não é capaz de equalizar as diversas nuances com que seus efeitos podem ser suportados. Assim, a relação do refúgio com as suas causas é condicionante do próprio instituto, deste modo, a condição de refugiado ou solicitante de refúgio comporta uma vulnerabilidade imanente, mas seus efeitos são suportados de diferentes maneiras e em diversas nuances.

A circunscrição deste campo social, efetivada por mecanismos nacionais e internacionais de proteção aos refugiados, não é capaz de proporcionar um amparo homogêneo, tampouco de assegurar o cumprimento das garantias que estabelecem.

As normas que delimitam o campo do refúgio determinam quem o pode integrar, e qual é o acesso outorgado a direitos fundamentais nas sociedades de destino àqueles que com ela não possuem os vínculos de nacionalidade e cidadania definidos pelas fronteiras, as quais são reguladas por políticas migratórias. A abstração do espectro da igualdade é evidenciada pela presença ausente desvelada pelo refúgio, condição em que aquele que está dentro se situa também à margem, sendo esta contradição espacial também uma representação do caráter heterotópico desta travessia.

Fronteiras e cidadania delimitam as regras de entrada e acesso a direitos, traçam a distinção entre admissão e rechaço, determinam condições de acesso a espaços, direitos e capitais. Ao distinguir o dentro e o fora, são definidos quem são os membros e quem possui relação de pertencimento com a ordem nacional. Também as fronteiras são dotadas de um caráter heterotópico, posto que são a um só tempo abertas e fechadas, a depender de quem está ao seu umbral postulando pelo direito de entrada. As políticas migratórias, deste modo, regulam as fronteiras e, de forma reflexa, o campo do refúgio.

Ainda que a ausência de cidadania seja um aspecto comum a todos os que compartilham a condição de refúgio, são inúmeras as formas com que os indivíduos podem ser afetados por este vácuo. A abstração da legislação, sua essência totalizante, não alcança a concretude da realidade, e por este motivo os dispositivos legais podem ter efeitos diversos a depender de quem os invoca.

A ausência do vínculo da cidadania é um fator condicionante do refúgio e o afeta de forma premente, ainda que por exclusão, uma vez que é um apanágio de quem se encontra fora da circunscrição deste campo. A exclusão da participação e o alijamento do pertencimento não

impedem, no entanto, que os indivíduos na condição de refúgio sejam afetados por decisões políticas que impliquem em maior exclusão ou inclusão dos não nacionais.

Fronteiras, sejam elas literais ou simbólicas, distinguem as hipóteses em que são ou não outorgados acessos a espaços e bens simbólicos alocados na sociedade de acolhimento, e intentam tolher formas de interação. A modulação engendrada pelas fronteiras ocorre sob a lógica de afastamento ou exclusão, ao contrário da modulação da hospitalidade, que se pauta no acolhimento.

Ao definir quem são os membros, os destituídos de vínculo são colocados à margem, por isso, o refúgio cinde a continuidade entre humano e cidadão, descortinando a lacuna existente entre esses estatutos. O hiato entre humano e cidadão revela a dissonância entre norma e realidade, bem como a insuficiência de mecanismos normativos que pretendem a universalidade de seu alcance.

A presença ausente do refugiado, posto que desguarnecida de direitos de participação e, portanto, de efetiva integração, evidencia também a contradição entre a provisoriedade legal que se busca imputar a uma condição dotada de caráter se não definitivo, ao menos duradouro. A ficção legal que classifica como temporária a imigração e deste modo provoca a perpetuação daquilo que entende por provisório é outro fator que revela o caráter totalizante e abstrato das normas.

A ausência da cidadania afeta o exercício de direitos, implica numa presença ausente de quem está situado na área interna da fronteira, mas não pertence ao espaço por ela delimitado, presença ausente que remete à figura do *homo sacer*, aquele que escapou do sacrifício mas cuja aniquilação é permitida. O rompimento da conexão com a origem que é constitutivo da condição de refúgio posiciona os sujeitos em condição de refúgio no espaço antinômico do limiar entre estar dentro e fora, entre integrar ou permanecer à margem.

Contudo, ainda que seja manifesto o caráter excludente de alguns dos elementos que balizam o campo do refúgio e as suas relações com o meio social externo, a pesquisa demonstrou que não se trata de um movimento monolítico. São inúmeras as possibilidades de acesso à lei e de interação com a sociedade de acolhimento.

A relação do campo com o meio exógeno é delineada por normas e mediada por aspectos subjetivos de origem, condição socioeconômica e raça. Observou-se que, se por um lado há situações em que estas condições de fato balizam as interações com o meio social externo, principalmente com relação à raça, isso não ocorre de forma homogênea. Essas subjetividades influem na percepção que se tem acerca deste Outro, e quanto mais semelhante

ele for considerado, maiores as chances de que a ele seja dispensado um tratamento pautado na alteridade e na hospitalidade.

Neste contexto, as condições subjetivas dos indivíduos, aqui traduzidas por aspectos de origem, condição socioeconômica e raça, balizam as formas de interação dos sujeitos que ocupam posições no campo social do refúgio com o meio que lhe é exógeno. A sociedade de destino é atravessada pelo refúgio e o mutuamente o perpassa, de modo que nesta relação bidimensional as fronteiras não permanecem estanques nas margens, “à beira do mapa”<sup>510</sup>, mas integram todos os seus espaços.

A ambivalência da hospitalidade é mais uma das heterotopias constituinte do campo do refúgio, posto que abriga seus limites e o seu avesso. Nestes termos, as vidas refugiadas podem experimentar o acolhimento ou a segregação, bem como diversos matizes entre esses extremos.

As formas de interação do campo do refúgio com o meio social que o circunda podem se pautar em premissas de alteridade, de reconhecimento deste Outro que vem do espaço situado para além da fronteira, em toda a sua subjetividade e infinitude. Neste contexto, a proposta de Emmanuel Lévinas é uma perspectiva individualizante em oposição à pretensão de universalização que conforma os marcos legais de garantia de direitos. A responsabilidade pelo Outro transcende a obrigação de cumprir um conjunto de regras e se situa em uma dimensão superior, até mesmo porque ao mesmo tempo em que as políticas migratórias regulamentam as formas de acesso, elas institucionalizam barreiras. Pressupostos de alteridade remetem à hospitalidade incondicional que, por ser inatingível, deve ser o paradigma de expansão da hospitalidade condicional, o horizonte que se afasta quando se tenta alcançá-lo.

O caráter ambivalente da hospitalidade, que simultaneamente ultrapassa o direito e a política e é por eles limitada, representa a dialética envolvida nos movimentos de refúgio. As normas, tal qual a hospitalidade, carregam em si mesmas a possibilidade de sua antítese, posto que inscrevem nas condições de admissão a possibilidade de recusa.

As heterotopias que o caracterizam se encontram em seu interior, em seu contorno e em suas interações, posto que as relações com o meio social podem ocorrer em termos opostos, e uma mesma pessoa pode experimentar ambas as suas faces. Mesmo a hospitalidade condicional, limitada, decorrente de condições pré-estabelecidas e do aspecto totalizante das

---

<sup>510</sup> BRUM, Eliane. A violência em Roraima é contra a imagem no espelho. **El País**, 27 ago. 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/27/opinion/1535381111\\_480467.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/27/opinion/1535381111_480467.html)>. Acesso em: 28 ago. 2018.

normas, é difícil de ser alcançada, devido à falta de uma perspectiva que enxergue este *Outro* em sua infinitude.

Ziffel observa que “tudo aquilo que existe, irresistível e incansavelmente, se converte em outra coisa, inclusive em seu contrário”<sup>511</sup>. A experiência do refúgio denota contradições desta natureza, sobretudo no que tange à inclusão excludente operada pelas normas e na antinomia da hospitalidade, que contém em si mesma o seu anverso.

As *conversas com refugiados* que orientam esta pesquisa demonstram que o refúgio constitui um exercício de mobilidade não apenas entre localidades, mas também entre posições e espaços metafóricos. Sua complexidade condensa diferentes formas de interação que podem ir da alteridade à hostilidade, seu caráter heterogêneo aproxima sujeitos de diversas origens que passam por experiências múltiplas e opostas, de modo que configura um campo social essencialmente heterotópico.

---

<sup>511</sup> BRECHT, Bertolt. **Conversas de refugiados**. São Paulo: Editora 34, 2017. P. 93.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A ITÁLIA e a Sicília não podem ser o campo de refugiados da Europa. **Diário de Notícias**, Lisboa, 3 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/italia-nao-pode-ser-o-campo-de-refugiados-da-europa---novo-ministro-do-interior-9405334.html>>. Acesso em: 21.ago.2018.

ACNUR - Resolução 428 da Assembleia Geral Das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950. Disponível em: <[https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Estatuto\\_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Estatuto\\_ACNUR](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR.pdf?file=fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Estatuto_ACNUR)>. Acesso em: 09 dez. 2018.

ACNUR. **A Situação dos Refugiados no Mundo**: cinquenta anos de ação humanitária. Almada: A Triunfadora Artes Gráficas, 2002.

ACNUR, UNHCR. Mundo en guerra. **Tendencias globales. Desplazamiento forzado en**, v. 2014, 2014. Disponível em: <<https://www.acnur.org/stats/globaltrends/5b2956a04/tendencias-globales-desplazamiento-forzado-en-2017.html>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

AGAMBEN, Giorgio. **We refugees**. Giorgio Symposium; Summer 1995.

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

AGIER, Michel. **Do refúgio nasce o gueto**. IN: Patrícia Birman; Márcia Pereira Leite; Carly Machado, Sandra de Sá Carneiro (orgs). Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

ARAGAKI, Bruno. Maior país da região, Brasil é um dos que menos recebe venezuelanos, segundo a ONU. **UOL**, São Paulo, 9 nov. 2018. Disponível em: <[https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/11/09/maior-pais-da-regiao-brasil-e-um-dos-que-menos-recebe-venezuelanos-diz-onu.htm?fbclid=IwAR0B7W4Xmz858BIIPPI42Vp13ZAe9Llf5XFTHT1C2Um32c6nFdg9XoZ\\_kQ4](https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/11/09/maior-pais-da-regiao-brasil-e-um-dos-que-menos-recebe-venezuelanos-diz-onu.htm?fbclid=IwAR0B7W4Xmz858BIIPPI42Vp13ZAe9Llf5XFTHT1C2Um32c6nFdg9XoZ_kQ4)>. Acesso em: 16 dez. 2018.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. De 10,1 mil refugiados, apenas 5,1 mil continuam no Brasil com o registro ativo. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**. Brasília, 11 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados-apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

ALVAREZ, Marcos César. Michel Foucault. In: Vocabulário Bourdieu. CATANI, Afrânio Mendes (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 201-204.

ARBOLEDA, Eduardo. La Declaración de Cartagena de 1984 y sus semejanzas con la convención de la Organización de la Unidad Africana de 1969: una perspectiva comparativa.

In: NAMIHAS, Sandra (org.). **Derecho Internacional de los Refugiados**. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2001. P. 81-91.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ARENDT, Hannah. **Nós, os refugiados**. Disponível em: <[http://www.lusosofia.net/textos/20131214-hannah\\_arendt\\_nos\\_os\\_refugiados](http://www.lusosofia.net/textos/20131214-hannah_arendt_nos_os_refugiados)>. Acesso em 04 jul. 2018.

ASSEMBLEIA, ONU Geral. Declaração de Nova York para refugiados e migrantes. **UN Doc. A / 71 / L**, v.1, p. 13 de fevereiro de 2016. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/71/L.1&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/71/L.1&Lang=E)>. Acesso em: 09 dez. 2018.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. **R. bras. Est. Pop** 34, nº 1 (abril de 2017). P. 119-43.

\_\_\_\_\_. **Migrações transnacionais de refúgio: a imigração síria no brasil no século XXI**. In: Fluxos migratórios e refugiados na atualidade. THEMOTEO, Reinaldo (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 79-97.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, Duval (Coord.). **Atlas temático: Observatório das Migrações em São Paulo – Migração Refugiada**. Campinas: Unicamp, 2018.

BARALDI, Camila Bibiana Freitas. **Migrações internacionais, direitos humanos e cidadania sul-americana: o prisma do Brasil e da integração sul-americana**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2014.

BARATA, Clara. No dia dos refugiados, Hungria aprovou lei que torna crime ajudá-los. **Público**, Lisboa, 20 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/06/20/mundo/noticia/no-dia-dos-refugiados-hungria-aprovou-lei-que-torna-crime-ajudalos-1835279>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

BARRETO, Luiz Paulo Teles. **A Lei brasileira de refúgio: sua história**. In: BARRETO, Luiz Paulo Teles (org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília: Acnur, Ministério da Justiça, 2010. P. 12-21.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Capital linguístico**. In: Vocabulário Bourdieu. CATANI, Afrânio Mendes (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 250-255.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BEM antes de Trump, Bolsonaro chamou haitianos e outros imigrantes de “escória do mundo”. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 jan. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/bem-antes-de-trump-bolsonaro-chamou->



haitianos-e-outros-imigrantes-de-escoria-do-mundo-bvhv8jc0gsf15ueai7od4uy0l>. Acesso em: 02 nov. 2018.

BENHABIB, Seyla. **The rights of others: aliens, residentes and citizens**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Elsevier Brasil, 2004

BOGUS, Lucia Maria Machado, e SILVA, João Carlos Jarochinski. Fluxos migratórios contemporâneos: condicionantes políticos e perspectivas históricas. In: THEMOTEO, Reinaldo (Org.). **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 27-44.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

\_\_\_\_\_. Efeitos de lugar. In: \_\_\_\_\_(Org.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. P. 157-160.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. P. 9-12.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 7ª ed.

\_\_\_\_\_. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. **O senso prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 2ª ed.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988.

BRASIL. **Estatuto dos Refugiados**. Lei 9474 de 1997.

BRASIL. Ministério da Justiça. Conare. **Resolução Normativa 18 de 2014**.

BRASIL, Ministério da Justiça. Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil. **Portaria nº 2.162/2013**, Brasília, 31 jul. 2014. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10947.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa 22 de 2016**.

BRASIL. **Lei Migratória**. Lei 13445 de 2017.

BRASIL. **Decreto 9199 de 2017**.

BRASIL. CNIg – Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa 126 de 2017**.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial 09 de 2018**.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria Interministerial 12 de 2018**.

BRASIL. Secretaria Nacional da Justiça - Comitê Nacional para os Refugiados. **Refúgio em Números** – 3ª. ed. Brasília, [2018]. Disponível em: <[http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados- apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros\\_1104.pdf](http://www.justica.gov.br/news/de-10-1-mil-refugiados- apenas-5-1-mil-continuam-no-brasil/refugio-em-numeros_1104.pdf)>. Acesso em: 29 jan. 2019.

BRASIL fecha fronteira terrestre com a Venezuela por ordem judicial que veta entrada de novos imigrantes. **El País**, [S. I.] 6 ago. 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/07/internacional/1533598969\\_507654.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/07/internacional/1533598969_507654.html)>. Acesso em: 24 set. 2018.

BRECHT, Bertolt. **Conversas de refugiados**. São Paulo: Editora 34, 2017.

BRUM, Eliane. A violência em Roraima é contra a imagem no espelho. **El País**, 27 ago. 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/27/opinion/1535381111\\_480467.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/27/opinion/1535381111_480467.html)>. Acesso em: 28 ago. 2018.

CARIGNANO, Júlio Cesar. “Nosso Natal não é de luzes, não tem cor. Será cinza, em meio às cinzas” **Jornalistas Livres**, 9 dez. 2018. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/nosso-natal-nao-e-de-luzes-nao-tem-cor-sera-cinza-em-meio-as-cinzas/>>. Acesso em: 16 dez. 2018.  
CHADE, Jamil. América Central tem pior crise de refugiados. **Estadão**, Genebra, 5 abr. 2018. Acesso em: 26 ago. 2018.

CHUEIRI, Vera Karam de; CÂMARA, Heloisa. Direitos humanos em movimento: migração, refúgio, saudade e hospitalidade. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n.36, jan/jun 2010.

COLETTA, Ricardo Della. La violencia hace repuntar el número de refugiados centroamericanos. **El País**, México, 25 maio 2018. Disponível em: <[https://elpais.com/internacional/2018/05/22/america/1527007946\\_295095.html](https://elpais.com/internacional/2018/05/22/america/1527007946_295095.html)>. Acesso em: 24 set. 2018.

CÓRDOVA, Ricardo; TURCIOS, Roberto. El Salvador. In: JINKINGS, Ivana; SADER, Emir (Orgs.). **Enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe**. São Paulo: Boitempo, 2006. P. 451-464.

CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza; BERNACCI, Mariana Camilo; e GUIMARÃES, Ana Luíza Tibúrcio. O Estado de Exceção e os invisíveis sociais: um encontro de Agamben e Lévinas. In: REPATS – Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor, Brasília, V. 4, nº 2, Jul-Dez, 2017, p. 560-584.

DAFOURMANTELLE, Anne. Anne Dfourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade. São Paulo: Editora Escuta, 2003.

Declaração de São José sobre Refugiados e Pessoas Deslocadas, 1994.

DEL RÍO, José María Valcuende. Frontera en la piel. In: KAVANAGH, W. et al. Portugal e Espanha—Entre discursos de centro e práticas de fronteira. 2009. **Portugal e Espanha**. Entre discursos de centro e práticas de fronteira. Lisboa: Editora Colibri, 2009. P. 237-255.

DERNOR, François. **Campo do poder**. In: Vocabulário Bourdieu. CATANI, Afrânio Mendes (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 75-77.

DERRIDA, Jacques. **Força de lei**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 2ª ed.

\_\_\_\_\_. **Adeus a Emmanuel Lévinas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

\_\_\_\_\_. **Anne Dfourmantelle convida Jacques Derrida a falar Da Hospitalidade**. São Paulo: Editora Escuta, 2003.

ELHAJJI, Mohammed. Migrantes, uma minoria transacional em busca de cidadania universal. In: *Interin*, v. 22, n. 1, jan./jun. 2017. P. 203-220.

FACHIN, Melina Girardi. **Fundamentos dos Direitos Humanos: teoria e práxis na cultura da tolerância**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

FAMÍLIAS fogem da violência em El Salvador e buscam proteção na Guatemala. **Nações Unidas do Brasil**, [S. I], 02 out. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/familias-fogem-da-violencia-em-el-salvador-e-buscam-protecao-na-guatemala/>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

FASSIN, Didier. *Humanitarian reason: a moral history of the present*. Berkeley: University of California Press, 2012.

FELDMAN-BIANCO, Bela. **Migraciones internacionales y multiculturalismos al nível local: de los conflictos a la mercantilización de las identidades**. In: *Pueblos en movimiento por una ciudadanía universal: Memorias del IV Foro Social Mundial de las Migraciones* Quito, Ecuador, 8-12 de octubre de 2010, Plan Migración Comunicación y Desarrollo, 2011.

FERNANDES, Sarah. Preconceito é mais forte contra migrantes vindos de países de pobres. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 05 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/11/preconceito-tem-a-ver-o-fato-de-refugiados-virem-de-paises-pobres-diz-instituto-adus-8234.html>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

FLORES, Joaquin Herrera. **A (Re)Invenção dos Direitos Humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FOLLY, Felipe Bley. **Direitos Humanos e Educação. Quando a pedagogia do Outro subverte o direito do Mesmo**. Curitiba, 2011. (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná.

FONSECA, Ângela Couto Machado da; RODRIGUES, Luana Liliane Hubner da Silva; FONSECA, Ricardo Marcelo. Democracia e heterotopia: uma análise do espaço democrático. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação da UFRGS** 9 (2014): 1-15.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). **Ditos e Escritos III**. Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. 2ª ed.

\_\_\_\_\_. De espaços outros. **Estudos avançados**, v. 27, n. 79, p. 113-122, 2013.

FOUCAULT, Michel. O corpo utópico, as heterotopias. **São Paulo: n-1 edições**, 2013.

GODOY, Gabriel Gualano de. Refúgio, hospitalidade e os sujeitos do encontro. In: GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de. (Orgs). **Refúgio e Hospitalidade**. Curitiba: Kairós Edições, 2016. P. 39-65.

\_\_\_\_\_. **O direito do outro, o outro do direito: cidadania, refúgio e apatridia**. In: Revista Direito e Práxis. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 15, 2016. P. 53-79.

GOMES, Carla Silene Cardoso Lisboa Bernardo. **Lévinas e o outro: a ética da alteridade como fundamento da justiça**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC/RJ. Rio de Janeiro: PUC, 2008.

GRELLET, Fábio. Após falar com premie da Hungria, Bolsonaro critica lei brasileira de imigração. **Terra**. 19 nov. 2018. Disponível em: <[https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/apos-falar-com-premie-da-hungria-bolsonaro-critica-lei-brasileira-de-imigracao,869137245744fe97e6eb4ea3b21811f64xcsbb0u.html?fbclid=IwAR3VZWpTAiRRWc\\_QeM0MCHfKEs5muvy2UvuvNpiuSk6uwWmopFLZ8LfsZII](https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/apos-falar-com-premie-da-hungria-bolsonaro-critica-lei-brasileira-de-imigracao,869137245744fe97e6eb4ea3b21811f64xcsbb0u.html?fbclid=IwAR3VZWpTAiRRWc_QeM0MCHfKEs5muvy2UvuvNpiuSk6uwWmopFLZ8LfsZII)>. Acesso em: 15 dez. 2018.

GRENFELL, Michael. Condições de campo. In: Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais. \_\_\_\_\_ (Org.). Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HAYDU, Marcelo. **Refugiados congoleses na cidade de São Paulo: processo migratório e itinerários terapêuticos**. Tese. Departamento de Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo: Unifesp, 2017.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. São Paulo: Editora Método, 2007.

\_\_\_\_\_; LOPES, Rachel de Oliveira. A Declaração Universal dos Direitos Humanos aos 70. In: \_\_\_\_\_ Direitos Humanos e vulnerabilidades na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2018. P. 9-16.

KAFKA, Franz. **O Processo**. Trad. Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KENICKE, Pedro Henrique Galotti. **O Estatuto do Estrangeiro e a Lei das Migrações: da doutrina da segurança nacional ao desenvolvimento humano**. Curitiba: Edição do Autor, 2016.

KOPAN, Tal. Mais de 14.000 crianças imigrantes estão sob custódia dos EUA, uma alta de todos os tempos. **San Francisco Chronicle**. Califórnia, 16 nov. 2018. Disponível em: <[https://www.sfchronicle.com/nation/article/More-than-14-000-immigrant-children-are-in-US-13399510.php?fbclid=IwAR1jtJhiQ1E\\_P1lB8AGWpmqxUr-Jot-8JB54mGek92kzqogar7Vd\\_MuEdrA](https://www.sfchronicle.com/nation/article/More-than-14-000-immigrant-children-are-in-US-13399510.php?fbclid=IwAR1jtJhiQ1E_P1lB8AGWpmqxUr-Jot-8JB54mGek92kzqogar7Vd_MuEdrA)>. Acesso em: 15 dez. 2018.

LAGO, Miguel. A profecia do Monte Roraima. **UOL**, [S. I.], 27 ago. 2018. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/profecia-do-monte-roraima/>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

LECHNER, Elsa. **Refugiados africanos que tentam a Europa: por uma utopia concreta**. In: Fluxos migratórios e refugiados na atualidade. THEMOTEO, Reinaldo (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 99-111.

LENOIR, Remi. **Campo jurídico**. In: CATANI, Afrânio Mendes (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 86-88.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988.

\_\_\_\_\_. **De Deus que vem a ideia**. 2ª ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

LEVITT, Peggy; GLICK-SCHILLER, Nina. Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society. **International Migration Review**, 38(145): 595-629, 2004.

LÍSIAS, Ricardo. **Diário da catástrofe brasileira**. São Paulo, 12 dez. 2019. Ebook. ISBN: B07LBCSFDS. Posição 5/1543. Disponível em: <<https://www.goodreads.com/book/show/43235808-di-rio-da-cat-strofe-brasileira>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

LORENZETTO, Bruno Meneses; KOZICKI, Katya. O conceito de cidadania para Hannah Arendt e Jacques Derrida. In: II Seminário Nacional Sociologia & Política, 2010, Curitiba. **Seminário Nacional Sociologia e Política** (Online), 2010. v. 14. Disponível em: <[https://www.academia.edu/4004919/O\\_conceito\\_de\\_cidadania\\_para\\_Hannah\\_Arendt\\_e\\_Jacques\\_Derrida](https://www.academia.edu/4004919/O_conceito_de_cidadania_para_Hannah_Arendt_e_Jacques_Derrida)>. Acesso em: 27 jan. 2019

LUQUINI, Roberto de Almeida. Os refugiados da guerra civil da Síria. In: THEMOTEO, Reinaldo (Org.). **Fluxos migratórios e refugiados na atualidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. P. 113-134.

MAFORT, Kelli. O prédio ocupado em chamas e escombros no dia do trabalhador. **Brasil de Fato**, São Paulo, 01 maio 2018. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/05/01/o-predio-ocupado-em-chamas-e-escombros-no-dia-do-trabalhador/>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

MARCHAO, Talita; RAMALHOSO, Wellington. Aliado de Bolsonaro, governador eleito de Roraima quer programa para "devolver" venezuelanos. **UOL**, São Paulo, 23 nov. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/11/23/antonio-denarium-roraima-venezuelanos-jair-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

MARS, Amanda; FAUS, Joan. Perguntas e respostas sobre a crise das crianças imigrantes nos Estados Unidos. **El País**. Washington, 19 jun. 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/19/internacional/1529422956\\_253073.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/19/internacional/1529422956_253073.html)>. Acesso em: 21 ago. 2018.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. **O direito à família no contexto da migração forçada: uma análise da Declaração Universal dos Direitos Humanos**. In: In: Direitos Humanos e

vulnerabilidades na Declaração Universal dos Direitos Humanos. JUBILUT, Liliana Lyra; e LOPES, Rachel de Oliveira (org.). Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2018. P. 219-234.

MATEOS, Mariana Chiesa. **Migrando**. São Paulo: Editora 34, 2015.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Método, 2014.

MELVILLE, Herman. **Moby Dick**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

“MINHA barraca foi queimada. Perdi roupas e remédio”, diz venezuelana em Boa Vista. **El País**, Boa Vista, 27 ago. 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/26/politica/1535295320\\_792358.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/26/politica/1535295320_792358.html)>. Acesso em: 27 ago. 2018.

MONTAGNER, Maria Inês; MONTAGNER, Miguel Ângelo. A teoria geral dos campos de Pierre Bourdieu: uma leitura. **Tempus - Actas de Saúde Coletiva - Antropologia e Sociologia da Saúde: novas tendências** 5 (2011): 255–73.

MOORE, Rob. Capital. In: GRENFELL, Michel (org.). **Pierre Bourdieu: Conceitos fundamentais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018. P. 136-154.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Capital cultural**. In: Vocabulário Bourdieu. CATANI, Afrânio Mendes (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 103-106.

NÚMERO de venezuelanos pedindo refúgio em outros países aumentou 20 vezes desde 2014. **Nações Unidas do Brasil**, 13 mar. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/numero-de-venezuelanos-pedindo-refugio-em-outros-paises-aumentou-20-vezes-desde-2014/>>. Acesso em: 24 set. 2018.

O DECRETO de segurança anti-migrante de Salvini torna-se lei na Itália. **The Local**. Itália, 29 nov. 2018. Disponível em: <[https://www.thelocal.it/20181129/salvinis-anti-migrant-security-decree-becomes-law-in-italy?fbclid=IwAR0PSTS5bGE8qWz5OGPkc\\_KDur8OyGxKyffuDQfRNaw02v\\_wMsYZDnWJ-eQ](https://www.thelocal.it/20181129/salvinis-anti-migrant-security-decree-becomes-law-in-italy?fbclid=IwAR0PSTS5bGE8qWz5OGPkc_KDur8OyGxKyffuDQfRNaw02v_wMsYZDnWJ-eQ)>. Acesso em 02 dez. 2018.

OLIVEIRA, Márcio de; KULAITIS, Fernando. Habitus Imigrante e Capital de Mobilidade: a Teoria de Pierre Bourdieu Aplicada aos Estudos Migratórios. **Mediações** 22, nº 1 (junho de 2017): 15–47.

ONU. Assembleia Geral. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948.

ONU. ACNUR. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**. 1951.

ONU. ACNUR. **Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados**. 1967.

OUA. **Convenção Relativa aos Aspectos Específicos dos Refugiados Africanos**. 1969.



ONU. ACNUR. **Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados**. Genebra, 2011.

PEIXOTO, José Luís. **Em teu ventre**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

PEIXOTO, José Luís. **O caminho imperfeito**. Lisboa: Quetzal Editores, 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Saraiva, 2008. 9ª Ed.

\_\_\_\_\_. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2014. 5ª ed.

\_\_\_\_\_. Tolerância e refúgio: um ensaio a partir do acordo EU-Turquia. **Revista de Direito Internacional**, v. 14, n. 2, 2017.

PIVATTO, Pergentino Stefano. **Responsabilidade e justiça em Lévinas**. Veritas: Revista de Filosofia, Porto Alegre: Edipucrs, vol. 46, nº 2, p. 217-230, junho/2001.

RAMINA, Larissa. O direito e a ordem internacional no século XXI: complexidade e reflexos na contemporaneidade. In: **Direito Internacional Multifacetado: Direitos Humanos - Evolução, Complexidades e Paradoxos**. Volume I. RAMINA, Larissa; e FRIEDRICH, Tatiana Scheila (coords.). Curitiba: Juruá, 2014.

RAMOS, André de Carvalho. **Direitos dos estrangeiros no Brasil: a imigração, direito de ingresso e os direitos dos estrangeiros em situação irregular**. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (Orgs.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. P. 721-745.

\_\_\_\_\_. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2015.

ROBBINS, Derek. **Teoria da prática**. In: Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais. GRENFELL, Michel (org.). Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

RUBIO, David Sanchez. **Encantos e desencantos dos Direitos Humanos: de emancipações, libertações e dominações**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

SAINT MARTIN, Monique de. Capital social. In: CATANI, Afrânio Mendes (org.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. P. 113-117.

SALYH, Tayeb. Tempo de migrar para o norte. **Tradução Safa Jubran**. São Paulo: Planeta, 2004.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua nova**, v. 39, p. 105-124, 1997.

SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de. **Português como língua de acolhimento: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil**. Tese. Universidade Federal de São Carlos, 2016.

SARAMAGO, José. Da estátua à pedra e discursos de Estocolmo. Belém: Ed. UFPA, 2013.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SÉRVIA/HUNGRIA: brutalidade contra imigrantes na fronteira. **Médicos sem Fronteiras**, [S.l.], 9 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/noticias/serviahungria-brutalidade-contra-migrantes-e-refugiados-na-fronteira>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

SIMÕES, Gustavo da Frota. **Venezuelanos em Roraima: características e perfis da migração venezuelana para o Brasil**. In: Fluxos migratórios e refugiados na atualidade. THEMOTEO, Reinaldo (Org.). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer Stiftung, 2017. p. 45-56.

SOARES, Magda Becker. **Economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. In: Vocabulário Bourdieu. CATANI, Afrânio Mendes (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 162-162.

SORENSEN, Martin Selsoe. Dinamarca decide enviar imigrantes indesejados para ilha pequena e de difícil acesso. **Folha de São Paulo**. Traduzido por Clara Allain. Copenhagen, [2018?]. Disponível em: <[https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/dinamarca-decide-enviar-imigrantes-indesejados-para-ilha-pequena-e-de-dificil-acesso.shtml?fbclid=IwAR1eUxgMx3u\\_yH4VqYJNLz6Ob34cycgv9tFmmLmKF9DDzhTuvGG5OIcS5mI](https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/dinamarca-decide-enviar-imigrantes-indesejados-para-ilha-pequena-e-de-dificil-acesso.shtml?fbclid=IwAR1eUxgMx3u_yH4VqYJNLz6Ob34cycgv9tFmmLmKF9DDzhTuvGG5OIcS5mI)>. Acesso em: 15 dez. 2018.

SOUSA, Edson Luiz André de; PEREIRA, Márcio Fransen. Bertolt Brecht: exílio, imagem e utopia. Porto Alegre: **Revista de Artes Visuais** 22, nº 36 (junho de 2017): 93-113.

SOUZA, Felipe. 'Não vejo meus filhos há 3 anos': a saga de refugiados para trazer a família ao Brasil. **BBC Brasil**, São Paulo, 2 abr. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43338789>>. Acesso em: 10 dez. 2018

TAVARES, Lourdes. Refugiado haitiano aprovado em concurso para gari não consegue ser contratado. **Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, 11 jul. 2017. Disponível em: <[http://www.tst.jus.br/noticia-destaque/-/asset\\_publisher/NGo1/content/id/24377529](http://www.tst.jus.br/noticia-destaque/-/asset_publisher/NGo1/content/id/24377529)>. Acesso em: 12 dez. 2018.

TRUMP autoriza uso de força letal na fronteira com o México. **Valor Econômico**. São Paulo, 22 nov. 2018. Disponível em: <[https://www.valor.com.br/internacional/5994757/trump-autoriza-uso-de-forca-letal-na-fronteira-com-o-mexico?fbclid=IwAR1n\\_7CF59RWRvnnvF5KXzSt8gYRx5nYGht3adjkA88v5DVWX-OpkaYB8dwk](https://www.valor.com.br/internacional/5994757/trump-autoriza-uso-de-forca-letal-na-fronteira-com-o-mexico?fbclid=IwAR1n_7CF59RWRvnnvF5KXzSt8gYRx5nYGht3adjkA88v5DVWX-OpkaYB8dwk)>. Acesso em: 15 dez. 2018.

UNHCR, Acnur. **Datos básicos**, Acnur: Agência da ONU para os refugiados, 2018. Disponível em: <<http://www.acnur.org/es/datos-basicos.html>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

UNITED NATIONS. **International Migrants Stock Dataset in 2015**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/migration-regions-infographics.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

UNITED NATIONS. **International Migration Report 2017**. Disponível em: <<http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2017.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

VENTURA, Deisy, e ARAÚJO, Natália. **Infográfico: migração e direitos humanos**. In: Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos, v.12, n.22, 2016. P. 131-139.

VESPOLI, Pamela. Marcha dos Imigrantes vai à Paulista para enfrentar medos e retrocessos. **Migra Mundo**, São Paulo, 19 nov. 2018. Disponível em: <<https://migramundo.com/marcha-dos-imigrantes-vai-a-paulista-para-enfrentar-medos-e-retrocessos/>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

WIKE, Richard; STOCKS, Bruce; SIMMONS, Katie. Onda do medo dos europeus de refugiados significará mais terrorismo, menos empregos. **Pew Research Center**. Washington, 11 jul. 2016. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2016/07/11/europeans-fear-wave-of-refugees-will-mean-more-terrorism-fewer-jobs/>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

WILLIAMS, Megan. Itália endurece na questão dos refugiados e pressiona EU. **DW**, Deutsche Welle, 28 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/it%C3%A1lia-endurece-na-quest%C3%A3o-dos-refugiados-e-pressiona-ue/a-44446241>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

YAMADA, Erika; e TORELLY, Marcelo (Org.). Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil / Erika Yamada. Brasília: Organização Internacional para as Migrações (OIM), Agência das Nações Unidas para as Migrações, 2018.

ZIZEK, Slavoj. Não podemos abordar a crise dos refugiados sem enfrentar o capitalismo global. **Blog da Boi Tempo**, Sumarezinho, 18 set. 2015. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2015/09/18/zizek-nao-podemos-abordar-a-crise-dos-refugiados-sem-enfrentar-o-capitalismo-global-os-refugiados-nao-chegaram-a-noruega-ao-pouco-a-noruega-que-eles-procuram-existe/>>. Acesso em: 19 set. 2018.

ZIZEK, Slavoj. Contra os direitos humanos. **Blog da Boi Tempo**. Sumarezinho, 14 mar. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/03/14/contra-os-direitos-humanos-artigo-de-slavoj-zizek/>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

## APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO ENTREVISTA

1. Há quanto tempo no Brasil?
2. Refugiado ou solicitante? Se solicitante, há quanto tempo? Se refugiado, quanto tempo levou o processamento do pedido?
3. Pediu o refúgio logo que chegou ao Brasil?
4. Por que o Brasil foi eleito como país de destino?
5. Fez o pedido de refúgio sozinho/o, ou teve assistência?
6. Como foi o atendimento prestado pela Polícia Federal?
7. Como é/foi ter o protocolo de refúgio como documento válido? Ele é reconhecido pelas autoridades e instituições públicas e privadas?
8. Onde morou quando chegou? E atualmente, qual a situação de moradia?
9. Está sozinho/o no Brasil?
10. Solicitou reunião familiar? Se sim, o quanto demorou e quais os familiares que conseguiu trazer?
11. Fez ou faz curso de português? Onde? Foi gratuito?
12. Qual considera a primeiro ou maior dificuldade que enfrentou, em termos de adaptação?
13. Qual a ocupação atual? – caso não haja, se voluntariamente ou não.
14. Qual a profissão de formação?
15. Sua ocupação está dentro das suas expectativas atuais? Como avalia seu trabalho atual?
16. A partir de sua experiência, considera efetiva a equiparação legal dos direitos de nacionais e imigrantes?
17. Existe em Curitiba alguma associação de imigrantes do seu país de origem? Se sim, participa dela?
18. Independente do engajamento pessoal, considera importante esta participação?

## APÊNDICE II – RELAÇÃO PARTICIPANTES PESQUISA EMPÍRICA

<b>Identificação</b>	<b>Ano chegada</b>	<b>Status</b>	<b>Origem</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>
J. Y.	2013	Refugiado	Rep. Dem. Congo	43	Superior completo
L. Y.	2015	Refugiada	Rep. Dem. Congo	30	Superior completo
A. T.	2014	Solicitante	Guiné-Bissau	30	Superior completo
E. K.	2015	Refugiado	Rep. Dem. Congo	32	Ensino médio
I. N.	2015	Solicitante	Rep. Dem. Congo	35	Superior completo
S. P.	2014	Refugiada	Rep. Dem. Congo	30	Superior completo
R. K.	2013	Refugiada	Síria	28	Superior completo
L. L.	2013	Refugiada	Síria	28	Superior completo
M. N.	2015	Solicitante	Rep. Dem. Congo	33	Superior – cursando
A. H.	2017	Solicitante	Rep. Dem. Congo	29	Ensino médio
P. W.	2015	Solicitante	Síria	19	Ensino médio
R. M.	2016	Solicitante	Venezuela	29	Superior completo
L. C.	2016	Solicitante	Venezuela	26	Superior completo
F. P.	2016	Solicitante	Venezuela	25	Superior completo
M. S.	2014	Refugiado	El Salvador	44	Superior completo
K. S.	2014	Refugiado	El Salvador	39	Superior completo
N. Q.	2015	Solicitante	Venezuela	28	Superior completo
B. M.	2016	Solicitante	Venezuela	29	Superior completo
D. F.	2016	Solicitante	Venezuela	21	Superior incompleto
A. K.	2015	Solicitante	Síria	28	Mestrando

**ANEXO I – INFORMAÇÃO Nº 1/2019/SIC-CONARE/CONARE/DEMIG/SNJ**





7807860

08850005554201831



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

INFORMAÇÃO Nº 1/2019/SE

Processo nº 08850005554201831

Interessado: C.G.C.O.

1. Trata-se de Pedido de Acesso à Informação (SEI: 7724238), por meio do qual o requerente solicita informações sobre o CONARE, sobre execução da despesa, número de servidores, despesa com custeio, com pessoal, número de pessoas atendidas, no período de 2010 à 2018.
2. Em resposta, verifica-se o encaminhamento ao SIC Central da Informação nº 1/2019/SIC-CONARE/CONARE/DEMIG/SNJ (SEI: 7804270). Acrescente-se a citada Informação, o Despacho n. 2/2019/SAA/SE (SEI: 7797670), que segue transcrito:

"(...) por meio da INFORMAÇÃO Nº 111/2018/CGF/CGGP/SAA/SE (7787361) e da INFORMAÇÃO Nº 367/2018/COPEOP/CGGP/SAA/SE (7791927), comunico que o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) foi criado pela Lei nº 9.474/1997 como órgão de deliberação coletiva no âmbito deste Ministério da Justiça e Segurança Pública, constituído por: *I*) um representante do próprio Ministério da Justiça, na condição de presidente do comitê; *II*) um representante do Ministério das Relações Exteriores; *III*) um representante do Ministério do Trabalho; *IV*) um representante do Ministério da Saúde; *V*) um representante do Ministério da Educação e do Desporto; *VI*) um representante do Departamento de Polícia Federal; e *VII*) um representante de organização não-governamental que se dedique a atividades de assistência e proteção de refugiados no país (art. 14 da Lei nº 9.474/1997).

Por meio da mencionada lei, foi determinado que o CONARE teria um Coordenador-Geral com atribuição de preparar os processos de requerimento de refúgio e a pauta de reunião (art. 14, § 3º da Lei nº 9.474/1997). E, de acordo com o Regimento Interno do Comitê, publicado D.O.U. de 6/11/1998 (Seção 1, p. 1 e 2), essa Coordenação-Geral era vinculada ao Departamento de Estrangeiro da Secretaria de Justiça deste Ministério. Conforme o atual Regimento Interno da Secretaria Nacional de Justiça, publicado no D.O.U. de 26/12/2017 (Seção 1, p. 847), a Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados - CGCONARE integra o Departamento de Migrações (DEMIG) daquela Secretaria, tendo como sua parte integrante a Coordenação de Assuntos de Refugiados.

Por esses motivos e visando o atendimento à solicitação, as informações obtidas tiveram como base tão-somente esses órgãos administrativos (Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados - CGCONARE, Coordenação de Assuntos de Refugiados e Departamento de Migrações), representados pelas Unidades Organizacionais (UORGs) nº 1224 [SNJC/DEEST/CGAR/CONAR], 1813 [SNJC/DMIG/CGAR] e 49 [SNJC/DMIG/CGAR] e pelas unidades de Registro de Ponto Eletrônico de nº 1951 [SNJC/DMIG/CGCONARE/CAR] e 1950 [SNJC/DMIG/CGCONARE], da seguinte forma:

QUANTITATIVO DE SERVIDORES ATIVOS							
EXERCÍCIO*	ATIVO PERMANENTE	CARGO EM COMISSÃO	EXERC. DESCENT.	REQUISITADO	ANISTIADO	TOTAL	
2010	-	4	-	-	-	4	
2011	1	4	-	-	-	5	
2012	1	4	-	-	-	5	
2013	-	3	1	-	-	4	
2014	1	2	-	1	-	4	
2015	5	4	-	-	-	9	
2016	6	1	-	-	1	8	
2017	6	-	-	-	2	8	
2018	6	-	3	1	12	22	

\* Quantitativo obtido com base no mês de dezembro de cada ano

Com relação à folha de pagamento dos servidores lotados nas Unidades Administrativas Organizacionais do CONARE, representados pelas Unidades Organizacionais (UORGs) nº 1224 [SNJC/DEEST/CGAR/CONAR], 1813 [SNJC/DMIG/CGAR] e 49 [SNJC/DMIG/CGAR] e pelas unidades de Registro de Ponto Eletrônico de nº 1951 [SNJC/DMIG/CGCONARE/CAR] e 1950 [SNJC/DMIG/CGCONARE], informo que foi de R\$ 3.764.494,79 (três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e nove centavos), conforme valores discriminados na planilha anexa (7791285).

Cumprasse salientar que as informações prestadas referem-se exclusivamente à UG 200006 da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP desta Subsecretaria, não abrangendo, portanto, dados relativos a outros órgãos singulares e entidades vinculadas a esta Pasta cuja gestão de pessoas seja feita por outra Unidade Gestora."

3. Na oportunidade, esta Secretaria Executiva permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.



Documento assinado eletronicamente por Luana Quitéria Magalhães Hatsumura, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva - Substituto(a), em 03/01/2019, às 17:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **7807860** e o código CRC **1D18E9A1**.  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

Referência: Processo nº 08850005554201831

SEI nº 7807860



7804270

08850005554201831

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**

INFORMAÇÃO Nº 1/2019/SIC-CONARE/CONARE/DEMIG/SNJ

**Processo nº 08850005554201831****Interessado: C.G.C.O.**

1. O orçamento relacionado a políticas migratórias e refúgio está disponível no Despacho 570 (7785773). Importante esclarecer que o orçamento indicado foi usado pelo antigo Departamento de Estrangeiro, atual Departamento de Migrações, e não apenas pela Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados.

2. Para número de servidores e despesas com pessoal, verificar Informação 111 (7787361) e Informação 367 (7791927). Ressalte-se que os 22 servidores da Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados estão distribuídos da seguinte forma:

- 1 Coordenador-Geral
- 1 Coordenador
- 2 servidores de agendamento
- 1 servidor em reunião familiar
- 1 servidor em autorização de viagem
- 1 servidor em perda
- 15 oficiais de elegibilidade

3. Para o número de pessoas atendidas, verificar números disponíveis no site <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/refugio-em-numeros>.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIELLA VIEIRA OLIVEIRA GONCALVES**, **Coordenador(a) de Assuntos de Refúgio**, em 03/01/2019, às 12:07, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **7804270** e o código CRC **859BDD77**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.



7787065

48824442221345805



## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

INFORMAÇÃO Nº 111/2018/CGIF/CGGP/SAA/SE

**Processo nº 08850005528201811**

**Interessado: C.G.C.O.**

**Assunto: Lei de Acesso à Informação**

1. Trata-se de solicitação de acesso à informação nº 08850005528201811(SEI nº 7724238), por meio da qual C.G.C.O. solicita o que se segue:

*"Informações sobre o CONARE, e qual a execução da despesa do órgão de 2010 até 2018.*

*(...)*

*Gostaria de solicitar o orçamento e as despesas empenhadas no período de 2010-2018, especificamente o número de servidores, despesa com pessoal, despesas de custeio, número de pessoas atendidas; e, por fim, qual foi o repasse de verbas anual neste período."*

2. Salienta-se que o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) foi criado pela [Lei nº 9.474/1997](#) como órgão de deliberação coletiva no âmbito deste Ministério da Justiça, constituído por: *I)* um representante do próprio Ministério da Justiça, na condição de presidente do comitê; *II)* um representante do Ministério das Relações Exteriores; *III)* um representante do Ministério do Trabalho; *IV)* um representante do Ministério da Saúde; *V)* um representante do Ministério da Educação e do Desporto; *VI)* um representante do Departamento de Polícia Federal; e *VII)* um representante de organização não-governamental que se dedique a atividades de assistência e proteção de refugiados no país (art. 14 da Lei nº 9.474/1997).

3. Por meio da mesma lei mencionada, foi determinado que o CONARE teria um Coordenador-Geral com atribuição de preparar os processos de requerimento de refúgio e a pauta de reunião (art. 14, § 3º da Lei nº 9.474/1997). E, de acordo com o [Regimento Interno do Comitê](#), publicado D.O.U. de 6/11/1998 (Seção 1, p. 1 e 2), essa Coordenação-Geral era vinculada ao Departamento de Estrangeiro da Secretaria de Justiça deste Ministério. Conforme o atual [Regimento Interno da Secretaria Nacional de Justiça](#), publicado no D.O.U. de 26/12/2017 (Seção 1, p. 847), a Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados - CGCONARE integra o Departamento de Migrações (DEMIG) daquela Secretaria, tendo como sua parte integrante a Coordenação de Assuntos de Refugiados.

4. Por esses motivos e visando o atendimento à solicitação, as informações obtidas tiveram como base tão-somente esses órgãos administrativos (Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados - CGCONARE, Coordenação de Assuntos de Refugiados e Departamento de Migrações), representados pelas

Unidades Organizacionais (UORGs) nº 1224 [SNJC/DEEST/CGAR/CONAR], 1813 [SNJC/DMIG/CGAR] e 49 [SNJC/DMIG/CGAR] e pelas unidades de Registro de Ponto Eletrônico de nº 1951 [SNJC/DMIG/CGCONARE/CAR] e 1950 [SNJC/DMIG/CGCONARE], da seguinte forma:

QUANTITATIVO DE SERVIDORES ATIVOS						
EXERCÍCIO*	ATIVO PERMANENTE	CARGO EM COMISSÃO	EXERC. DESCENT.	REQUISITADO	ANISTIADO	TOTAL
2010	-	4	-	-	-	4
2011	1	4	-	-	-	5
2012	1	4	-	-	-	5
2013	-	3	1	-	-	4
2014	1	2	-	1	-	4
2015	5	4	-	-	-	9
2016	6	1	-	-	1	8
2017	6	-	-	-	2	8
2018	6	-	3	1	12	22

\* Quantitativo obtido com base no mês de dezembro de cada ano

5. A presente informação foi elaborada pela Coordenadora de Gestão da Informação Funcional Substituta, assim, encaminha-se ao Senhor Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas, Substituto, para deliberação e complementação das informações solicitadas e posterior envio ao Ponto Focal do SIC SE/MJ.

**AMIRCE FERREIRA RODRIGUES DOS SANTOS**  
Coordenadora de Gestão da Informação Funcional - Substituta



Documento assinado eletronicamente por **AMIRCE FERREIRA RODRIGUES DOS SANTOS, Coordenador(a) de Gestão da Informação Funcional - Substituto(a)**, em 28/12/2018, às 08:20, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **7787361** e o código CRC **EB7DF443**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.



7791927

08850005554201831

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****INFORMAÇÃO Nº 367/2018/COPEOP/CGGP/SAA/SE****Processo nº 08850005554201831****Interessado: C.G.C.O**

1. Trata-se de requerimento de informações formulado por **C.G.C.O.** a respeito do orçamento e as despesas empenhadas no período de 2010-2018, especificamente o número de servidores, despesa com pessoal, despesas de custeio, número de pessoas atendidas; e, por fim, qual foi o repasse de verbas anual neste período.
2. A Coordenação de Pagamento e Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal - COPEOP informa que, no período compreendido entre os anos de 2010 e 2018, o total das despesas com a folha de pagamento dos **servidores lotados nas Unidades Administrativas Organizacionais do CONARE**, representados pelas Unidades Organizacionais (UORGs) nº 1224 [SNJC/DEEST/CGAR/CONAR], 1813 [SNJC/DMIG/CGAR] e 49 [SNJC/DMIG/CGAR] e pelas unidades de Registro de Ponto Eletrônico de nº 1951 [SNJC/DMIG/CGCONARE/CAR] e 1950 [SNJC/DMIG/CGCONARE], foi de **R\$ 3.764.494,79 (três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e nove centavos)**, conforme valores discriminados na planilha anexa (documento SEI 7791285).
3. São estas as informações de competência desta Coordenação de Pagamento e Execução orçamentária e Financeira de Pessoal, as quais foram elaboradas pela Analista-Técnica Administrativa Jully Anne Romualdo de Araújo e cuja aprovação da Coordenadora de Pagamento e Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal Substituta manifesta-se por meio de assinatura eletrônica. Após, encaminhe-se ao Gabinete da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

**JULLY ANNE ROMUALDO DE ARAÚJO**

Analista Técnico-Administrativo

**MARIA DE FÁTIMA BORGES RAMOS**

Coordenadora de Pagamento e Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal - Substituta



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE FATIMA BORGES RAMOS, Coordenador(a) de Pagamento e Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal - Substituto**, em 28/12/2018, às 16:04, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jully Anne Romualdo de Araújo, Analista Técnico Administrativo**, em 28/12/2018, às 16:06, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **7791927** e o código CRC **32760D75**.  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

Referência: Processo nº 08850005554201831

SEI nº 7791927

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**SECRETARIA EXECUTIVA**  
**SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**  
**COORDENAÇÃO DE PAGAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DE PESSOAL**

**DESPESAS DE PESSOAL**

EXERCÍCIO	ATIVO PERMANENTE	CARGO EM COMISSÃO	EXERC. DESCENT.	REQUISITADO	ANISTIADO	TOTAL ANUAL
2010	-	R\$ 197.348,94	-	-	-	R\$ 197.348,94
2011	R\$ 5.885,54	R\$ 243.023,49	-	-	-	R\$ 248.909,03
2012	R\$ 54.316,93	R\$ 176.818,67	-	-	-	R\$ 231.135,60
(Ajuda de custo)	-	R\$ 6.843,76	-	-	-	R\$ 6.843,76
2013	-	R\$ 139.694,34	R\$ 44.270,14	-	-	R\$ 183.964,48
2014	R\$ 94.730,93	R\$ 121.105,17	-	R\$ 31.544,12	-	R\$ 247.380,22
2015	R\$ 358.450,10	R\$ 169.782,73	-	R\$ 29.726,80	-	R\$ 557.959,63
2016	R\$ 667.738,47	R\$ 38.657,23	-	-	0,00	R\$ 706.395,70
2017	R\$ 763.862,00	-	-	-	0,00	R\$ 763.862,00
2018	R\$ 604.816,71	-	R\$ 15.878,72	0,00	0,00	R\$ 620.695,43
<b>Total Geral</b>	<b>R\$ 2.549.800,68</b>	<b>R\$ 1.093.274,33</b>	<b>R\$ 60.148,86</b>	<b>R\$ 61.270,92</b>	<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 3.764.494,79</b>

Fonte: DW, Sistema Eletrônico de Ponto (CGIF) e SEOPF

Elaborada em 28/12/2018 por Teresa Sena e Silva - Matrícula 0161128